

SAPIENTIA ÆDIFICAT

RG

RELATÓRIO
DE GESTÃO
UFPB 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO
UFPB 2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JAIR MESSIAS BOLSONARO

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
RICARDO VÉLEZ RODRÍGUES

REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

VICE-REITORA
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA

PRÓ–REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
ALUÍSIO MÁRIO LINS SOUTO

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
ELIZETE VENTURA DO MONTE

PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE
JOÃO WANDEMBERG GONÇALVES MACIEL

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

CHEFE DE GABINETE
RAIMUNDO BARROSO CORDEIRO JÚNIOR

PREFEITO UNIVERSITÁRIO
JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
BAGNÓLIA ARAÚJO COSTA

PROCURADORIA JURÍDICA
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

AUDITÓRIA INTERNA
RAM ANAND GAJADHAR

RELATÓRIO DE GESTÃO UFPB 2018

ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

CAMPUS I - JOÃO PESSOA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
JOSÉ ROBERTO SOARES DO NASCIMENTO
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MÔNICA NÓBREGA
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS
EDUARDO SÉRGIO SOARES SOUSA
DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
WILSON HONORATO ARAGÃO
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
WALMIR RUFINO DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA
ANTÔNIO DE MELLO VILLAR
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
JOÃO EUCLIDES FERNANDES BRAGA
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FREDYS ORLANDO SORTO
DIRETOR DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA
VALDIR DE ANDRADE BRAGA
DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
DIRETOR DO CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E RENOVÁVEIS
ZAQUEU ERNESTO DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE INFORMÁTICA
HAMILTON SOARES DA SILVA
DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
JOSÉ MARCELINO OLIVEIRA CAVALHEIRO

CAMPUS II – AREIA

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MANOEL BANDEIRA DE ALBUQUERQUE

CAMPUS III – BANANEIRAS

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS

CAMPUS IV - RIO TINTO E MAMANGUAPE

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
MARIA ANGELUCE SOARES PERÔNICO BARBOTIN

RELATÓRIO DE GESTÃO UFPB 2018

Equipe de Elaboração

Pró-reitora de Planejamento	***Elizete Ventura do Monte***
Coordenador de Planejamento	***Gustavo Tavares da Silva***
Coordenadora de Orçamento	***Renata Paes de Barros Câmara***
Coordenadora de Convênios	***Verônica Lins de Araújo Macedo***
Coordenador de Informação	***Brivaldo André Marinho da Silva***
Administrador (CODEPLAN/PROPLAN)	***Frederico Monteiro Neves e Neves***
Economista (CODEPLAN/PROPLAN)	***Diogo Araújo Sampaio***
Economista (CODEPLAN/PROPLAN)	***Ramailda Batista de Sousa***
Assistente em Administração (CODEPLAN/PROPLAN)	***Ana Carmen Navarro de Moraes***
Arte e Designer	***Marcus Vinícius Silva Félix***

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SUMÁRIO

Lista de Figuras v
Lista de Gráficos vii
Lista de Quadros xi
Lista de Tabelas xii
Lista de Siglas e Abreviações xiii
1 Mensagem da Reitora. 1
2 Visão Organizacional e Ambiente Externo. 3
2.1 A UFPB cidadã – a serviço da sociedade Paraibana. 3
2.2 Estrutura organizacional e instâncias de decisão. 4
2.3 Ambiente externo. 6
2.4 Cadeia de valor. 7
3 Planejamento Estratégico e Governança. 9
3.1 Mapa Estratégico PDI 2014-2018. 9
3.2 Estrutura de Governança. 10
3.2.1 Informações sobre dirigentes e colegiados. 10
3.2.2 Atuação da unidade de auditoria interna. 11
3.2.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos. 12
3.2.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário. 12
3.3 Relacionamento com a Sociedade. 14
3.3.1 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. 19
3.3.2 Carta de serviços ao cidadão. 19
3.3.3 Planejamento das ações para 2019. 20
4 Gestão de Riscos e Controles Internos. 22
4.1 Gestão de Riscos na Universidade. 22
4.2 Medidas específicas de gerenciamento de riscos significativos. 23
4.2.1 Informações sobre ações trabalhistas. 23
4.2.2 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais. 24
5 Resultados da Gestão. 25
5.1 Macroprocesso Finalístico I – Ensino. 25

5.1.1 Ensino de Graduação. 25
5.1.2 Ensino de Pós-Graduação. 34
5.1.3 Ensino – Básico, Técnico e Tecnológico. 41
5.2 Macroprocesso Finalístico II – Pesquisa. 45
5.2.1 O Programa de Iniciação Científica. 45
5.2.2 Produção Científica. 47
5.2.3 Planejamento de 2019 para a pesquisa. 49
5.3 Macroprocesso Finalístico III – Extensão. 50
5.3.1 Ações executadas em 2018. 50
5.3.2 Programas de Bolsas e as ações de Extensão. 52
5.3.3 Envolvimento da comunidade universitária com a Extensão. 53
5.3.4 Planejamento da Extensão para 2019. 54
5.4 Macroprocessos de Suporte à Gestão Acadêmica. 55
5.4.1 Assistência Estudantil. 55
5.4.2 Sistemas de Bibliotecas. 59
5.4.3 Inovação Tecnológica. 63
5.4.4 Internacionalização. 66
5.4.5 Ações para o Desenvolvimento do Estado da Paraíba. 68
6 Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão. 70
6.1 Declaração dos Responsáveis pelo Planejamento, Orçamento e Administração. 70
6.2 Gestão Orçamentária e Financeira. 71
6.2.1 Perfil do gasto da universidade. 71
6.2.2 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências. 77
6.2.3 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais. 80
6.2.4 Despesas com precatórios. 80
6.3 Gestão de Pessoas. 81
6.3.1 Conformidade Legal. 81
6.3.2 Avaliação da força de trabalho. 82
6.3.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas. 87
6.3.4 Detalhamento da despesa de pessoal. 88

6.3.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia. ... 89
6.3.6 Ocupação dos cargos gerenciais. ... 91
6.3.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados. ... 91
6.3.8 Capacitação. ... 91
6.3.9 Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho. ... 94
6.3.10 Planejamento de Gestão de Pessoas para 2019. ... 96
6.4 Gestão de Licitação e Contratos. ... 98
6.4.1 Conformidade legal. ... 98
6.4.2 Pró-Reitoria de Administração – UG 13065. ... 98
6.4.3 Prefeitura Universitária – UG 153066. ... 101
6.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura. ... 103
6.5.1 Conformidade legal. ... 103
6.5.2 Obras. ... 103
6.5.3 Desfazimentos de ativos. ... 105
6.5.4 Locação de imóveis e equipamentos. ... 106
6.5.5 Mudanças e desmobilizações relevantes. ... 107
6.6 Gestão da tecnologia da informação. ... 109
6.6.1 Conformidade legal. ... 109
6.6.2 Modelo de Governança de TI. ... 109
6.6.3 Montante de recursos aplicados e contratações mais relevantes em TI ... 110
6.6.4 Segurança da informação. ... 113
6.6.5 Principais desafios e ações futuras ... 114
6.7 Gestão de custos. ... 115
6.8 Sustentabilidade ambiental. ... 116
6.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições. ... 116
6.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais. ... 117
6.8.3 Redução de Resíduos Poluentes. ... 119
7 Demonstração Contábil. ... 121
7.1 Notas Explicativas. ... 122
7.1.1 Balanço Orçamentário. ... 122
7.1.2 Balanço Financeiro. ... 125
7.1.3 Balanço Patrimonial. ... 127

7.1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais. 134
7.2 Balanço financeiro. 137
7.3 Balanço orçamentário. 138
7.4 Balanço patrimonial. 141
7.5 Demonstrações de fluxo de caixa. 144
7.6 Demonstração das mutações patrimoniais líquido. 147
7.7 Demonstração das variações patrimoniais. 148
8 Outras Informações Relevantes. 153
8.1 Resumo das determinações da materialidade. 153
8.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU. 155
8.3 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno. 158
9 Anexos e Apêndices. 159
Anexo I. Declarações de confiabilidade e conformidade dos dados apresentados. 159
Apêndice A. Indicadores de gestão – TCU -2018. 170

Lista de Figuras

Figura 1 – Marcos históricos da UFPB. 1
Figura 2 – Principais variáveis institucionais e destaques da gestão para o ano de 2018. 2
Figura 3 – Missão, visão e valores estabelecidos no PDI 2014-2018. 3
Figura 4 – Áreas de atuação acadêmica da UFPB distribuídas por Centro de Ensino. 4
Figura 5 – Organograma simplificado da UFPB. 5
Figura 6 – Atribuições e responsáveis pelos Conselhos Superiores e pelas Pró-Reitorias da UFPB. 5
Figura 7 – Representação diagramada da cadeia de valor da UFPB. 8
Figura 8 – Mapa Estratégico do PDI 2014-2018. 9
Figura 9 – Órgãos da estrutura de governança da UFPB e suas atribuições. 10
Figura 10 – Estrutura de Governança da UFPB. 11
Figura 11 – Representação esquemática da efetividade de publicização do Portal de Transparência da UFPB. 17
Figura 12 – Representação esquemática das etapas de implantação dos Dados Abertos na UFPB, incluindo as etapas já implantadas e a implantar. 18
Figura 13 – Representação das demandas da Ouvidoria Geral da UFPB em 2018. 18
Figura 14 – Grau de satisfação dos usuários do SIC (a) e da Ouvidoria Geral da UFPB (b). 19
Figura 15 – Representação esquemática das etapas do plano de gestão de riscos da UFPB. 23
Figura 16 – Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais. 24
Figura 17 – Relação das demandas judiciais da UFPB. 24
Figura 18 – Atuação geográfica dos cursos de graduação da UFPB. 26
Figura 19 – Novos cursos de graduação criados no período de 2014-2018. 28
Figura 20 – Dados dos grupos de pesquisa da UFPB. 48
Figura 21 – Outras bolsas ofertadas pela PRAC. 53
Figura 22 – Convênios internacionais da UFPB. 67
Figura 23 – Representação esquemática da execução orçamentária e financeira na UFPB. 71
Figura 24 – Relação das principais ações orçamentárias. 73
Figura 25 – Relação da conformidade legal utilizada na gestão de pessoas da UFPB. 81
Figura 26 – Representação esquemática do sistema de alocação de pessoas na UFPB. 88
Figura 27 – Qualificações e avaliações probatórias de pessoas em 2018. 90
Figura 28 - Quantitativo das ocupações dos cargos gerenciais. 91
Figura 29 – Ações na área e quantitativos relacionados a Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho realizados em 2018. 95

LISTA DE FIGURAS

Figura 30 – Relação da conformidade legal da gestão de licitações e contratos da UFPB. .. 98
Figura 31 – Detalhamento das principais contratações da PRA em 2018. 99
Figura 32 – Relação das principais contratações da PRA e sua correlação aos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018..... 100
Figura 33 – Relação da conformidade legal utilizada na gestão patrimonial da UFPB. 103
Figura 34 – Quadro das ações para retomada das obras..... 105
Figura 35 – Relação dos projetos, implantação e suporte dos sistemas de informações gerenciais realizadas pela STI em 2018. 113
Figura 36 - Programas de gestão e educação ambiental da política ambiental da UFPB. .. 116
Figura 37 – Síntese do processo de definição/seleção/construção de informações por seção do relato integrado..... 154

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Número de pedidos do e-SIC, tempo médio de respostas e os pedidos de prorrogações de prazo realizados em 2018. 15
Gráfico 2 – Dados comparativos das demandas do e-SIC dos anos de 2017 e 2018 (a), incluindo o quantitativo de cada enquadramento utilizado (b)..... 16
Gráfico 3 – Evolução no número de matriculados e diplomados para a graduação no período 2014-2018..... 28
Gráfico 4 – Distribuição dos conceitos obtidos nas avaliações dos cursos de graduação no período de 2014-2018. 29
Gráfico 5 – Evolução no número de bolsas dos programas PROLICEN, PROTUT e MONITORIA no período de 2014-2018. 30
Gráfico 6 – Evolução nos recursos investidos nos programas PROLICEN, PROTUT e MONITORIA no período de 2014-2018. 30
Gráfico 7 – Evolução no número de bolsas dos programas PIBID, PET e Residência Pedagógica, financiados pela CAPES, e o PROMEB, financiados pelo Governo do Estado da Paraíba, no período de 2014-2018. 31
Gráfico 8 – Evolução no número de vagas para estágios ofertadas para os estudantes de graduação da UFPB no período de 2014-2018..... 32
Gráfico 9 – Evolução no número de vagas e recursos aplicados para a formação continuada no estado da Paraíba no período de 2014-2018. 32
Gráfico 10 – Evolução no número de matriculados e titulados nos cursos de mestrado e doutorado na UFPB no período de 2014-2018. 37
Gráfico 11 – Evolução no número de cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, bem como no número de cursos com conceito maior ou igual a 4 período de 2014-2018..... 38
Gráfico 12 – Comparativo dos conceitos médios dos cursos de pós-graduação da UFPB obtidos na última avaliação quadrienal da CAPES com a média para a região Nordeste e para o Brasil. 38
Gráfico 13 – (a) Vagas ofertadas para o ensino básico, técnico e tecnológico em 2018; (b) Detalhamento das vagas ofertadas por unidade de ensino EBTT. 41
Gráfico 14 – Evolução no número de bolsas PIBIC financiadas pela UFPB e pelo CNPq no período de 2014-2018. 46
Gráfico 15 – Evolução no número de discentes envolvidos nos programas de iniciação cientifica e no número de trabalhos apresentados no ENIC no período de 2014-2018. 46
Gráfico 16 – Indicadores globais da pesquisa para o ano base de 2017..... 47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 17 – Evolução na produção de artigos nas bases Scopus e Web of Science no período de 2014-2018. 48
Gráfico 18 – Evolução nos números de bolsistas PQ e DT do CNPq no período de 2014-2018. 49
Gráfico 19 – Evolução no número de bolsas do PROBEX e "UFPB em seu Município", no número de ações do FLUEX e no número de trabalhos apresentados no ENEX no período de 2014-2018. 52
Gráfico 20 – Evolução quantitativa do envolvimento da comunidade universitária na extensão. 54
Gráfico 21 – Evolução no número de estudantes assistidos com auxílio alimentação, auxílio moradia e na residência universitária no período de 2014-2018. 56
Gráfico 22 – Evolução no número de estudantes assistidos com auxílio transporte, auxílio creche e auxílio esporte, cultura e inclusão digital no período de 2015-2018. 57
Gráfico 23 – Evolução nos recursos investidos com bolsas de apoio a estudantes com deficiência no período de 2014-2018. 58
Gráfico 24 – Evolução nos recursos executados para aquisição de títulos e exemplares, incluindo as respectivas quantidades adquiridas, no período de 2014-2018. 60
Gráfico 25 – Evolução nos recursos investidos para aquisição e renovação de bases de dados no período de 2014-2018. 61
Gráfico 26 – Evolução no número de patentes e programas depositados no período de 2014-2018. 63
Gráfico 27 – Evolução nos investimentos para a área de depósitos de patentes e programas no período de 2014-2018. 64
Gráfico 28 – Evolução no orçamento global da UFPB no período 2014-2018. 72
Gráfico 29 – Evolução no orçamento discricionário da UFPB no período 2014-2018. 72
Gráfico 30 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20GK. 73
Gráfico 31 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20RK. 74
Gráfico 32 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20RL. 74
Gráfico 33 – Evolução na dotação orçamentária da ação 2994. 75
Gráfico 34 – Evolução na dotação orçamentária da ação 4002. 76
Gráfico 35 – Evolução na dotação orçamentária da ação 8282. 76
Gráfico 36 – Evolução da execução orçamentária e financeira para as despesas discricionárias de custeio e capital da UFPB para o período de 2014-2018. 77
Gráfico 37 – Evolução da execução financeira das despesas correntes, incluindo as obrigatórias e as discricionárias, da UFPB para o período de 2015-2018. 78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 38 – Detalhamento de algumas despesas correntes (obrigatórias e discricionárias) do ano de 2018. 79
Gráfico 39 – Evolução da execução financeira para os recursos de capital da UFPB para o período de 2014-2018. 79
Gráfico 40 – Detalhamento das despesas de capital no ano de 2018. 80
Gráfico 41 – (a) Distribuição dos docentes na UFPB. 82
Gráfico 42 – Distribuição do número de servidores técnicos administrativos por categoria. 82
Gráfico 43 – Evolução na titulação dos servidores técnicos administrativos no período de 2014-2018. 83
Gráfico 44 – Distribuição salarial dos servidores da UFPB. 83
Gráfico 45 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por gênero. 84
Gráfico 46 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por faixa etária. 84
Gráfico 47 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por situação funcional. .. 85
Gráfico 48 – Distribuição do quantitativo de servidores Técnicos Administrativos por níveis da carreira. 85
Gráfico 49 – Distribuição do quantitativo de servidores docentes do magistério superior por níveis da carreira. 86
Gráfico 50 – Distribuição do quantitativo de servidores docentes EBTT por níveis da carreira. 86
Gráfico 51 – (a) Distribuição dos servidores técnicos administrativos por unidade administrativa. 87
Gráfico 52 – Despesas com folha de pagamento de servidores da UFPB em 2018. 88
Gráfico 53 – Evolução das despesas com folha de pagamento de servidores da UFPB no período de 2013-2018. 89
Gráfico 54 – Detalhamento das despesas com capacitação em 2018. 92
Gráfico 55 – Evolução em algumas ações de capacitação no ano de 2018 em relação ao exercício anterior 93
Gráfico 56 – Evolução nas vagas ofertadas e servidores capacitados bem como nos recursos investidos no ano de 2018 em relação ao exercício anterior. 93
Gráfico 57 – Série histórica do quantitativo dos docentes afastados para capacitação de 2012-2017 94
Gráfico 58 – Detalhamento dos tipos de contratações realizadas pela PRA em 2018. 98
Gráfico 59 – Destaques das principais contratações da PRA de 2018. 99
Gráfico 60 – Distribuição dos recursos executados pela PU em 2018 por campus. 101
Gráfico 61 – Detalhamento das formas de contratações realizadas pela PU em 2018. 102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 62 – Detalhamento dos valores dos contratos da PU. 102
Gráfico 63 – Quantitativo das obras na UFPB. 104
Gráfico 64 – Evolução nos valores empenhados e pagos (incluindo os recursos inscritos em restos a pagar) para as obras na UFPB no período de 2014-2018. 104
Gráfico 65 – Valores arrecadados com cessão de uso dos espaços na UFPB em 2018. 106
Gráfico 66 – Detalhamento das despesas com o fornecimento de água e coleta de esgoto por campi. 108
Gráfico 67 – Detalhamento mensais com o pagamento de energia elétrica..... 108
Gráfico 68 – Detalhamento dos investimentos em TI no ano de 2018..... 110
Gráfico 69 – Evolução do consumo de energia elétrica em valor (R$) e unidade de consumo (KWh) no período de outubro de 2013 a dezembro de 2018. 117
Gráfico 70 – Evolução do volume de água consumida e o valor pago no período de 2015-2018. 118

Lista de Quadros

Quadro 1 – Estrutura do vencimento básico dos servidores técnico-administrativos e docentes. 90

Quadro 2 – Atendimento das recomendações do TCU..... 155

Quadro 3 – Pendências em relação ao julgamento de contas anuais de exercícios anteriores. 156

Quadro 4 – Situação das recomendações emitidas pela CGU. 158

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Quantitativo de reposição ao erário em 2018. 13
Tabela 2 – Base de dados adquiridas (A) e renovadas (R) em 2018, incluindo o valor do contrato, duração e número de títulos. 61
Tabela 3 – Despesas com precatórios em 2018. 80
Tabela 4 – Evolução do consumo de água na UFPB. 118
Tabela 5 - Restos a Pagar não Processados - RPNP por ano de inscrição. 123
Tabela 6 - Restos a Pagar não Processados - RPNP por Unidade Gestora. 124
Tabela 7 - Restos a Pagar Processados - RPP por Unidade Gestora. 125
Tabela 8 - Resultado Financeiro. 126
Tabela 9 – Detalhamento dos demais Créditos e Valores a Curto Prazo. 127
Tabela 10 – Composição dos Bens Móveis. 128
Tabela 11 – Composição dos Bens Imóveis. 128
Tabela 12 - Obras em andamento por unidade gestora. 129
Tabela 13 – Composição dos Bens de Uso Especial. 129
Tabela 14 – Composição de fornecedores com contas a pagar. 131
Tabela 15 - Composição de fornecedores com contas a pagar por unidade gestora contratante. 131
Tabela 16 -Relação dos fornecedores com Contas a Pagar. 132
Tabela 17 – Composição das Obrigações Contratuais. 132
Tabela 18 - Obrigações Contratuais por unidade gestora contratante. 133
Tabela 19 - Obrigações Contratuais, por contratado, da Prefeitura Universitária. 133
Tabela 20 – Principais transações dos contratados pela Prefeitura Universitária. 134

Lista de Siglas e Abreviações

ACI – Agência UFPB de Cooperação Internacional.

AGE – Alunos Equivalentes da Graduação.

AGTI – Alunos da Graduação em Tempo Integral.

AGPTI – Alunos da Graduação em Tempo Integral.

AGU – Advocacia Geral da União.

APCN – Aplicativos de Propostas de Cursos Novos.

AR – Alunos Efetivamente Matriculados na Residência Médica.

ARTI – Alunos de Residência Médica em Tempo Integral.

AUDIN – Auditoria Interna.

BC – Biblioteca Central.

BF – Balanço Financeiro.

BO – Balanço Orçamentário.

BP – Balanço Patrimonial.

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada.

CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba.

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CBiotec – Centro de Biotecnologia.

CCA – Centro de Ciências Agrárias.

CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação.

CCF – Coordenação de Controle Financeiro.

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza.

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

CCHSA – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias.

CCI – Coordenação de Controle Interno.

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas.

CCM – Centro de Ciências Médicas.

CCP – Coordenação de Currículos e Programas.

CCONT – Coordenação de Contabilidade.

CCS – Centros de Ciências da Saúde.

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes.

CD – Cargo de Direção.

CE – Centro de Educação.

CEAR – Centro de Energias Alternativas e Renováveis.

CEPG – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

CFT – Centro de Formação de Tecnólogo.

CGA – Comissão de Gestão Ambiental.

CGD – Comitê de Governança Digital da UFPB.

CGI – Comitê da Gestão da Integridade.

CGTI – Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação.

CGU – Controladoria Geral da União.

CI – Centro de Informática.

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade.

CISAP – Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

LISTA DAS SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CODEINFO – Coordenação de Informação.

CODEOR – Coordenação de Orçamento.

CODEPLAN – Coordenação de Planejamento.

CONGOV – Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos.

CONFOR – Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Educação Básica.

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão.

CONSUNI – Conselho Universitário.

CPA – Comissão Permanente de Avaliação.

CPACE – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos.

CPGP – Coordenação de Processos de Gestão de Pessoas.

CPPRAD – Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares.

CRC – Centro de Recondicionamento de Computadores.

CT – Centro de Tecnologia.

CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional.

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação.

DAI – Doutorado Acadêmico para Inovação.

DCPS – Divisão de Cadastro e Pagamento de Servidores.

DOU – Diário Oficial da União.

DVP – Demonstração da Variação Patrimonial.

EAD – Ensino a Distância.

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

EDU – Editora Universitária.

EEBAS – Escola de Ensino Básico.

e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e as normas da Identidade Digital do Poder Executivo Federal.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.

EMPs – Exames Médicos Periódicos.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

ENEX– Encontro de Extensão.

ENIC – Encontro de Iniciação Científica

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

e-OUV – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

ETS – Escola Técnica de Saúde.

FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco.

FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba.

FCC – Função de Cargo de Coordenação.

FG – Função Gratificada.

FLUEX – Programa de Fluxo Contínuo de Extensão.

FJA – Fundação José Américo.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

FUNAPE – Fundação de Apoio à Pesquisa e a Extensão.

GPE – Grau de Participação Estudantil.

GRU – Guia de Recolhimento da União.

HULW – Hospital Universitário Lauro Wanderley.

IDEP – Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba.

LISTA DAS SIGLAS E ABREVIAÇÕES

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

INPI – Instituto Nacional Propriedade Industrial.

ISS – Imposto Sobre Serviço.

IQ – Incentivo à Qualificação.

IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.

INOVA – Agência de Inovação e Tecnologia da UFPB.

IpeFarM – Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos.

LEENE – Laboratório de Eficiência Energética.

LIEPE – Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão.

LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MEC – Ministério da Educação.

MPF – Ministério Público Federal.

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NAC – Núcleo de Arte Contemporânea.

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade.

NBCASP – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

NTU – Núcleo de Teatro Universitário.

OB – Ordem Bancária.

OCI – Órgão de Controle Interno.

ODG – Observatório de Dados da Graduação.

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

PAD – Processo Administrativo Disciplinar.

PC – Prestação de Contas.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

PET – Programa de Educação Tutorial.

PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

PF – Procuradoria Federal.

PGLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável.

PII – Política de Informação Institucional.

PLADES – Plano de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável para os Arranjos Produtivos Locais da Paraíba.

PGLS – Plano de Gestão Logística Sustentável.

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PIBIC-EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio.

PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica.

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica.

PJ – Procuradoria Jurídica.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação.

PQI – Programa de Qualificação Institucional.

PRA – Pró-Reitoria de Administração.

PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

LISTA DAS SIGLAS E ABREVIAÇÕES

PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante.

PRG – Pró-Reitoria de Graduação.

PRINT – Programa Institucional de Internacionalização.

PROAP – Programa de Apoio a Pós-graduação.

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa.

PROBEX – Programa de Bolsa de Extensão.

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos.

PROEXT – Programas e Projetos de Extensão.

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

PROLICEN – Programa de Apoio às Licenciaturas.

PROMEB – Programa de Melhoria da Educação Básica.

PROMOBI – Programa de Mobilidade Internacional.

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

PROTUT – Programa de Tutoria.

PRPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

PU – Prefeitura Universitária.

QRSTA – Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos.

RCD – Resíduos da Construção e Demolição.

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

RG – Relatório de Gestão.

RGG – Regulamento Geral da Graduação.

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

RP – Restos a Pagar.

RPNP – Restos a Pagar Não Processados.

RPPS – Restos a Pagar Processados.

RPV – Requisições de Pequeno Valor.

SAPIENS – Sistema AGU de Inteligência Jurídica.

SEB – Secretaria de Educação Básica.

SEBTT – Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SGDCOM – Sistema de Gestão de Desempenho por Competências.

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

SIG – Sistema Integrado de Gestão.

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

SIGEPE – Sistema Integrado de Gestão Pessoas.

SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.

SIGPP – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos.

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos.

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

TAE – Técnico-Administrativo em Educação.

TCE – Tomada de Contas Especial.

TCU – Tribunal de Contas da União.

TECNOMAT – Laboratório de tecnologia de novos materiais.

TED – Termo de Execução Descentralizada.

TI – Tecnologia da Informação.

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

TSG – Taxa de Sucesso na Graduação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UG – Unidade Gestora.

UNIDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação.

1 MENSAGEM DA REITORA.

A história da UFPB é marcada por grandes transformações materializadas pela criação de novos cursos, centros, unidades e campus, como pode ser observado na ***Figura 1 – Marcos Históricos****. A atual gestão da universidade é parte desse processo e incorpora o compromisso com o perfil empreendedor e inovador das gerações passadas, projetando um futuro com responsabilidade para as próximas gerações.*



É com grande satisfação que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresenta o Relatório de Gestão (RG) 2018. Neste ano, uma das novidades diz respeito à utilização de um novo formato, exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e baseado na Estrutura Internacional para Relato Integrado do International Integrated Report Council (IIRC). O objetivo é apresentar os resultados com uma identidade visual que facilite a compreensão do conjunto das informações no sentido da promoção da transparência na gestão pública.



Figura 1 – Marcos históricos da UFPB.

1. MENSAGEM DA REITORA

Apesar da grave crise financeira do Estado brasileiro, que reduziu os recursos em investimentos para as universidades federais, a UFPB apresenta resultados bastante positivos tanto na área administrativa como nas atividades finalísticas. A despeito das dificuldades, a UFPB conseguiu melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência estudantil, da inovação e o desempenho da gestão.

No campo administrativo, o ano de 2018 foi marcado pelo início de mudanças substanciais com a reforma da Prefeitura Universitária, que cria novas estruturas com a definição de atribuições, segregação de funções, responsabilização, controle de processos e gestão de riscos. O Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos é uma novidade e se reuniu pela primeira vez para estabelecer um novo modelo de governança na UFPB. Além disso, o processo de elaboração do novo estatuto representa a concretização de um anseio histórico da comunidade universitária.

No campo acadêmico, o ano de 2018 foi marcado pela inovação e pelo estabelecimento de novos patamares de qualidade e de produção acadêmica, como pode ser observado na ***Figura 2 – UFPB em Números****. O destaque é para o processo de internacionalização e para a expansão do número de patentes registradas pela UFPB.*

Os dados apresentados neste RG não deixam dúvidas do trabalho realizado pelos docentes e técnicos administrativos, todos com o compromisso de prestar o melhor serviço público de qualidade para os discentes da UFPB e para a sociedade de um modo geral.

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Reitora

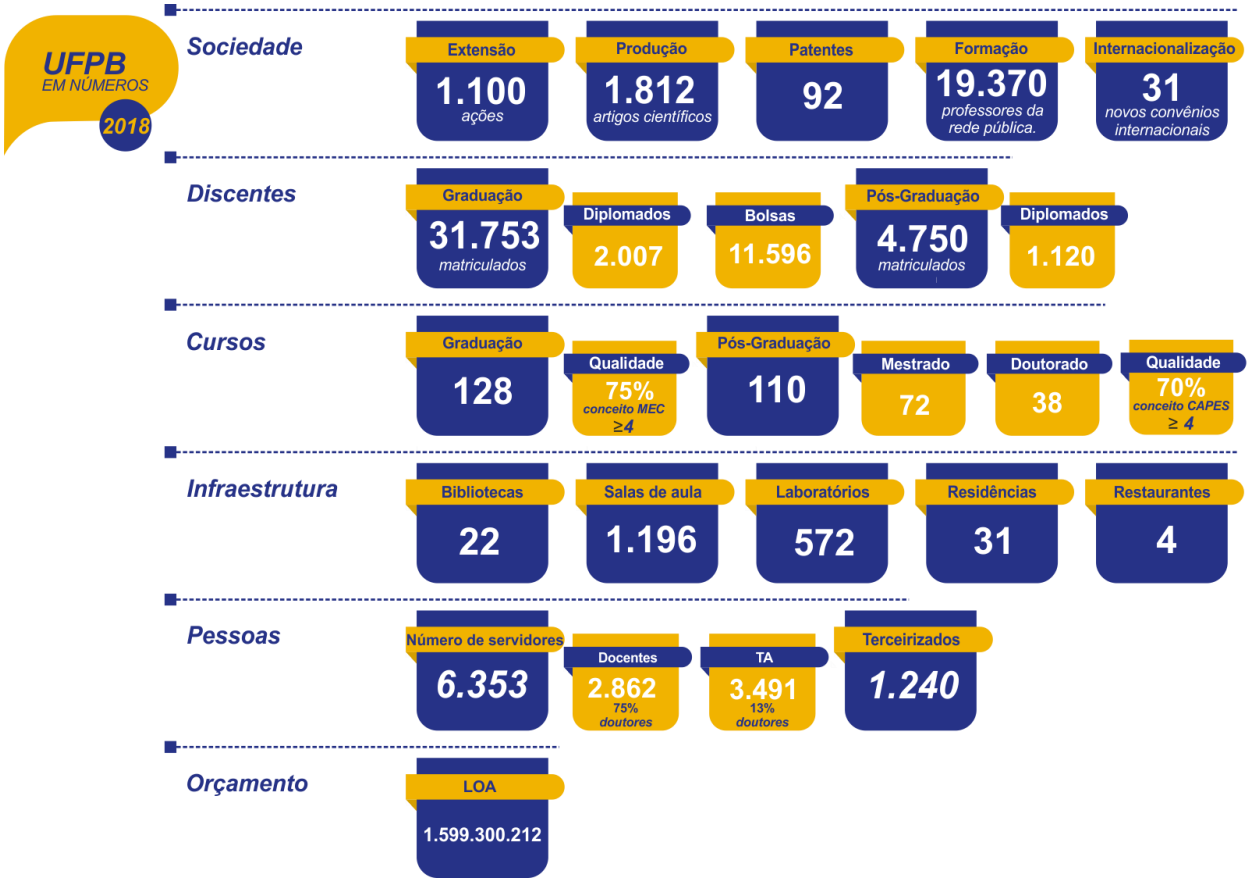


Figura 2 – Principais variáveis institucionais e destaques da gestão para o ano de 2018.

2 VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.

2.1 A UFPB cidadã – a serviço da sociedade Paraibana.

Na elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2014-2018, a Universidade Federal da Paraíba estabeleceu um horizonte político-acadêmico de atuação fundamentado na missão de construir, produzir e difundir a ciência e a tecnologia e formar profissionais em todas as áreas do conhecimento com qualidade técnica, compromisso social e ético e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Sua missão, visão e valores são mostrados na **Figura 3**.



Figura 3 – Missão, visão e valores estabelecidos no PDI 2014-2018.

A UFPB oferece cursos de graduação e Pós-Graduação em todas as áreas de conhecimento, com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na **Figura 4** são mostradas as áreas de atuação da UFPB e os seus Centros de Ensino que desenvolvem atividades nas respectivas áreas.



Figura 4 – Áreas de atuação acadêmica da UFPB distribuídas por Centro de Ensino.

2.2 Estrutura organizacional e instâncias de decisão.

A estrutura organizacional da UFPB é mostrada na **Figura 5**. As principais instâncias de decisão são: os conselhos superiores (CONSEPE, CONSUNI e CURADOR) e a administração central (Reitoria e Pró-Reitorias - PRA, PRAPE, PRAC, PROGEP, PRG, PRPG, PROPESQ, PROPLAN). Os Centros de Ensino exercem o papel estatutário de coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas a nível de administração setorial. Os órgãos suplementares são criados pelo CONSUNI com a finalidade de apoiar e executar atividades específicas de sua competência. A procuradoria jurídica da UFPB é exercida pela Advocacia Geral da União. A auditoria interna é o órgão técnico de controle da instituição vinculado ao Conselho Universitário.

Na **Figura 6** são mostradas as competências e os respectivos presidentes dos Conselhos Superiores da UFPB, bem como as competências e os seus respectivos responsáveis pelas Pró-Reitorias. Essas duas instâncias representam as principais esferas de decisão da UFPB.

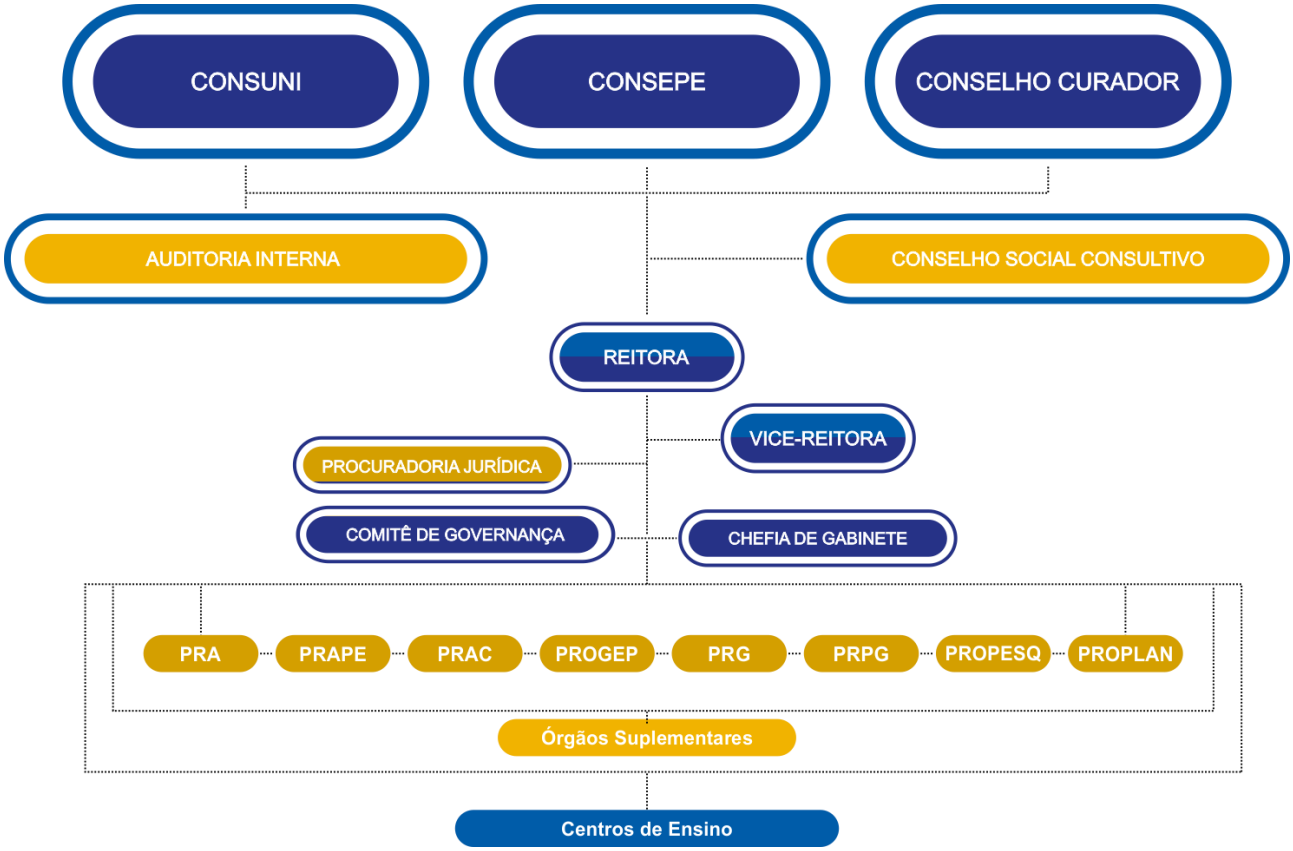


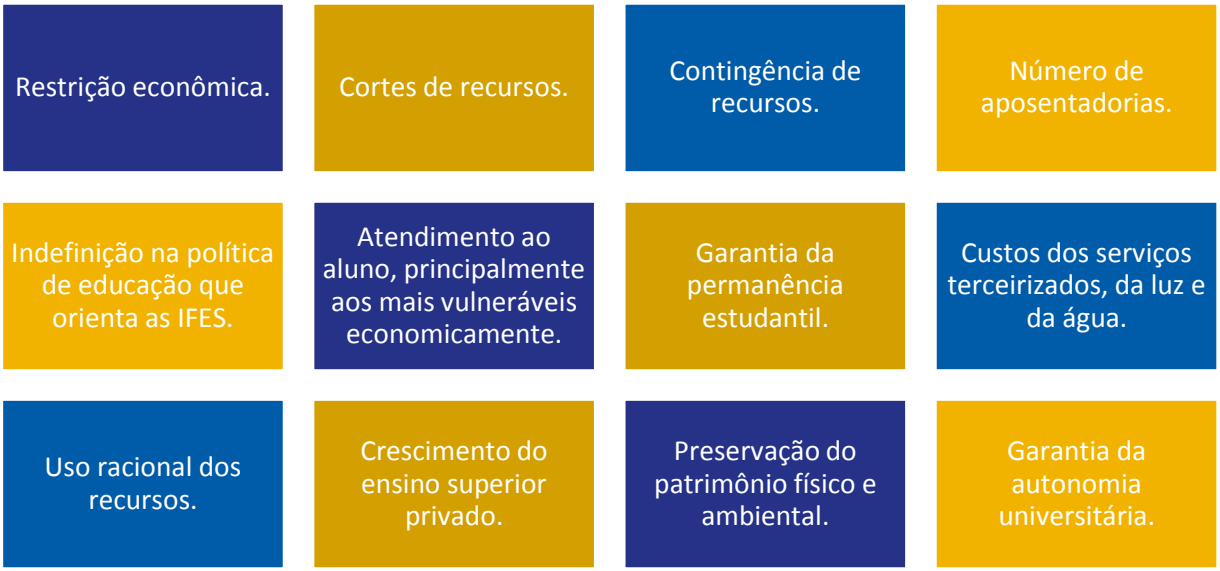
Figura 5 – Organograma simplificado da UFPB.



Figura 6 – Atribuições e responsáveis pelos Conselhos Superiores e pelas Pró-Reitorias da UFPB.

2.3 Ambiente externo.

Todas as instituições públicas passaram por dificuldades ao longo dos últimos anos e com a Universidade Federal da Paraíba não foi diferente. O cenário atual marcado por restrição econômica grave com cortes de recursos, número de aposentadorias acima da média, além da indefinição na política de educação que orienta as IFES, por conta das mudanças no governo federal, tem trazido incertezas que atrapalham o fluxo normal da gestão. Porém, mesmo com todos os problemas, a UFPB conseguiu se manter em equilíbrio para exercer não só seu papel acadêmico, mas também social.



O papel social passa pelo atendimento ao aluno, principalmente aos mais vulneráveis economicamente que, durante a vigência do curso, necessitam de auxílios que vão além do apoio acadêmico, tais como auxílio moradia e alimentação, que fazem parte da assistência que a universidade oferece ao discente para uma melhor formação. Deste modo, mesmo em um período de contingência de recursos, ações foram realizadas para manter o apoio estudantil, atendendo o objetivo estratégico voltado ao estímulo da permanência do aluno e à ampliação da inclusão social.

Outro desafio importante nesse cenário conturbado é manter um nível de estrutura e recurso adequado para os servidores desempenharem seu trabalho plenamente. Custos com material administrativo, luz e água são contínuos e, mais ainda, vitais para o andamento da universidade. Nesse sentido todos os gestores passaram a ter acesso diário ao relatório de acompanhamento orçamentário do tesouro gerencial, facilitando o controle dos gastos da sua unidade.

Mesmo em um quadro de transformações estruturais na dinâmica do mercado de trabalho, com impactos nas demandas profissionais, bem como de crescimento do ensino superior privado, em função dos programas públicos de fomento à educação, as universidades federais seguem exercendo papel de destaque, tanto na promoção da pesquisa, gerando novas descobertas e desenvolvimento tecnológico em diversas

áreas, quanto na formação profissional qualificada. Entretanto, é necessário o aprimoramento dos seus processos gerenciais, visando o alinhamento das ações institucionais ao planejamento estratégico.

Deste modo, a UFPB construiu o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, que foi pensado e encarado pela gestão como o documento que apontará os rumos e os compromissos institucionais, aproximando a gestão universitária da sociedade por meio da ampliação do acesso à informação e à transparência na gestão e da garantia da permanência estudantil, bem como de uma formação profissional de qualidade e socialmente responsável.

Por fim, os desafios envolvem, ainda, o uso racional dos recursos, a preservação do patrimônio físico e ambiental e a garantia da autonomia universitária, somente possível em um ambiente de pluralismo de ideias e respeito à diversidade humana.

2.4 Cadeia de valor.

Na **Figura 7** é mostrada uma representação diagramada dos macroprocessos que regem a UFPB e, de forma sistêmica, auxiliam na obtenção dos resultados pretendidos, gerando valor percebido. Os macroprocessos gerenciais estão relacionados às atividades primárias de gestão (administrativa, recursos humanos, tecnologia da informação, informações e comunicações, aquisições e contratações e do relacionamento com a sociedade), da governança, integridade e gestão de riscos e do planejamento estratégico. Essas atividades primárias servem de base para os macroprocessos de suporte que representam as atividades meio, quais sejam: infraestrutura física e organizacional, convênios, parcerias, ações e programas governamentais, assistência estudantil e segurança. As atividades finalistas de ensino, pesquisa, extensão e inovação são direcionadas para que a UFPB possa cumprir a sua missão institucional, com base na sua visão de futuro e nos valores institucionais.

Missão:

Geração e difusão do conhecimento que possa propiciar o desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita interação com os poderes públicos, setor produtivo e movimentos sociais de modo a construir uma sociedade mais justa.

Visão

Uma universidade comprometida com a excelência acadêmica e com formas gerenciais e organizacionais avançadas e eficazes que possam promover a sua liderança no processo de desenvolvimento científico-tecnológico, socioambiental, econômico e cultural.

Valores

Respeito e compromisso com o bem público, ética, transparência, respeito à diversidade, valorização do ser humano, sustentabilidade ambiental, econômica e social.

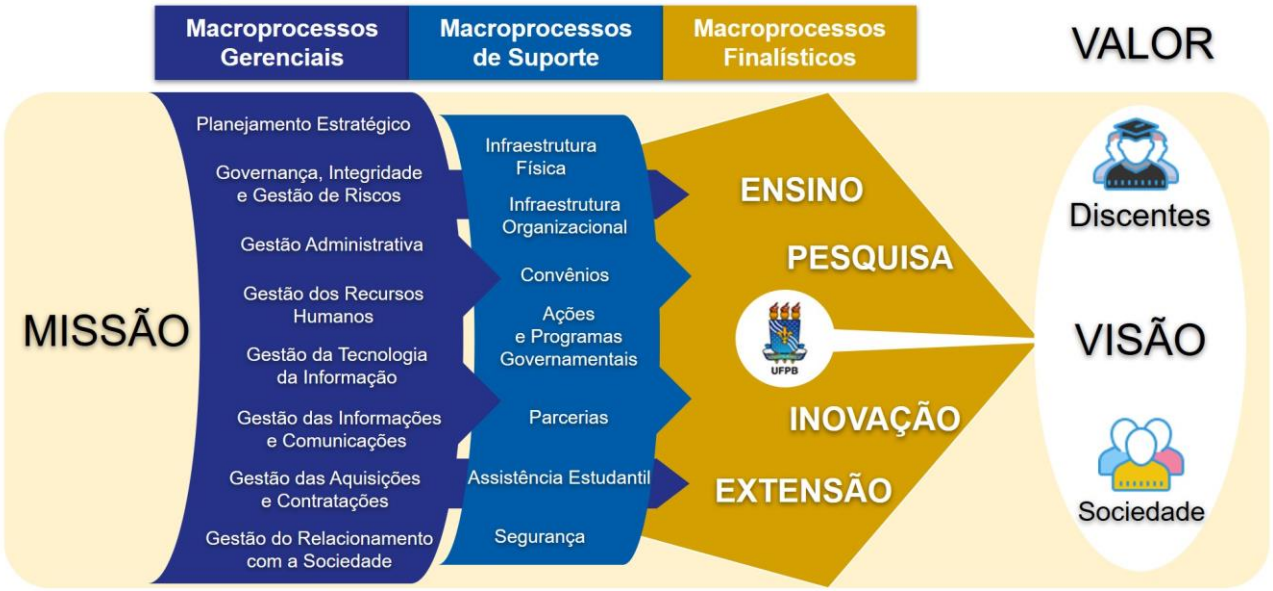


Figura 7 – Representação diagramada da cadeia de valor da UFPB.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.

3.1 Mapa Estratégico PDI 2014-2018.

O cumprimento da missão institucional da UFPB, definida no PDI 2014-2018, está associado à execução dos objetivos estratégicos estabelecidos, conforme Mapa Estratégico mostrado na **Figura 8**.



Figura 8 – Mapa Estratégico do PDI 2014-2018.

Ao longo de 2018, em virtude do processo de construção de um novo PDI para o período 2019-2023, as unidades analisaram criticamente os projetos, ações e atividades relacionados aos respectivos objetivos estratégicos, de modo a identificar os avanços já obtidos e os entraves ainda encontrados para o

cumprimento dos mesmos. Este processo favoreceu o planejamento das ações do ano, bem como permitiu a produção de um relatório de diagnóstico, baseado nas ferramentas SWOT e inventário de necessidades, base para a elaboração do planejamento estratégico para o próximo quinquênio.

3.2 Estrutura de Governança.

3.2.1 Informações sobre dirigentes e colegiados.

Buscando garantir o alinhamento das ações institucionais ao interesse público, a UFPB tem avançado no aprimoramento de suas estruturas e práticas de governança, de acordo com os princípios estabelecidos pelo TCU: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*. Em 2018, no âmbito do projeto de reestruturação administrativa, foram discutidas alterações para a estrutura de governança e serviços da instituição, visando a adequação do funcionamento da universidade às novas exigências legais, em particular à Instrução Normativa MP/CGU nº 01/2016 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União.

Neste sentido e com vistas à institucionalização das instâncias internas de apoio à governança na UFPB, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou a criação e os regimentos dos órgãos responsáveis pela elaboração e execução das políticas para a boa governança na UFPB. Esses órgãos, suas atribuições e os respectivos atos normativos são mostrados na **Figura 9**. A estrutura de governança da UFPB é esquematizada na **Figura 10**.



Figura 9 – Órgãos da estrutura de governança da UFPB e suas atribuições.

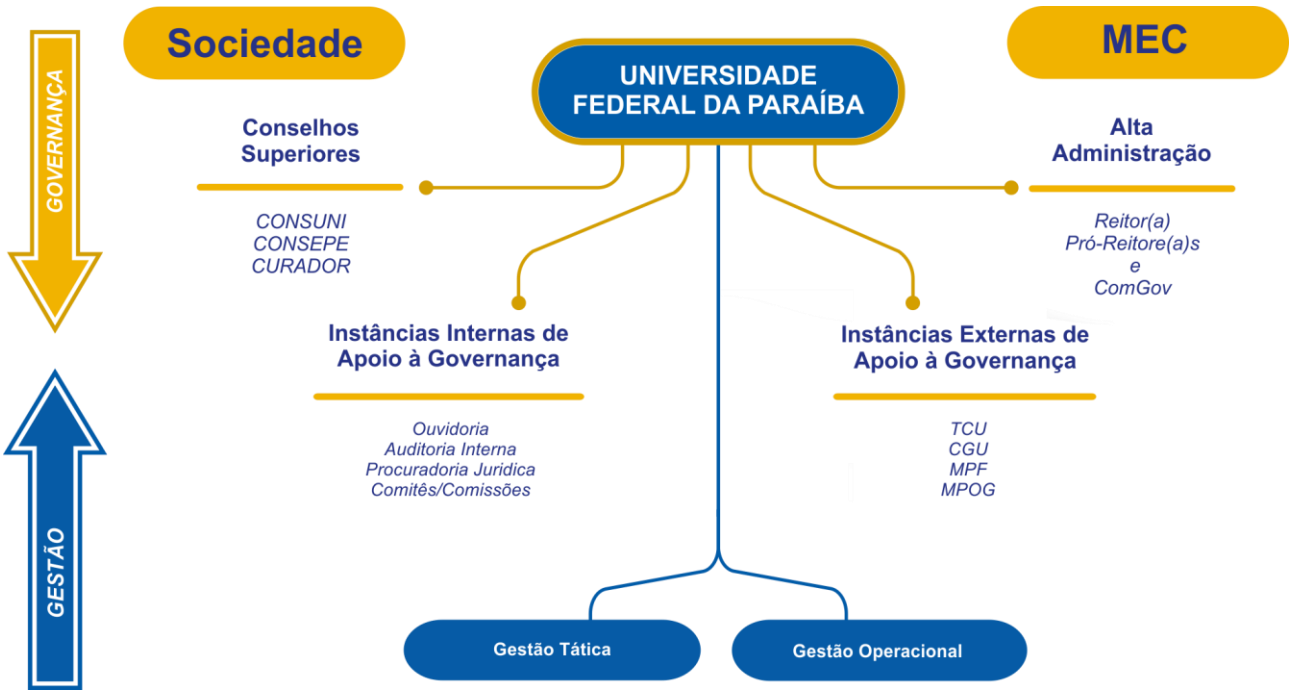


Figura 10 – Estrutura de Governança da UFPB.

3.2.2 Atuação da unidade de auditoria interna.

A atuação técnica de controle da UFPB se dá pela Auditoria Interna (Audin), em relação às unidades centralizadas e descentralizadas da instituição, através de ações de auditoria previamente escolhidas por esta Unidade com base em fatores de risco e estabelecidas no Plano Anual de Auditoria Interna. Durante o procedimento de execução dos trabalhos, as ações são realizadas por meio de análise de processos e extração de dados dos diversos sistemas do Governo Federal, bem como da realização de trabalhos de campo quando necessário.

A Audin, que é vinculada ao Conselho Universitário, teve seu regimento interno reformulado através da Resolução do Consuni nº 27/2018, se adequando às normas de auditoria governamental vigentes, em especial à IN CGU nº 3/2017, a qual estabeleceu um novo marco para a atuação das unidades de auditoria interna do Poder Executivo Federal. Os elementos que caracterizam a independência e objetividade da Audin estão descritos nos art. 45 a 53 do seu Regimento Interno. Quanto à sua estrutura funcional, a Audin é composta por 6 (seis) servidores, sendo 5 (cinco) auditores e 1 (uma) secretária. A nomeação do titular da Unidade segue os critérios da Portaria CGU nº 2.737, de 20/12/2017, conforme também previstos na Subseção I do Capítulo III do Regimento Interno.

As recomendações emitidas pela Audin são formalizadas mediante Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria, conforme o caso, e encaminhados ao Presidente do Consuni, como também aos dirigentes das Unidades Auditadas, através de processo administrativo movimentado por meio do sistema eletrônico SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos). Deste modo, a Audin acompanha a tramitação dos respectivos processos através deste sistema.

Não existe um procedimento específico em relação à assunção de riscos em caso de não implementação das recomendações. Salienta-se, porém, que até o presente momento não houve recusa pelos dirigentes das respectivas unidades administrativas em atender às recomendações feitas pela Audin.

3.2.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD), órgão auxiliar do Gabinete da Reitoria, tem como missão apurar as denúncias sobre irregularidades e faltas praticadas por servidores vinculados a esta instituição, bem como o acompanhamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em tramitação no âmbito da UFPB, valendo-se dos instrumentos correcionais para dar efetivo cumprimento as suas funções.

Os serviços desempenhados pelo setor são:

- Emissão de Certidão Negativa;
- Condução de Processo Administrativo Disciplinar;
- Condução PAD - Sumário (Abandono de Cargo e Inassiduidade Habitual e Acumulação Ilegal);
- Inserção dos dados e documentos das Sindicâncias e PADs da UFPB no Sistema CGU/PAD.

As informações referentes à apuração realizada pela unidade no ano de 2018 encontram-se em relatório anexo inserido no sistema e-contas.

O principal entrave da unidade se refere à integração dos procedimentos correcionais da UFPB ao CGU/PAD. Em que pese a aderência completa das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, ordinários e sumários instaurados pela instituição, o prazo de 30 dias para inserção das informações, conforme a Portaria CGU n° 1.043, de 24 de julho de 2007, não está sendo cumprido na totalidade dos procedimentos. Tal problema se dá em razão de a UFPB possuir um único setor que lida com o Sistema CGU-PAD, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - sendo esta responsável pelo registro e atualização de todos os procedimentos investigativos e/ou disciplinares que transcorrem nesta IFES.

3.2.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário.

A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos - CPACE, da PROGEP/UFPB, tem por atividade-fim a averiguação da situação funcional dos servidores (docentes e técnico-administrativos), desta Universidade Federal, no tocante à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, seja no ingresso na Instituição, seja no decorrer da vida funcional do servidor.

No ingresso (posse/contratação), a CPACE é responsável pela análise da existência de outros vínculos empregatícios, seja por meio de documentos apresentados pelo candidato, seja através de pesquisas aos portais públicos de transparência, emitindo despacho, após análise de declaração do candidato, informando a licitude/ilicitude de eventual acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

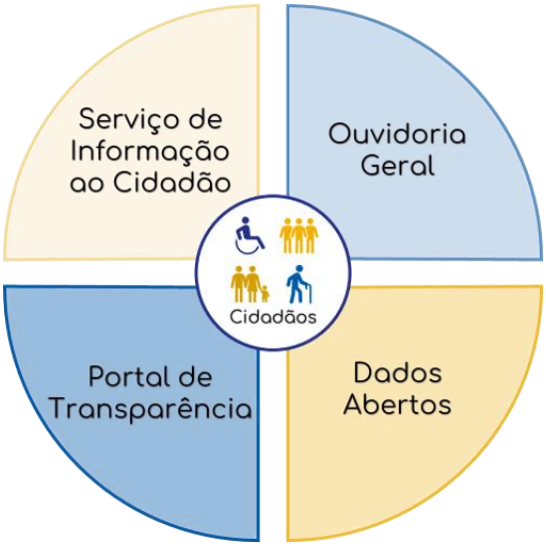
No ano de 2018, a CPACE atuou mais fortemente na instrução e conclusão de processos administrativos de **reposição ao erário**, instaurados em razão de demanda de auditoria da Controladoria Geral da União, especificamente nos casos de **acumulação de outra atividade remunerada**, pública ou privada, por **Professores** em regime de **Dedicação Exclusiva**. Os valores que foram recuperados aos cofres públicos são mostrados na **Tabela 1**. Somando-se o montante de recursos levantados nos processos administrativos, tem-se mais de **R$ 1.400.000,00** (um milhão e quatrocentos mil reais) de **valores consolidados**, já em processo de pagamento ou a serem cobrados, administrativamente.

Tabela 1 – Quantitativo de reposição ao erário em 2018.

Servidor	Valores recuperados em 2018	Observação
0336868	R$ 27.922,95	Janeiro - novembro 2018
1413016	R$ 2.887,02	Último trimestre, excluindo dezembro/2018
1806670	R$ 5.166,19	Janeiro - novembro 2018
0334171	R$ 17.278,94	Abril - novembro 2018
0337311	R$ 6.717,84	Agosto - novembro 2018
Total	**R$ 59.972,94**	**Exercício de 2018**

Fonte: PROGEP.

3.3 Relacionamento com a Sociedade.



O relacionamento da UFPB com a sociedade ocorre por meio de diversos canais, que têm sido constantemente aprimorados e fazem parte do escopo da missão institucional. A transparência das informações por meio do gerenciamento de dados e informações institucionais, o gerenciamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o gerenciamento do Sistema e do Portal de Dados Abertos e o gerenciamento do Portal de Transparência, são alguns exemplos desses canais. Além da Ouvidoria Geral que recebe e encaminha as denúncias e reclamações do cidadão.

A busca constante por oferecer o melhor serviço à sociedade foi materializada pela criação, em 2017, da Coordenação de Informação (CODEINFO) que tem a missão de gerir e acompanhar os dados e informações institucionais visando a elaboração de modelos de eficiência e eficácia da gestão informacional, bem como garantir ao cidadão, na forma da lei, o acesso às informações institucionais.

A seguir são apresentadas as principais ações realizadas, bem como alguns resultados relevantes alcançados em 2018, em todas as áreas dos canais de relacionamento com a sociedade na UFPB.

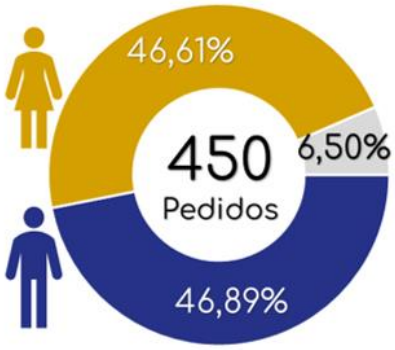
Ações operacionais da CODEINFO.

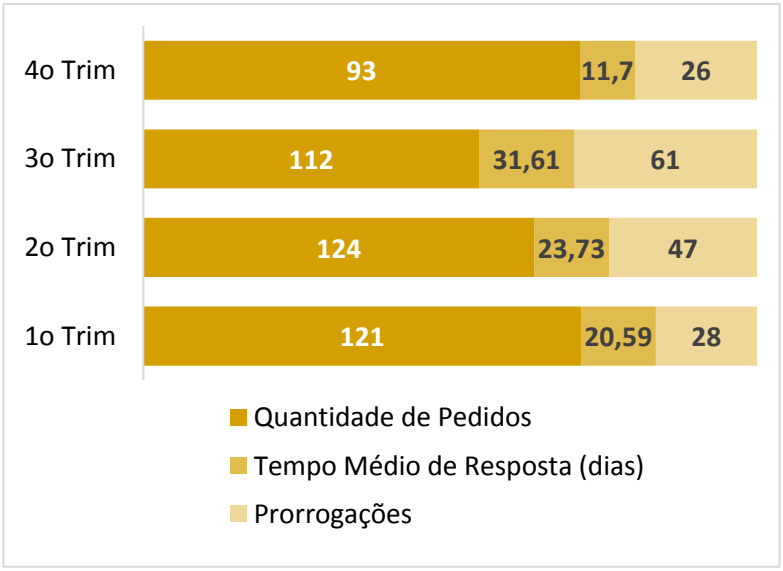
- Reengenharia e consolidação dos processos e procedimentos das operações da CODEINFO;
- Cumprimento das metas estabelecidas e desenvolvimento de projetos voltados para novos modelos de gestão pública baseada na excelência;
- Desenvolvimento do novo Portal de Transparência Ativa para toda a UFPB dentro dos padrões estabelecidos por lei;
- Consolidação da atuação da CODEINFO no âmbito institucional;
- Desenvolvimento do novo modelo de relacionamento com sociedade.

Serviço de Informação ao Cidadão.

- Melhorias nos índices de satisfação no atendimento e na facilidade de compreensão das respostas aos pedidos, em decorrência da padronização por meio de scripts servindo de instrumento de informação legal e do papel do SIC para o cidadão;
- Apoio às unidades administrativas para a conscientização da relação entre o órgão e a sociedade por meio do SIC;
- Melhorias no tempo médio de resposta, chegando a 11 dias no 4º trimestre;
- Redução no tempo médio de resposta em contrapartida ao aumento no número de perguntas e complexidade dos pedidos de informação;
- Aumento no número de prorrogações, mas, por outro lado, redução na negação de acesso.

Em 2018 foram registrados um total de 450 pedidos de informação. Uma análise da distribuição desses pedidos por gênero indica que há uma distribuição uniforme entre os homens e mulheres que utilizam o sistema eletrônico do SIC (e-SIC) da UFPB.

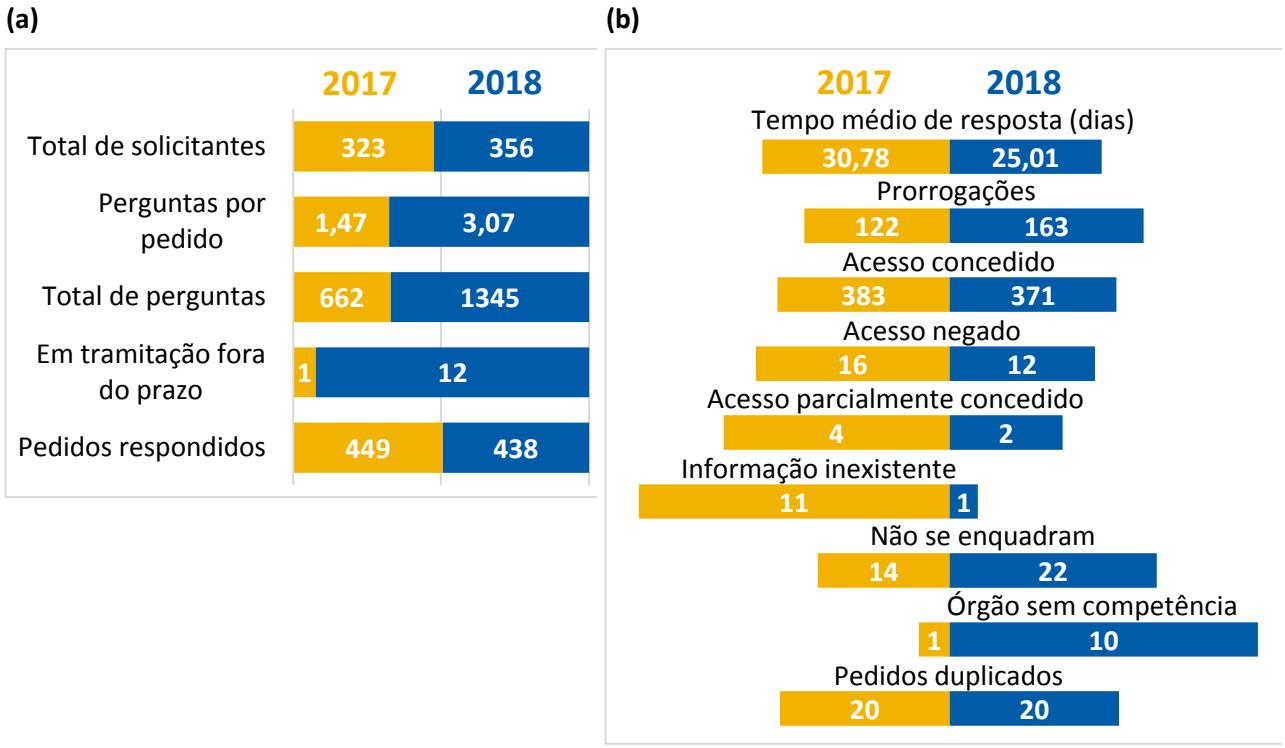




O **Gráfico 1** mostra, por trimestre em 2018, a distribuição dos pedidos do e-SIC, bem como o tempo médio das respostas (em dias) e os pedidos de prorrogações de prazo. Uma análise comparativa do número de pedidos, bem como o enquadramento de cada atendimento, em relação ao ano de 2017 são mostrados no **Gráfico 2**.

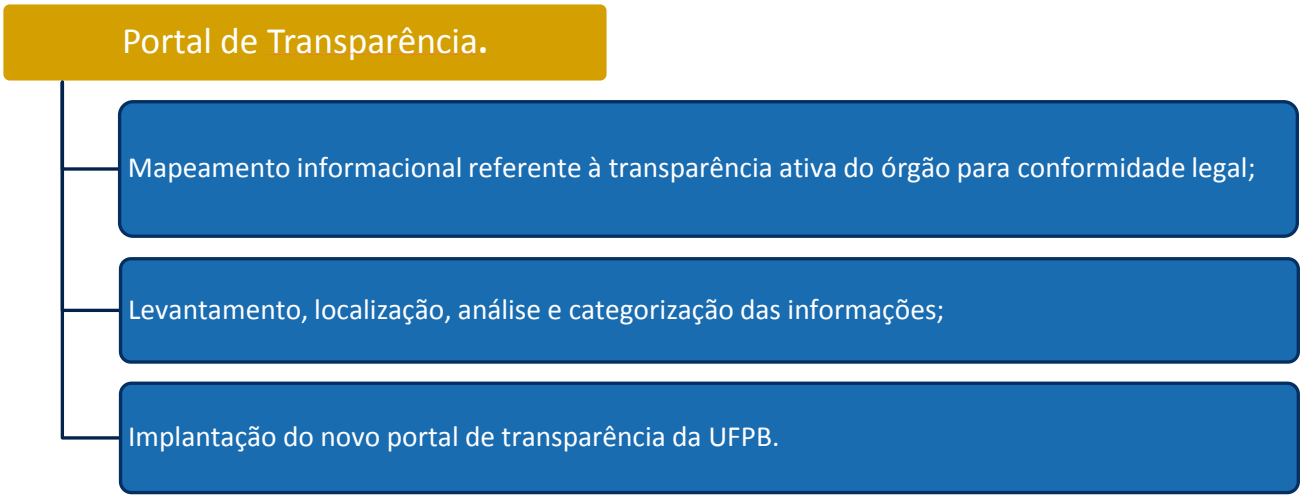
Fonte: Controladoria Geral da União, 2019.
Acesso: < https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Gráfico 1 – Número de pedidos do e-SIC, tempo médio de respostas e os pedidos de prorrogações de prazo realizados em 2018.

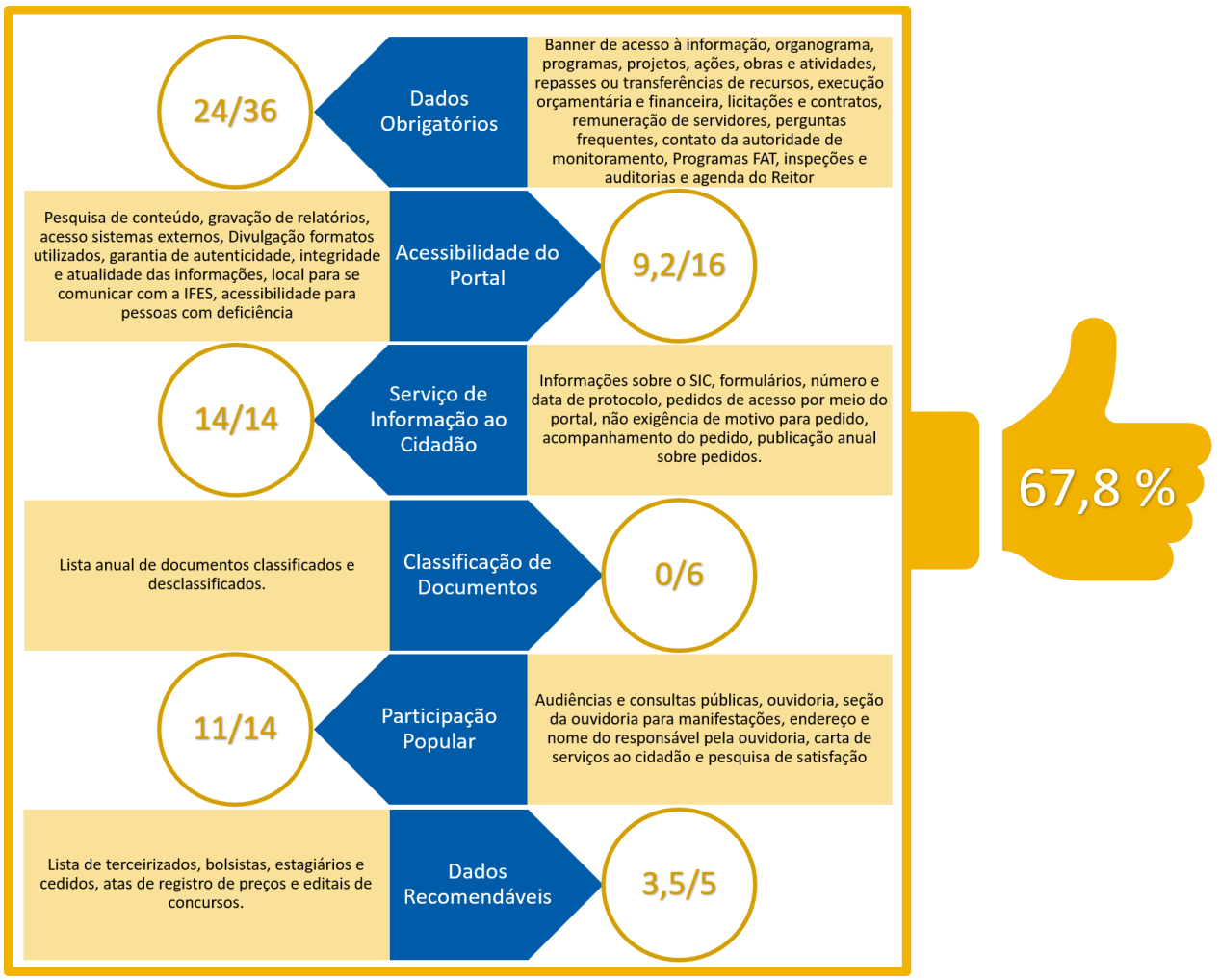


Fonte: CODEINFO.

Gráfico 2 – Dados comparativos das demandas do e-SIC dos anos de 2017 e 2018 (a), incluindo o quantitativo de cada enquadramento utilizado (b).



Na **Figura 11** é mostrada uma representação esquemática das principais etapas de implantação do novo portal de transparência da UFPB, com os respectivos índices de implantação. No global, observa-se que o Portal de Transparência da UFPB, de acordo com as novas determinações, se encontra 67,8% implantado.



Fonte: CODEINFO.

Figura 11 – Representação esquemática da efetividade de publicização do Portal de Transparência da UFPB.

Dados Abertos.

- Mapeamento informacional referente à transparência ativa do órgão para conformidade legal;
- Em virtude do volume de dados, as atividades do ano 2018 priorizaram a conformidade aos padrões para garantir a qualidade dos dados a serem abertos.

Na **Figura 12** são mostradas todas as etapas necessárias para a implantação dos Dados Abertos da UFPB, indicando aquelas que já foram concluídas.



Fonte: CODEINFO.

Figura 12 – Representação esquemática das etapas de implantação dos Dados Abertos na UFPB, incluindo as etapas já implantadas e a implantar.

Outro importante canal de relacionamento com a sociedade é a Ouvidoria. Em 2018, foram encaminhadas 219 manifestações à Ouvidoria Geral da UFPB, das quais 88% foram respondidas, sendo 82% no prazo legal, conforme mostrado na **Figura 13**.



Fonte: e-OUV.

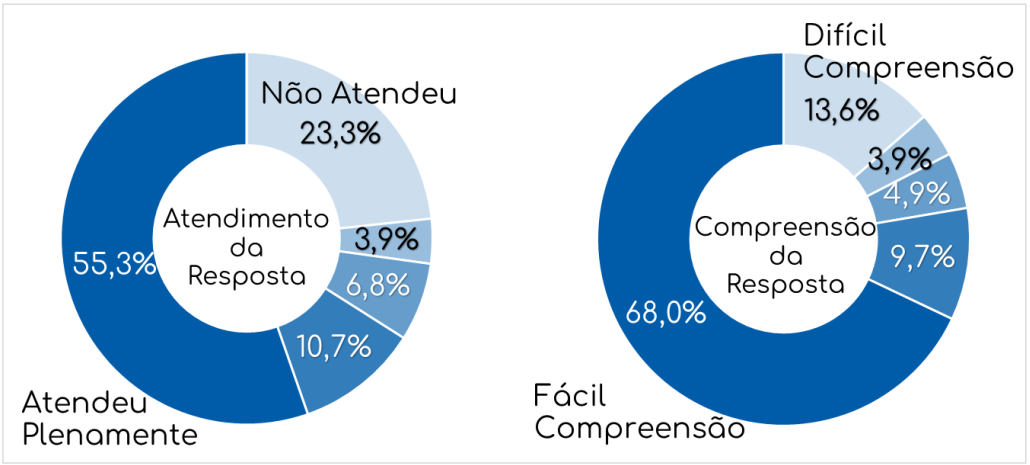
Figura 13 – Representação das demandas da Ouvidoria Geral da UFPB em 2018.

3.3.1 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

Na **Figura 14** é mostrado o grau de satisfação dos usuários do SIC e da Ouvidoria Geral da UFPB. Com relação ao SIC, considerando a resposta encaminhada ao pedido de informação, 55,3% considerou que foi atendido plenamente, enquanto que 23,3% considerou que a resposta não atendeu ao pedido. Com relação à qualidade da resposta, 68% considerou que a resposta era de fácil compreensão, enquanto que 13,6% considerou que a resposta era de difícil compreensão. A pesquisa de satisfação considerou um universo de 103 usuários do SIC que responderam ao questionário.

Com relação à Ouvidoria Geral da UFPB, de acordo com o painel do e-OUV, a satisfação dos usuários do sistema atingiu 43,8%, sendo 12,5% regular, 18,8% satisfeito e 12,5% muito satisfeito.

(a)



(b)



Fonte: CODEINFO e e-OUV.
Figura 14 – Grau de satisfação dos usuários do SIC (a) e da Ouvidoria Geral da UFPB (b).

3.3.2 Carta de serviços ao cidadão.

A carta de serviços ao cidadão foi elaborada em 2012 e sua divulgação se dá através do site da UFPB, no link "Carta de Serviço ao Cidadão", disponível em: http://www.ufpb.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao.

3.3.3 Planejamento das ações para 2019.

O plano de ações da CODEINFO para 2019, com vistas a aprimorar as ações dos canais de relacionamento da UFPB com o cidadão, é mostrado a seguir:

- Elaboração e aprovação da normativa interna para o Serviço de Informação ao Cidadão;
- Elaboração e aprovação da normativa interna para o Portal de Transparência Ativa;
- Atualização e conformação do Plano de Dados Abertos para 2019-2020;
- Execução do processo de abertura dos dados;
- Implantação do Sistema de Relacionamento com a Sociedade;
- Apoio estratégico às coordenações da PROPLAN e às unidades administrativas da UFPB;
- Elaboração do Anuário UFPB.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O planejamento específico de ações a serem realizadas pelo SIC em 2019 é mostrado a seguir:

- Elevação do grau de satisfação no atendimento para níveis superiores a 80%;
- Avanço na melhoria do processo de atendimento;
- Melhoria no processo SIC para atingir o tempo de resposta inferior a 10 dias;
- Redução nos índices de tempo médio de resposta, número de prorrogações e número de negações;
- Promoção para o aumento na adesão ao uso de processo eletrônico nas unidades da UFPB;
- Elaboração e aprovação da normativa de operação do SIC e de cartilha de apoio às unidades para melhorar o fluxo de atendimento aos pedidos.

Para o Portal de Transparência da UFPB estão previstas as seguintes ações para 2019:

- Elaboração do Anuário da UFPB;
- Divulgação e promoção ao uso do Portal de Transparência;
- Elaboração de projeto para implantação de plataforma de geoprocessamento para as informações da UFPB;
- Efetividade de publicização do portal de transparência superior a 90%.

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

4.1 Gestão de Riscos na Universidade.

A Gestão de Riscos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem sido tratada com a devida atenção por parte dos seus gestores. Em dezembro de 2018, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou em Resolução, após ampla discussão, a criação do Comitê de Governança, Controle Interno e Gestão de Riscos (COMGOV), a Comissão de Conformidade e o Comitê de Integridade. A nova estrutura administrativa foi criada com o propósito de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, aos controles internos e à gestão de riscos na UFPB. O objetivo é fazer valer a Instrução Normativa Conjunta nº 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria Geral da União (MP/CGU), de 2016, bem como o Decreto nº 9.203, da Presidência da República, de 2017.

Alinhada com o novo modelo de governança, a UFPB regulamentou a Gestão de Riscos através da Portaria nº 23/2017 da Pró-Reitoria de Administração (PRA), que pode ser acessada no link abaixo: http://www.pra.ufpb.br/pra/contents/formularios/portaria/portaria-no-23-2017-politica-de-gestao-de-risco-ufpb.pdf/view

Em 2018, durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2019-2023, o tema da gestão de riscos foi debatido com as unidades envolvidas visando tanto a análise dos riscos associados aos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018, quanto a construção de um modelo institucional de gestão de riscos. Os debates com os servidores de diversos setores foram importantes para dar subsídios ao PDI no sentido do cumprimento da missão institucional, bem como no alcance dos resultados.

Nesse sentido, a Coordenação de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) elaborou uma proposta de modelo institucional de gestão de riscos alinhado com as discussões para a elaboração do PDI. A proposta deverá ser pautada para apreciação e aprovação do CONSUNI. O plano de gestão de risco da UFPB se baseia na definição de cinco etapas, conforme mostrado na **Figura 15**. Todas as etapas referem-se aos objetivos estratégicos determinados para o período 2019-2023, devendo sua execução ser realizada de forma descentralizada, cabendo aos gestores de cada área o mapeamento e avaliação dos seus respectivos objetivos.



Figura 15 – Representação esquemática das etapas do plano de gestão de riscos da UFPB.

No entanto, para que o modelo proposto tenha mais efetividade, é necessário que o PDI 2019-2023 seja inserido no Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP) para ser utilizado como ferramenta de gestão. O objetivo é melhorar os processos e reduzir os riscos, facilitando o monitoramento dos objetivos e metas e orientando sobre eventuais desvios que possam comprometer o atingimento do resultado desejado.

4.2 Medidas específicas de gerenciamento de riscos significativos.

4.2.1 Informações sobre ações trabalhistas.

As demandas trabalhistas dos servidores estatutários tramitam pela Justiça Federal, e não pela Justiça Trabalhista específica. No período de 2014 a 2018, foram recebidas 2.581 demandas oriundas de processos judiciais na área de gestão de pessoas. O quantitativo de decisões judiciais deve-se ao acesso mais fácil à informação sobre os direitos dos servidores e ao atual fortalecimento das instituições que atuam em defesa de direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Sindicatos e Associações). Outro fator que contribui para o quantitativo acima referido são as mudanças realizadas pelo Ministério do Planejamento nas normas regulamentadoras, sem observância do direito adquirido e dos preceitos estabelecidos em lei hierarquicamente superior.

4.2.2 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais.

Na **Figura 16** é mostrada a estrutura organizacional adotada pela UFPB para o controle de demandas judiciais.

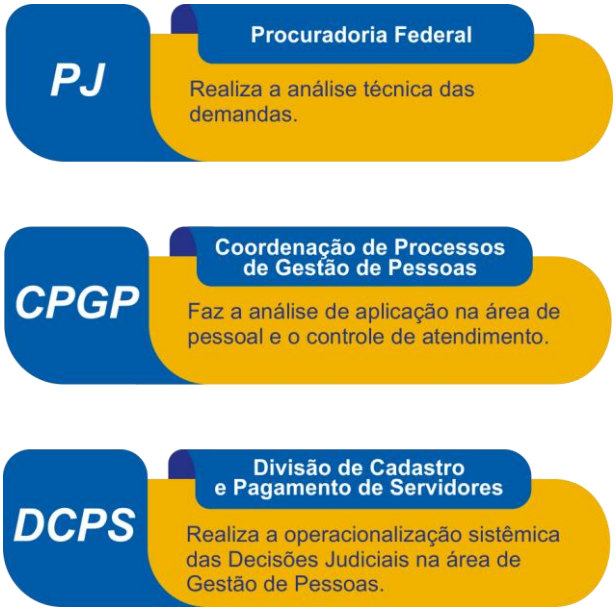


Figura 16 – Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais.

A Procuradoria Federal (PF) junto à UFPB é um órgão de execução da AGU ao qual compete, nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da lei Complementar nº 73/93, representar judicial e extrajudicialmente a UFPB, bem como assistir às autoridades da universidade no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por elas praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica.

O acompanhamento das demandas judiciais por parte da Procuradoria Federal se dá por meio do Sistema SAPIENS da AGU que indica que, em 2018, a PF-UFPB realizou um total de **4.668 atividades** de consultoria jurídica no órgão (pareceres, notas, informações, etc.).

Conforme consulta aos sistemas dos diversos órgãos do Poder Judiciário, atualmente a UFPB é parte em 5.409 ações judiciais, conforme detalhamento na **Figura 17**. As decisões judiciais na área de pessoal têm seus procedimentos e gerenciamento estabelecidos pela Portaria Normativa nº 6, de 11/10/2016, do Ministério do Planejamento, sendo acompanhadas e controladas por meio do Módulo de Ações Judiciais do Sistema SIGEPE e de planilhas eletrônicas de todas as demandas judiciais relativas à área.



Fonte: PJ.

Figura 17 – Relação das demandas judiciais da UFPB.

5 RESULTADOS DA GESTÃO.

Neste capítulo serão apresentados os resultados alcançados pela UFPB, com vistas ao cumprimento da missão institucional e dos objetivos estratégicos finalísticos da instituição, bem como os desafios e perspectivas para os próximos anos. Serão abordados os principais projetos e iniciativas da universidade, realizados nas áreas que contribuíram diretamente para a produção dos bens e serviços disponíveis aos Alunos e Sociedade. Além dos resultados informados nessa seção, no Apêndice A estão informados os indicadores de gestão do Tribunal de Contas da União, conforme Decisão TCU 408/2002.

5.1 Macroprocesso Finalístico I – Ensino.

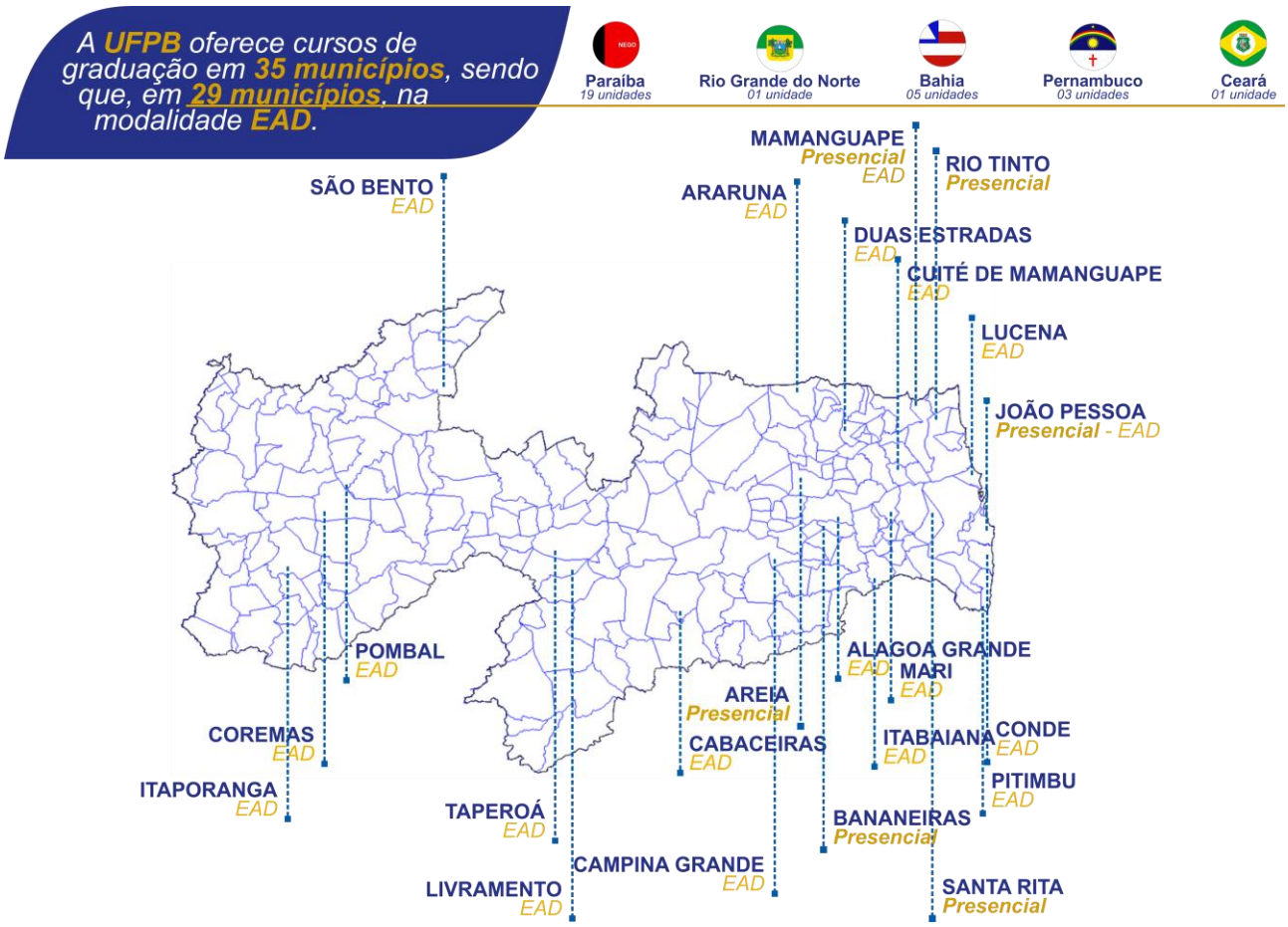
O desenvolvimento das atividades de ensino, nos níveis de graduação, pós-graduação e ensino básico, técnico e tecnológico, está diretamente relacionado ao resultado institucional de formação de profissionais-cidadãos qualificados e aptos a atender aos anseios e desafios da sociedade contemporânea. A UFPB oferece cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação nos níveis de mestrado, doutorado e especialização em diversas áreas de conhecimento, bem como ensino básico, técnico e tecnológico. As atividades neste campo são norteadas pelas diretrizes curriculares deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação.

De um modo geral, o Macroprocesso de Ensino envolve uma série de processos, que vão desde o planejamento pedagógico do curso, seleção, ingresso até a diplomação. Seus processos e atividades são identificados de acordo com os níveis de ensino e encontram-se sob a responsabilidade da PRG, PRPG, da SEBTT e dos centros acadêmicos. A seguir, serão apresentados os principais resultados obtidos pela instituição na área de ensino.

5.1.1 Ensino de Graduação.

A UFPB, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), setor responsável pelas atividades relacionadas ao ensino de graduação, teve como meta principal, ao longo do período de 2014-2018, promover uma política acadêmica com vistas à melhoria do desempenho acadêmico e o aperfeiçoamento dos instrumentos operacionais, visando à redução das taxas de evasão e retenção dos cursos.

Para o ensino de graduação (presencial e a distância), são ofertados 128 cursos em 35 municípios, envolvendo os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará. Na **Figura 18** é mostrada a abrangência geográfica para o estado da Paraíba.



Fonte: PRG.

Figura 18 – Atuação geográfica dos cursos de graduação da UFPB.

5.1.1.1 Ações executadas em 2018.

Para o ano de 2018, a Pró-Reitoria de Graduação atuou na execução de ações para os eixos destacados a seguir.

Aperfeiçoamento dos instrumentos operacionais.

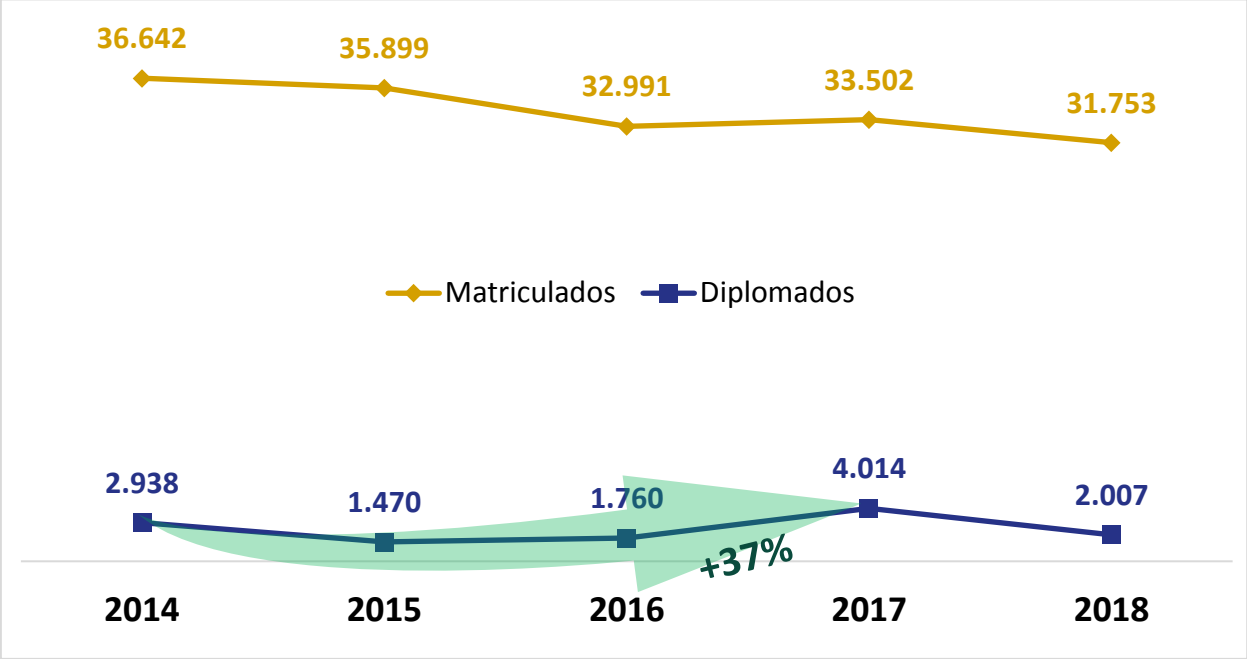
- Revisão do Regulamento Geral da Graduação (RGG), que será submetida ao CONSEPE, em 2019;
- Aperfeiçoamento do SIGAA como instrumento de gestão acadêmica e inclusão de novos módulos de gerenciamento de programas acadêmicos coordenados pela PRG.

Melhoria do desempenho acadêmico.

- Elaboração de Relatórios de Dados dos Cursos de Graduação para que os gestores acadêmicos elaborem metas de curto, médio e longo prazo, com a finalidade de melhorar os indicadores de desempenho dos cursos;
- Atualização dos PPCs dos cursos de graduação, em especial das Licenciaturas, em consonância com a Resolução 02/2015/CNE;
- Implantação do Observatório de Dados da Graduação (ODG).
- Fortalecimento dos programas acadêmicos - PIBID, PROTUT, PROLICEN; PROMEB, PET, MONITORIA, ESTÁGIOS – enquanto espaços de articulação e interlocução com a comunidade universitária e com a sociedade;
- Ampliação do número de convênios para a realização de estágios.

5.1.1.2 Variáveis institucionais para o ensino de graduação.

No **Gráfico 3** é mostrado a evolução no número de matriculados e diplomados nos cursos de graduação da UFPB no período de 2014-2018. Os dados de diplomados para o ano de 2018 correspondem apenas ao período 2018.1. Com relação aos dados já consolidados de diplomados (ano de 2017), observa-se um aumento de 37% na variável institucional de número de diplomados.



Fonte: PRG.

Gráfico 3 – Evolução no número de matriculados e diplomados para a graduação no período 2014-2018.

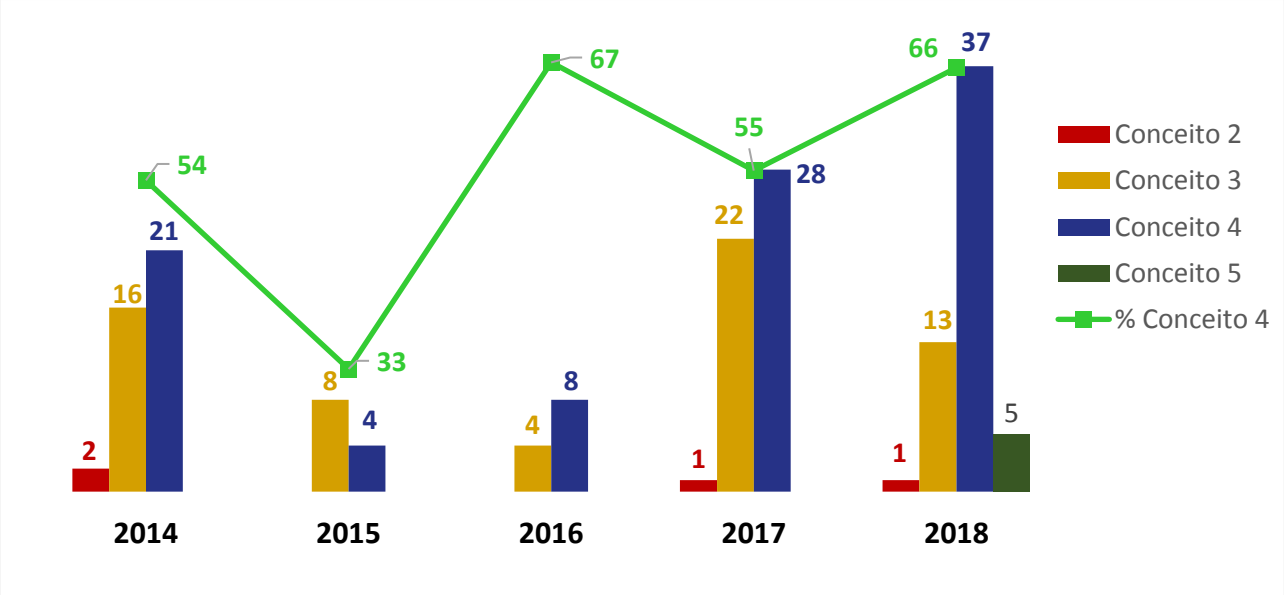
A expansão nos cursos de graduação é mostrada na **Figura 19**, tendo sido criados seis novos cursos, sendo dois a distância.



Fonte: PRG.

Figura 19 – Novos cursos de graduação criados no período de 2014-2018.

Durante a vigência do PDI 2014-2018, o MEC realizou um total de 170 avaliações em diversos cursos de graduação da UFPB. O quantitativo das avaliações realizadas por ano, bem como os conceitos atribuídos são mostrados no **Gráfico 4**. Destaca-se que, com exceção do ano de 2015, mais de 50% das avaliações obtiveram conceito 4. Em 2018, das 56 avaliações realizadas, 66% obtiveram conceito 4.

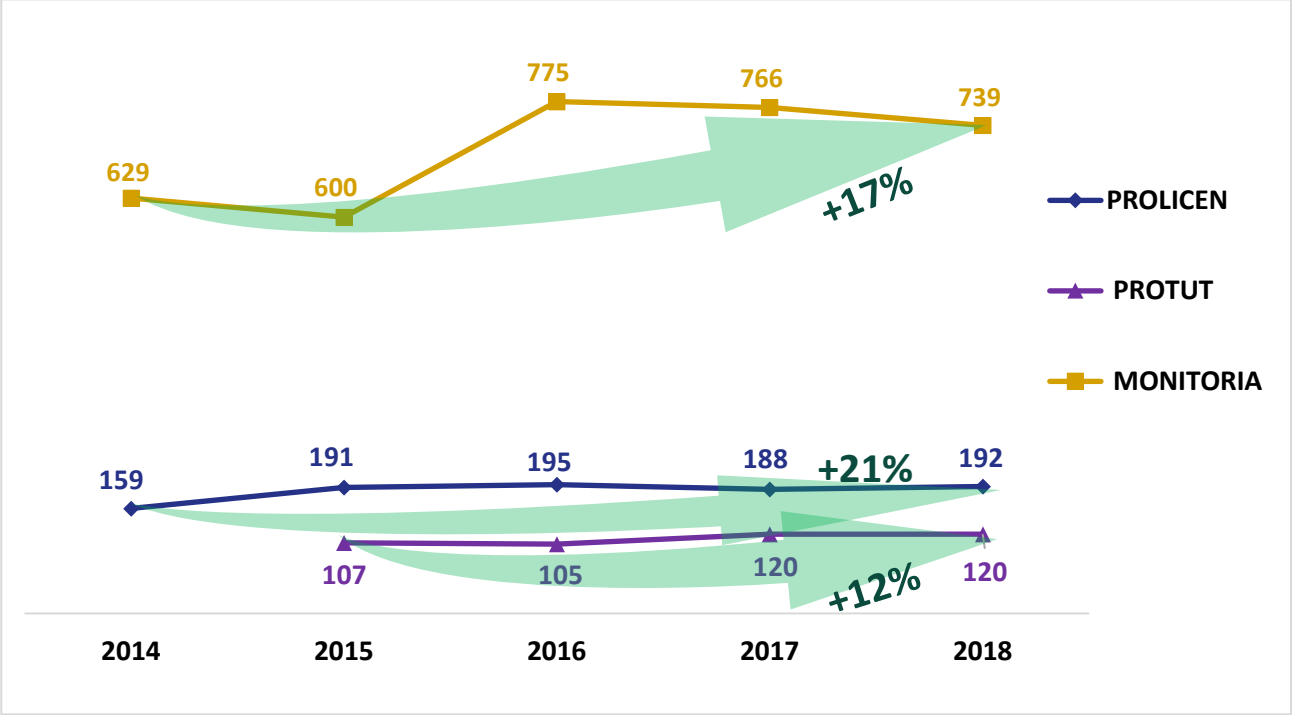


Fonte: PRG.

Gráfico 4 – Distribuição dos conceitos obtidos nas avaliações dos cursos de graduação no período de 2014-2018.

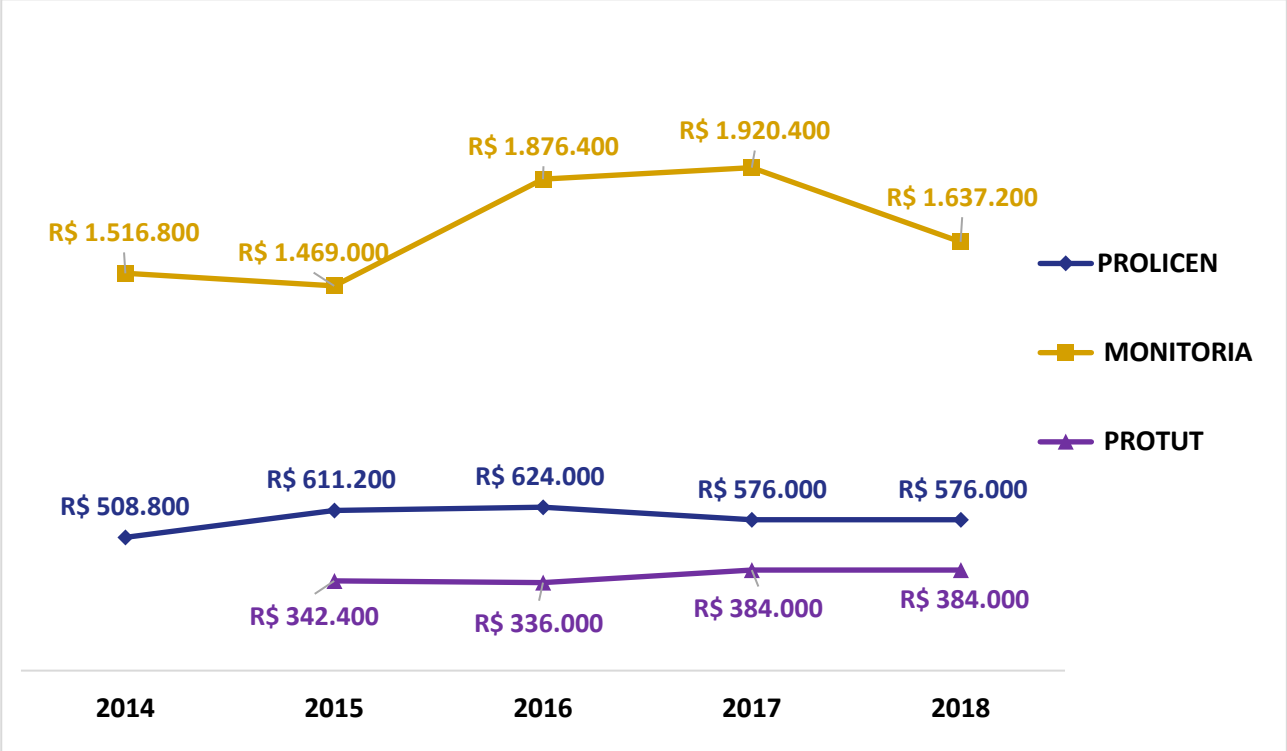
5.1.1.3 Programas Acadêmicos.

Com o intuito de melhorar os indicadores de desempenho acadêmico, a UFPB disponibiliza aos alunos de graduação, os seguintes programas acadêmicos: Monitoria, Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas (PROTUT). Existem ainda os programas específicos para atividades realizadas em conjunto com ensino, pesquisa e extensão, visando melhorar a formação inicial nos cursos de licenciatura, e a formação continuada nas escolas públicas do Estado da Paraíba, como é o caso do Programa de Licenciatura (PROLICEN), Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Melhoria do Ensino Básico (PROMEB) e Residência Pedagógica. A evolução no número de bolsas e nos recursos investidos nesses programas no período de 2014-2018 são mostrados nos gráficos a seguir. Observa-se um aumento no número de bolsas ofertadas para os programas PROTUT, PROLICEN e MONITORIA de 12%, 21% e 17%, respectivamente, conforme mostrado no **Gráfico 5**. Esses programas são financiados com recursos próprios da UFPB. A evolução nos valores aportados para esses programas é mostrada no **Gráfico 6.**



Fonte: PRG.

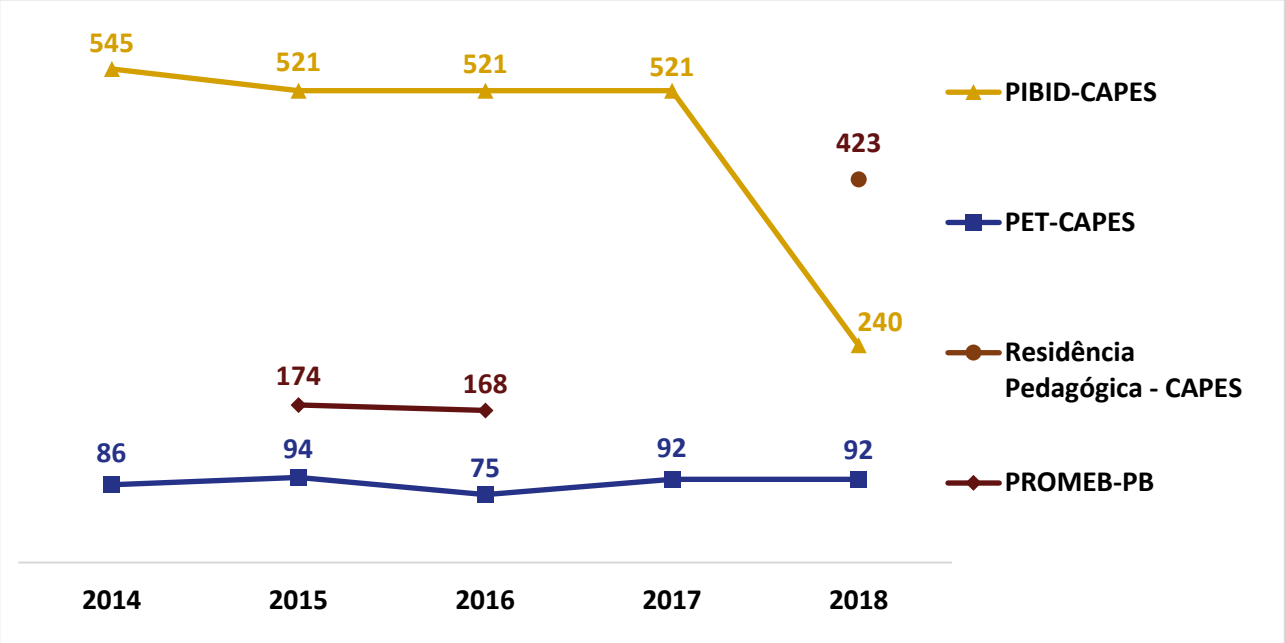
Gráfico 5 – Evolução no número de bolsas dos programas PROLICEN, PROTUT e MONITORIA no período de 2014-2018.



Fonte: PRG.

Gráfico 6 – Evolução nos recursos investidos nos programas PROLICEN, PROTUT e MONITORIA no período de 2014-2018.

A UFPB também participa de programas que são financiados pela CAPES, tais como o PET, PIBID e, mais recentemente, o Residência Pedagógica. Nos anos de 2015 e 2016, a UFPB participou do programa PROMEB do Governo do Estado da Paraíba. Todos esses programas são financiados com recursos extra orçamentários e representam um importante mecanismo de financiamento de ações para os discentes de graduação. A evolução no número de bolsas desses programas é mostrada no **Gráfico 7**. O PIBID teve uma redução bastante significativa no número de bolsas em 2018, tendo sido substituído pelo programa de Residência Pedagógica.



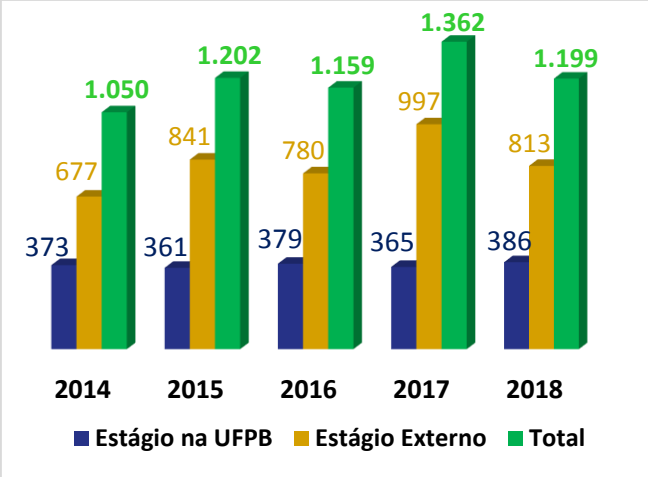
Fonte: PRG.

Gráfico 7 – Evolução no número de bolsas dos programas PIBID, PET e Residência Pedagógica, financiados pela CAPES, e o PROMEB, financiados pelo Governo do Estado da Paraíba, no período de 2014-2018.

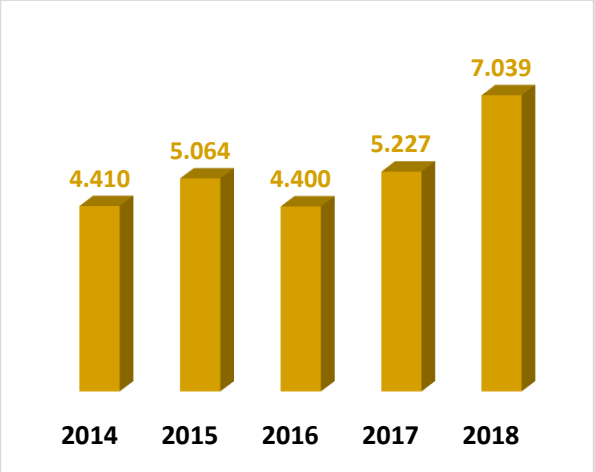
5.1.1.4 Estágios.

A Pró-Reitoria de Graduação também administra os programas de estágio, aos quais envolvem a participação dos professores e alunos da UFPB com outras instituições, com o objetivo de qualificar o aluno para a vida cidadã e o mundo do trabalho. No **Gráfico 8** é mostrado a evolução no número de vagas de estágio ofertadas aos estudantes de graduação da UFPB no período de 2014-2018.

(a) Estágios não obrigatórios.



(b) Estágios obrigatórios.

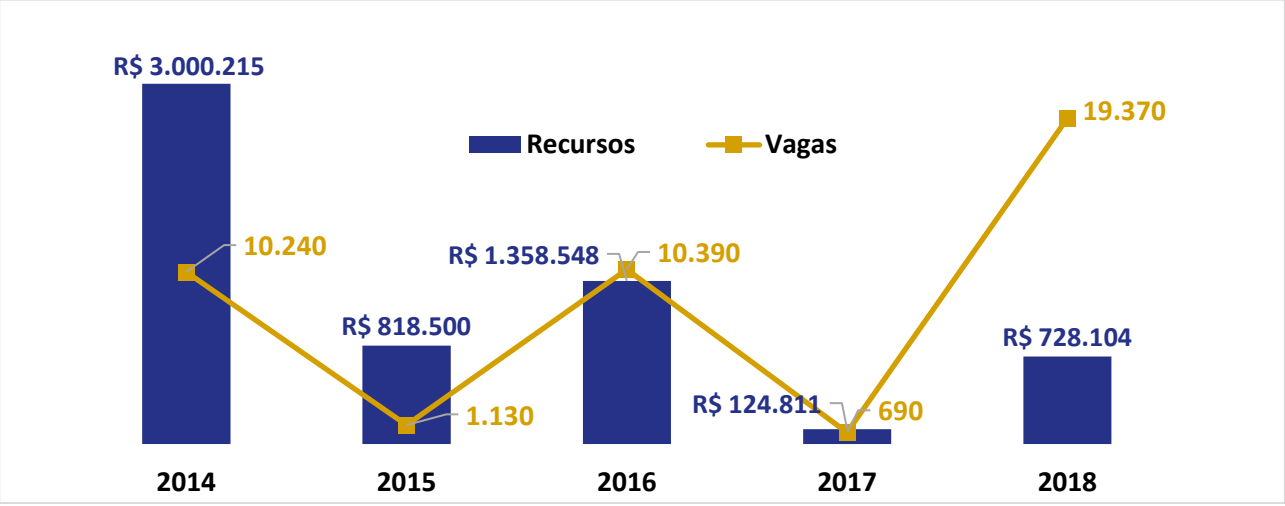


Fonte: PRG.

Gráfico 8 – Evolução no número de vagas para estágios ofertadas para os estudantes de graduação da UFPB no período de 2014-2018.

5.1.1.5 Formação de profissionais da educação da rede pública na Paraíba.

Outra ação da PRG que merece destaque é a criação e implantação do Comitê Gestor de Formação Continuada da UFPB (CONFOR), com a finalidade de organizar e gerenciar a formação de profissionais da educação da rede pública do estado e dos municípios da Paraíba, vinculados à União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Essa formação é financiada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC. Em 2018 foi realizada a Formação Continuada de mais de 19.000 professores capacitados pelo PNAIC nos 223 municípios do Estado da Paraíba. A evolução no número de vagas ofertadas e nos recursos investidos na formação continuada é mostrada no **Gráfico 9**.



Fonte: PRG.

Gráfico 9 – Evolução no número de vagas e recursos aplicados para a formação continuada no estado da Paraíba no período de 2014-2018.

5.1.1.6 Planejamento da PRG para 2019.

As ações previstas pela PRG para o ano de 2019 estão destacadas a seguir:

- Desenvolver a Plataforma digital para dar suporte ao Observatório de Dados da Graduação (ODG) e a implantação de novos módulos no ODG;
- Aperfeiçoar o SIGAA como instrumento de gestão acadêmica e incluir novos módulos de gerenciamento dos programas acadêmicos coordenados pela PRG;
- Fortalecer as ações do CONFOR;
- Estimular a realização de Formação Continuada e, em especial, o PNAIC;
- Formular políticas de capacitação de gestores acadêmicos e Professores;
- Formular uma nova resolução de acompanhamento do período de estágio probatório;
- Desenvolver iniciativas e projetos de cooperação, através do LIEPE, com as redes públicas de educação básica, de educação tecnológica e superior.

5.1.2 Ensino de Pós-Graduação.

A UFPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), setor responsável pelas atividades relacionadas ao ensino de pós-graduação, tem o importante papel de cumprir o objetivo estratégico relacionado à formação qualificada de profissionais em todas as áreas de conhecimento. As políticas para essa área são alinhadas ao PDI 2014-2018 em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.

5.1.2.1 Ações executadas em 2018.

Em relação ao ano de 2018, foram definidas diversas as ações prioritárias objetivando a efetivação institucional de sua cooperação acadêmica em matéria de ensino, pesquisa, inovação, cultura, extensão e gestão universitária, em ações nacionais e internacionais. Essas ações são destacadas por tópicos, a seguir:

Inovação

- Candidatura vitoriosa no Programa de Doutorado Acadêmico em Inovação – DAI do CNPq 2018, cujo objetivo é contribuir para o aumento da capacidade inovadora, da competitividade das empresas e do desenvolvimento científico e tecnológico no País, ao mesmo tempo em que pretende fortalecer os Sistemas Regionais de Inovação.

Internacionalização

- Discussão e implantação da Política de Internacionalização (Resolução CONSUNI nº 06/2018).
- Treinamento para Programas de Mobilidade e Recursos Internacionais, como o Programa de Mobilidade para a União Europeia (Charlotte Grawtiz/Euraxess);
- Liberação junto ao MEC das passagens internacionais para os PPGs;
- Programa de Contratação de Professores Visitantes da UFPB.

Ações Operacionais

- Alteração e normatização dos critérios de concessão de bolsas da cota PRPG (Portaria Normativa Nº 001/2017/ PRPG/UFPB);
- Estímulo à produção acadêmica por meio do Edital Pró-Publicação, que relançou o Programa de Apoio à Produção Científica no qual foram selecionados 30 títulos por uma comissão editorial científica mista formada entre a PRPG e a Editora Universitária;
- Regulação de programas internos de fomento aos PPGs, como o PQI (Plano de Qualificação Institucional), que prevê a destinação de verba aos programas que tiverem servidores como estudantes;
- Atualização de diplomas e agilização do processo de expedição (prazo de 8 dias a contar da data de recebimento do processo de solicitação de expedição e diploma);
- Atualização dos dados na Plataforma Carolina Bori, com reconhecimento de títulos estrangeiros sendo emitido em tempo recorde.

Estímulos à publicação

- Edital Pró-Publicação de Livros, em parceria com a Editora universitária (3 chamadas: 2016-17; 2017-18; 2018-19);
- Programa de apoio ao Portal de Periódicos, com suporte financeiro para revisão de ortografia.

Parcerias com a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPB

- Para os programas de internacionalização e a candidatura ao PRINT-Capes (edital de fomento à construção, implementação e consolidação de planos estratégicos de internacionalização): UFPB ficou entre as 36 instituições selecionadas.

  Realização de Seminário de Internacionalização em dezembro/2018 (no âmbito do Programa Print).

- Para o lançamento do Programa de Contratação de Professor Visitante 2018 (30% dos 70 docentes contratados possuem formação de doutorado no exterior).

Sistemas informacionais

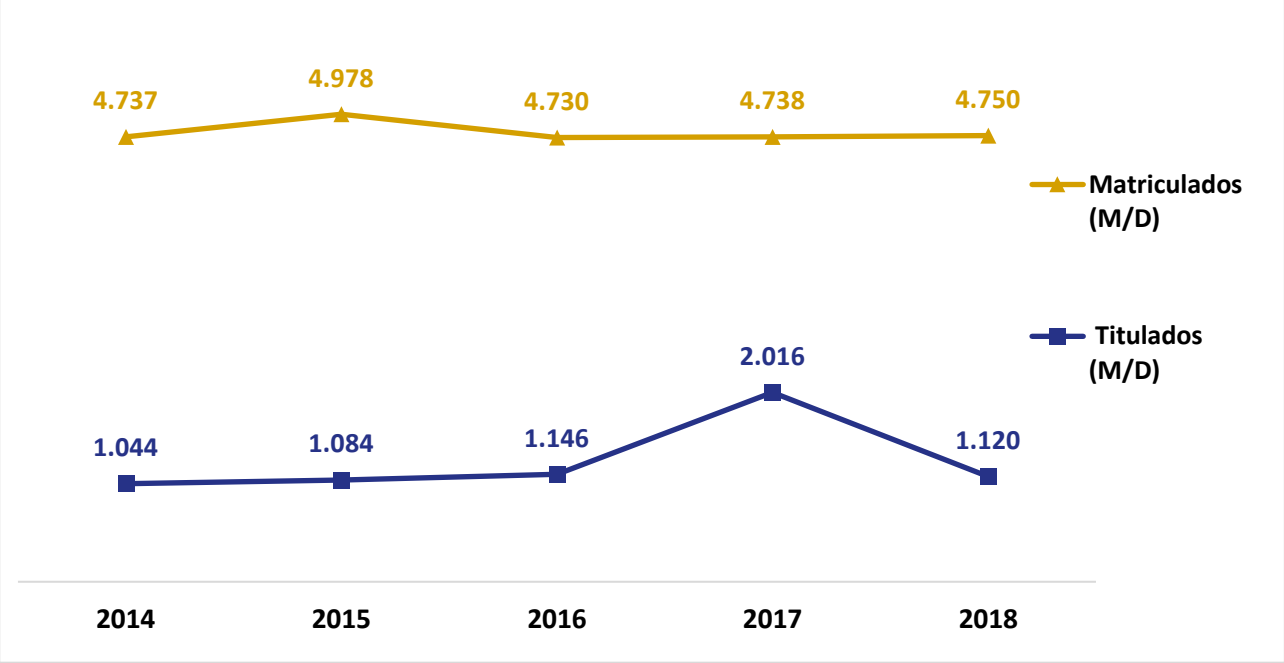
- Programa de controle de Plágio: disponibilização de nova ferramenta aos PPGs (software para detecção e prevenção de plágio iThenticate, líder mundial na verificação da originalidade de textos em instituições de ensino e recomendado pelas plataformas da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e do SciELO Brazil);
- Atualização das homepages da PRPG e dos PPGs;
- Plano de Treinamento e capacitação dos servidores da PRPG para a plataforma Sucupira e APCNs (Aplicativos de Propostas de Cursos Novos).

Bolsas e assistência social

- Concessão de 586 bolsas para Doutorado e 847 bolsas para Mestrado por meio do programa Demanda Social da CAPES; e de 66 bolsas para Doutorado e 56 para Mestrado por meio da FAPESQ/CAPES. Em ambos os programas, os valores das bolsas de mestrado e doutorado são, respectivamente, R$ 1.500,00 e R$ 2.100,00.
- Programa de Assistência Social para discentes não bolsistas, sendo 46 discentes atendidos com auxílio moradia, 11 discentes atendidos pela residência universitária e 05 com acesso ao restaurante universitário.

5.1.2.2 Variáveis institucionais para o ensino de Pós-Graduação.

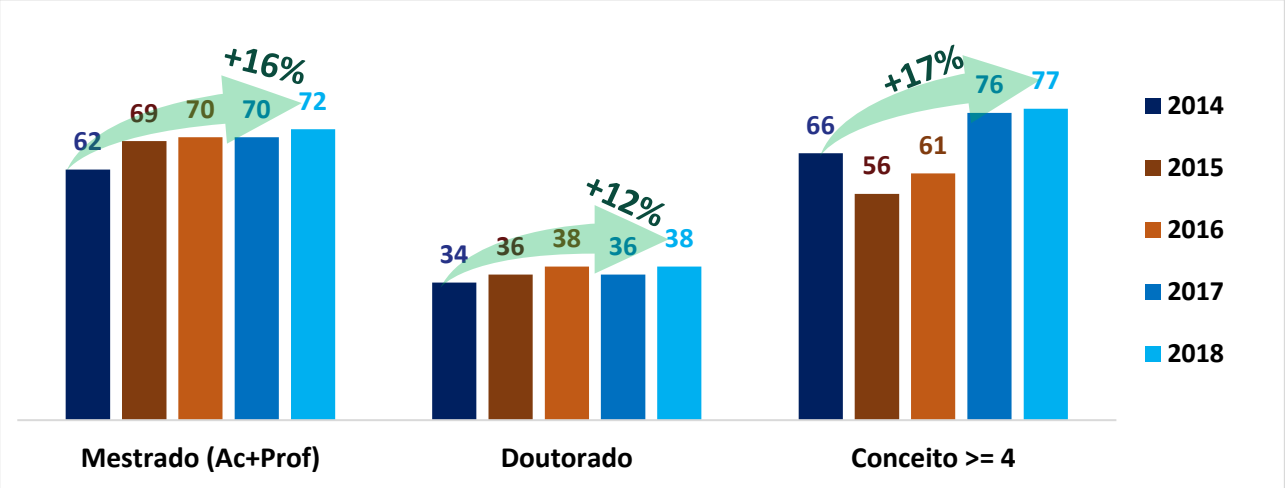
No **Gráfico 10** é mostrada a evolução no número de titulados nos cursos de mestrado e doutorado, bem como o número total de matriculados nesses cursos no período de 2014-2018. Em geral, a UFPB forma um pouco mais de mil profissionais por ano na pós-graduação stricto sensu. O aumento observado no ano de 2017 ocorreu devido a um esforço conjunto para atualizar a demanda, depois da adesão à plataforma Carolina Bori e da regularização do quadro de servidores.



Fonte: PRPG.

Gráfico 10 – Evolução no número de matriculados e titulados nos cursos de mestrado e doutorado na UFPB no período de 2014-2018.

No **Gráfico 11** é mostrado a evolução no número de cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, bem como no número de cursos com conceito maior ou igual a 4 no período de 2014-2018. Observa-se, em 2018, um aumento de 16% no número de cursos de mestrado e 12% para os cursos de doutorado em relação ao ano de 2014 (início da vigência do PDI). Além disso, nota-se um aumento de 17% no número de cursos (mestrado e doutorado) avaliados com conceito maior ou igual a 4.

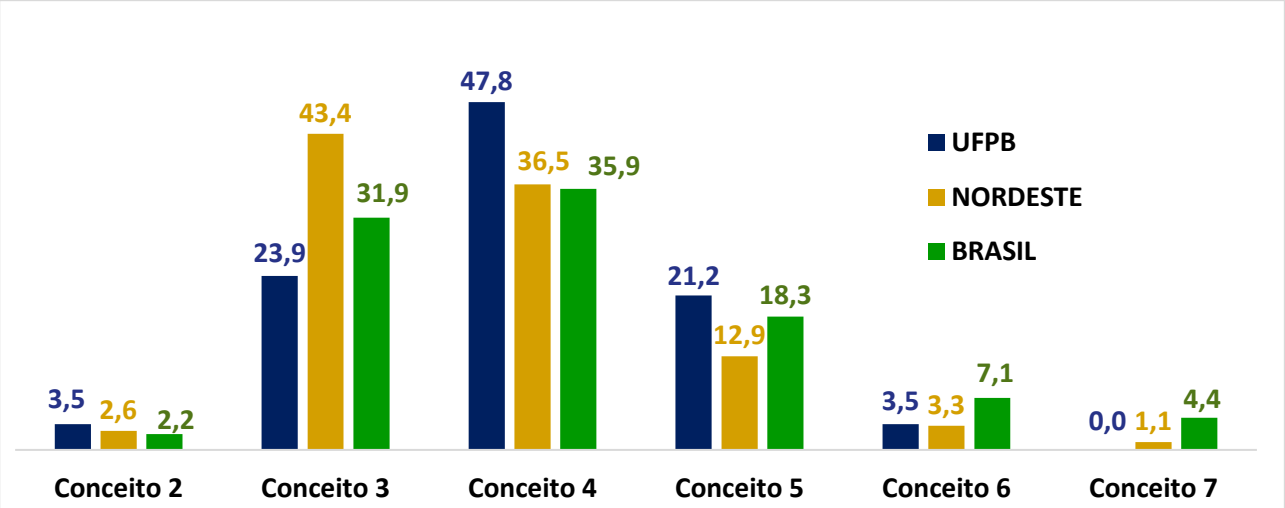


Fonte: PRPG.

Gráfico 11 – Evolução no número de cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, bem como no número de cursos com conceito maior ou igual a 4 período de 2014-2018.

5.1.2.3 Avaliação cursos de Pós-Graduação.

Em 2017 a Capes divulgou a resultado da avaliação quadrienal dos cursos de Pós-Graduação referente ao período de 2013, 2014, 2015 e 2016. No **Gráfico 12** são mostrados os dados comparativos dos conceitos dos cursos de Pós-Graduação da UFPB em relação aos conceitos médios do Nordeste e do Brasil. Observa-se que para o conceito 3, a média da UFPB está abaixo da média para a região e para o Brasil, sendo esse um cenário bastante desejado, uma vez que se pretende ter o maior número de cursos com conceito igual ou superior a 4. Para esse último, 47,8% dos cursos da UFPB tem conceito 4, resultado acima da média da região e do Brasil. O mesmo ocorre para o conceito 5. Já a média dos cursos com conceito 6 (3,5%), embora esteja acima da média da região, ainda é bem abaixo da média nacional. A UFPB ainda não possui curso com conceito 7.



Fonte: PRPG.

Gráfico 12 – Comparativo dos conceitos médios dos cursos de pós-graduação da UFPB obtidos na última avaliação quadrienal da CAPES com a média para a região Nordeste e para o Brasil.

5.1.2.4 Dificuldades e desafios enfrentados no exercício.

Os principais desafios e as dificuldades enfrentadas pela gestão da Pós-Graduação da UFPB no exercício de 2018 é resumida no esquema a seguir:

- Rearranjo das equipes, em função da divisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Resolução CONSUNI nº 01/2017) em duas pró-reitorias: PRPG e PROPESQ.
- Descredenciamento de 4 cursos pela Avaliação de 2013-2016.
- Carência de servidores nos PPGs com experiência no relatório Capes.
- Dificuldade para lidar com grandes projetos, como o programa da política de internacionalização e a elaboração do Print.
- Impacto da situação financeira de estudantes não-bolsistas na evasão de PPGs, ainda não matematicamente calculado.
- Falta de substituição de servidores que se afastam para capacitação.
- Incentivo da produção docente para subir o conceito dos programas 3 e 4.

5.1.2.5 Planejamento da Pós-Graduação para 2019.

Para 2019 estão previstas para a Pós-Graduação na UFPB as seguintes ações:

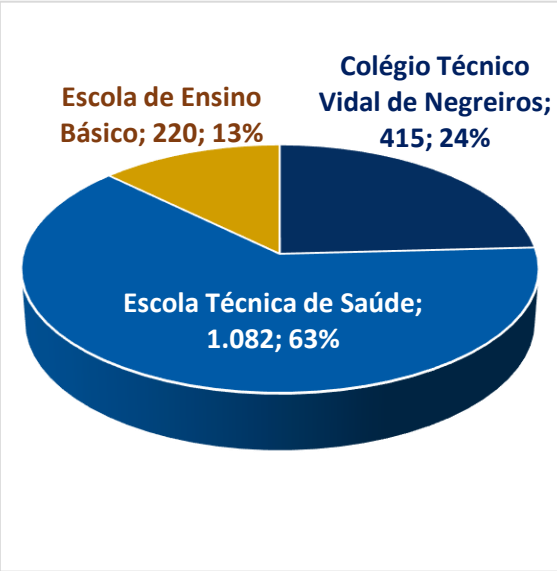
- Internacionalização – Execução do Print e da Politica de Internacionalização da UFPB;
- Execução do Programa de Doutorado Acadêmico em Inovação- DAI;
- Manter a parceria Fapesq para bolsas;
- Manutenção do programa antiplágio;
- Implementação, mediante edital, das ações dentro do Programa de Assistência Estudantil da Pós-Graduação;
- PQI - Regulamentação do suporte financeiro aos PPGs nos moldes do PROAP;
- Parceria com a Agência UFPB de Cooperação Internacional para manutenção do *bureau* de bolsas PrInt;
- Cadastramento de mais uma Fundação de Apoio, a FADE;
- Realização de Convênios nacionais e internacionais.

5.1.3 Ensino – Básico, Técnico e Tecnológico.

O órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento de estratégias políticas, didáticas e de gestão do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é a Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT), unidade ligada ao Gabinete da Reitoria.

Existem três Escolas de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na UFPB: o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - CAVN, localizado no *campus* III em Bananeiras; a Escola Técnica de Saúde – ETS, e a Escola de Ensino Básico – EEBAS, ambas localizadas no campus I em João Pessoa. As vagas ofertadas por cada uma dessas escolas em 2018 são mostradas no **Gráfico 13** (a) e o detalhamento por unidade é mostrado em (b).

(a)



(b)

UNIDADE	CURSO	MODALIDADE	VAGAS
Colégio Técnico Vidal de Negreiros	Curso Técnico em Agropecuária	Presencial - modalidade de Ensino Profissional e Proeja.	40
	Curso Técnico em Agropecuária	Presencial - modalidade de Ensino Profissional Subsequente	40
	Curso Técnico em Agropecuária	Presencial - modalidade de Ensino Profissional Integrada ao Ensino Médio	40
	Curso Técnico em Agroindústria	Presencial - modalidade de Ensino Profissional Subsequente	40
	Curso Técnico em Agroindústria	Presencial - modalidade de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio	40
	Curso Técnico em Aquicultura	Presencial - modalidade de Ensino Profissional	35
	Curso Técnico em Nutrição e Dietética	Presencial - modalidade de Ensino Profissional	80
	Curso Técnico em Informática	A distância - modalidade de Ensino Profissional	50
	Curso Técnico em Cooperativismo	A distância - modalidade de Ensino Profissional	50
Escola Técnica de Saúde	Curso Cuidador Técnico de Enfermagem	Presencial- modalidade de Ensino Profissional	80
	Curso Cuidador Técnico de Análises Clínicas	Presencial- modalidade de Ensino Profissional	40
	Curso Cuidador Técnico em Prótese Dentária	Presencial- modalidade de Ensino Profissional	52
	Curso Cuidador Técnico de Cuidador de Idosos	Presencial- modalidade de Ensino Profissional	50
	Curso Técnico em Guia de Turismo	A distância - modalidade de Ensino Profissional	50
	Cuidador Curso Técnico em Meio Ambiente	A distância - modalidade de Ensino Profissional	242
	Cuidador Técnico de Análises Clínicas	A distância - modalidade de Ensino Profissional	286
	Cuidador Técnico Cuidador do Idoso	A distância - modalidade de Ensino Profissional	282
Escola de Educação Básica da UFPB	Educação Infantil-faixa etária (2 a 5 anos)	Presencial - creche	120
	Ensino Fundamental-faixa etária (6 a 10 anos)	Presencial - (1º ao 5º ano)	100

Fonte: SEBTT.

Gráfico 13 – (a) Vagas ofertadas para o ensino básico, técnico e tecnológico em 2018; (b) Detalhamento das vagas ofertadas por unidade de ensino EBTT.

5.1.3.1 Prioridades estabelecidas em 2018.

Para o ano de 2018, foram definidas as seguintes ***ações prioritárias*** para cada uma das unidades do ensino básico, técnico e tecnológico da UFPB:

Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Acadêmica:

- Fortalecimento dos cursos técnicos;
- Adequação à Base Nacional Comum Curricular;
- XXI Encontro de Ex-alunos;
- Exposição Tecnológica;
- Desenvolvimento de 40 projetos e planos de iniciação científica;
- Convênios com instituições (EMATER, Prefeitura de Bananeiras, Prefeitura de Solânea, entre outras) e empresas privadas para realização de atividades como estágios para estudantes;
- Acompanhamento de egressos: desenvolvimento do Projeto Filhos do CAVN, onde são convidados profissionais que concluíram o curso no Colégio Agrícola para apresentarem palestras sobre as respectivas atividades que desenvolvem atualmente, com o objetivo de passar experiências para os alunos.

Infraestrutura:

- Pintura e revestimento cerâmico no Bloco D Masculino, (atendimento a 100 estudantes internos);
- Aquisição de mobiliários para o bloco administrativo do CAVN;
- Aquisição de Máquinas Agrícolas para desenvolvimento e modernização de atividades práticas de ensino;
- Manutenção de laboratórios (42 laboratórios);
- Aquisição de insumos e reagentes.

Assistência Estudantil:

- Auxílio financeiro para alunos do Proeja;
- Alimentação para estudantes em regime de internato;
- Promoção de atividades culturais e esportivas para os estudantes;
- Transporte escolar para os estudantes.

Escola Técnica de Saúde - ETS

Acadêmica:

- Fortalecimento dos cursos técnicos;
- Adequação à Base Nacional Comum Curricular;
- Encontro de Pesquisas da Escola Técnica de Saúde da UFPB;
- Participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão, bem como nos eventos ENIC e ENEX;
- Formação técnica de mais de 800 alunos em cursos técnicos a distância;
- Projetos de pesquisa: 10 projetos de pesquisa do PIBIC TEC;
- Projetos de extensão: 20 projetos de extensão pelo PROTEC;
- 07 trabalhos premiados nos programas PROTEC e PIBIC TEC;
- Convênios com **as secretarias estadual e municipal de saúde, por meio dos quais os discentes da ETS** têm acesso às diversas unidades alocadas nestas secretarias (tais como: unidades de saúde da família, hospitais, UPAs entre outros), e convênio com o Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW;
- Acompanhamento dos egressos por meio de pesquisa intitulada: "Avaliação do ensino profissional - um estudo longitudinal", bem como através de contato com os alunos por meio das mídias sociais.

Infraestrutura:

-Melhoria dos ambientes de apoio e salas de aulas, com instalação de divisória e alocação de ambientes;

- Implantação dos laboratórios de Cuidados de Idosos e de Anatomia;
- Instalação de ares condicionados em laboratórios de Prótese Dentária;
- Aquisição de mobiliários para o bloco administrativo e de sala de aulas da ETS;
- Aquisição de materiais e equipamentos específicos dos laboratórios diversos dos cursos ofertados pela escola;
- Manutenção de 13 laboratórios, aquisição de insumos, equipamentos e reagentes.

Assistência Estudantil:

- Auxílio financeiro para alunos do Proeja;
- Alimentação para os estudantes carentes no restaurante universitário;
- Oferta de bolsas de pesquisa e auxílio moradia;
- Auxílio na participação de eventos;
- Promoção de atividades culturais e esportivas para os estudantes;
- Transporte escolar para os estudantes.

5.1.3.2 Perspectivas e desafios.

Durante o ano de 2018, inúmeras atividades foram realizadas pela Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, almejando atingir a excelência nesta modalidade de ensino. Contudo apesar das inúmeras conquistas e do trabalho realizado, tem-se abaixo as principais perspectivas e desafios que necessitam ser superados nos próximos anos para que as competências a serem alcançadas obtenham êxito na sua totalidade.

- Construir e implementar política para acompanhar, monitorar e avaliar os indicadores relativos ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
- Criar o cargo de Assessor da Superintendente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
- Implantar o Conselho do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da UFPB;
- Implantar as coordenações, previstas no Regimento Interno da SEBTT;
- Ampliar os recursos humanos (servidores técnico-administrativos, nível médio e superior) da SEBTT;
- Melhorar as instalações físicas e de aquisição de materiais permanentes e de custeio da SEBTT;
- Implementar a Política de Internacionalização da Educação Profissional, Científica e Tecnológica da unidades da UFPB;
- Fomentar, junto ao MEC, a Inclusão Orçamentária EEBAS/UFPB na LOA;
- Fomentar a ampliação da EEBAS para oferta do Ensino Fundamental II,
- Implantar uma Escola do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na área de Artes.

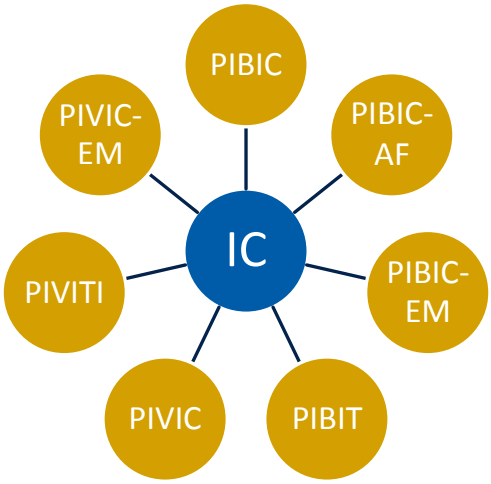
5.2 Macroprocesso Finalístico II – Pesquisa.

O macroprocesso finalístico relacionado à Pesquisa da UFPB tem como objetivo a elaboração, gerenciamento e acompanhamento dos projetos institucionais voltados à pesquisa, a coordenação dos programas de iniciação científica e o apoio e acompanhamento da produção científica e dos grupos de pesquisa da instituição.

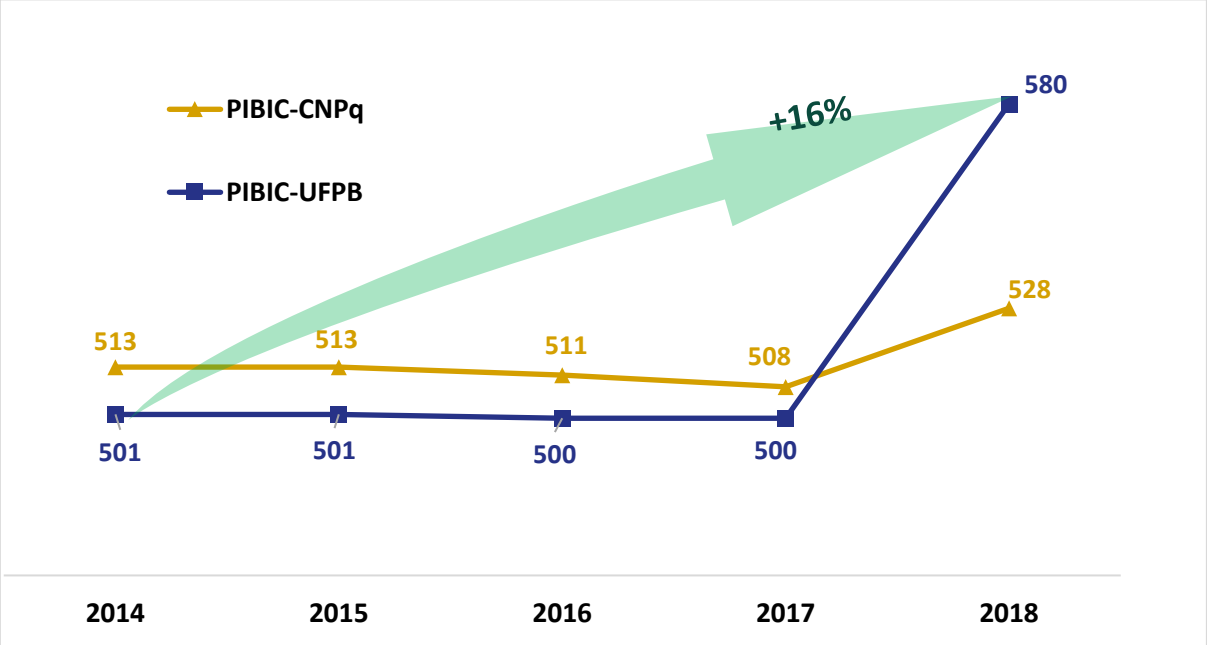
A **Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ** é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de propor, planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as políticas de pesquisa científica e tecnológica mantidas pela Universidade. De forma mais detalhada, realiza o acompanhamento dos grupos e linhas de pesquisa, a seleção de projetos de pesquisa, o desenvolvimento de políticas internas para financiar pesquisas e aumentar a produção científica, além da captação de recursos externos.

5.2.1 O Programa de Iniciação Científica.

Os projetos e principais iniciativas da UFPB para a Pesquisa, em relação ao que foi proposto no PDI 2014-2018, buscaram integrar a pós-graduação com a graduação e a educação básica. Destaca-se a importância dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, os quais são estratégias utilizadas para a expansão e melhoria do ensino, tanto em nível de graduação, como de nível médio. São eles: PIBIC (Programa de Bolsas de Iniciação Científica); PIBIC-AF (Programa de Bolsas de Iniciação Científica para Ações Afirmativas); PIBIC-EM (Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio); PIBIT (Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica); PIVIC (Programa de Voluntários de Iniciação Científica); PIVITI (Programa de Voluntários de Iniciação Tecnológica); PIVIC-EM (Programa de Voluntários de Iniciação Científica para o Ensino Médio).



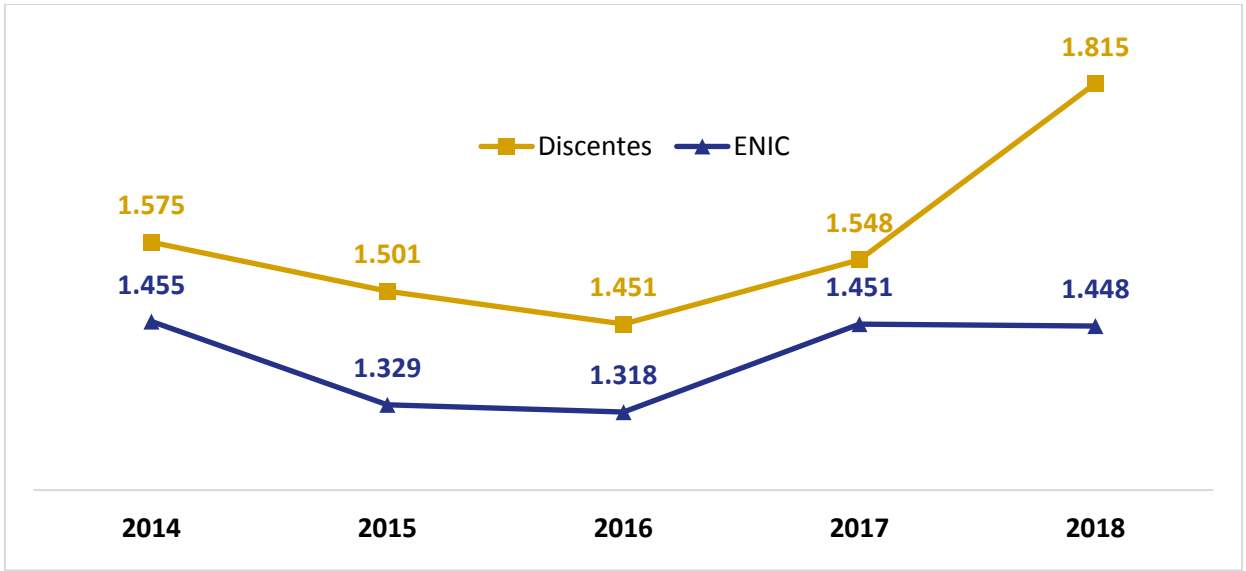
Quanto aos recursos destinados para o financiamento das bolsas de iniciação científica, uma parte é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e outra é financiada com recursos próprios da UFPB. O Gráfico 14 apresenta a evolução do quantitativo de bolsas para este programa no período de 2014-2018. Ao longo do período 2014-2018, o número de bolsas de iniciação científica financiadas pela UFPB ampliou-se em 16%. Destaca-se, ainda, que no ano de 2018 a UFPB financiou um número maior de bolsas PIBIC do que o CNPq. O número de alunos de graduação atendidos com bolsas de iniciação científica é de 3,4%, número 3 vezes maior que a média nacional.



Fonte: PROPESQ.

Gráfico 14 – Evolução no número de bolsas PIBIC financiadas pela UFPB e pelo CNPq no período de 2014-2018.

Anualmente a UFPB promove o Encontro de Iniciação Científica – ENIC e em 2018 aconteceu o XXVI encontro. Os trabalhos de iniciação científica da UFPB são apresentados e concorrem a premiações, por centro de ensino. Os trabalhos premiados são publicados na Série Iniciados, disponíveis na página do encontro: http://www.propesq.ufpb.br/enic/contents/menu/anais. No **Gráfico 15** é mostrada a evolução no número total de discentes envolvidos nos programas de iniciação científica e o número de trabalhos apresentados no ENIC no período de 2014-2018.



Fonte: PROPESQ.

Gráfico 15 – Evolução no número de discentes envolvidos nos programas de iniciação cientifica e no número de trabalhos apresentados no ENIC no período de 2014-2018.

5.2.2 Produção Científica.

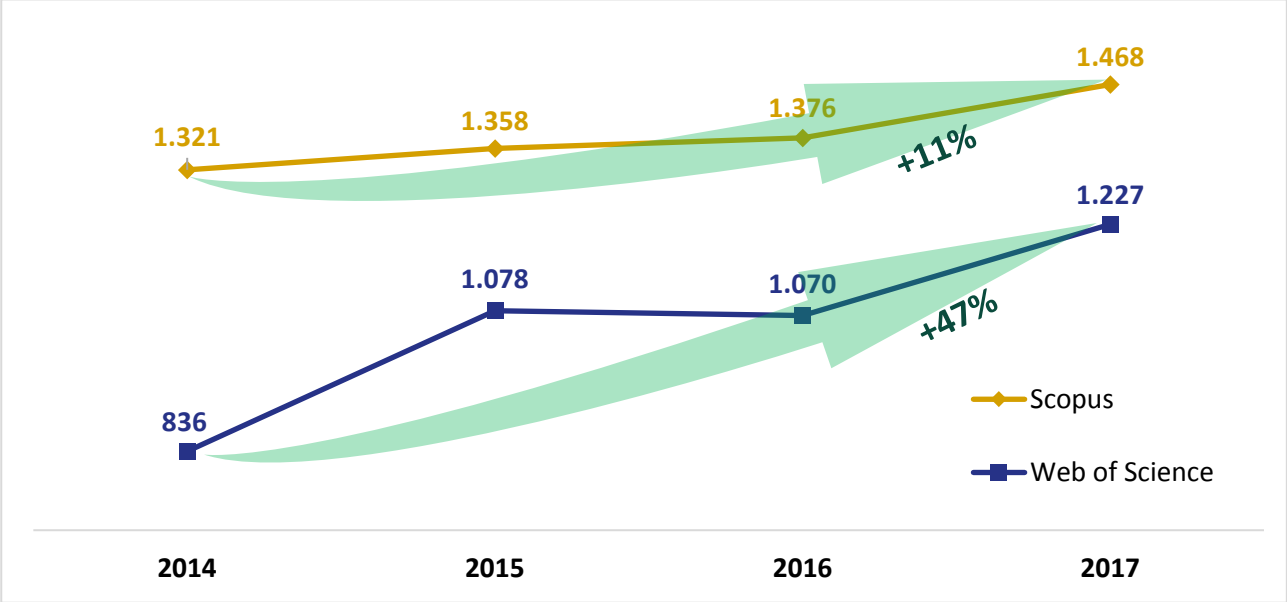
No que diz respeito aos indicadores globais de pesquisa, o valor total da produção institucional da UFPB, para o ano de 2017, foi de 7.159, conforme mostrado no **Gráfico 16**. Os resultados para o ano de 2018 ainda não foram consolidados na maioria das bases de pesquisa.



Fonte: PROPESQ.

Gráfico 16 – Indicadores globais da pesquisa para o ano base de 2017.

Ao longo do período de 2014-2018, observou-se um bom desempenho das atividades de pesquisa da UFPB, dada a expansão no número de produção acadêmica e científica, como pode ser visto no **Gráfico 17** onde é apresentada uma evolução de 47% e 11% no número de artigos produzidos pela UFPB, nas bases *Web of Science* e *Scopus*, respectivamente. Ressalta-se que essa expansão permite uma formação de qualidade para os discentes e contribui de maneira significativa com o desenvolvimento da sociedade, dado que estas pesquisas podem se transformar em produtos e serviços para a população.



Fonte: PROPESQ.

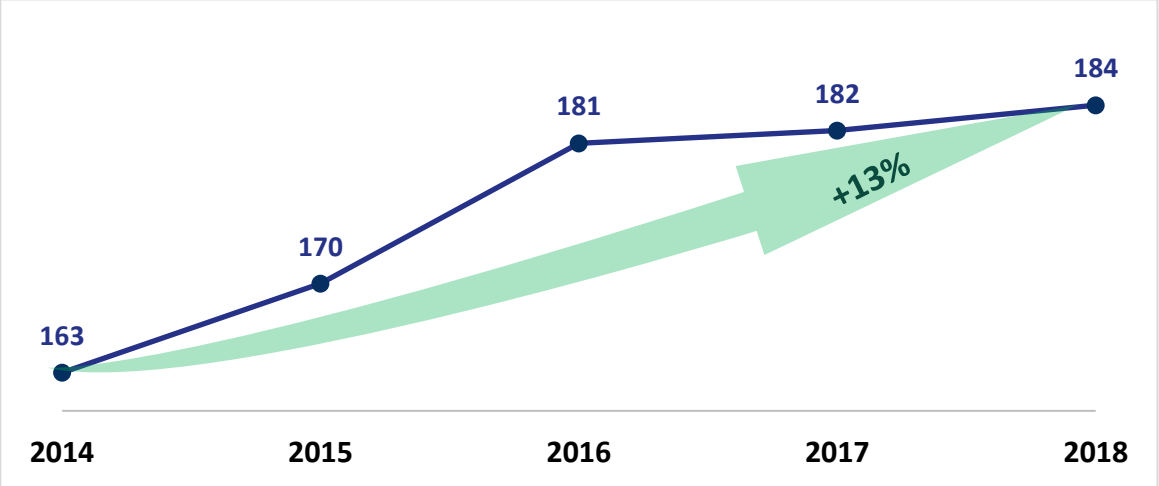
Gráfico 17 – Evolução na produção de artigos nas bases Scopus e Web of Science no período de 2014-2018.

É importante mencionar os dados de Grupos de Pesquisa na UFPB certificados pelo CNPq no ano de 2018, conforme **Figura 20**, extraídos do diretório de grupos de pesquisa do CNPq disponibilizados na Plataforma Lattes (http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/relatorios/relGrupoRecursosHumanosPresenteDiretorio.jsf). Destaca-se a evolução no número de bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ) e em desenvolvimento tecnológico (DT) do CNPq, no período de 2014-2018 no qual se observa um aumento de 13% no número total dessa modalidade de bolsas, conforme mostrado no **Gráfico 18**.



Fonte: PROPESQ.

Figura 20 – Dados dos grupos de pesquisa da UFPB.



Fonte: PROPESQ.

Gráfico 18 – Evolução nos números de bolsistas PQ e DT do CNPq no período de 2014-2018.

5.2.3 Planejamento de 2019 para a pesquisa.

Para o ano de 2019, a UFPB prevê algumas ações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, tais como:

- Finalização da Implementação do Módulo PIBIC/Bolsas no sistema SIGAA;
- Implantação da Plataforma ENIC Mobile;
- Implementação do Portal da Pesquisa Institucional;
- Implantação do "Pesquisa em cena", em parceira com a TV UFPB, em que a UFPB trará grandes pesquisadores de todas as áreas de conhecimento para debater ciência, tecnologia, avanços e desafios de forma interdisciplinar;
- Divulgação da Regulamentação do Marco Legal da CT&I na UFPB;
- Apoio ao processo de internacionalização da UFPB – Edital Capes Print;
- Aumento de 5% na cota UFPB de Bolsas de Iniciação Científica.

5.3 Macroprocesso Finalístico III – Extensão.

A Extensão Universitária, no âmbito da UFPB, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da relação entre a Universidade e a Sociedade. Trata-se de um macroprocesso finalístico cujos eixos norteadores envolvem tanto a extensão acadêmica quanto a promoção/produção de atividades artístico-culturais e de cultura popular e o desenvolvimento da educação popular, saúde pública e prevenção para o envelhecimento saudável. A implementação da política de extensão universitária se processa de modo alinhado ao PDI 2014-2018 e ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), estando suas atividades sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) e dos Centros Acadêmicos.

Ao longo do período 2014-2018, esforços foram empreendidos, inclusive em termos de modernização da gestão interna e das condições de infraestrutura da PRAC, com vistas ao fortalecimento da Extensão, que passou a gozar de prestígio e importância tanto na administração quanto no meio acadêmico. De um modo geral, elevou-se o aporte de recursos investidos e os números de ações (mais de mil) e de extensionistas envolvidos (mais de 10 mil), o que resulta em um público alcançado de aproximadamente duzentos mil habitantes em 80 municípios, conforme serão mostrados no **Gráfico 19** e no **Gráfico 20**.

5.3.1 Ações executadas em 2018.

Arte e Cultura

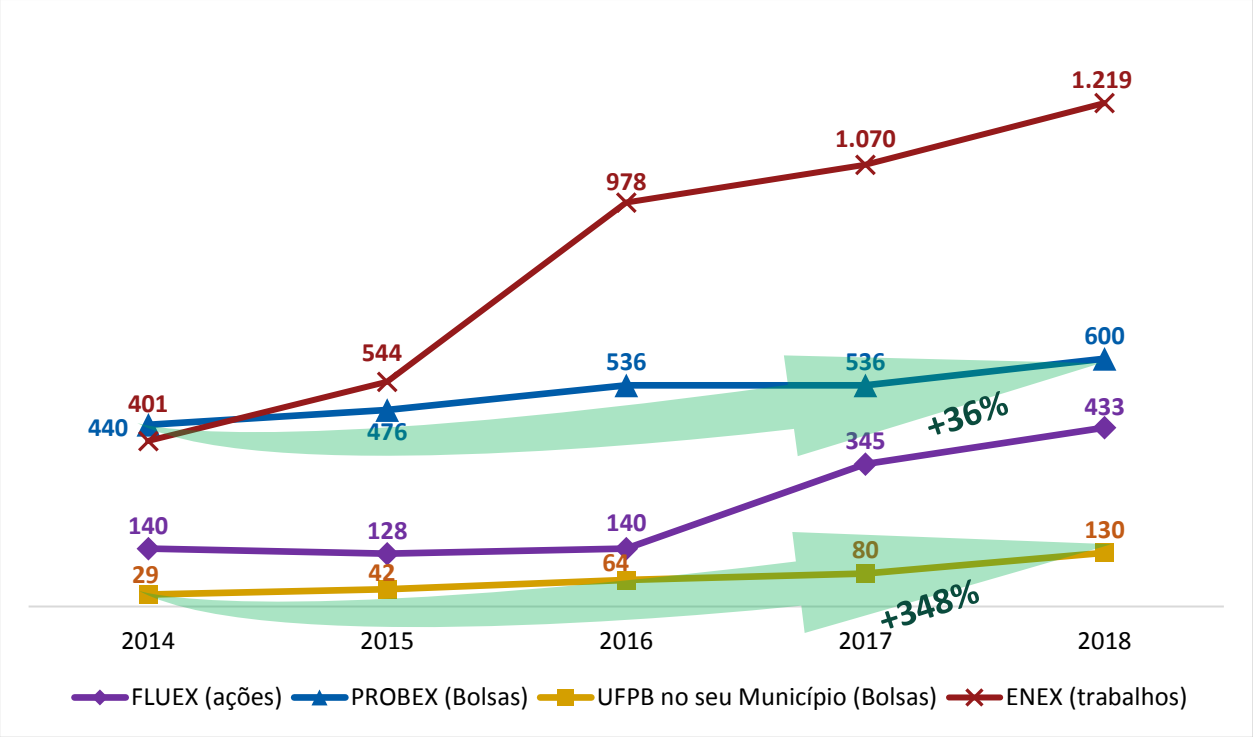
- **NAC – Núcleo de Arte Contemporânea:** recuperação do prédio do núcleo e realização de oficinas, exposições, palestras, visitas orientadas etc.
- **NTU – Núcleo de Teatro Universitário -** melhoria significativa nas instalações físicas do Teatro Lima Penante, com a aquisição do equipamento de iluminação, para a oferta de uma casa de espetáculo de ótima qualidade tanto para os alunos da UFPB como para o público em geral.
- Criação do Comitê de Arte e Cultura da UFPB.

Ações operacionais

- Definição dos indicadores para avaliação institucional da extensão universitária (com base nos indicadores do FORPROEX);
- Avanços na promoção da internacionalização da extensão universitária a partir da criação da Política de Internacionalização na UFPB;
- Ampliação no número de projetos e programas, bem como outras ações de extensão aprovados nos editais internos e externos;
- Melhoria na qualidade dos projetos de extensão através da realização de atividades variadas: oficinas, seminários e reuniões com extensionistas;
- Melhorias na divulgação e troca de experiências entre as ações; ampliação do uso do SIGAA como ferramenta de avaliação e monitoramento das ações;
- Inovação para o ENEX: por meio de parceria com o CI foi desenvolvido um APP para a avaliação das tertúlias via smartphones e tablets;
- Consolidação do Jornal ExtraMuros (com tiragem quadrimestral e disponível em versão impressa e online);
- Consolidação do Multivisualnete que tem capacitado discentes extensionistas para elaboração de vídeos de pequenos formatos e fotos para divulgação dos projetos em redes sociais. Foram realizadas mais de 1000 postagens com um alcance de mais de 12 mil seguidores;
- Cooperação técnico-científicos com a algumas prefeituras e com o Rotary Club, o que possibilitou, mesmo sem captação direta de recursos, a realização de algumas ações, especialmente na cultura, no trabalho e na saúde.

5.3.2 Programas de Bolsas e as ações de Extensão.

O gerenciamento e monitoramento das ações de extensão ocorre por meio do SIGAA, organizando-as por meio de Editais. Os três principais programas são: o Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX), o Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) e o Programa "UFPB no seu Município". Houve uma procura significativa pelos Editais dos Programas da PRAC, seja para seleção de projetos com bolsa, seja para o registro de ações no Fluxo Contínuo de Extensão. No **Gráfico 19** é mostrada a evolução no número de bolsas, nas ações do FLUEX e no número de trabalhos apresentados no Encontro de Extensão (ENEX) na vigência do PDI 2014-2018.



Fonte: PRAC.

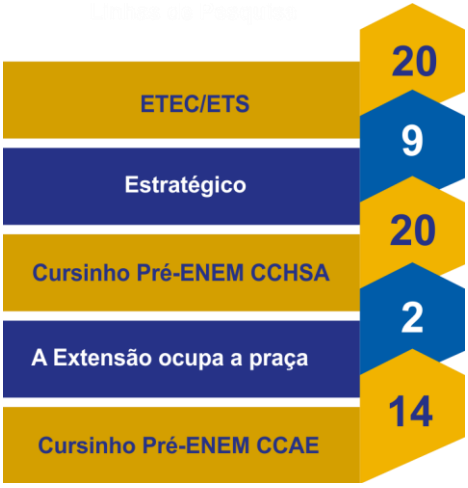
Gráfico 19 – Evolução no número de bolsas do PROBEX e "UFPB em seu Município", no número de ações do FLUEX e no número de trabalhos apresentados no ENEX no período de 2014-2018.

Para o período de execução do PDI 2014-2018, houve um aumento significativo no número bolsas para a extensão na UFPB. O programa "UFPB em seu município" que em 2014 contava com apenas 29 bolsas, em 2018 teve 130 bolsas, um aumento de mais de 300%. A proposta deste programa é fomentar projetos que atuem fora da UFPB e, preferencialmente, em outros municípios da Paraíba, nas áreas de Cultura e Educação. Para além do Edital, o programa atua também captando parcerias com as prefeituras para realização de ações de disseminação e valorização da arte e da cultura, da economia criativa e do empreendedorismo cultural.

Quanto ao número de bolsas do PROBEX, observa-se um aumento de 36% no número de bolsas para o período do PDI. A consequência desses investimentos pode ser mensurada pelo avanço no número de ações de FLUEX, que passou de 140 para 433, e no número de trabalhos apresentados no ENEX que eram

401 em 2014 e atingiu o patamar de mais de 1.000 trabalhos em 2018, o que torna esse evento de grande porte, comparável aos grandes eventos nacionais.

Além dos editais gerenciados pela PRAC, iniciativas dos Centros de Ensino fomentaram algumas bolsas de extensão, em ações consideradas estratégicas para o Centro, conforme mostra a **Figura 21**. Há iniciativas desta natureza no CCHSA com 20 bolsistas, na Escola Técnica de Saúde do CCS com 10 projetos e concessão de 20 bolsas, no CCAE com 14 bolsistas, e no CCHLA com o projeto "A Extensão Ocupa a Praça" e seleção de 2 bolsistas.

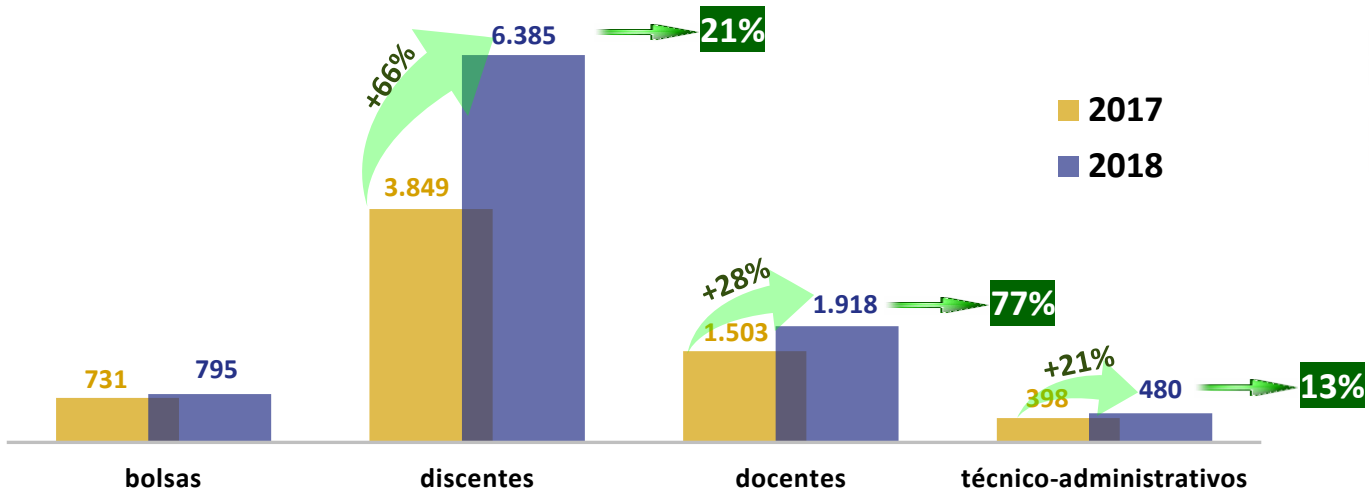


Fonte: PRAC.

Figura 21 – Outras bolsas ofertadas pela PRAC.

5.3.3 Envolvimento da comunidade universitária com a Extensão.

A extensão universitária na UFPB vem se consolidando como um importante pilar acadêmico e mola propulsora do estreitamento da relação Universidade e Sociedade. Verifica-se que, em todas as principais frentes, houve um crescimento significativo, em especial quando se observa o envolvimento crescente da comunidade universitária com a causa extensionista. No **Gráfico 20** são mostrados os dados quantitativos relativos aos anos de 2017 e 2018. No exercício 2018, os envolvidos diretamente nas ações de extensão atingiram um patamar próximo de 10 mil participantes entre docentes, técnico-administrativos, discentes e colaboradores externos. Com relação ao número de discentes, docentes e servidores técnicos-administrativos envolvidos na extensão, no ano de 2018, observa-se um aumento de 66%, 28% e 21%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Outro resultado que merece destaque é o percentual de cada segmento da comunidade universitária envolvido nas ações de extensão. Para os discentes, o percentual de envolvidos corresponde a 21% do total, enquanto que para os servidores docentes e técnicos administrativos esse percentual é de 77% e 13%, respectivamente.



Fonte: PRAC.

Gráfico 20 – Evolução quantitativa do envolvimento da comunidade universitária na extensão.

5.3.4 Planejamento da Extensão para 2019.

Buscando a melhoria contínua do seu papel de articular e fomentar todas as ações de extensão, a PRAC, para 2019, almeja fortalecer ainda mais as estruturas que dão suporte à extensão universitária, favorecendo a crescente participação e interação da comunidade universitária no extenso rol de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos que a extensão oportuniza. Além do apoio às ações, a PRAC tem como ações estruturantes, conforme mostrado a seguir:

- Adequação permanente do Módulo de Extensão do SIGAA;
- Reestruturação organizacional;
- Curricularização da extensão;
- Incentivo a parcerias internacionais;
- Melhoria da comunicação organizacional e da divulgação da extensão;
- Publicação de produtos advindos das ações de extensão;
- Fortalecimento das parcerias e cooperações com os municípios;
- Fortalecimento da rede de integração entre as Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba;
- Inserção social da extensão nos projetos de pesquisa.

5.4 Macroprocessos de Suporte à Gestão Acadêmica.

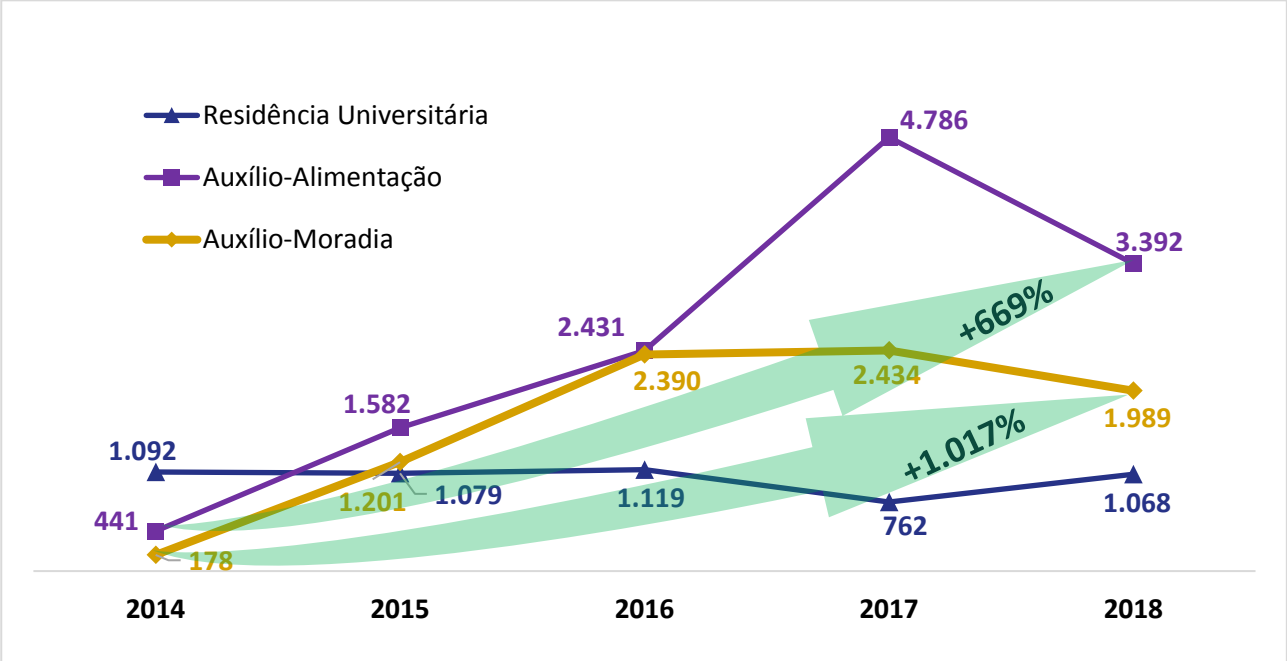
5.4.1 Assistência Estudantil.

A UFPB promove ações de assistência estudantil, com o objetivo de garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com vistas à conclusão dos cursos de graduação presencial, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão escolar e para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais entre os alunos. A unidade responsável por normatizar a forma de acesso aos auxílios e programas de promoção estudantis ofertados pela instituição é a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). Na UFPB, há concessão de auxílios em nível da alimentação, de creche, de transporte, de moradia, de apoio acadêmico, de apoio pedagógico, de apoio material, bem como acesso gratuito ao sistema de restaurantes universitários, manutenção das residências universitárias, apoio acadêmico aos estudantes com deficiências e atendimento psicológico.

As atividades realizadas são: desenvolvimento de ações de assistência e promoção estudantis dentro das áreas estabelecidas no PNAES; Viabilização de formas de acesso aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica aos auxílios e participação nos programas de promoção estudantis, ofertados pela PRAPE; Realização de ações de cunho psicossocial e socioeducativo que visem à integração do aluno à vida universitária. Outra ação realizada em 2018 foi o recadastramento geral de auxílios, com o intuito de atualizar o cadastro de todos os discentes envolvidos pela assistência estudantil da UFPB.

A UFPB disponibiliza os seguintes auxílios estudantis: restaurante universitário; residência universitária; auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio moradia; auxílio creche; auxílio aluno apoiador; auxílio de esporte, cultura e inclusão digital. A descrição de cada auxílio, bem como os editais de seleção, está disponibilizada na página da PRAPE no link: http://www.ufpb.br/prape.

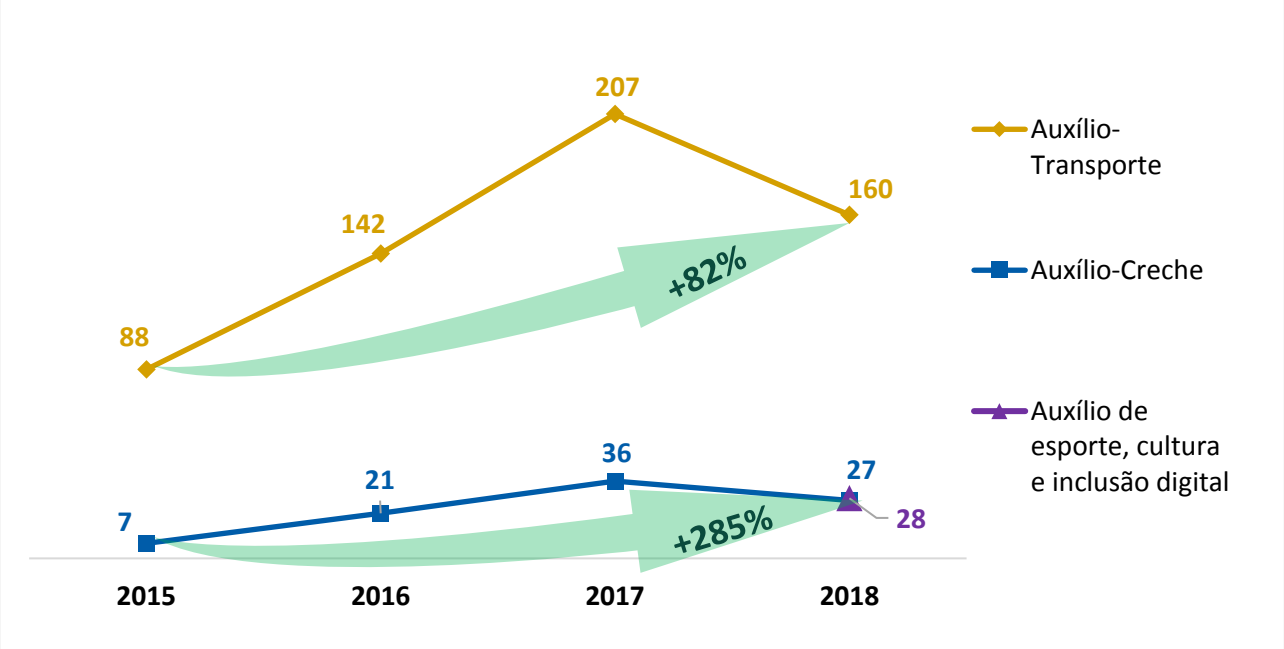
No **Gráfico 21** é mostrada a evolução do número de estudantes assistidos com auxílio alimentação, auxílio moradia e residência universitária, no período de 2014-2018. Observa-se um aumento significativo no número de estudantes assistidos com auxílio moradia e alimentação: 1.017% e 669%, respectivamente. O número de alunos atendidos pelas residências universitárias manteve-se no mesmo patamar. A redução verificada no ano de 2017 se deu em função de procedimentos de adequação e regularização da permanência dos assistidos segundo os critérios do PNAES e regras instituídas pela PRAPE. Em 2018, a UFPB disponibilizou 31 residências, sendo 2 no Campus I, 16 no Campus II, 11 no Campus III e 2 no Campus IV. A UFPB conta, ainda, com 4 restaurantes universitários, que servem, em média, 4.920 refeições por dia, sendo 2.100 no Campus I; 970 no Campus II, 1.470 no Campus III e 380 no Campus IV.



Fonte: PRAPE.

Gráfico 21 – Evolução no número de estudantes assistidos com auxílio alimentação, auxílio moradia e na residência universitária no período de 2014-2018.

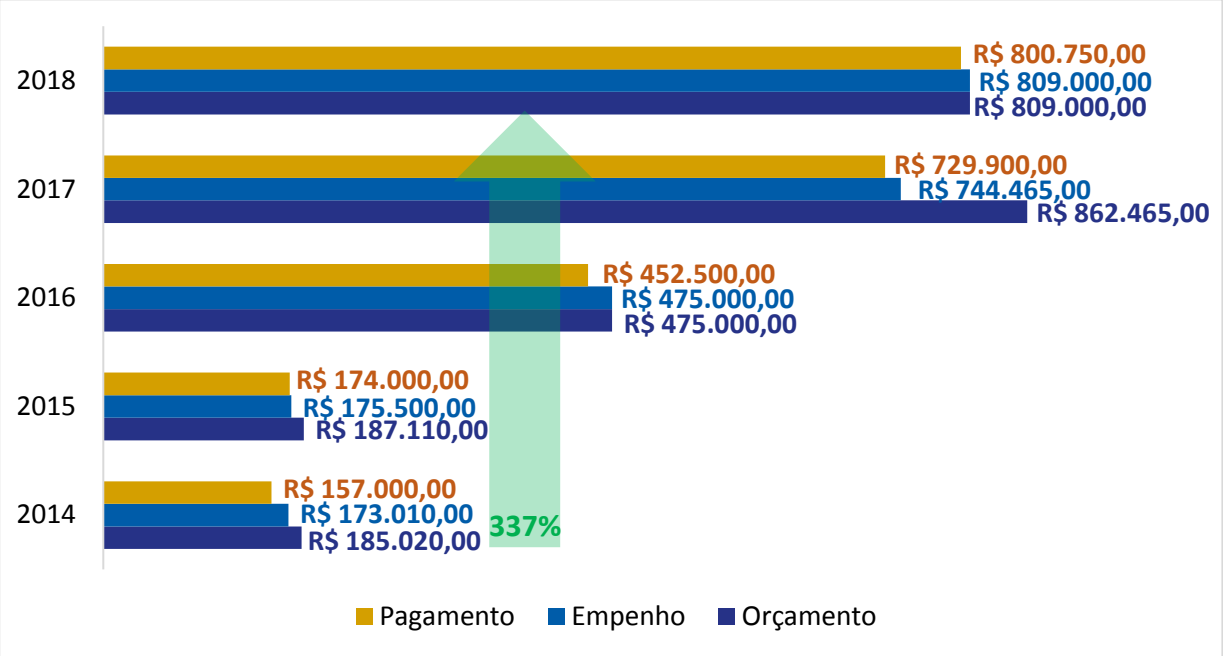
No **Gráfico 22** é mostrada a evolução, no período 2015-2018, do número de estudantes assistidos com auxílio transporte, auxílio-creche, auxílio de esporte, cultura e inclusão digital, sendo este último implantado em 2018. Deste modo, as ações de assistência estudantil da UFPB passaram a atender 100% das áreas estratégicas definidas no Decreto do PNAES. Quanto aos auxílios transporte e creche, observa-se que, durante a vigência do PDI 2014-2018, estes foram ampliados em 82 e 285%, respectivamente.



Fonte: PRAPE.

Gráfico 22 – Evolução no número de estudantes assistidos com auxílio transporte, auxílio creche e auxílio esporte, cultura e inclusão digital no período de 2015-2018.

Garantir as condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais é um dos objetivos estabelecidos pelo programa de permanência estudantil definido pelo PNAES. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB é uma assessoria especial responsável pela elaboração e execução da política de acessibilidade na instituição. O CIA é responsável pela gestão dos recursos do PNAES para atender aos estudantes portadores de necessidades especiais, através do programa aluno apoiador. No **Gráfico 23** é mostrada a evolução dos recursos orçamentários, bem como sua execução, para essa ação, no período de 2014-2018. Observa-se um aumento de 337% no orçamento para o programa de aluno apoiador, o que representa um avanço bastante significativo desta ação.



Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 23 – Evolução nos recursos investidos com bolsas de apoio a estudantes com deficiência no período de 2014-2018.

As ações de assistência estudantil ocorrem por meio da concessão de benefícios aos alunos selecionados e cadastrados, após a realização dos processos seletivos. Decorrem através de planejamento do orçamento de custeio e capital, permitindo a manutenção e a ampliação do número de alunos assistidos a cada semestre. Esta evolução da assistência estudantil reflete o empenho da gestão em acreditar que o corpo discente com melhor suporte de permanência resultará em menores taxas de evasão e/ou de retenção, refletindo, assim, no sucesso acadêmico. Destacamos a seguir algumas dificuldades enfrentadas pela PRAPE.

Principais dificuldade encontradas a execução das atividades da PRAPE.

- Deficiência na sincronização das catracas com o SIGAA, limitando o controle de acesso aos Restaurantes Universitários;
- Implantação de sistemas de segurança nas residências universitárias;
- Implementação de novos sistemas de gestão e acompanhamento acadêmico dos discentes assistidos;
- Corpo especializado de recursos humanos reduzido para atividades fins de assistência estudantil.

5.4.2 Sistemas de Bibliotecas.

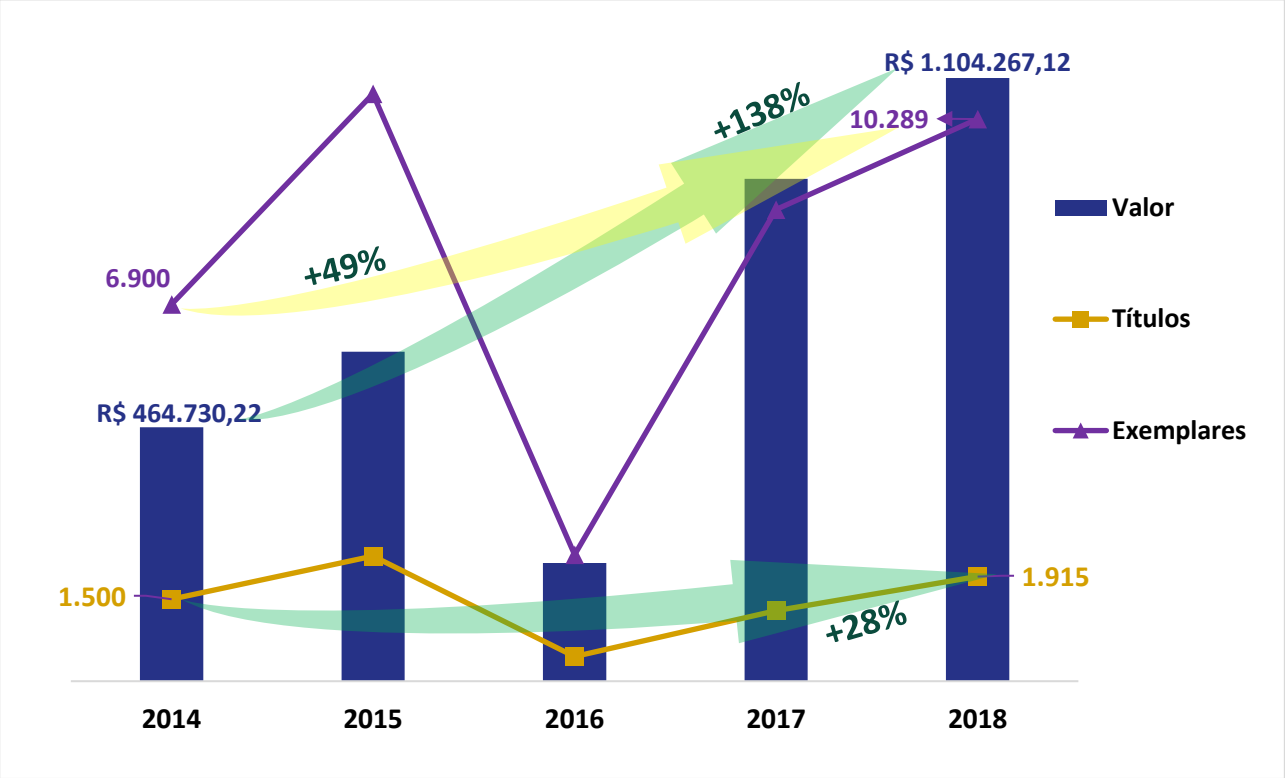
O Sistema de Bibliotecas da UFPB, formado atualmente pela Biblioteca Central (BC) e 21 Bibliotecas Setoriais, é um conjunto de bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da UFPB, voltadas para aquisição, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

O Sistema de Bibliotecas da UFPB utiliza o SIGAA/Módulo Biblioteca para disponibilizar seu acervo através do link https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca. Assim, o usuário pode fazer buscas no sistema, identificando a disponibilidade ou não da obra que pretende pesquisar.

Todos os procedimentos técnicos para inclusão do acervo no sistema são executados e supervisionados por bibliotecários-documentalistas. Já a gestão e suporte técnico dos sistemas em si fica sob responsabilidade da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). O acesso às bases assinadas pela BC também estão disponíveis a partir do acesso remoto e/ou SIGAA. Basta que o usuário baixe e instale o navegador Firefox UFPB. Após isso, deve entrar com seus dados de acesso ao SIGAA. A relação das bases assinadas, bem como as orientações de acesso, estão disponíveis na página da BC (www.biblioteca.ufpb.br) no menu Portais de Pesquisa e Bases de Dados.

5.4.2.1 Investimentos para aquisição de livros e base de dados.

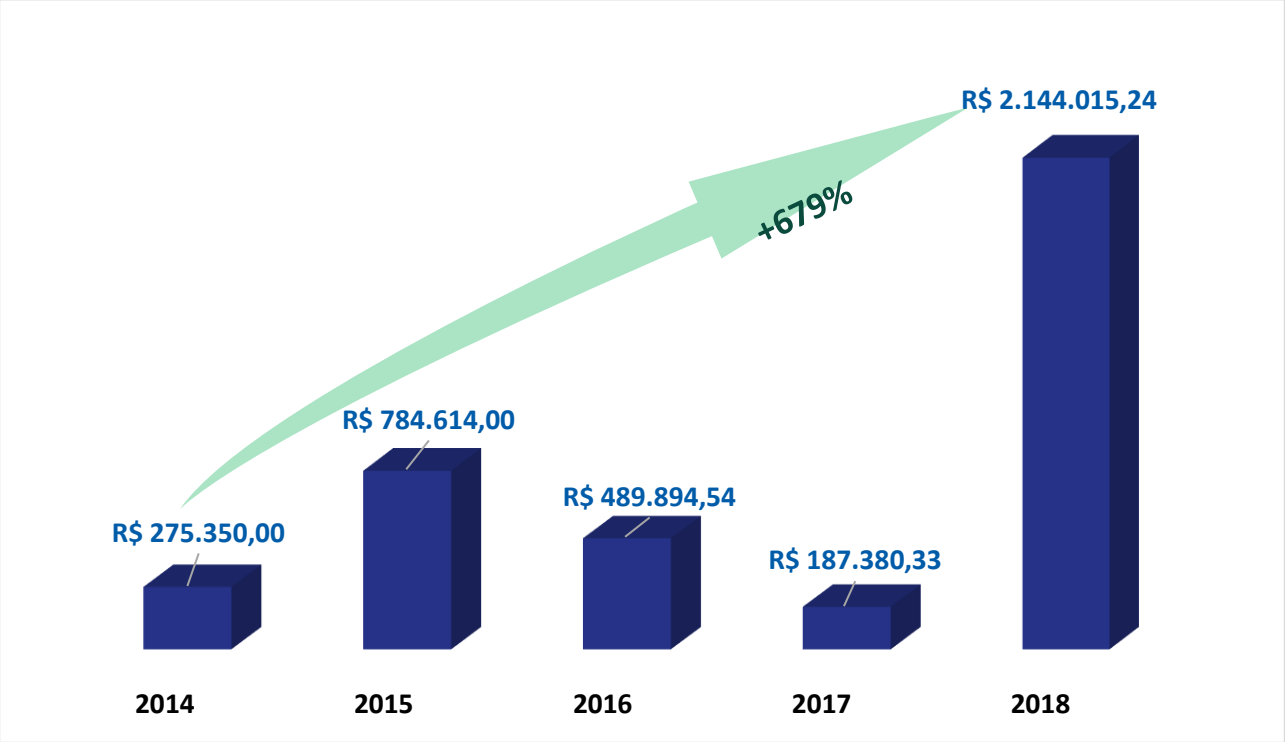
No **Gráfico 24** são mostrados os valores investidos para aquisição de títulos e exemplares para a BC, incluindo as respectivas quantidades adquiridas no período de 2014-2018. Conforme pode ser observado, em 2018, foi executado um total de R$ 1.104.267,12 que envolveu os recursos destinados no exercício e empenhos relativos aos exercícios 2014-2017, para a aquisição de 1.915 títulos e 10.289 exemplares de livros. O valor executado é 138% maior do que aquele executado em 2014. A quantidade de exemplares e títulos adquiridos aumentou em 49% e 28%, respectivamente, em relação a 2014.



Fonte: BC.

Gráfico 24 – Evolução nos recursos executados para aquisição de títulos e exemplares, incluindo as respectivas quantidades adquiridas, no período de 2014-2018.

Em 2018, foi investido, para renovação e aquisição de bases de dados, um total de R$ 2.144.015,24, o que corresponde a um aumento significativo em relação ao ano de 2014, conforme apresentado no **Gráfico 25**. Com esse investimento foi possível ampliar o sistema de base de dados disponíveis, como mostrado na **Tabela 2**.



Fonte: BC.

Gráfico 25 – Evolução nos recursos investidos para aquisição e renovação de bases de dados no período de 2014-2018.

Tabela 2 – Base de dados adquiridas (A) e renovadas (R) em 2018, incluindo o valor do contrato, duração e número de títulos.

Base	Valor de Contrato	Período de Contrato	Nº de Títulos
Proquest Ebook Central **(R)**	R$ 573.555,24	03 anos	256.700
vLex **(A)**	R$ 49.780,00	03 anos	1.300
E-volution **(A)**	R$ 840.000,00	03 anos	805
Pearson **(A)**	R$ 643.680,00	03 anos	6.500
EBSCO EDS	R$ 35.000,00	01 ano	Ferramenta de busca
*Target GEDWeb **(R)**	R$ 2.000,00	01 ano	300

Fonte: BC.

*O contrato permite o acesso a 300 títulos da plataforma e inclui o acesso gratuito a mais de 463.659 documentos.

5.4.2.2 Planejamento das atividades para 2019.

Para o ano de 2019, a direção da BC elencou as seguintes ações:

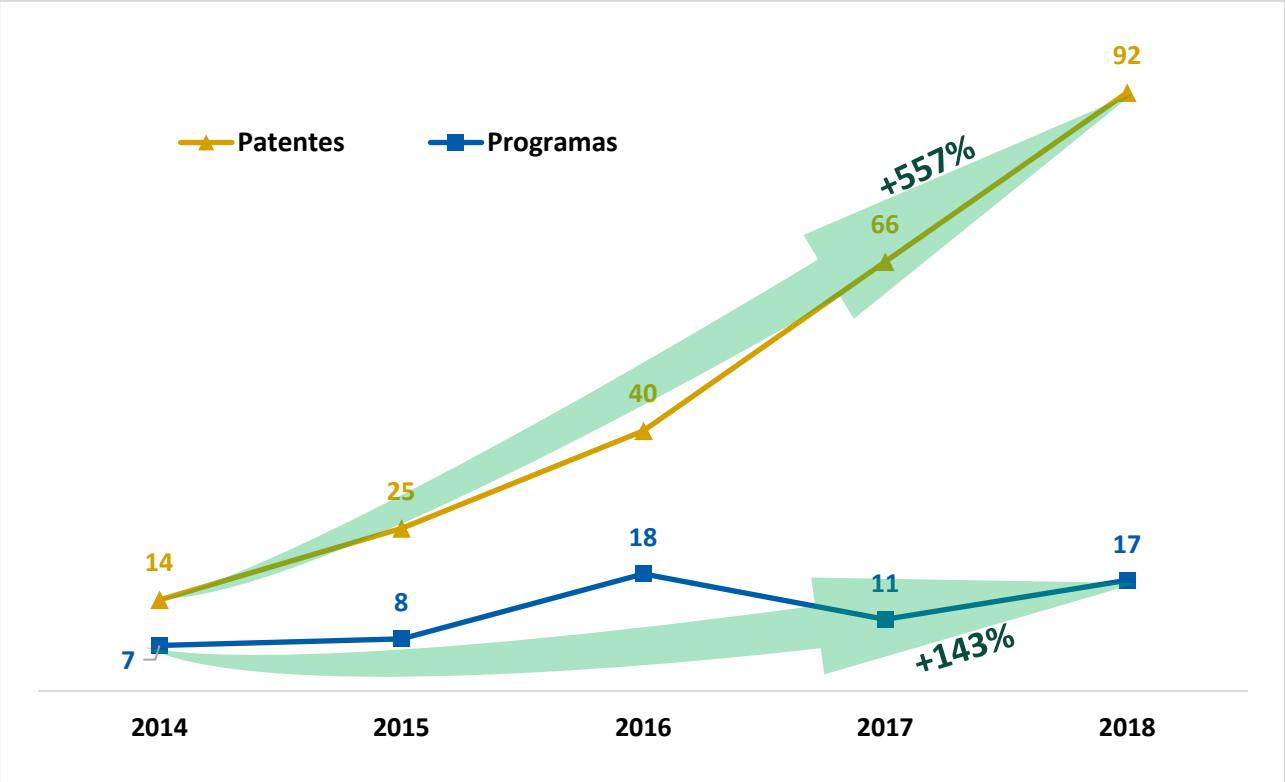
- Reforma da Rede Elétrica;
- Reforma da Rede Lógica;
- Desinfestação do acervo de periódicos;
- Ampliação no quantitativo de câmeras de vigilância;
- Climatização de espaços para estudo individual e em grupo;
- Instalação de plataforma de carga para transporte de livros;
- Renovação da base de livros eletrônicos (e-books) da "Minha Biblioteca";
- Renovação da ferramenta de busca integrada EDS da EBSCO;
- Reforma do Auditório;
- Substituição das plataformas elevatórias por elevadores, com acessibilidade;
- Aprovação do Repositório Institucional junto ao CONSUNI;
- Pleno funcionamento do Comitê Gestor e Coordenação Executiva do Repositório Institucional (RI);
- Criação da Política de Informação Institucional (PII) que norteará a gestão do RI.

5.4.3 Inovação Tecnológica.

As atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB, são planejadas, coordenadas e controladas pela Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB).

Uma das ações de destaque do ano de 2018, para a inovação da UFPB, foi a aprovação da resolução que regulamenta a atividade de incubação empresarial de base tecnológica da INOVA-UFPB, o que possibilitará o incentivo cada vez maior para o empreendedorismo, a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.

Ao longo do período de vigência do PDI 2014-2018, houve um crescimento expressivo no número de depósitos de propriedade intelectual na UFPB, apresentando um percentual de crescimento de patentes depositadas de 557% de 2014 para 2018, bem como uma evolução de programas de computador de 143%, conforme mostrado no **Gráfico 26**.



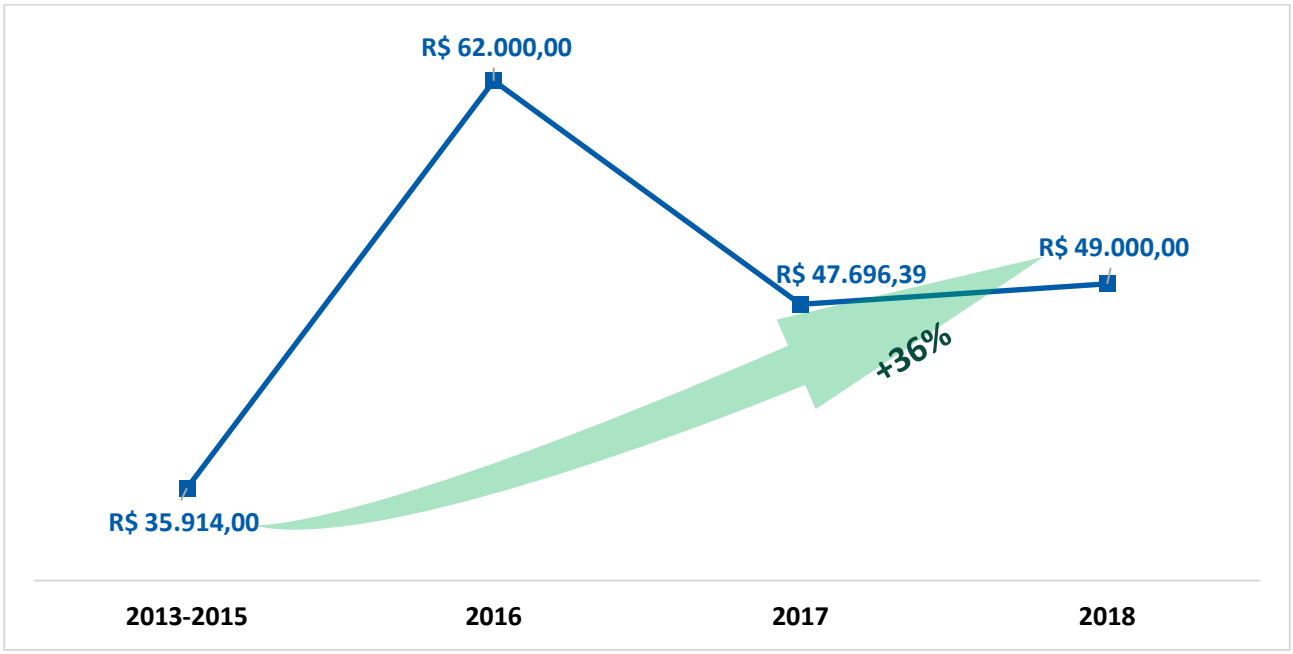
Fonte: INOVA.

Gráfico 26 – Evolução no número de patentes e programas depositados no período de 2014-2018.

Essa evolução, no tocante às proteções tecnológicas promovidas pela INOVA-UFPB, também foi destaque no ranking do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) referente ao ano de 2017. Enquanto no ano de 2016 foi atingida a melhor marca, até então ficando em 7º lugar entre as organizações que mais depositaram pedidos de patentes, em 2017 conseguiu-se avançar ainda mais no referido ranking, subindo para a 4ª posição. Ou seja, pela primeira vez a UFPB está no Top 5 dos depositantes de pedidos de patentes residentes no Brasil.



Quanto aos investimentos internos na área de inovação tecnológica, em 2018, a UFPB investiu R$ 49.000,00 para viabilizar as ações na área de depósitos de patentes, o que corresponde a um aumento de 36% em relação aos recursos investidos no ano de 2013-2015. A evolução dos investimentos nessa área é mostrada no **Gráfico 27**.



Fonte: INOVA.

Gráfico 27 – Evolução nos investimentos para a área de depósitos de patentes e programas no período de 2014-2018.

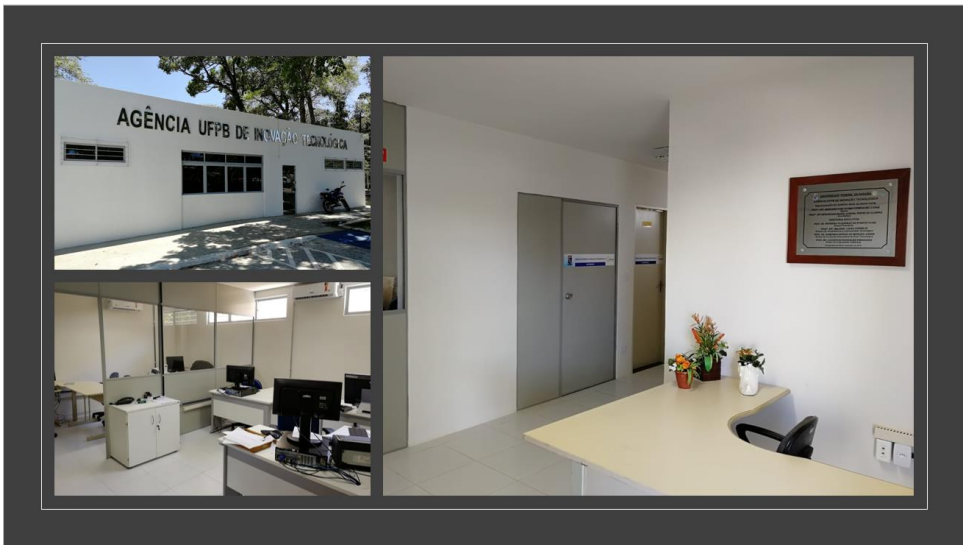
Outra ação importante foi a institucionalização do Prêmio de Inovação Tecnológica Professor Delby Fernandes de Medeiros que ocorreu em 2015 pela Resolução CONSUNI Nº 004/2015. Em 2018, foi realizada a 4ª edição que premiou 78 criações tecnológicas entre pedidos de patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos industriais e programas de computador depositados em 2017. Ao todo foram premiados, com troféu e certificados, mais de 200 pesquisadores entre docentes, técnico-administrativos e discentes da

UFPB. A lista das tecnologias e dos inventores premiados na 4ª Edição do Prêmio se encontra disponível na página da Inova http://www.ufpb.br/inova

Outro avanço foi o lançamento do Portfólio Virtual das Tecnologias depositadas pelos inventores da UFPB do período 2006 a 2018 (http://www.ufpb.br/inova/contents/menu/portfolios). O propósito do portfólio é divulgar e registrar as inovações depositadas pelos pesquisadores da UFPB. Assim, toda a comunidade terá acesso às informações tecnológicas o que possibilitará uma fonte de acesso para futuras parcerias com empresas e outras instituições. O portfólio apresenta informações como o título da tecnologia depositada, perfil tecnológico, área de aplicação, nomes dos inventores, benefícios e características, classificado com os seguintes temas: máquinas e equipamentos, alimentos, combustíveis, energia, materiais, químicos, saúde e cuidados.

5.4.3.1 Ações da INOVA-UFPB em 2018.

As principais ações em 2018 foram:



1. **Inauguração da nova sede**, que permitirá acomodar os setores administrativos da agência, além de melhor atender a comunidade acadêmica.

2. **Desenvolvimento do Portfólio da Inovação da UFPB** que já foi encaminhado para as seguinte empresas: Fármacos: ApisFlora, Centroflora, Hebron, Lapon e Ecofitu; Alimentos: Cariri, Sabor Isis, Fazenda Tamanduá, Lebon, Pé da Fruta, Ideal Ltda, Polpa de fruta Canaã, Sterbom, Sorvetes Mareni, Sorveteria Picogel, São Brás, 3 de Maio, Coco do Vale, DuConde Alimentos e Cialne.

3. Regulamentação da **incubação empresarial de base tecnológica** no âmbito da UFPB.

4. **Prêmio UFPB de Inovação** contemplou mais de 200 pesquisadores (docentes, técnicos-administrativos e discentes).

5.4.3.2 Planejamento da INOVA-UFPB para 2019.

Para 2019, planeja-se executar as seguintes ações:

- Alcançar o patamar de, pelo menos, **três empresas spin-off** referentes às tecnologias protegidas da UFPB;
- **Transferir e licenciar tecnologias** da UFPB para o setor produtivo;
- **Capacitar recursos humanos** para o empreendedorismo, gestão da inovação e gestão da propriedade intelectual;
- Promover o Prêmio UFPB de Inovação.

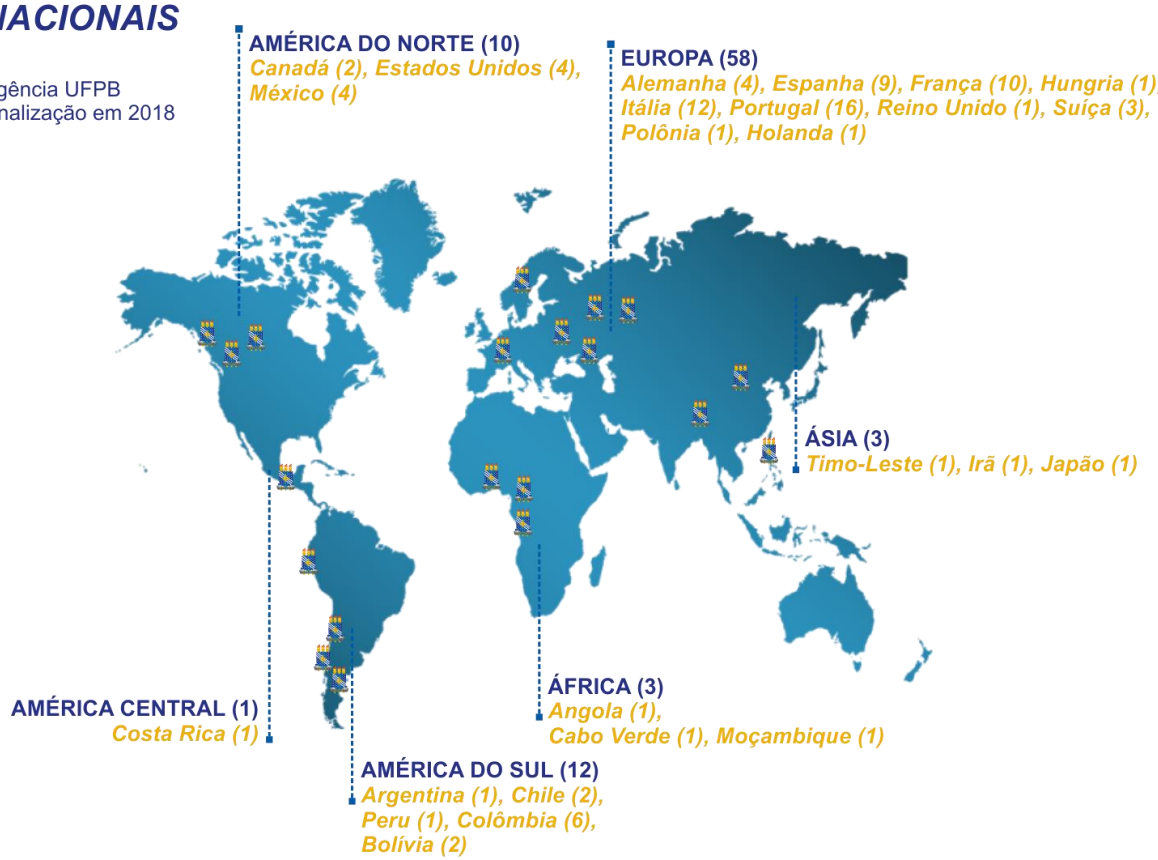
5.4.4 Internacionalização.

O ano de 2018 foi marcado por importantes avanços na área de internacionalização, com destaque para a aprovação da proposta da instituição no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da CAPES, numa ação conjunta da PRPG e PROPESQ. Foi aprovada também a política institucional da internacionalização e a Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI). A ACI tem por objetivo auxiliar o planejamento, coordenação, implementação, promoção e acompanhamento da política de internacionalização da UFPB, atuando direta e efetivamente na concretização das estratégias institucionais de cooperação acadêmica internacional da UFPB em matéria de ensino, pesquisa, inovação, cultura, extensão e gestão universitária.

Atualmente a UFPB possui convênios internacionais com 87 instituições em vários continentes, conforme mostrado na **Figura 22**. Com a criação da ACI, é esperado uma expansão significativa nas ações de internacionalização da UFPB.

CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

Criação da Agência UFPB de Internacionalização em 2018



Fonte: AAI.
Disponível em: http://www.ufpb.br/aai/contents/menu/institucional/acordos-de-cooperacao.
Figura 22 – Convênios internacionais da UFPB.

A seguir são elencados o planejamento da ACI para 2019.

Acolhimento e integração de estrangeiros.

Propor e executar uma política de acolhimento e integração dos estrangeiros na UFPB, desde a regularização da sua estada junto às autoridades até a compreensão das diferentes rotinas acadêmicas e administrativas existentes na instituição. Ampliar e aperfeiçoar os programas existentes nessa seara como o "Bem-vindo" e o PLEI.

Registro e análise dos dados sobre internacionalização na UFPB.

Realizar levantamento das ações de internacionalização que existem na UFPB nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação tecnológica, de modo a criar indicadores e variáveis da internacionalização na instituição, replicando as melhores práticas e promovendo programas pilotos nos diferentes contextos.

Mobilidade acadêmica.

Aperfeiçoar os programas de mobilidade acadêmica da UFPB, buscando ampliar quantitativa e qualitativamente as modalidades existentes (recepção e envio), com especial atenção ao melhor aproveitamento das experiências de mobilidade vividas por discentes, docentes, gestores ou servidores técnico-administrativos para o aperfeiçoamento das práticas acadêmicas e administrativas da UFPB nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação tecnológica.

Revisão dos acordos e ampliação das parcerias.

Fazer um levantamento sobre os acordos de cooperação firmados pela instituição com o intuito de entender a trajetória das parcerias estabelecidas ao longo da história da UFPB, que permitirá verificar potenciais nichos de ampliação e consolidação dos acordos, bem como identificar novos horizontes sobre os quais a cooperação deverá prosperar.

5.4.5 Ações para o Desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Com o objetivo de aprofundar a integração da UFPB com o desenvolvimento econômico da Paraíba, foi criado o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP) que tem como missão produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba. Primando pela sustentabilidade ambiental e inclusão social, o Instituto busca, por meio de estudos e pesquisas aplicados para órgãos, empresas e instituições dos setores públicos e privados, contribuir com o desenvolvimento do estado.

Entre as prioridades estabelecidas pelo IDEP em 2018, destaca-se o apoio aos pequenos municípios da Paraíba, com os menores índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM), considerando fatores relacionados à educação, saúde, economia, infraestrutura e meio ambiente. São eles: Areia de Baraúnas, Coxixola, Parari, Quixaba, Riacho de Santo Antonio, São José do Brejo do Cruz.

Foram realizadas diversas ações, tais como fóruns e reuniões técnicas, com as Prefeituras dos municípios e em parcerias com outras instituições públicas e privadas, com o intuito de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos municípios, buscando soluções de gargalos e fortalecer suas potencialidades.

O contexto de crise econômica traz consequências para o ritmo de desempenho de vários setores produtivos e também interfere nas decisões de investimento; o que requer das instituições, cujo foco é o estímulo ao desenvolvimento sustentável, um conhecimento mais abrangente sobre os indicadores do setor produtivo estadual, o perfil mercado de trabalho, a composição das atividades econômicas e os aspectos

sociais e ambientais. Com base nessa perspectiva, o IDEP/UFPB realizou, em 2018, diversos estudos, pesquisas, visitas técnicas e interlocução institucional com segmentos do setor público e privado da economia estadual.

Outra ação de 2018 foi a efetivação do Observatório Paraibano de Arranjos Produtivos Locais (OPAPL), por meio do Convênio PLADES, celebrado em conjunto entre a UFPB e o Governo do Estado da Paraíba, no diagnóstico dos arranjos produtivos locais de nosso Estado.

Um dos laboratórios de pesquisa que compõe o IDEP, com destaque em 2018, foi o Laboratório de Eficiência Energética (LEENE), que submeteu projeto na área de energia solar a União Planetária em atendimento a Agenda 2022. Além disso, o LEENE trabalhou, em conjunto com a Divisão de Pequenos Municípios, na elaboração de projetos com energias alternativas renováveis junto às prefeituras dos seis municípios com menor IDH do estado da Paraíba. Outro de destaque é o Laboratório de Tecnologia de Novos Materiais – TECNOMAT, que forneceu consultoria técnica de alto nível para empresas como a CHESF e aprovou e está executando um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D + I), com um orçamento de cerca de R$ 3.000.000,00. Tal empreendimento visa melhorar a qualidade da avaliação dos danos pelo desenvolvimento de laboratório melhorado e métodos não destrutivos de campo.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.

6.1 Declaração dos Responsáveis pelo Planejamento, Orçamento e Administração.



As Pró-Reitorias de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) e de Administração (PRA) são órgãos auxiliares da direção superior da UFPB responsáveis, respectivamente, pelo planejamento e orçamento e pela administração e execução financeira da instituição.

As duas Pró-Reitorias em questão têm papel primordial nos processos de gestão que subsidiam as ações das áreas fins da universidade, tanto norteando as unidades a respeito das diretrizes estratégicas estabelecidas na instituição, quanto nas questões orçamentárias e financeiras. Os Pró-Reitores dessas unidades estão desenvolvendo ações que incorporam à UFPB uma nova estrutura de gestão pública. Essas ações envolvem a construção de um novo estatuto, a criação da estrutura de governança, a implementação da gestão de riscos em contratos e processos e a incorporação da virtualização dos processos. Nesse contexto, essas unidades contribuem para o processo de modernização da administração pública, voltada para a governança, integridade, transparência e controle dos recursos e resultados, atendendo de forma permanente os requisitos legais e em interação com os órgãos de fiscalização.

A PROPLAN é a unidade responsável pela construção dos instrumentos para o planejamento estratégico. A unidade vem buscando agregar novos conceitos gerenciais aos processos, seja na definição de indicadores de desempenho ou na construção da cadeia de valor da instituição. Além de assessorar o planejamento e o desenvolvimento institucional, esta Pró-Reitoria também atua na gestão orçamentária, de responsabilidade da Coordenação de Orçamento (CODEOR), que coordena a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do orçamento anual, bem como a alocação interna de recursos orçamentários.

A gestão administrativa é coordenada pela PRA, unidade responsável por executar a programação financeira dos recursos do MEC, de outros Ministérios, dos convênios e contratos e os de outras agências financiadoras nacionais e estrangeiras. As atividades administrativas podem ser descentralizadas nos diferentes níveis, ficando, na administração superior, a supervisão, coordenação e controle contábil e do cumprimento da legislação vigente.

Por fim, cabe salientar que a confiabilidade das informações apresentadas ao longo de todo relatório de gestão, bem como a sua conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018, e com as demais legislações vigentes são de responsabilidade dos gestores de cada unidade, conforme declarações no Anexo I.

6.2 Gestão Orçamentária e Financeira.

A UFPB encaminha, anualmente, a sua proposta orçamentária, para o Ministério da Educação para compor a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esta proposta contém todas as informações dos gastos necessários para o funcionamento da instituição, quais sejam despesas com pessoal, custeio e capital. A execução do orçamento depende da liberação de **créditos orçamentários** por parte do MEC. O comprometimento do orçamento, para pagamento de despesas correntes e de investimentos, é realizado através do **empenho** que, por sua vez, estão sujeitos aos limites para empenho impostas pelo MPOG, através de portarias especificas e o pagamento destas despesas dependerá da disponibilidade financeira. Essas etapas da execução orçamentária e financeira são apresentadas na **Figura 23**.

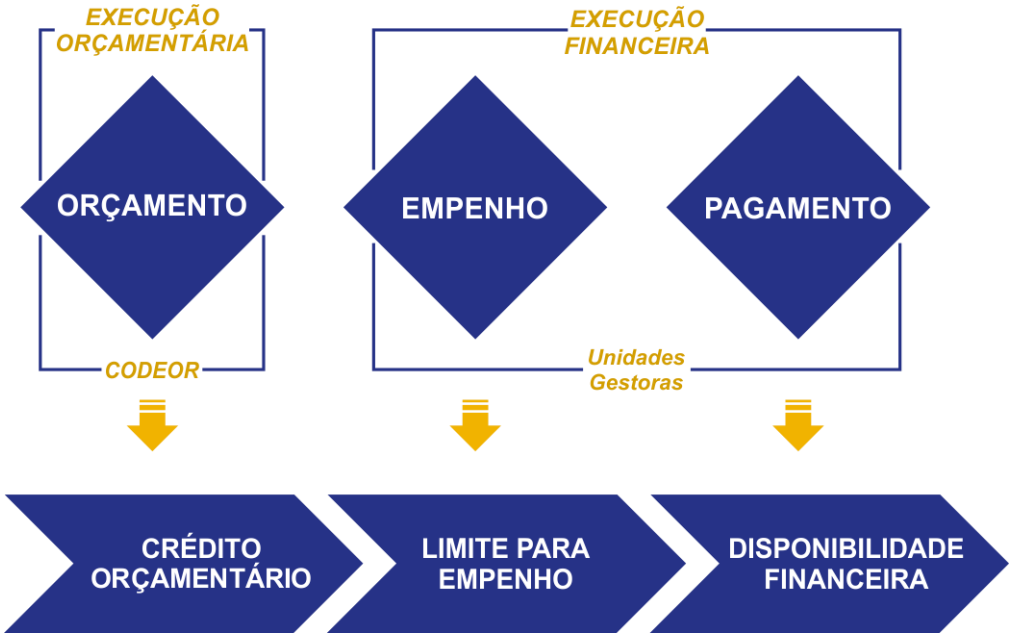
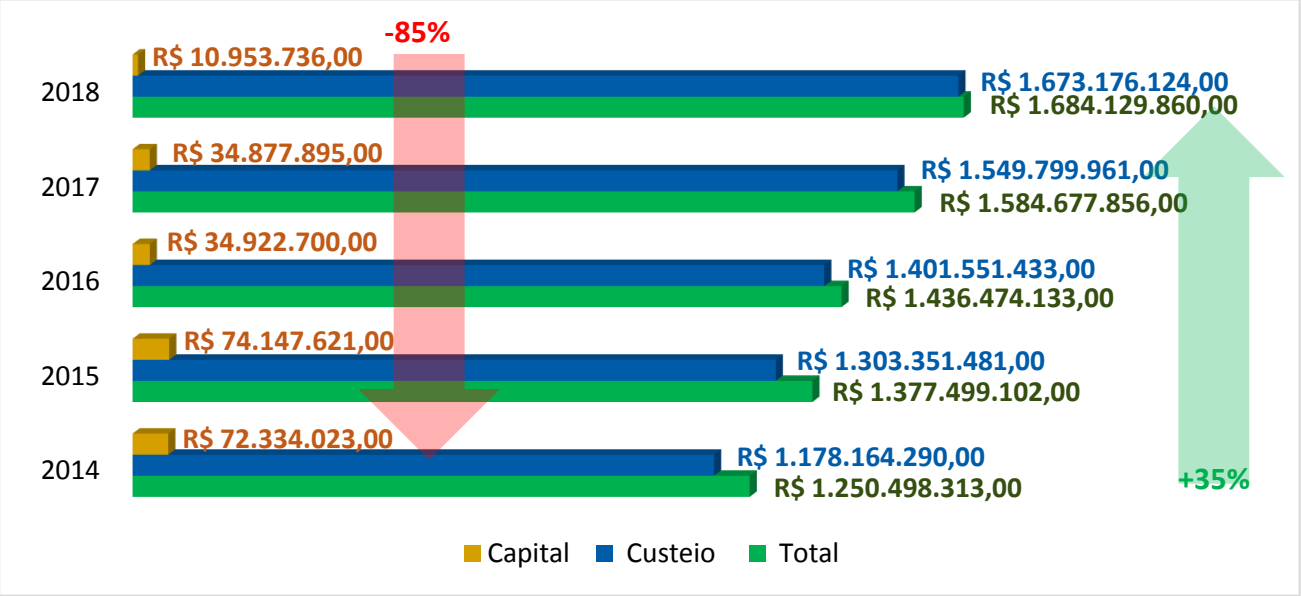


Figura 23 – Representação esquemática da execução orçamentária e financeira na UFPB.

6.2.1 Perfil do gasto da universidade.

6.2.1.1 Perfil orçamentário.

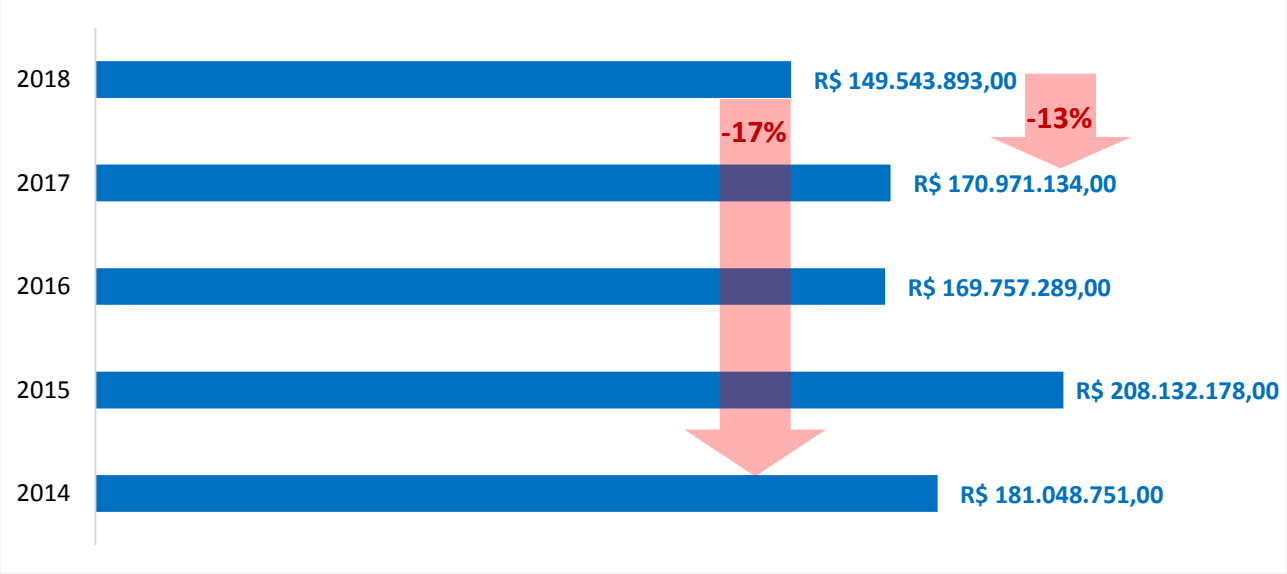
No período de 2014-2018, o orçamento global da UFPB teve um aumento de 35%, conforme apresentado no **Gráfico 28**. Contudo, tem-se observado uma redução significativa na dotação orçamentária dos investimentos em capital desde o ano de 2016, gerando perdas acumuladas de 85% para o período.



Fonte: CODEOR.

Gráfico 28 – Evolução no orçamento global da UFPB no período 2014-2018.

No **Gráfico 29** é mostrada a evolução do orçamento discricionário da UFPB, excluindo os custos com folha de pagamento de pessoal e benefícios. Observa-se, em 2018, uma redução no orçamento de 13% com relação a 2017 e de 17% em relação a 2014.



Fonte: CODEOR.

Gráfico 29 – Evolução no orçamento discricionário da UFPB no período 2014-2018.

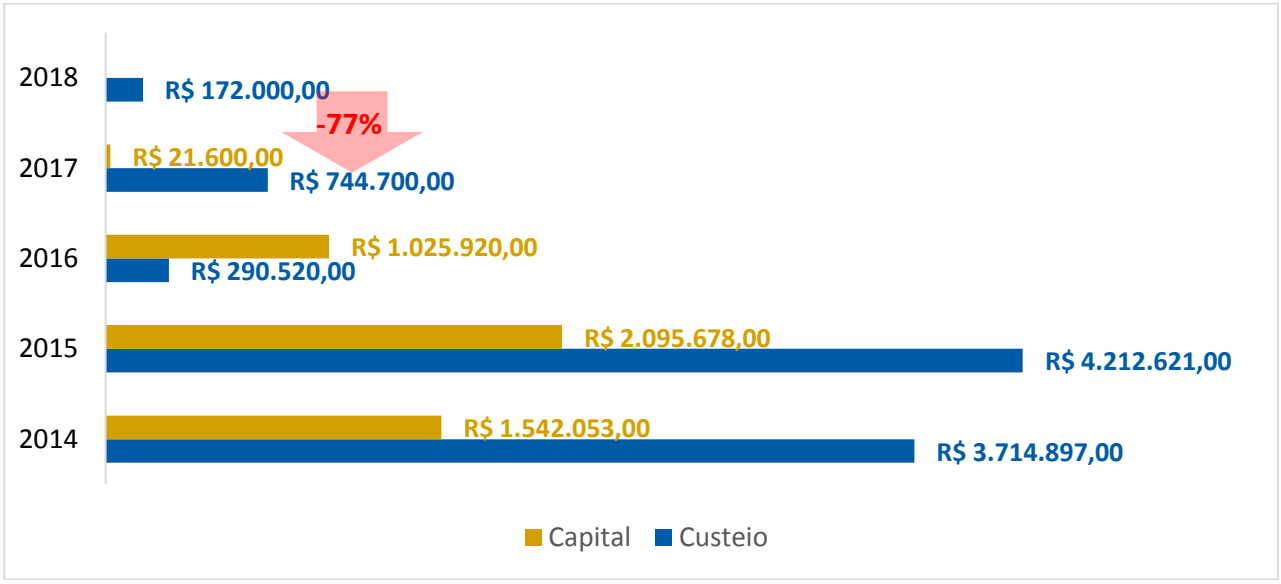
O orçamento da UFPB é classificado em ações e programas estabelecidos pelo Governo Federal. As principais ações, responsáveis pelo funcionamento da instituição, são elencadas na **Figura 24**. Os detalhamentos dessas ações são mostrados nas próximas seções.



Figura 24 – Relação das principais ações orçamentárias.

6.2.1.1.1 Ação 20GK - Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa.

No **Gráfico 30** é mostrada a evolução na ação 20GK no período de 2014-2018. Observa-se que, com exceção do ano de 2015, houve uma redução bastante significativa nos recursos aportados nessa ação ao longo do período tanto em custeio quanto em capital. Em 2018, houve uma redução de 77% no valor orçamentário da ação para custeio, devido à exclusão dos editais do PROEXT na ação, e não houve aporte de capital.

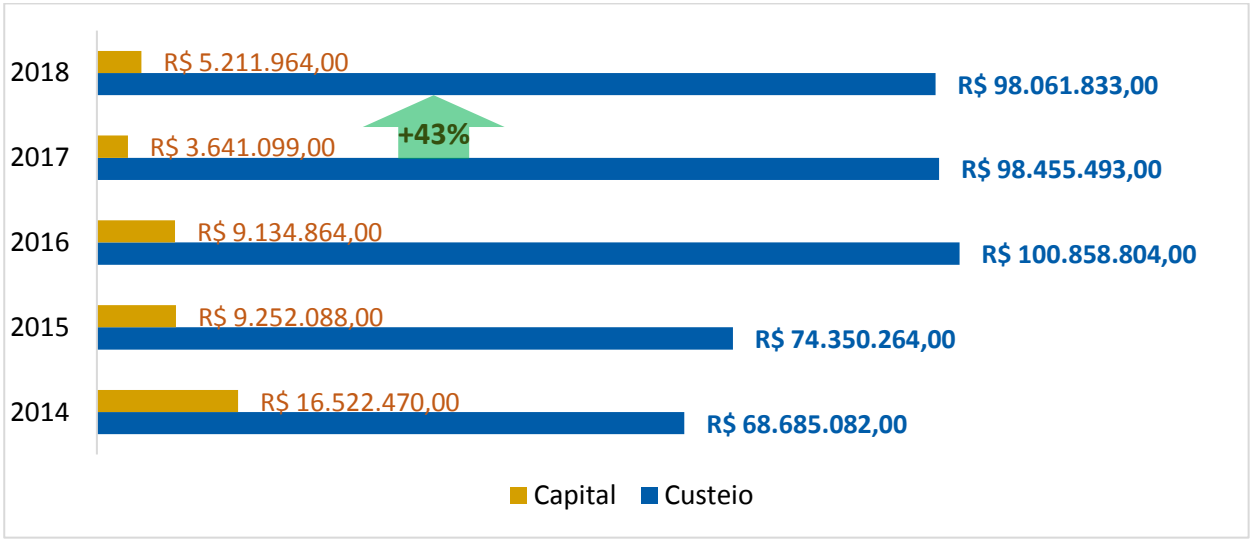


Fonte: CODEOR.

Gráfico 30 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20GK.

6.2.1.1.2 Ação 20RK - Funcionamento de instituições federais de ensino superior.

A evolução na dotação orçamentária da ação 20RK é mostrada no **Gráfico 31**. Ao longo do período 2014-2018, observou-se uma redução no aporte de recursos de capital e um aumento significativo no aporte de recursos de custeio. Contudo, em 2018, comparado com 2017, o orçamento de capital teve um aumento de 43%, bem como uma redução no custeio a partir de 2016.

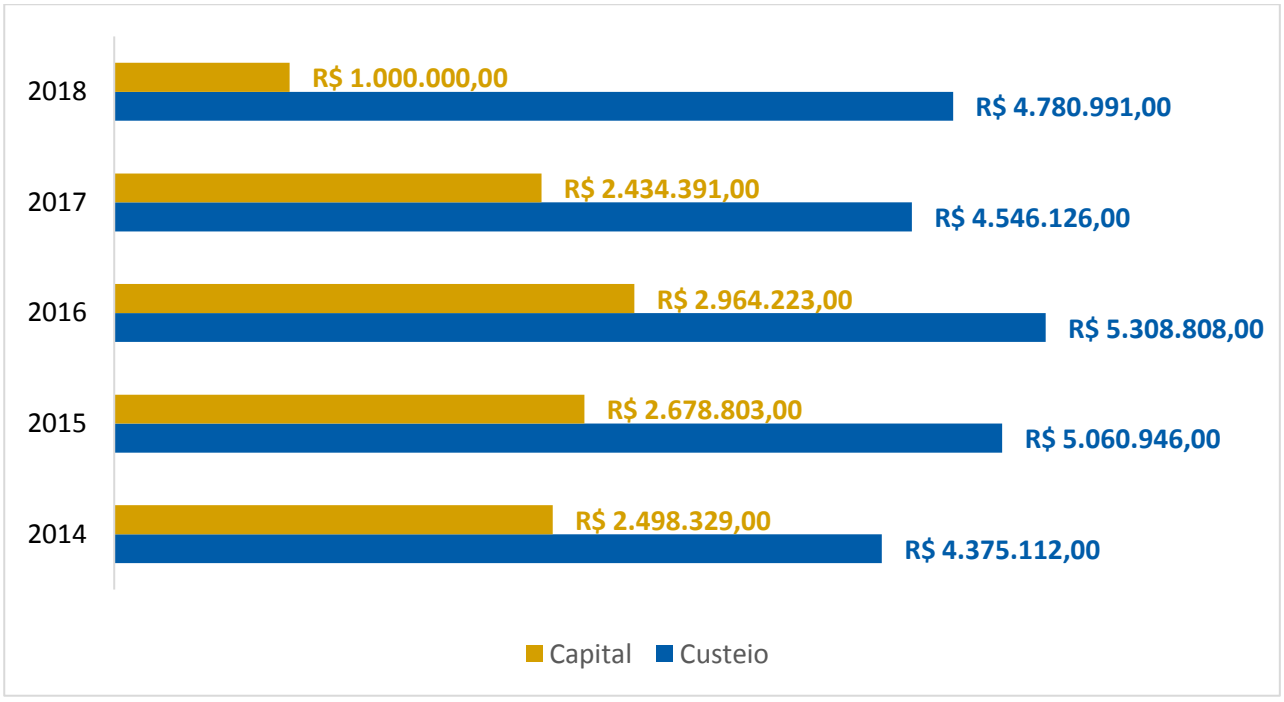


Fonte: CODEOR.

Gráfico 31 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20RK.

6.2.1.1.3 Ação 20RL - Funcionamento de instituições federais de educação profissional.

Para a ação 20 RL, responsável pelo financiamento da educação profissional, observa-se, conforme mostrado no **Gráfico 32**, um aumento de apenas 9% na dotação orçamentária de custeio para o ano de 2018 em relação à 2014. Já os recursos de capital sofreram uma redução de 60% em 2018 quando comparado com 2014.

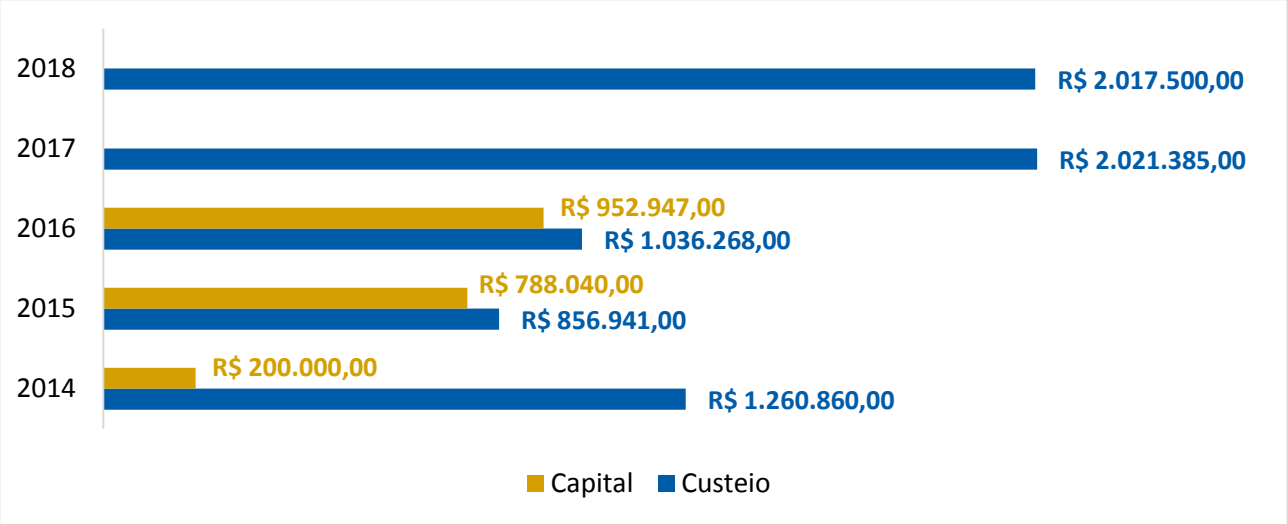


Fonte: CODEOR.

Gráfico 32 – Evolução na dotação orçamentária da ação 20RL.

6.2.1.1.4 Ação 2994 (ETS E CAVN) - Assistência aos estudantes das instituições federais da educação básica, técnica e tecnológica.

Na ação 2994, observou-se um aumento de mais de 60% nos recursos orçamentários para custeio ao longo de 2014-2018, com uma pequena redução em 2018 com relação a 2017. Já os recursos orçamentários para capital não foram aportados nos anos de 2017 e 2018, conforme apresentado no **Gráfico 33**.

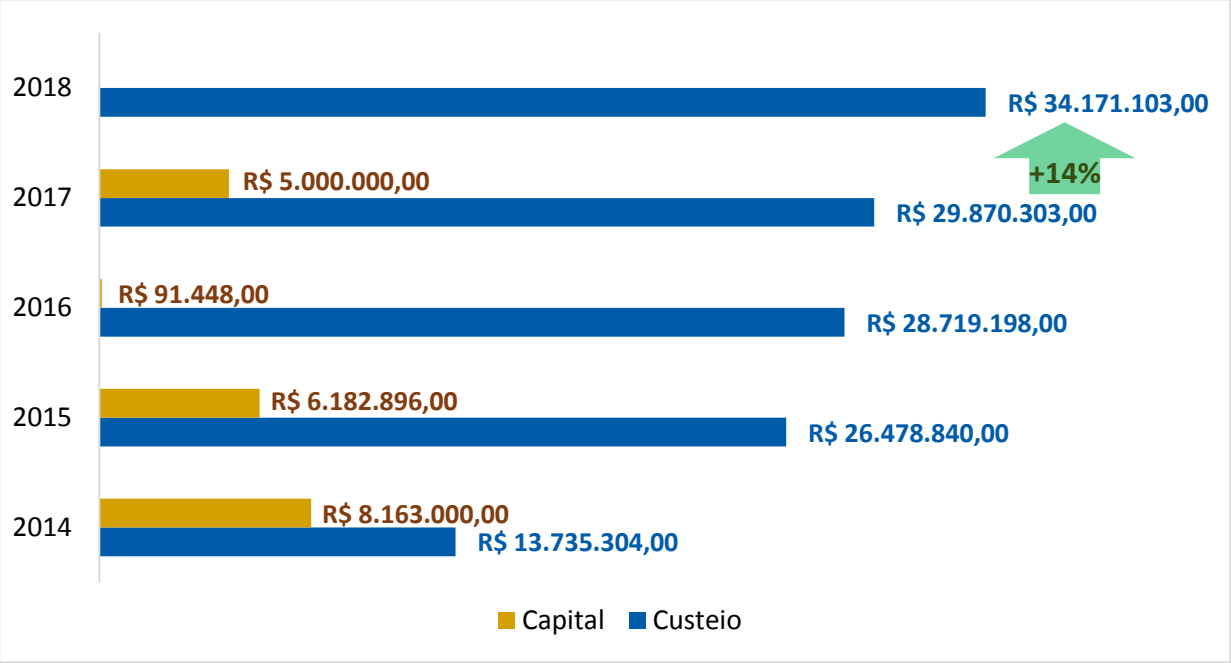


Fonte: CODEOR.

Gráfico 33 – Evolução na dotação orçamentária da ação 2994.

6.2.1.1.5 Ação 4002 (PNAES)- Assistência ao estudante de ensino superior.

A evolução na dotação orçamentária da ação 4002 para o período de 2014-2018 é mostrada no **Gráfico 34**. Observa-se um aumento de quase 150% no valor de custeio em 2018 em relação a 2014. Em relação ao ano anterior, o orçamento de custeio foi aumentado em 14%. Os recursos orçamentários para capital foram bem irregulares ao longo do período. Em 2018 não houve aporte orçamentário para capital.

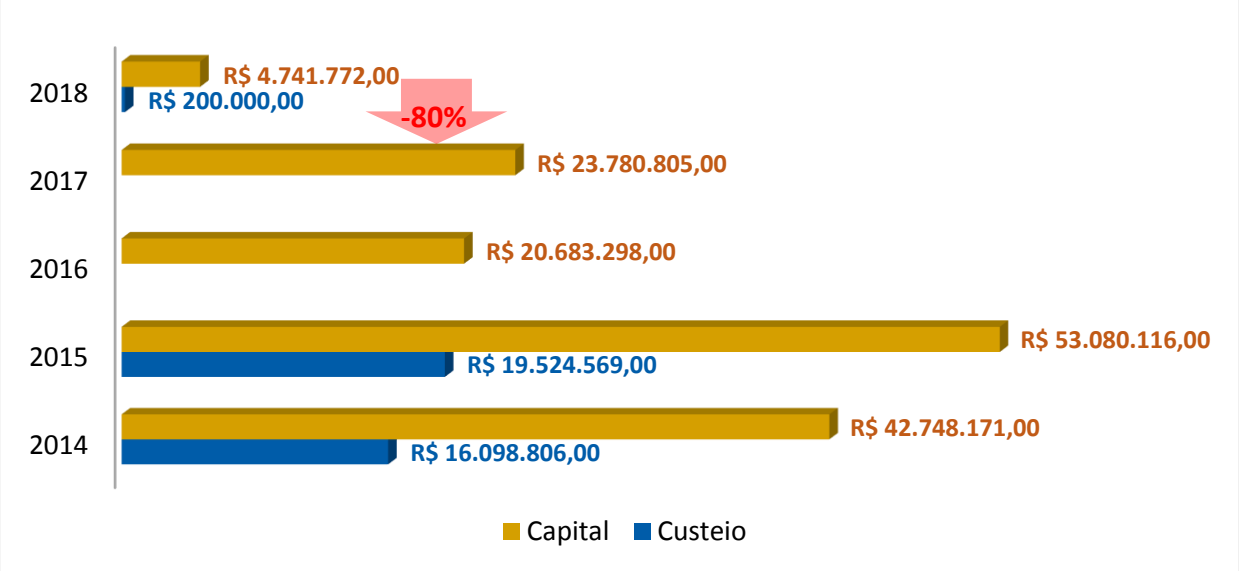


Fonte: CODEOR.

Gráfico 34 – Evolução na dotação orçamentária da ação 4002.

6.2.1.1.6 Ação 8282 - Reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior.

Ao longo do período 2014-2018, a ação 8282 sofreu uma redução bastante significativa no orçamento de custeio e capital, em 99% e 89%, respectivamente, conforme mostrado no **Gráfico 35**. Em 2018, comparado com 2017, houve uma redução de 80% na dotação orçamentária para capital. Nos anos de 2016 e 2017 não houve orçamento para custeio nessa ação. O valor de custeio para o ano de 2018 foi de apenas R$ 200.000,00.

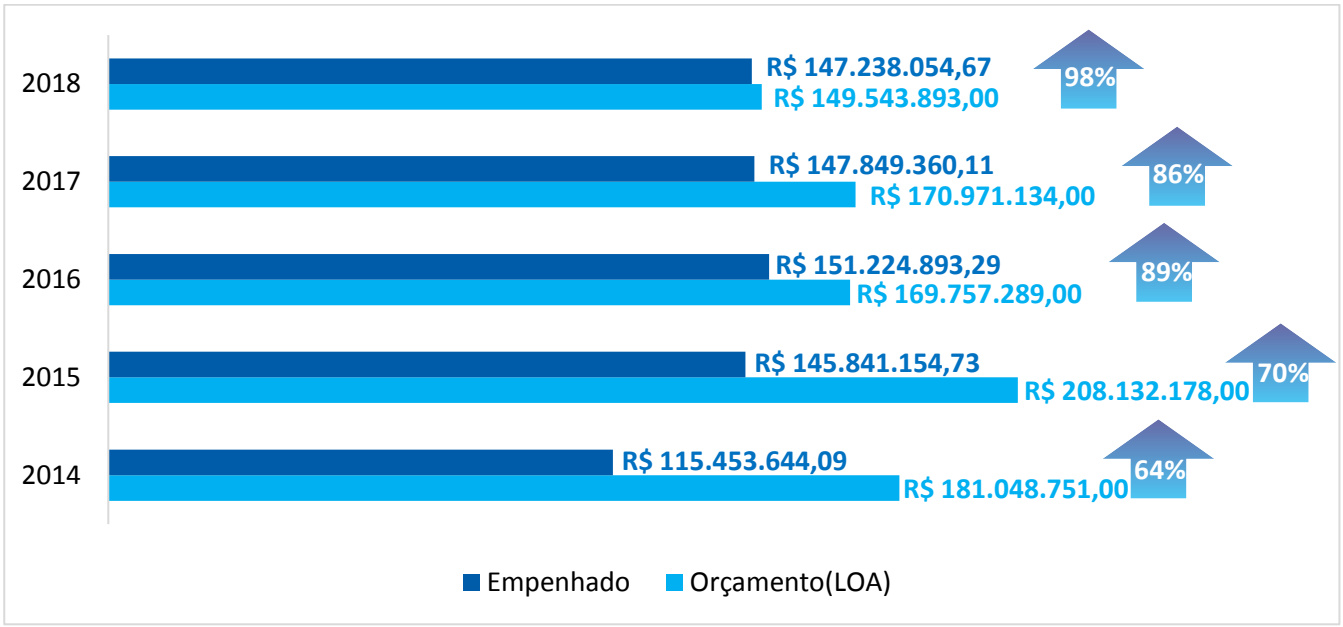


Fonte: CODEOR.

Gráfico 35 – Evolução na dotação orçamentária da ação 8282.

6.2.2 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências.

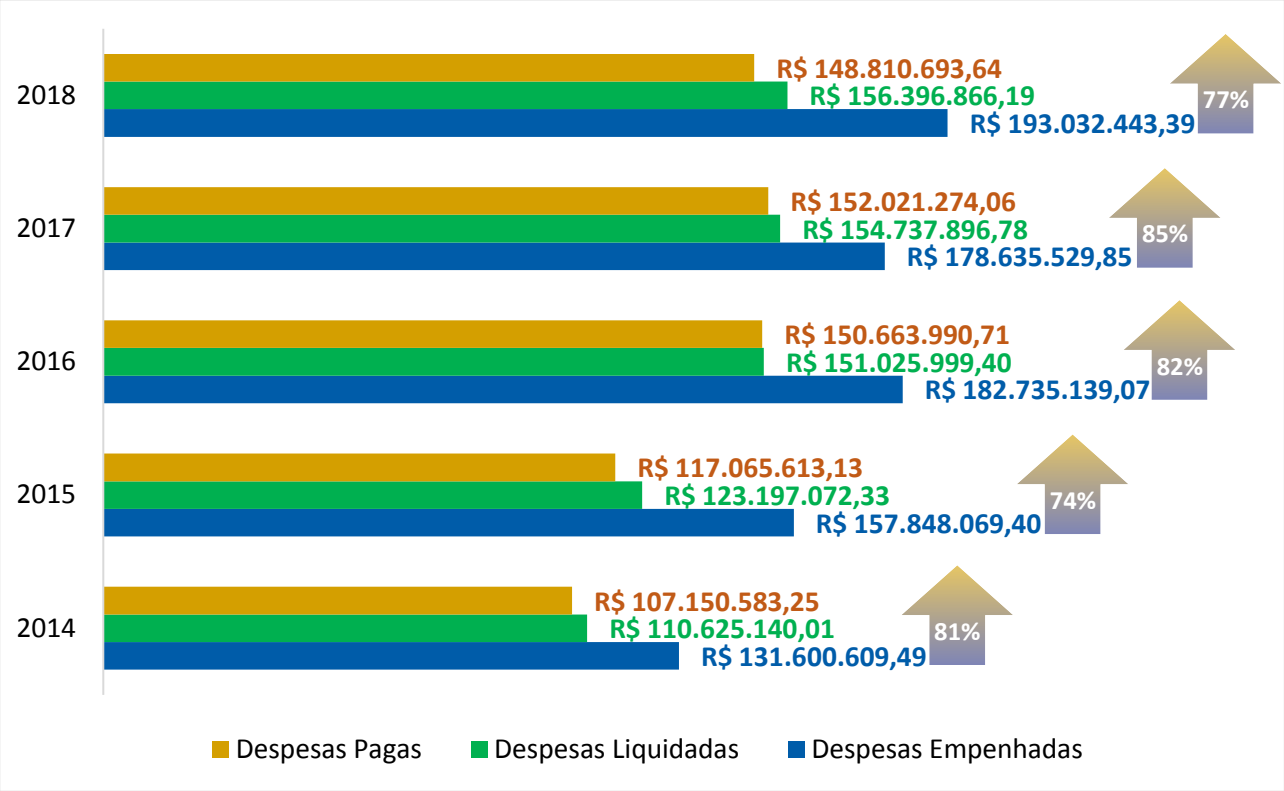
No **Gráfico 36** é mostrada a execução orçamentária e financeira da UFPB referente as despesas discricionárias para o período de 2014-2018. Também é mostrado o percentual de execução em relação aos valores originalmente previstos da LOA. O ano de 2015 foi marcado por um contingenciamento acentuado no orçamento, de modo que o percentual executado foi de apenas 70% do orçamento previsto da LOA. Esse cenário foi melhorando nos anos posteriores. Em 2018, o percentual executado do orçamento foi de 98% dos recursos previstos na LOA.



Fonte: PRA.

Gráfico 36 – Evolução da execução orçamentária e financeira para as despesas discricionárias de custeio e capital da UFPB para o período de 2014-2018.

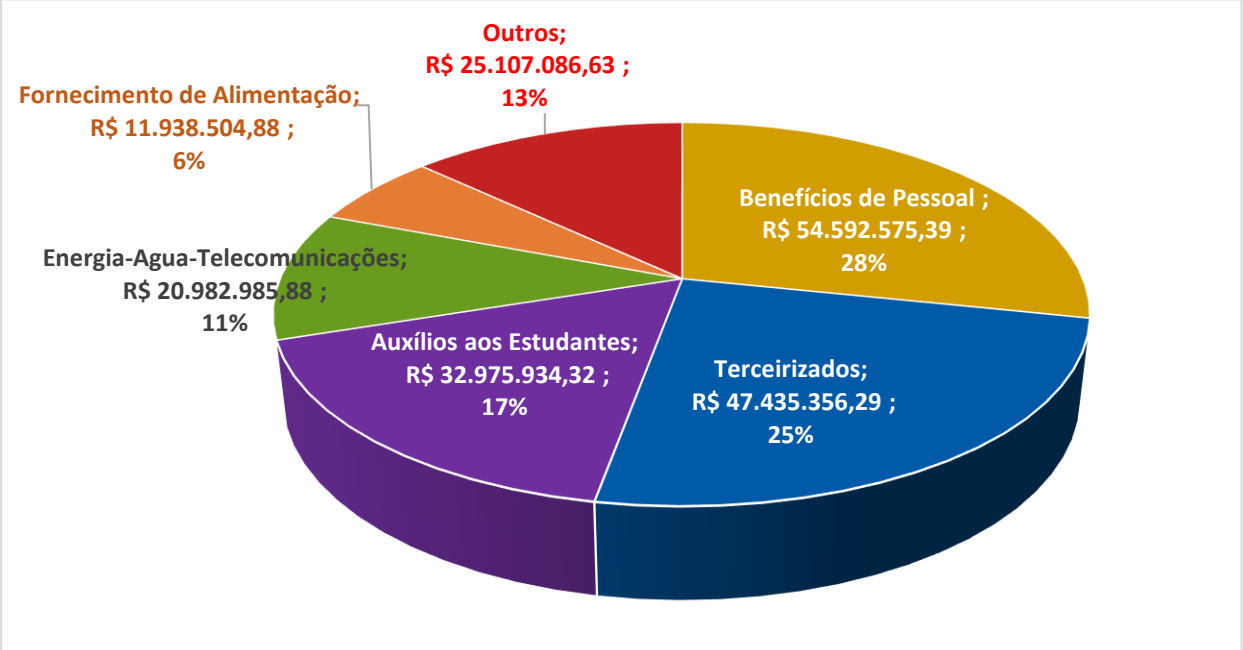
Da etapa do empenho até o efetivo pagamento da despesa, passando pela liquidação, diversos fatores externos podem influenciar no processo. Pode-se citar o tempo de realização dos serviços e/ou a entrega do produto, bem como a liberação do financeiro pelo Governo Federal. No **Gráfico 37** é mostrada a evolução da execução financeira das despesas correntes (obrigatórias e discricionárias) em termos do montante empenhado, liquidado e pago até 31 de dezembro do correspondente ano. Observa-se que, apesar das dificuldades externas, há um esforço da gestão para elevar a eficiência na execução, com vistas a reduzir o montante do orçamento inscrito em restos a pagar para o ano subsequente.



Fonte: PRA.

Gráfico 37 – Evolução da execução financeira das despesas correntes, incluindo as obrigatórias e as discricionárias, da UFPB para o período de 2015-2018.

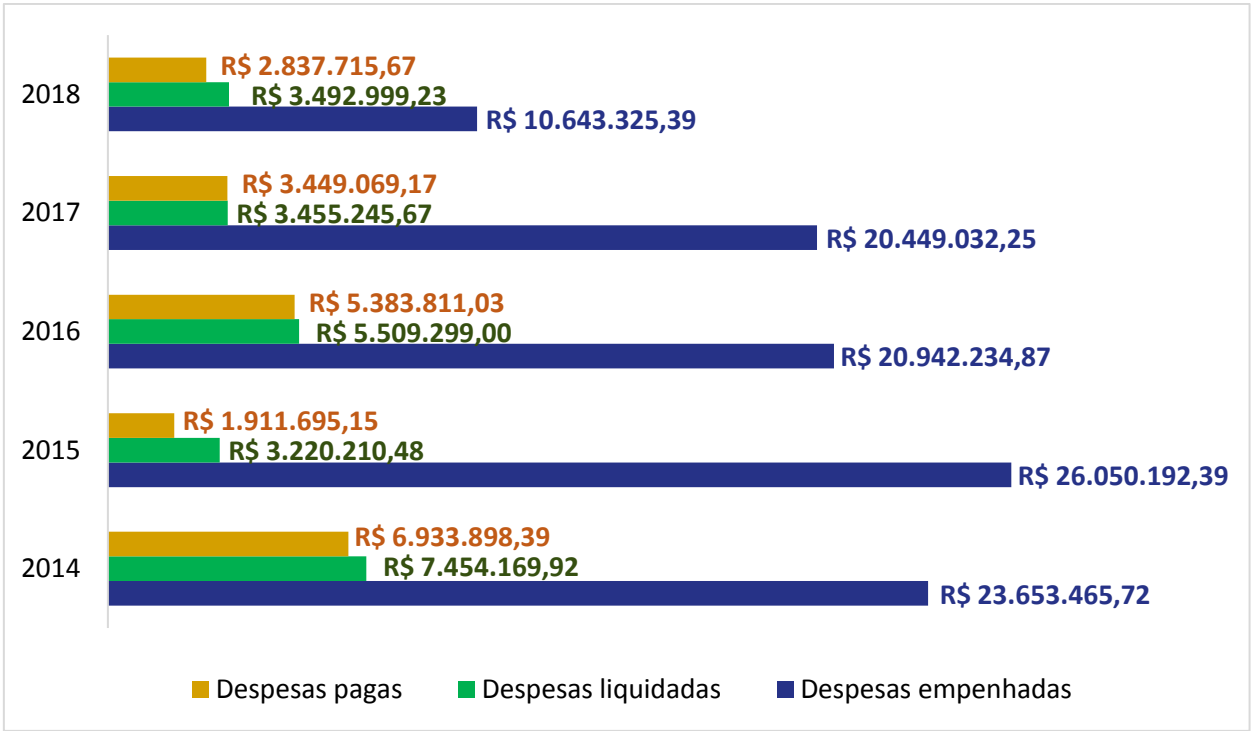
No **Gráfico 38** são destacadas algumas das principais despesas correntes do ano de 2018, incluindo o pagamento de benefícios aos servidores efetivos da UFPB (despesas obrigatórias). As despesas correntes (discricionárias) com os serviços terceirizados e o pagamento da água, luz e telecomunicações, que correspondem a itens indispensáveis ao funcionamento institucional, consomem 36% do orçamento. Já as bolsas e a manutenção do Restaurante Universitário, que são indispensáveis para garantir a permanência dos discentes, correspondem a 23% do orçamento. As demais despesas de custeio correspondem a apenas 13% do orçamento.



Fonte: PRA.

Gráfico 38 – Detalhamento de algumas despesas correntes (obrigatórias e discricionárias) do ano de 2018.

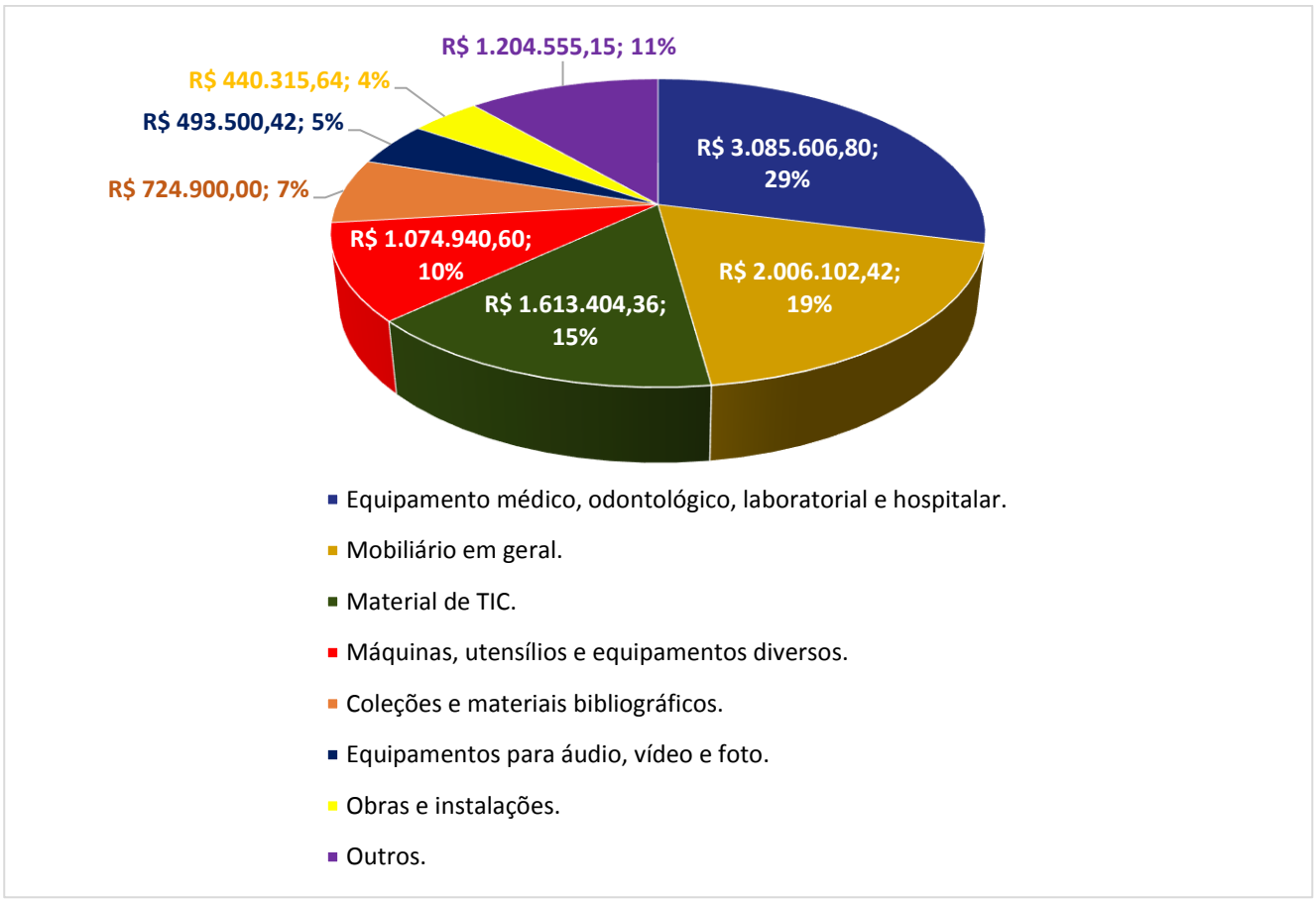
A execução financeira discricionária de capital é mostrada no **Gráfico 39**. Observa-se que um percentual significativo das despesas empenhadas não é liquidado no ano do exercício. Diversos fatores contribuem para esse resultado que envolve desde o comprometimento dos recursos com as obras e reformas, os limites financeiros, até a demora na entrega dos itens adquiridos.



Fonte: PRA.

Gráfico 39 – Evolução da execução financeira para os recursos de capital da UFPB para o período de 2014-2018.

No **Gráfico 40** é mostrado o detalhamento das principais despesas com os recursos empenhados na rubrica de capital no ano de 2018. Em conjunto, equipamentos médicos e odontológicos, mobiliários, material de TIC são responsáveis por 63% da execução financeira do orçamento de capital.



Fonte: PRA

Gráfico 40 – Detalhamento das despesas de capital no ano de 2018.

6.2.3 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais.

Foram identificados 25 processos judiciais da Justiça do Trabalho, que determinaram a penhora/desconto em folha de pagamento de servidores ou pensionistas da UFPB.

6.2.4 Despesas com precatórios.

Tabela 3 – Despesas com precatórios em 2018.

Unidade Executora		Natureza Despesa Detalhada	Empenhado (R$)	Pago (R$)
Justiça Federal	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Precatórios incluídos na lei do orçamento	145.643,16	145.643,16
	Tribunal Regional Federal 5ª Região-PREC/RPV	Honorários sucumbenciais de precatórios	3.175.274,12	3.175.274,12
		Precatórios judiciais de natureza alimentícia	55.931,47	55.931,47

Unidade Executora		Natureza Despesa Detalhada	Empenhado (R$)	Pago (R$)
		Precatórios - ativo civil	44.211.337,74	44.211.337,74
		Precatórios - inativo civil	1.861.467,47	1.861.467,47
		Precatórios - inativos militares	115.687,82	115.687,82
		Precatórios - pensionista civil	84.926,40	84.926,40
Justiça do Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Outros precatórios judiciais	306.670,64	306.670,64
		Total:	49.956.938,82	**49.956.938,82**

Fonte: PRA.

6.3 Gestão de Pessoas.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é o órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade. As ações realizadas, em 2018, na área de gestão de pessoas, mantiveram-se norteadas pelo *objetivo estratégico*: consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.

6.3.1 Conformidade Legal.

As legislações que regem os atos administrativos da área de gestão de pessoas na UFPB são mostradas no esquema da **Figura 25**.



Fonte: PROGEP.

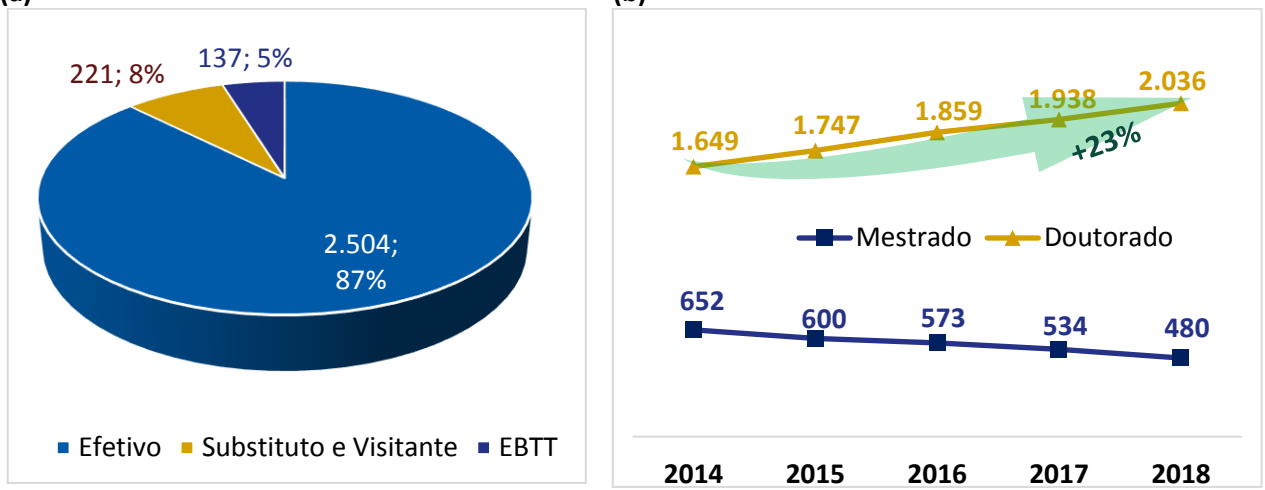
Figura 25 – Relação da conformidade legal utilizada na gestão de pessoas da UFPB.

6.3.2 Avaliação da força de trabalho.

6.3.2.1 Docentes.

A UFPB conta, em seu quadro de pessoal, com 2.862 docentes, distribuídos entre as carreiras de Magistério Superior e EBTT, e com professores substitutos e visitantes, conforme **Gráfico 41**(a). Dos 2.862 docentes, 2.036 (ou seja, 71%) possuem título de doutor. A evolução no número de mestres e doutores, para o período de vigência do PDI 2014-2018, é mostrada no **Gráfico 41**(b). Para o período, observa-se um aumento de 23% no número de docentes com título de doutor.

(a) **(b)**



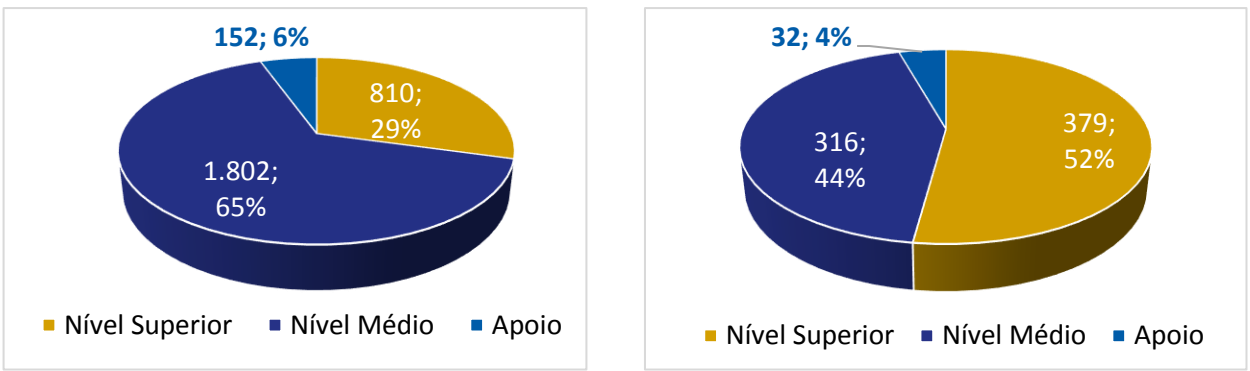
Fonte: PROGEP.

Gráfico 41 – (a) Distribuição dos docentes na UFPB.
(b) Evolução na titulação do corpo docente no período 2014-2018.

6.3.2.2 Técnicos Administrativos.

A UFPB possui 3.491 servidores técnicos administrativos (TAs). Deste total, 21% estão lotados no Hospital Universitário. A distribuição por categoria é mostrada no **Gráfico 42**. O percentual de servidores de nível superior na UFPB e HULW é de 29% e 52%, respectivamente. Na UFPB, 65% dos TAs são de nível médio.

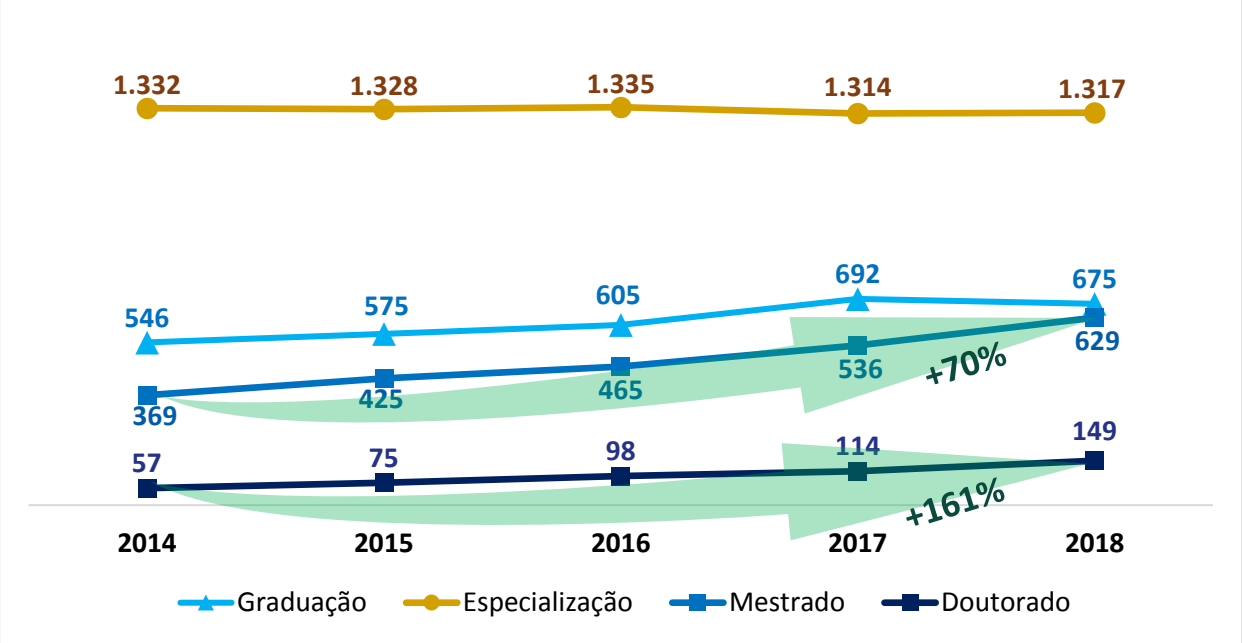
(a) UFPB (sem HULW) **(b) HULW**



Fonte: PROGEP.

Gráfico 42 – Distribuição do número de servidores técnicos administrativos por categoria.

No **Gráfico 43**, é mostrada a evolução na titulação dos servidores técnicos administrativos no período de 2014-2018. Em relação ao ano de 2014, houve um aumento significativo no número de TAs com mestrado e doutorado (70% e 161%, respectivamente).



Fonte: PROGEP.

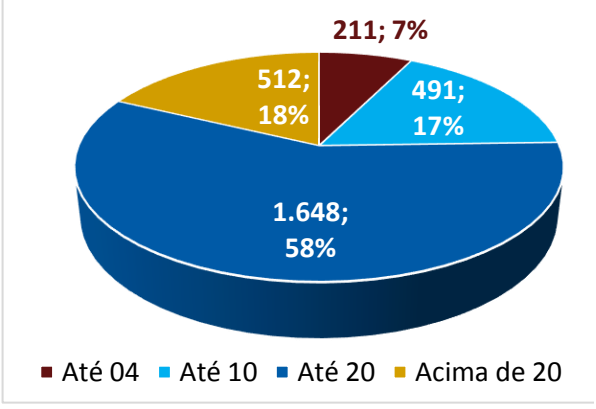
Gráfico 43 – Evolução na titulação dos servidores técnicos administrativos no período de 2014-2018.

6.3.2.3 Perfil da força de trabalho.

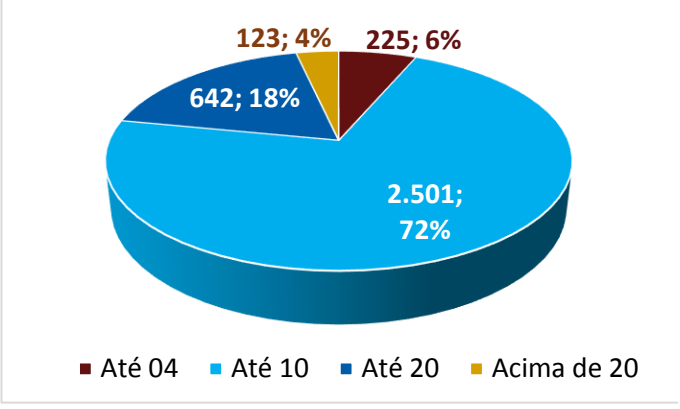
6.3.2.3.1 Por faixa salarial.

No **Gráfico 44**, é mostrada a distribuição salarial, tendo como base o salário mínimo, para os servidores da UFPB (docentes e técnicos administrativos). Para os docentes, tem-se que 58% recebem proventos até 20 salários mínimos. Já a maioria dos servidores técnicos administrativos (72%) recebem até 10 salários mínimos.

(a) Docentes.



(b) Técnicos Administrativos.



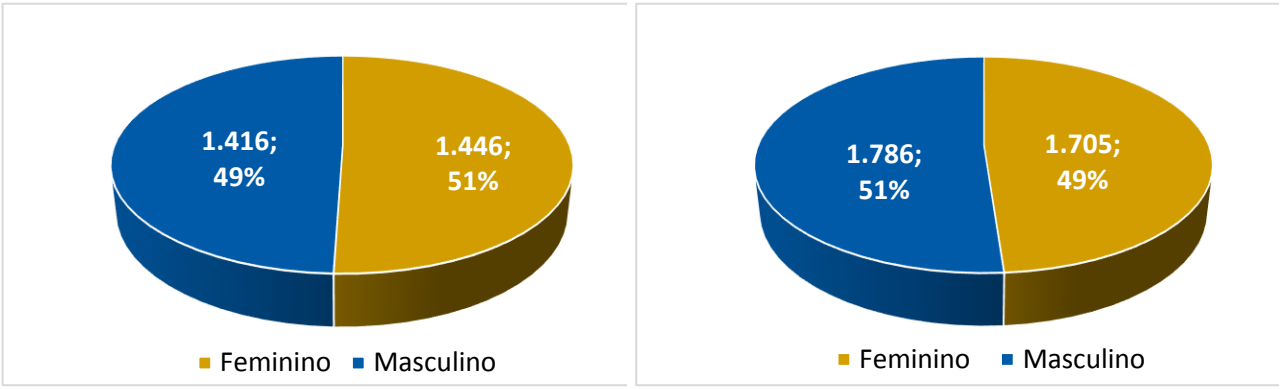
Fonte: PROGEP.

Gráfico 44 – Distribuição salarial dos servidores da UFPB.

6.3.2.3.2 Por gênero.

No **Gráfico 45**, é mostrada a distribuição quantitativa de servidores docentes e técnicos administrativos da UFPB por gênero. A distribuição é bem equilibrada para ambos os segmentos, com um ligeiro predomínio do gênero feminino, no corpo docente, e do gênero masculino do corpo técnico administrativo.

(a) Docentes. **(b) Técnicos Administrativos.**



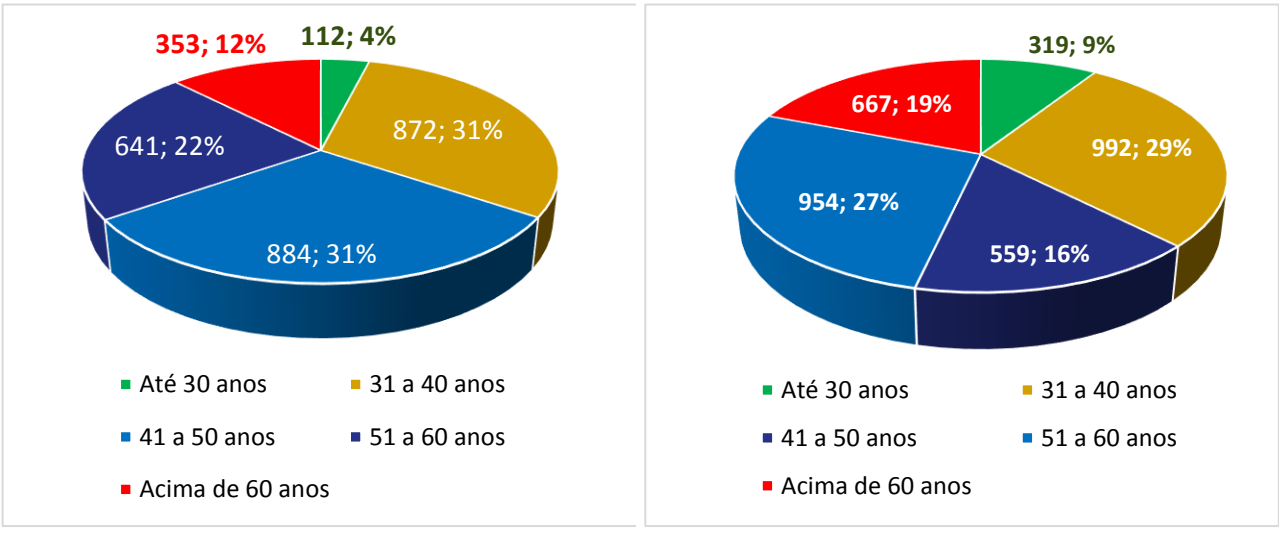
Fonte: PROGEP.

Gráfico 45 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por gênero.

6.3.2.3.3 Por faixa etária.

O perfil dos servidores da UFPB, por faixa etária, é mostrado no **Gráfico 46**, para os segmentos docente e técnico administrativo. A maior parte dos docentes (84%) e dos técnicos administrativos (72%) encontram-se nas faixas etárias de 31 a 60 anos. Vale destacar que o percentual de servidores com mais de 60 anos é maior para os TAs (19%) do que para os docentes (12%).

(a) Docentes. **(b) Técnicos Administrativos.**



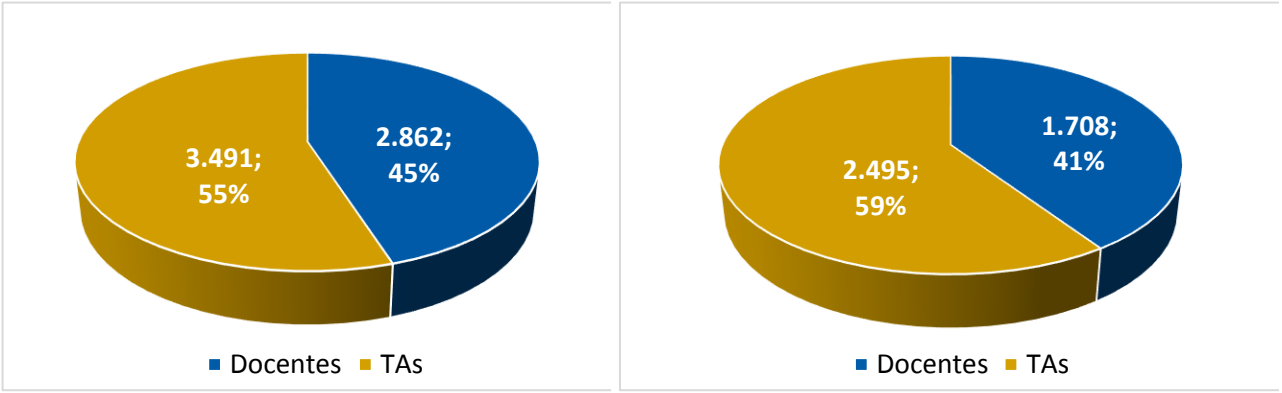
Fonte: PROGEP.

Gráfico 46 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por faixa etária.

6.3.2.3.4 Por situação funcional.

A UFPB possui 6.353 servidores ativos, sendo 55% de TAs e 45% de docentes, conforme mostrado no **Gráfico 47**. Já o quadro de inativos corresponde a 4.203 servidores, sendo 59% destes pertencentes ao segmento dos TAs. Há, ainda, 1.459 pensionistas.

(a) Ativos. **(b) Inativos.**

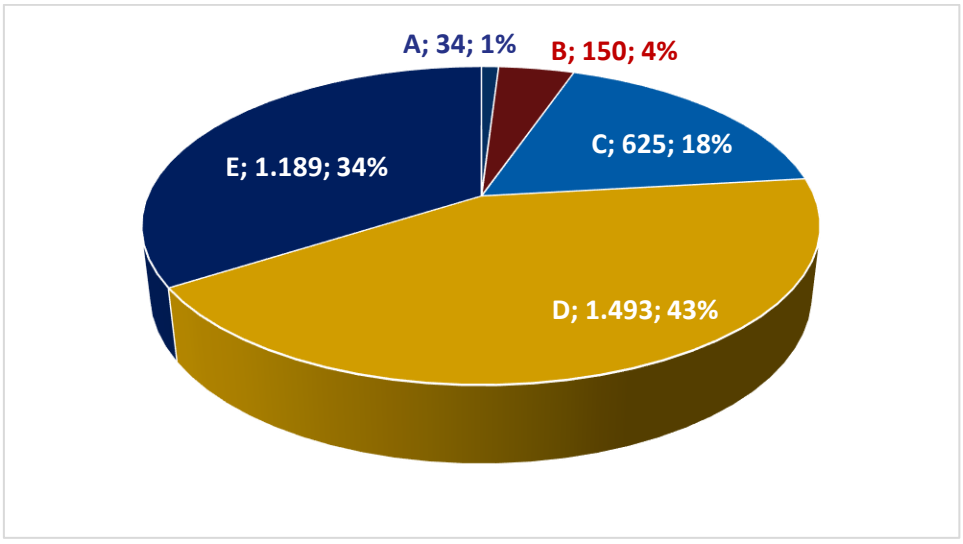


Fonte: PROGEP.

Gráfico 47 – Distribuição do quantitativo de servidores da UFPB por situação funcional.

6.3.2.3.5 Distribuição dos Técnicos Administrativos por níveis da carreira.

No **Gráfico 48**, é mostrada a distribuição dos servidores técnicos administrativos por nível de classificação da carreira. Conforme pode ser visto, 43% dos TAs pertencem à carreira D. Os níveis C e E correspondem a 18% e 34%, respectivamente.

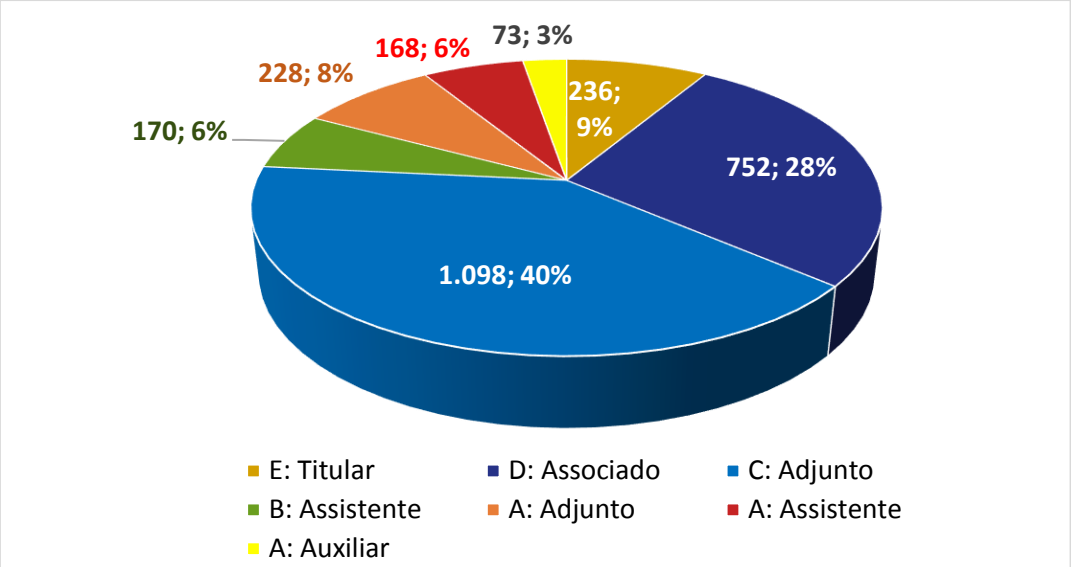


Fonte: PROGEP.

Gráfico 48 – Distribuição do quantitativo de servidores Técnicos Administrativos por níveis da carreira.

6.3.2.3.6 Distribuição dos Docentes por níveis da carreira.

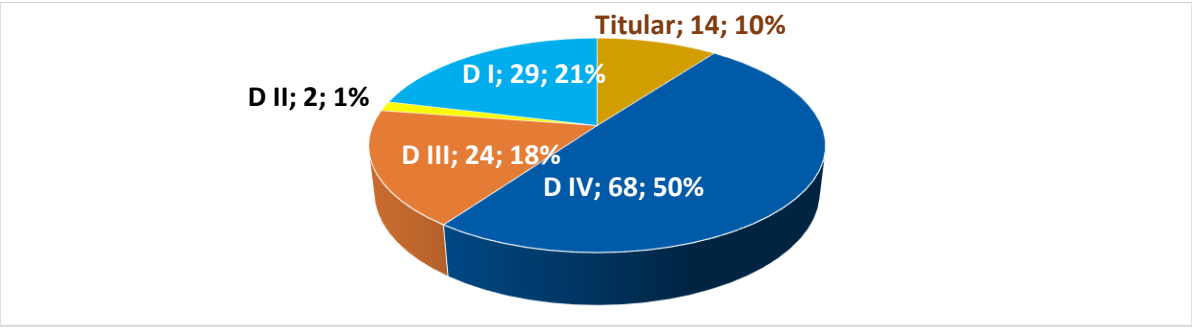
A distribuição do quantitativo de docentes do magistério superior nos diferentes níveis da carreira é mostrada no **Gráfico 49**. Conforme pode ser observado, 40% dos docentes da UFPB se encontram no nível C da categoria de Adjunto. O quantitativo de docentes na categoria de assistente é bem reduzido, apenas 6%.



Fonte: PROGEP.

Gráfico 49 – Distribuição do quantitativo de servidores docentes do magistério superior por níveis da carreira.

No **Gráfico 50**, é mostrada a distribuição do quantitativo de docentes EBTT nos diferentes níveis da carreira. Para essa categoria, 50% dos docentes se encontram no nível DIV.

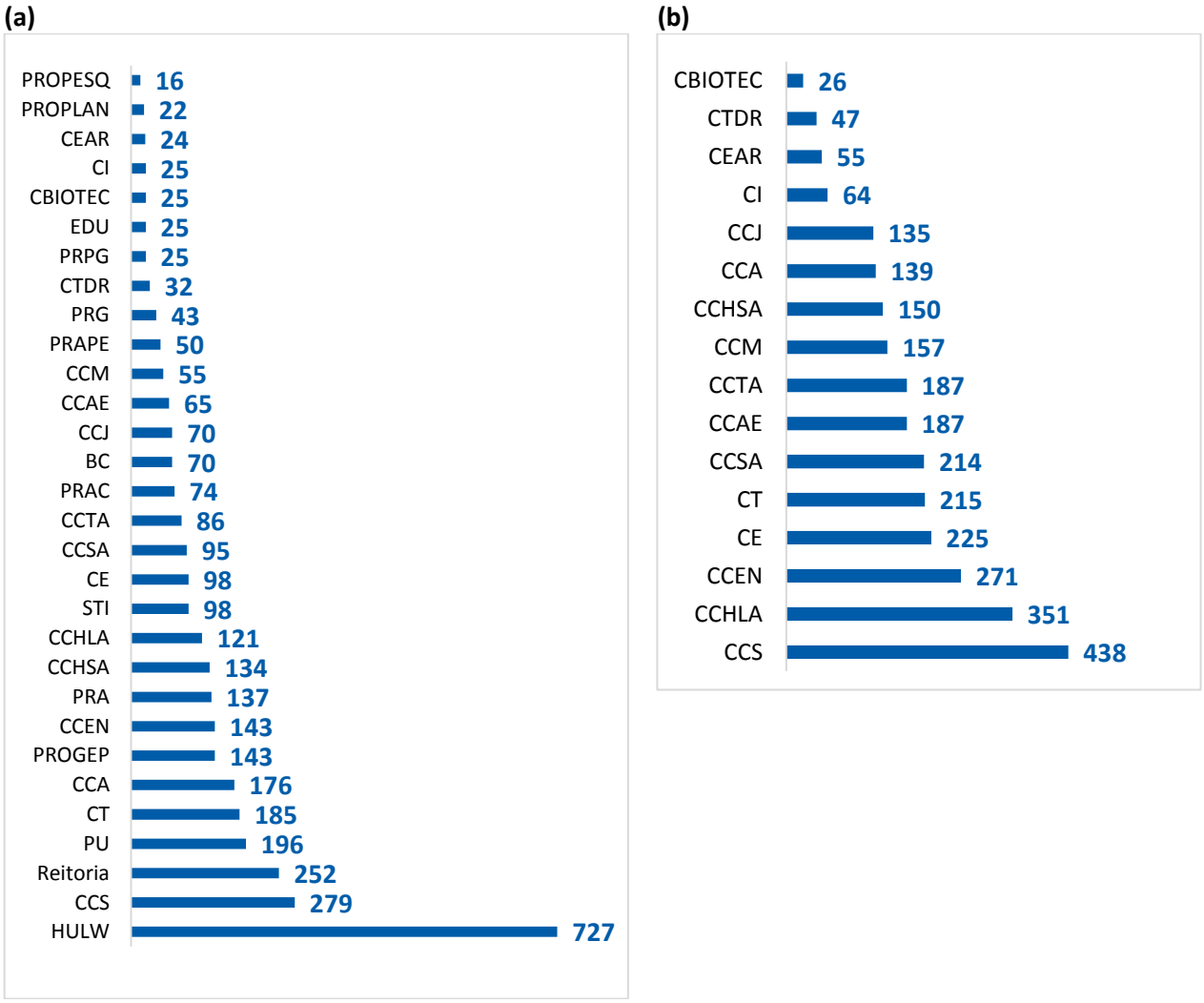


Fonte: PROGEP.

Gráfico 50 – Distribuição do quantitativo de servidores docentes EBTT por níveis da carreira.

6.3.2.3.7 Distribuição dos servidores por unidade administrativa.

No **Gráfico 51** é mostrada a distribuição de servidores técnicos administrativos por unidade administrativa da UFPB. As unidades que concentram a maior quantidade de servidores TAs são HULW, CCS, Reitoria e PU, com 21%, 8%, 7% e 6%, respectivamente. Já as unidades que concentram o maior quantitativo de docentes da UFPB são CCS, CCHLA e CCEN com, respectivamente, 15%, 12% e 9% do total de docentes da UFPB.

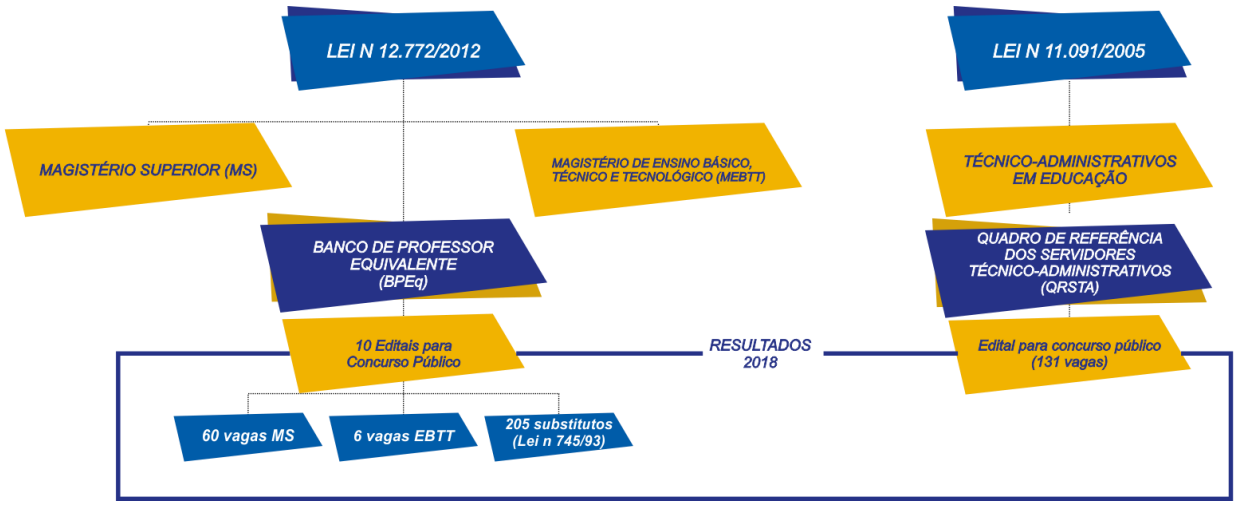


Fonte: PROGEP.

Gráfico 51 – (a) Distribuição dos servidores técnicos administrativos por unidade administrativa. (b) Distribuição dos servidores docentes por centro de ensino.

6.3.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.

O processo de recrutamento de pessoal é aplicado na UFPB em observância aos dispositivos legais vigentes. Mediante vacância dos cargos docentes e/ou técnico-administrativos, são realizados os provimentos de pessoal por meio da realização de concursos públicos e subsequente nomeação dos candidatos aprovados. Complementarmente, provimentos também podem ocorrer através de redistribuição/aproveitamento de servidores entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A **Figura 26** apresenta uma representação esquemática do sistema de recrutamento de pessoas na UFPB, bem como os resultados de 2018.

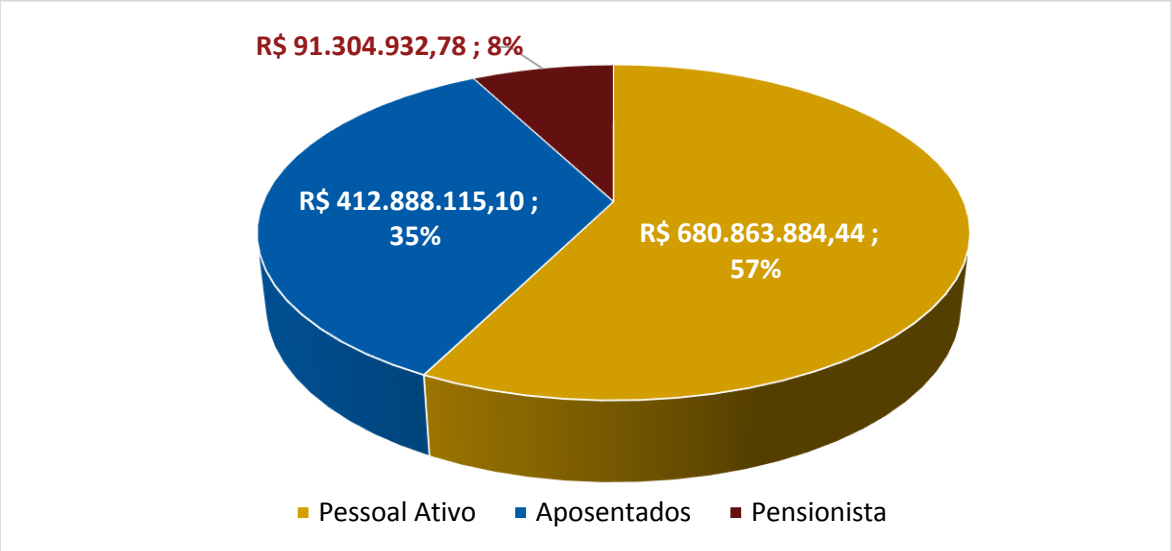


Fonte: PROGEP.

Figura 26 – Representação esquemática do sistema de alocação de pessoas na UFPB.

6.3.4 Detalhamento da despesa de pessoal.

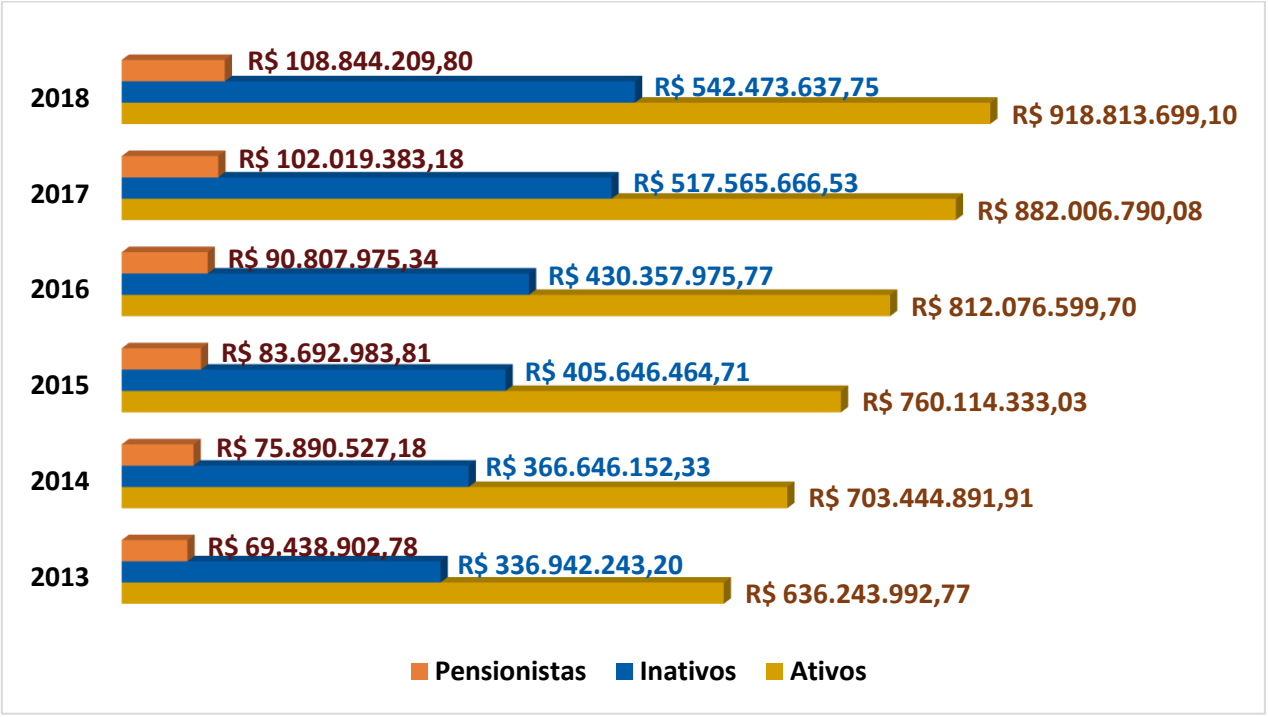
A despesa de pessoal da UFPB divide-se em três partes: servidores ativos, servidores inativos e pensionistas. Em 2018, a folha de pessoal totalizou R$ 1.185.056.932,32 sendo 57% com pessoal ativo, 35% com inativo e 8% com os pensionistas, conforme mostrado no **Gráfico 52**. A evolução dessa despesa nos últimos anos é apresentada no **Gráfico 53**.



Fonte: PROGEP.

Gráfico 52 – Despesas com folha de pagamento de servidores da UFPB em 2018.

Conforme pode ser visto no **Gráfico 53**, a despesa com a folha de pagamento de pessoal ativo aumentou 11%, 8%, 7%, 9% e 4% nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Já para o pessoal inativo, o crescimento com folha de pagamento foi de 9%, 11%, 6%, 20% e 5% para os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Para os pensionistas, o crescimento foi de 9%, 10%, 9%, 12% e 7% para os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente.



Fonte: PROGEP.

Gráfico 53 – Evolução das despesas com folha de pagamento de servidores da UFPB no período de 2013-2018.

6.3.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.

Os preceitos legais do Programa de Avaliação de Desempenho e o da Progressão por Mérito Profissional, estabelecidos na Lei Federal nº 11.091/2005, são aplicados eminentemente através do Sistema de Gestão de Desempenho por Competências (SGDCom), considerando deste modo a Gestão por Competência prevista na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto Federal n° 5.707/2006. No SGDCom, a avaliação de desempenho está condicionada ao cadastramento e confirmação de planos de trabalho individuais e a utilização de descritores de competência nos formulários de avaliação. Na **Figura 27** é mostrado o quantitativo de ações realizadas na área de desempenho e avaliações em 2018.



Fonte: PROGEP.

Figura 27 – Qualificações e avaliações probatórias de pessoas em 2018.

Dos 3.491 servidores TAs, 2.905 (ou seja, 83,24%) possuem titulação maior que a exigida pelo seu cargo. Sendo assim, têm direito à concessão de IQ. Os números mostrados na **Figura 27** reforçam a política de incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional da UFPB, que tem como objetivo garantir a qualidade e excelência do trabalho institucional.

6.3.5.1 Pagamentos, vencimentos e remunerações.

As remunerações dos técnico-administrativos e dos docentes do magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico seguem a **estrutura do vencimento básico** definidas, respectivamente, na Lei 11.091/2005 e na Lei 12.272/2002, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Estrutura do vencimento básico dos servidores técnico-administrativos e docentes.

Carreira	Especificação	Link
Cargos Técnico-Administrativos em Educação no	Lei 11.091/2005, Anexo I-C, item "c"	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm
Magistério Superior	Lei 12.272/2012, Anexo III, item "e", Tabela I	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/ANL12772-I%20a%20III-A..htm
Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior	Lei 12.272/2012, Anexo III, item "e", Tabela II	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/ANL12772-I%20a%20III-A..htm
Magistério do Ensino Básico, Técnico e tecnológico	Lei 12.272/2012, Anexo III, item "e", Tabela III	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/ANL12772-I%20a%20III-A..htm

6.3.6 Ocupação dos cargos gerenciais.

Na **Figura 28** é mostrado o quantitativo de servidores (técnicos ou docentes) que possuem Cargo de Direção (CD), Função Gratificada (FG), ou Função de Cargo de Coordenação (FCC) e, portanto, exercem cargos gerenciais nesta IFE. São 665 ocupações em cargos gerenciais. Tendo em vista que a UFPB tem 6.353 servidores no total, 10,47% deles ocupavam cargos gerenciais em 2018.



Fonte: PROGEP.

Figura 28 - Quantitativo das ocupações dos cargos gerenciais.

6.3.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.

Na UFPB alguns dos gestores/administradores são investidos no cargo/função mediante pleito eleitoral, conforme Regimento e Estatuto da instituição. Por sua vez, alguns cargos/funções são ocupados por designação direta, sem necessidade da consulta eleitoral.

As designações dos gestores, em ambos os casos, são para Cargos de Direção, Funções Gratificadas e Funções de Coordenação de Curso, que são regulamentadas, respectivamente, pelas Leis nº 8.168 e nº 12.677/2012.

A política de remuneração dos referidos cargos está estabelecida pelos normativos acima mencionados e pela Lei nº 13.328/2016, de 29/07/2016.

6.3.8 Capacitação.

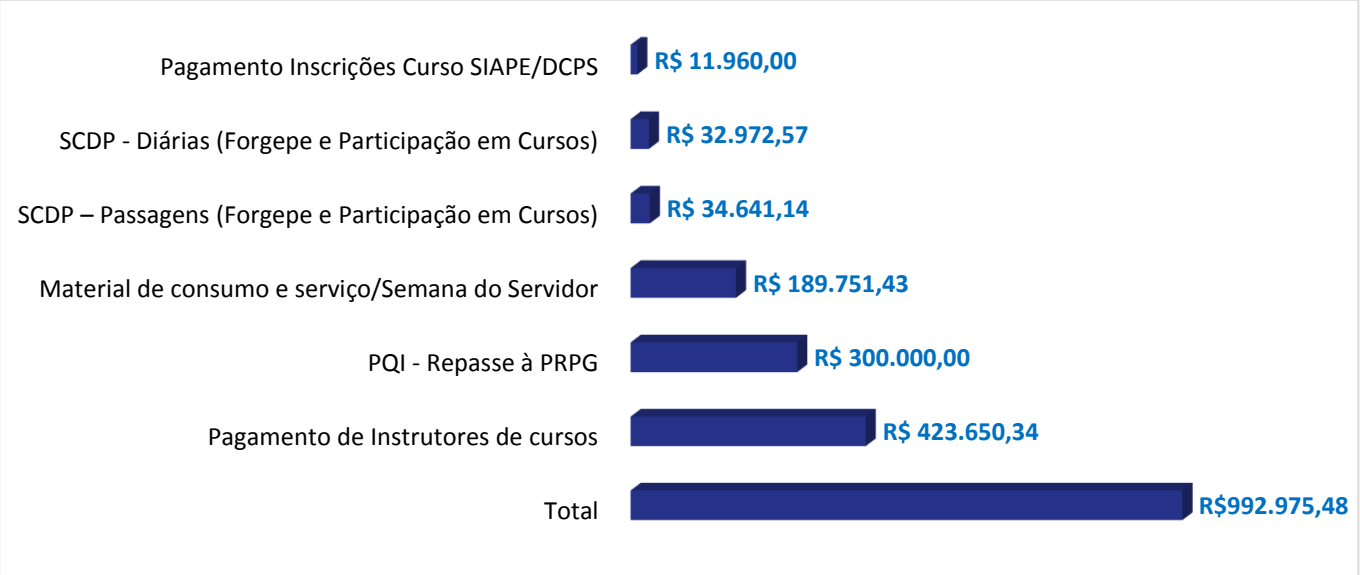
A PROGEP é responsável pela elaboração e execução do Plano de Capacitação e Qualificação dos servidores da UFPB, que tem como objetivo desenvolver os servidores docentes e TAE por meio de ações de capacitação, qualificação e educação profissional, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, buscando a excelência dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

A política de capacitação dos servidores obedece a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (Decreto nº 5.707/2006) e ao Plano de Desenvolvimento dos integrantes da carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (Decreto 5.825/2006).

A política de capacitação está inserida dentro de um plano macro de gestão por competências, envolvendo outras ações para o maior desenvolvimento do servidor, e balizado pelas diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pela avaliação das ações realizadas no exercício anterior e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) dos servidores.

6.3.8.1 Investimentos em capacitação.

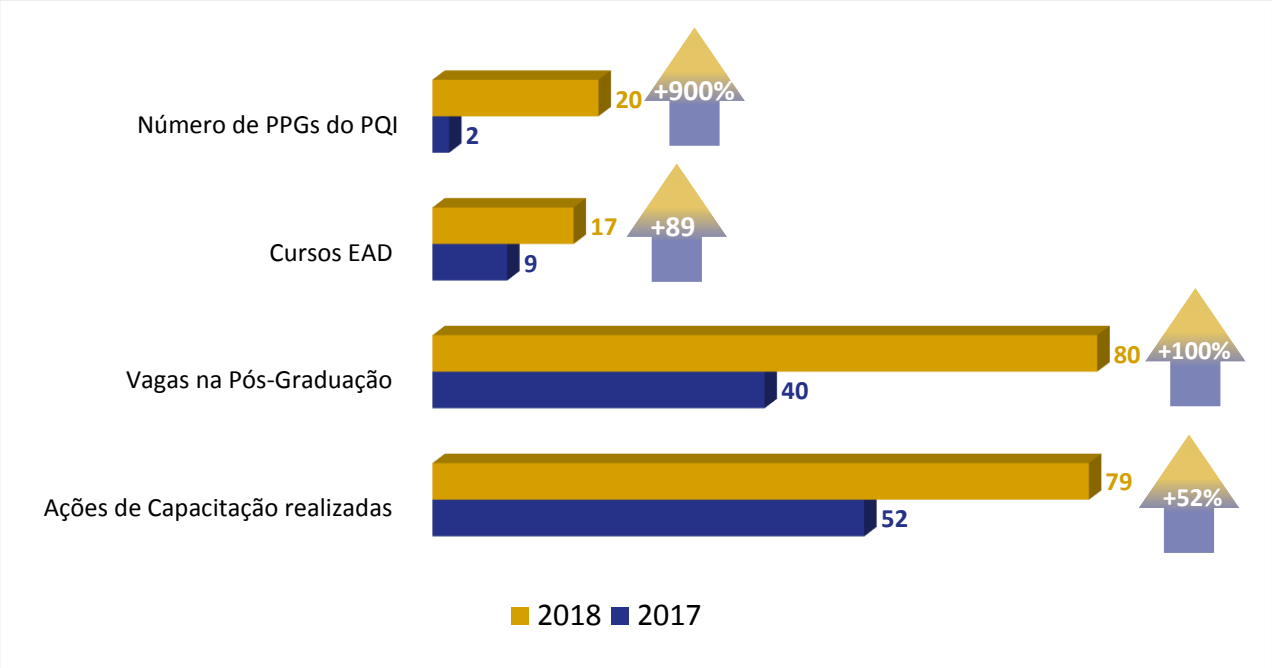
O detalhamento das despesas com capacitação em 2018 é mostrado no **Gráfico 54**. O Investimento financeiro para execução das ações de capacitação foi de **R$ 992.975,48** sendo utilizados para: pagamento de instrutores de cursos; programa PQI, cujos recursos foram repassados à PRPG; material de consumo e serviço; passagens e diárias e pagamento de inscrições.



Fonte: PROGEP.

Gráfico 54 – Detalhamento das despesas com capacitação em 2018.

A evolução em algumas ações de capacitação no ano de 2018, em relação ao exercício anterior, é mostrada no **Gráfico 55**. A PROGEP manteve parceria com dois cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu – o Mestrado Profissional de Gestão em Organizações Aprendentes e o Mestrado Profissional em Política, Gestão e Avaliação da Educação Superior na UFPB. E, de forma articulada com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que elabora anualmente o Programa de Qualificação Institucional-PQI, com vagas reservadas nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da UFPB, destinadas a servidores da Instituição, aumentou o número de programas do PQI de dois para vinte. As vagas destinadas a servidores aumentaram de 40 para 80, representando um aumento de 100%.

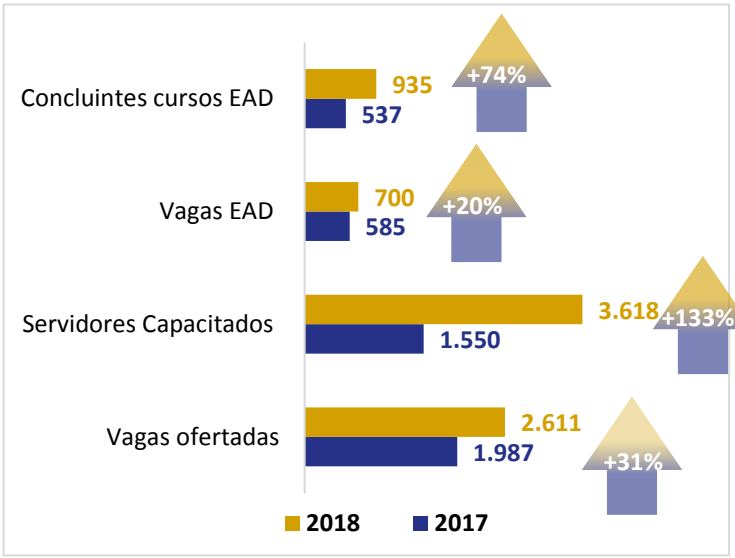


Fonte: PROGEP.

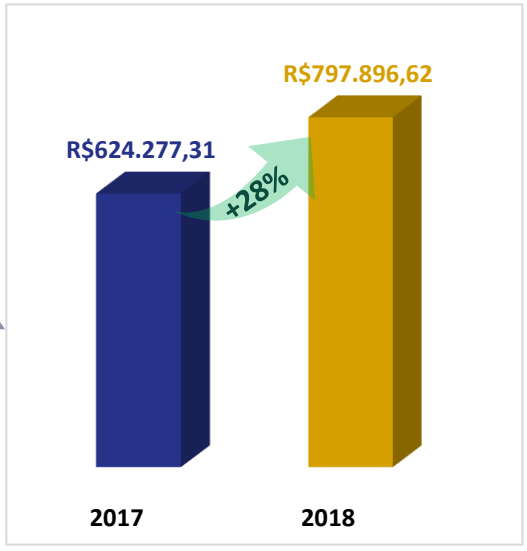
Gráfico 55 – Evolução em algumas ações de capacitação no ano de 2018 em relação ao exercício anterior.

No **Gráfico 56** nota-se a evolução nas vagas ofertadas e servidores capacitados, bem como nos recursos investidos no ano de 2018, em relação ao exercício anterior. Conforme pode ser visto, houve um aumento de 31% e 20% nas vagas ofertadas para os servidores nos Programas de Pós-Graduação e na EAD, respectivamente, um aumento de 133% no número de servidores capacitados e de 74% nos concluintes dos cursos EAD. Quanto aos recursos investidos, observa-se um aumento de 28% no ano de 2018 em relação a 2017.

(a) Vagas e servidores capacitados.



(b) Recursos investidos.

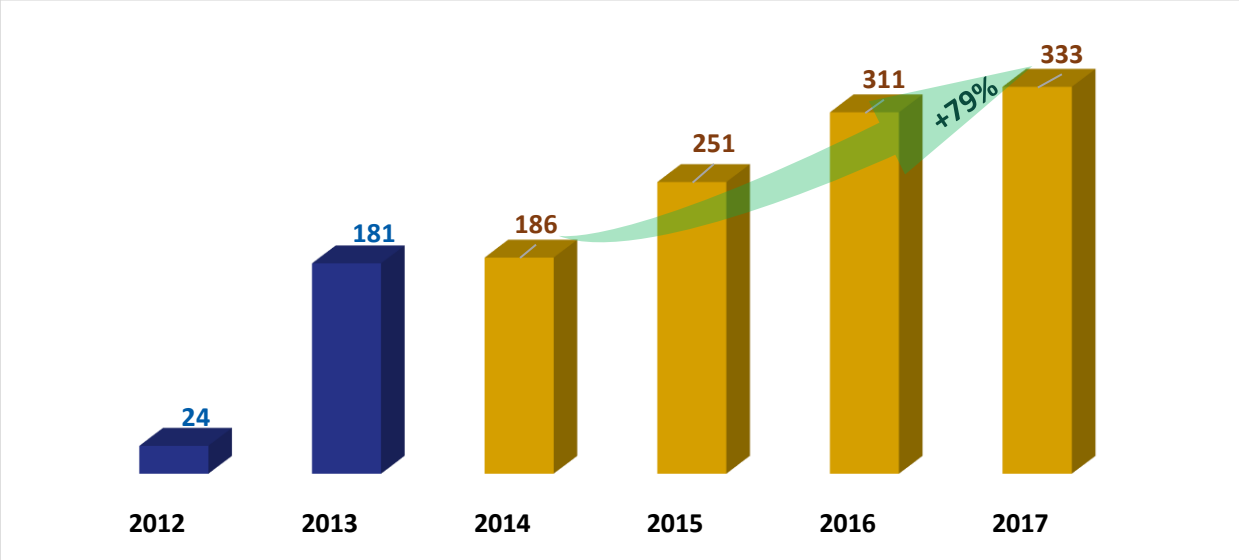


Fonte: PROGEP.

Gráfico 56 – Evolução nas vagas ofertadas e servidores capacitados bem como nos recursos investidos no ano de 2018 em relação ao exercício anterior.

6.3.8.2 Afastamentos docentes para pós-graduação.

No **Gráfico 57** é mostrado uma série histórica do quantitativo dos docentes afastados para capacitação de 2012-2017. Observa-se que houve um aumento de significativo nesse quantitativo. Apenas para o período de vigência do PDI o aumento foi de 79%.

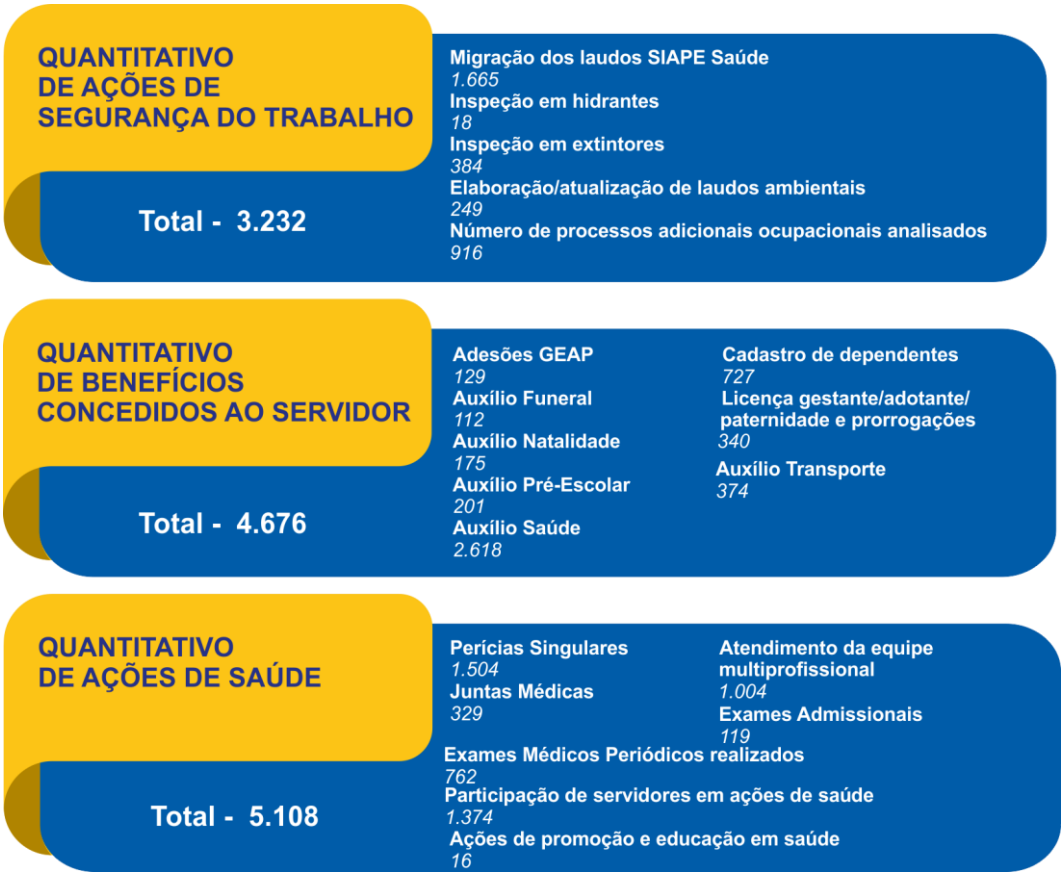


Fonte: PROGEP.

Gráfico 57 – Série histórica do quantitativo dos docentes afastados para capacitação de 2012-2017.

6.3.9 Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho.

A PROGEP, por meio da Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho, trabalha com base na Política Nacional de Saúde do Servidor Público Federal, coordenando programas nas áreas de assistência, perícia médica e ações nas áreas de educação e promoção à saúde dos servidores. As ações e os seus quantitativos são mostrados na **Figura 29**.



Fonte: PROGEP.

Figura 29 – Ações na área e quantitativos relacionados a Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho realizados em 2018.

O índice de qualidade de vida no trabalho é calculado considerando o número total de servidores que participaram dos programas de qualidade de vida pelo total de servidores da UFPB. Em 2018 um total de 1.374 servidores participaram das ações de saúde, o que corresponde a 26,90%.

No que diz respeito à área de segurança do trabalho no ano de 2018, deve-se destacar a migração dos laudos referentes a adicionais ocupacionais do antigo sistema para o novo módulo de saúde. Além disso, houve análise de 916 processos de adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade e adicional de raios-X), conforme mostrado na **Figura 29**. Os quantitativos dos benefícios concedidos aos servidores também são mostrados na figura.

6.3.10 Planejamento de Gestão de Pessoas para 2019.

6.3.10.1 Para a área de processos de Gestão de Pessoas.

- Realização de concurso público Técnico-Administrativo (TA);
- Nomeação de 131 TAs em educação ;
- Elaboração de minuta de resolução sobre mudança de regime de trabalho;
- Contratação de 40 professores visitantes;
- Atualização dos Normativos Internos de controle de Frequência e Jornada;
- Implantação do novo Sistema Eletrônico de Progressão Docente;
- Alocação da força de trabalho (concurso público e redistribuição – Infraero).

6.3.10.2 Para a área de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho.

- Espaço de Saúde do Servidor: Previsão de início e término da obra para o ano de 2019;
- Realizar exames médicos periódicos nos servidores;
- Aumentar ações de promoção e saúde do servidor;
- Reavaliações e recadastramentos dos laudos de adicionais ocupacionais;
- Ações de capacitação e prevenção na área de segurança no trabalho;
- Recadastramento dos benefícios concedidos aos servidores;
- Reavaliação dos Equipamentos de Proteção Individual.

6.4 Gestão de Licitação e Contratos.

6.4.1 Conformidade legal.

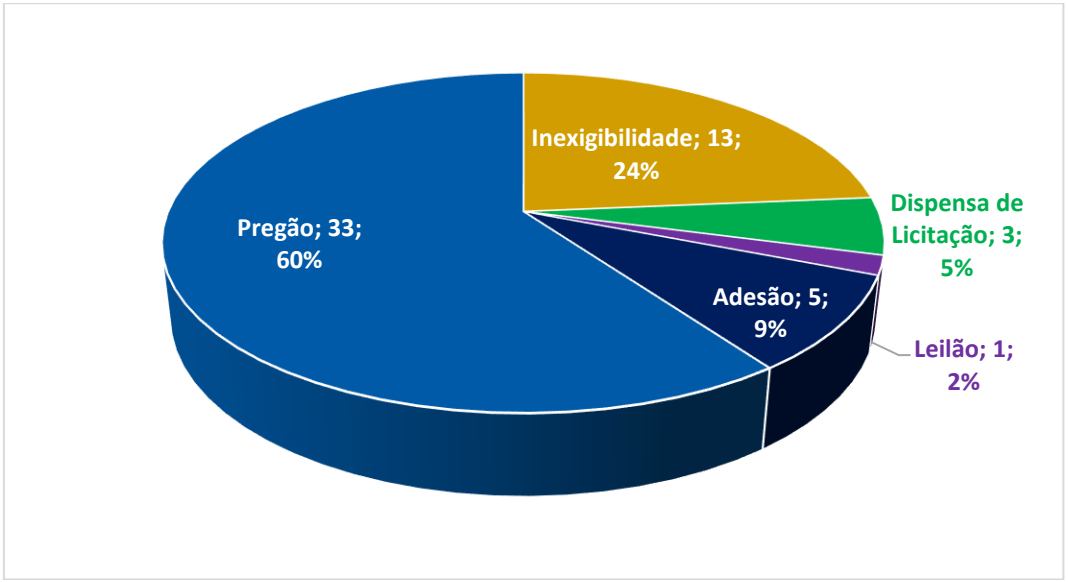
Na **Figura 30** é mostrado a relação das principais legislações que regem a gestão de licitações e contratos na UFPB.



Figura 30 – Relação da conformidade legal da gestão de licitações e contratos da UFPB.

6.4.2 Pró-Reitoria de Administração – UG 13065.

A Pró-Reitoria de Administração da UFPB (PRA) é responsável pelas áreas de administração contábil e financeira, material e patrimonial. Há no âmbito da PRA, 55 contratos vigentes, sendo 34 (62%) de prestação de serviços continuados. Conforme mostrado no **Gráfico 58**, 60% das contratações realizadas pela PRA são na modalidade de pregão eletrônico e 24% são, devido à natureza do serviço, na modalidade de inexigibilidade. A modalidade de adesão e dispensa de licitação correspondem a apenas 9 e 5%, respectivamente.

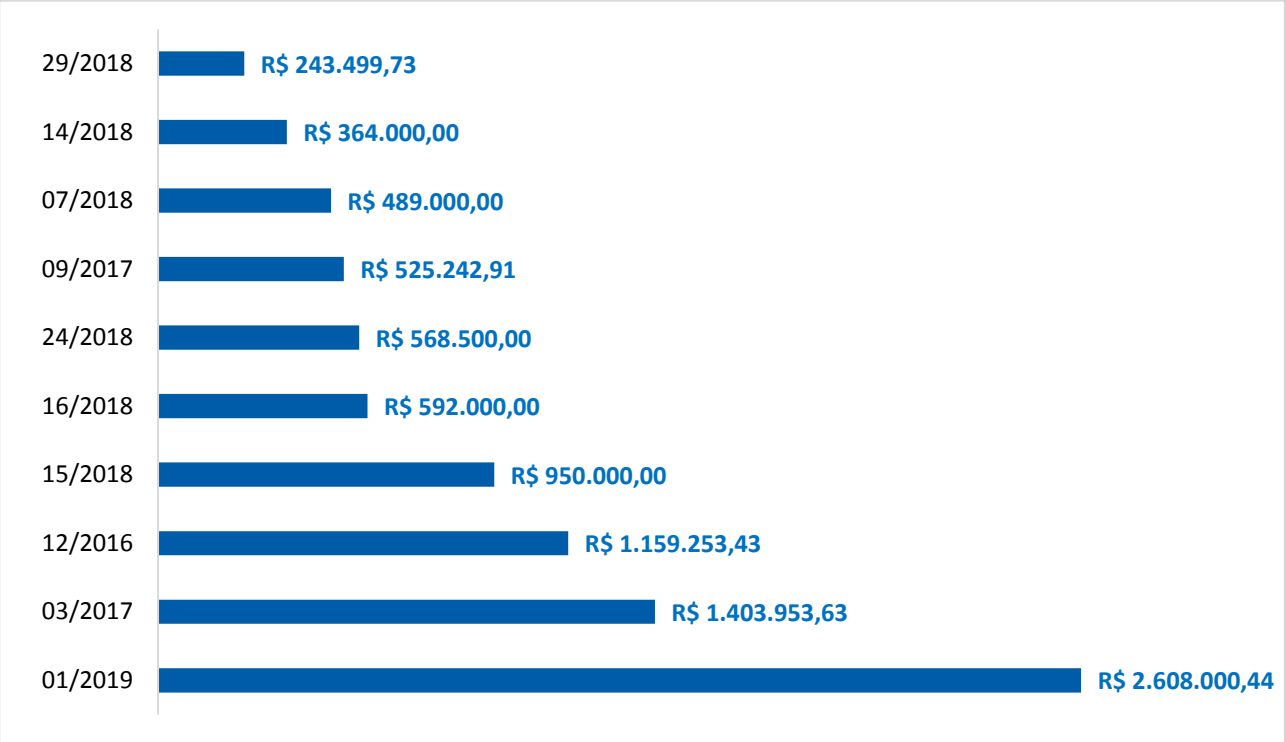


Fonte: PRA.

Gráfico 58 – Detalhamento dos tipos de contratações realizadas pela PRA em 2018.

Os contratos executados pela PRA totalizam um montante aproximado de R$ 11.915.730,10, considerando apenas os contratos com valores fixos. No **Gráfico 59** é mostrada a lista das dez maiores

contratações do setor, detalhadas na **Figura 31**. Todas as contrações mostradas no gráfico foram realizadas essencialmente na modalidade de pregão, sendo apenas duas delas realizadas na modalidade de adesão.



Fonte: PRA.

Gráfico 59 – Destaques das principais contratações da PRA de 2018.

OBJETO	N°CONTRATO
Contratação de Empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens para vôos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas.	01/2019
Serviço de execução de exames periódicos para atender o quadro de servidores da UFPB.	03/2017
Hotelaria para visitantes e colaboradores da UFPB.	12/2016
Registro de preços para a futura e eventual aquisição com fornecimento parcelado de computadores desktops.	15/2018
Aquisição de equipamentos para laboratório do CEAR.	16/2018
Aquisição de equipamentos para Laboratório do CEAR.	24/2018
Contratação de serviços de locação de veículos.	09/2017
Aquisição de consultório odontológico.	07/2018
Aquisição de material para montagem dos Laboratórios Integrados ao meio ambiente, catálise e fármacos.	14/2018
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços referentes às cargas importadas e exportadas pela UFPB	29/2018

Fonte: PRA.

Figura 31 – Detalhamento das principais contratações da PRA em 2018.

As contratações destacadas estão associadas aos objetivos estratégicos da UFPB estabelecido no PDI 2014-2018, conforme destacado na **Figura 32**.

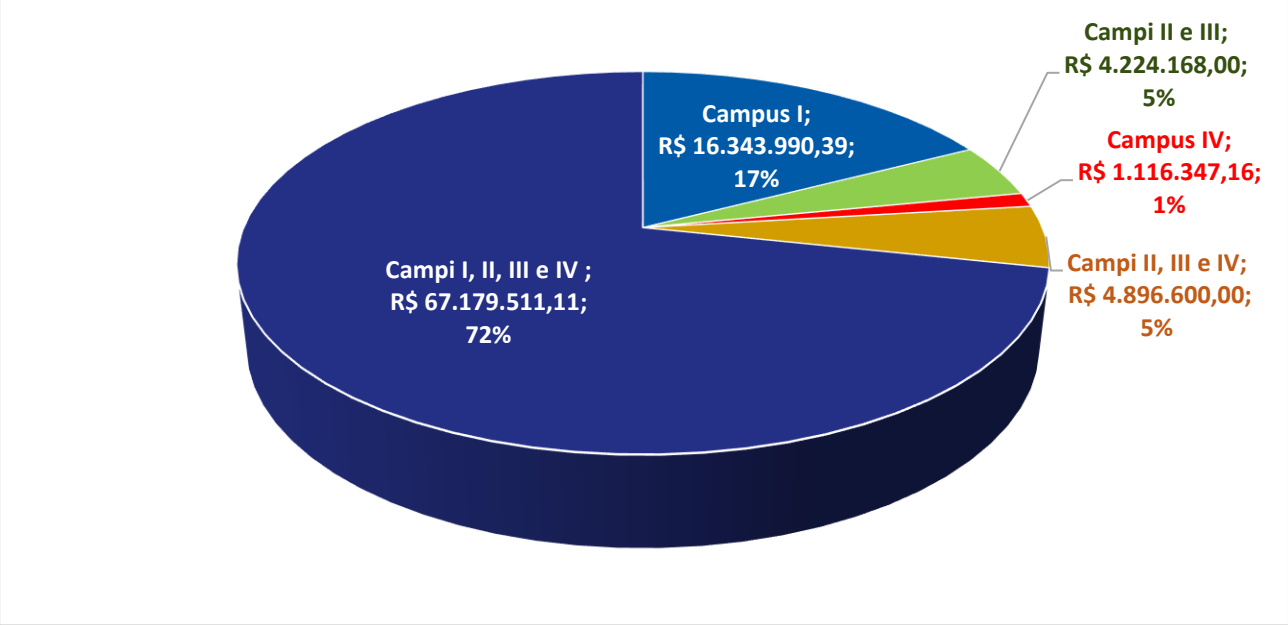
CONTRATAÇÕES	OBJETIVO ESTRATÉGICO
01/2019, 12/2016, 16/2018, 24/2018, 09/2017, 07/2018, 14/2018, 15/2018 29/2018.	Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, particularmente no que se refere à internacionalização.
03/2017.	Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB.
16/2018, 24/2018.	Consolidar os avanços acadêmicos, estruturais e administrativos alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Fonte: PRA

Figura 32 – Relação das principais contratações da PRA e sua correlação aos objetivos estratégicos do PDI 2014-2018.

6.4.3 Prefeitura Universitária – UG 153066.

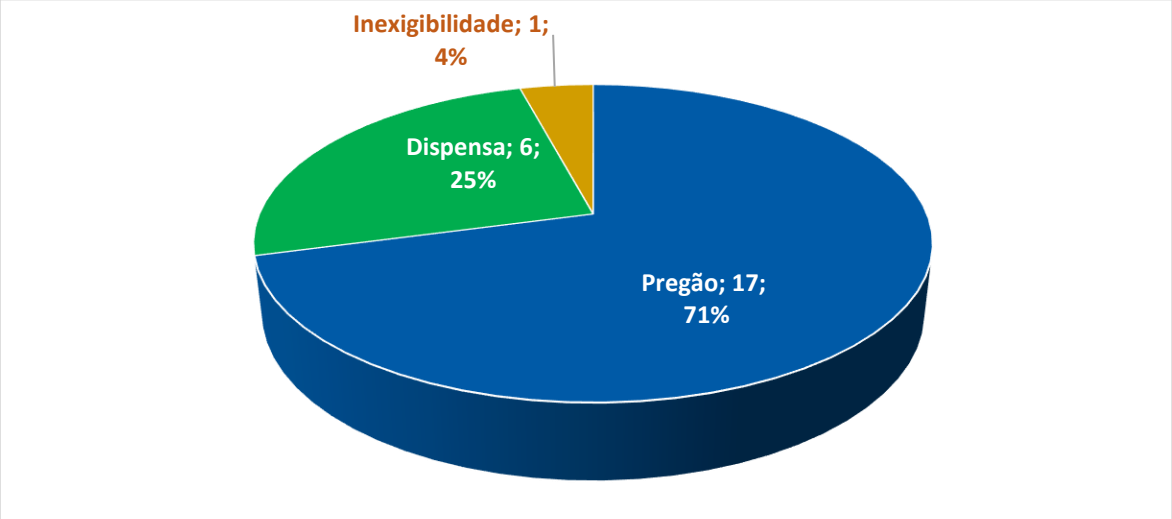
A Prefeitura Universitária (PU) executou em 2018 um total de 24 contratos de prestação de serviços e execução de obras e conservação. O montante de recursos alocados para PU foi de R$ 93.760.616,66 para o pagamento de serviços em todos os campi da UFPB. A distribuição desses recursos por campus é mostrada no **Gráfico 60**. Observa-se que 72% dos recursos foram utilizados para pagamento dos contratos de prestação de serviços nos quatro campi da UFPB. Para o campus I, João Pessoa, foram utilizados 17% dos recursos, já os contratos que atendem aos campi II, III e IV utilizam 5% dos recursos. Há ainda contratos que atendem apenas aos campi II e III e ao campus IV, tendo como percentual de utilização dos recursos montantes de 5 e 1%.



Fonte: PU.

Gráfico 60 – Distribuição dos recursos executados pela PU em 2018 por campus.

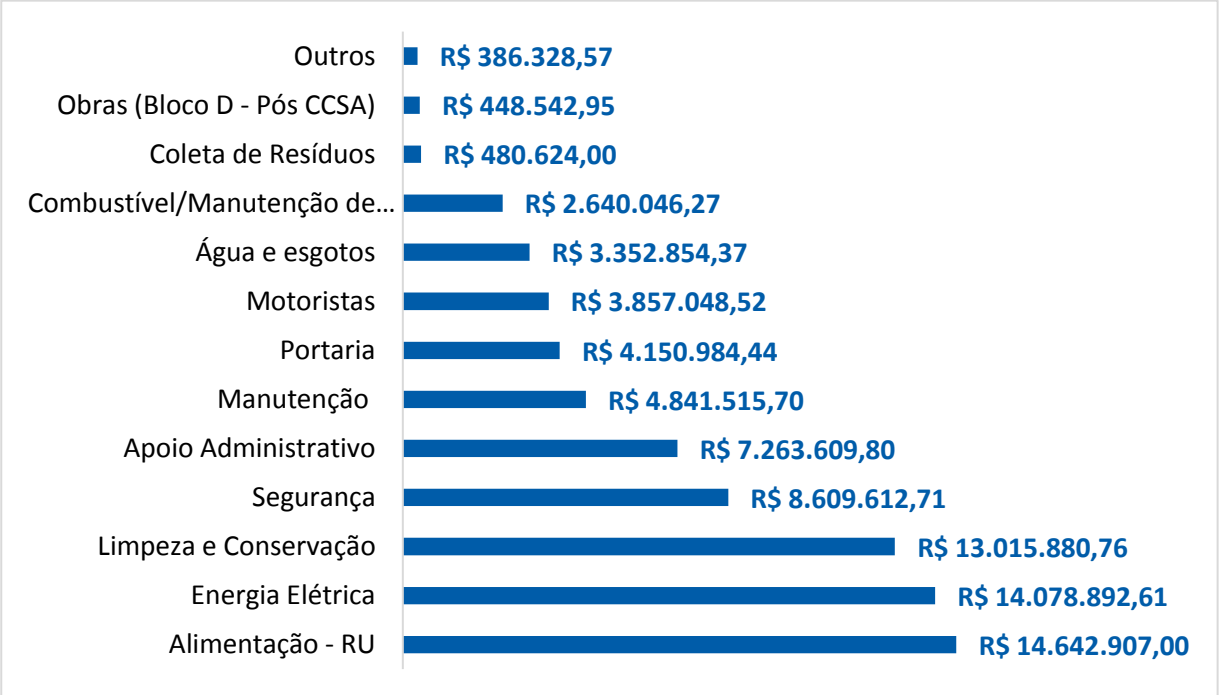
No **Gráfico 61** é mostrada a modalidade de contratação dos 24 contratos da PU. Conforme destacado no gráfico, 71% das contratações foram realizadas na modalidade de pregão eletrônico e 25%, ou 6 contratos, foram realizados com dispensa de licitação. Apenas o contrato com a CAGEPA, para fornecimento de água, foi realizado na modalidade de inexigibilidade. Na modalidade de dispensa de licitação encontram-se os contratados para fornecimento de energia elétrica (Energisa), telefonia (Oi), remanescente de obra (TCL Tambaú), fornecimento de refeições (ATL, já encerrado), segurança (Interfort, já encerrado) e limpeza (Serve Bem).



Fonte: PU.

Gráfico 61 – Detalhamento das formas de contratações realizadas pela PU em 2018.

O detalhamento dos valores alocados e da natureza dos serviços prestados pela Prefeitura Universitária é mostrado no **Gráfico 62**. Os serviços de fornecimento de alimentação para o Restaurante universitário, de energia elétrica e limpeza e conversação representam os contratos com maior volume de recursos alocados.



Fonte: PU. Nota: Os valores apurados dos contratos, seguem aqueles apostilados de acordo com o dissídio coletivo das diversas categorias, para os casos de locação de mão-de-obra exclusiva até a presente data.

Gráfico 62 – Detalhamento dos valores dos contratos da PU.

6.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura.

6.5.1 Conformidade legal.

A Divisão de Patrimônio da UFPB no que diz respeito à unidade gestora 153065, utiliza as normas constitucionais e legais na gestão patrimonial da entidade. Nesse sentido, a conformidade legal utilizada pela divisão de patrimônio é mostrada na **Figura 33**.

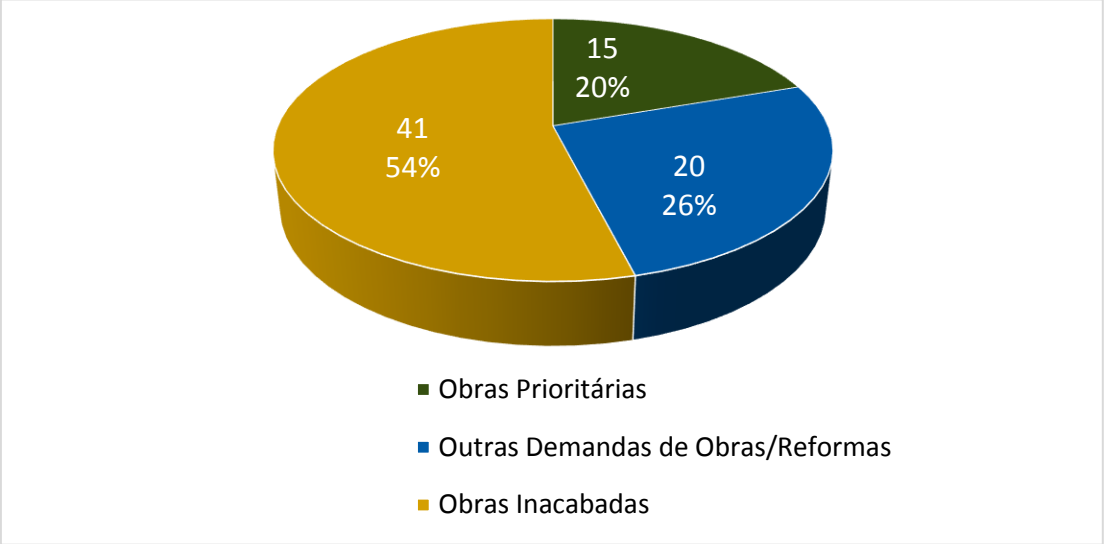


Fonte: PRA.

Figura 33 – Relação da conformidade legal utilizada na gestão patrimonial da UFPB.

6.5.2 Obras.

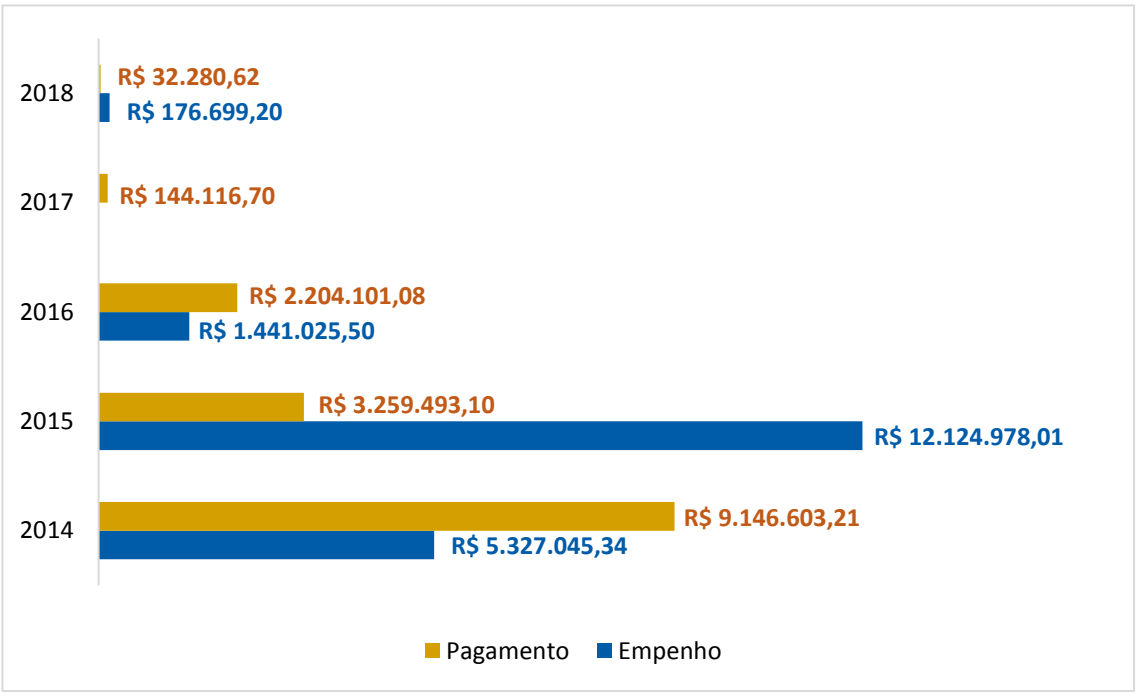
O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, propiciou à UFPB uma expansão física e no número de discentes e servidores. O programa foi encerrado em 2012 e foi seguido por uma crise econômica que foi se agravando ao longo dos anos e teve como consequência uma redução nos recursos, em especial de capital, conforme discutido na seção 6.2. Como resultado, diversas obras ficaram inacabadas. Hoje, há na UFPB 76 obras nessa situação. Em 2018 foi realizado um grande esforço para diagnosticar a situação de cada obra. Foram classificadas como ***obras inacabadas*** aquelas que se iniciaram no Reuni e não foram concluídas, ***obras prioritárias*** as inacabadas que foram escolhidas como prioritárias, baseadas em critérios técnicos, tais como percentual de execução, e por fim, ***outras demandas por obras e reformas***, que correspondem às demandas da rotina institucional indispensáveis ao funcionamento das atividades finalísticas. O quantitativo dessas obras é mostrado no **Gráfico 63**.



Fonte: Divisão de Obras/PU.

Gráfico 63 – Quantitativo das obras na UFPB.

No **Gráfico 64** é mostrada a evolução dos recursos empenhados e pagos para as obras no período de 2014-2018. Os recursos pagos correspondem aqueles do exercício e incluem os inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores. Conforme pode ser visto, há uma redução significativa no montante de recursos que são destinados as obras, o que agrava o cenário das obras paralisadas na UFPB.



Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 64 – Evolução nos valores empenhados e pagos (incluindo os recursos inscritos em restos a pagar) para as obras na UFPB no período de 2014-2018.

Uma das principais ações no ano de 2018 foi o mapeamento da situação de cada obra para fins de definição do plano de ações e prioridades de execução, o que contou com a visita técnica dos Engenheiros do ITA. Diversas obras inacabadas não podem ser reiniciadas devido à falta de projetos complementares indispensáveis a abertura dos processos licitatórios, bem como as ausências de alvarás e licenciamentos. Do montante das 76 obras, 23 obras, dentre as prioritárias e as outras demandas por obras e reformas, fizeram parte do plano de ação para elaboração dos projetos e dos demais procedimentos preparatórios para licitação. O quantitativo das ações para retomada das 23 obras selecionadas em 2018 é mostrado na **Figura 34**.



Fonte: Divisão de Obras – PU.

Figura 34 – Quadro das ações para retomada das obras.

6.5.3 Desfazimentos de ativos.

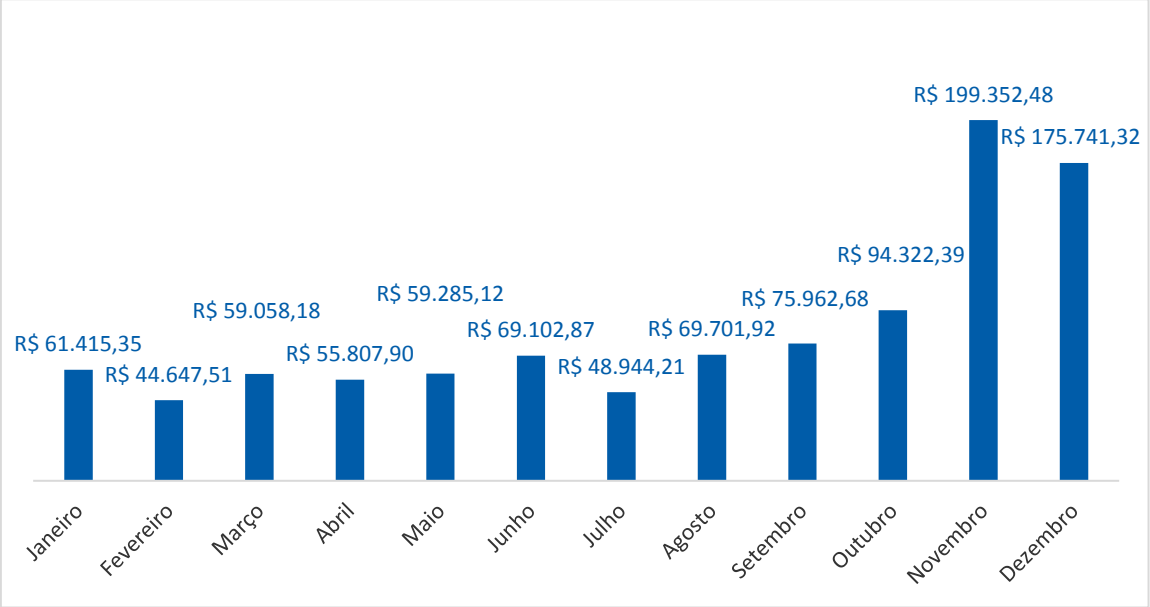
No ano de 2018 foi realizado o desfazimento de semoventes (animais da espécie bovina) pertencentes ao Departamento de Zootecnia/CCA/UFPB no Campus II - Areia. Ao todo, foram 65 bovinos de diferentes sexos e categorias, distribuídos em 53 lotes. Alienação feita na modalidade de LEILÃO PÚBLICO, TIPO MAIOR LANCE POR LOTE, realizada no dia 03 de junho de 2018, no Centro de Ciências Agrárias, Areia/PB. EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 5, DE 11 DE MAIO DE 2018, publicado no D.O.U., Seção 3, página 52, de 15 de maio de 2018. Total arrecadado: R$ 84.895,00, recolhido por GRU e aplicado dentro do exercício, pelo próprio Centro.

6.5.4 Locação de imóveis e equipamentos.

No ano de 2018, a UFPB contou com 84 imóveis ou espaços com possibilidade de cessão, divididos entre os quatro *campi*. Foram realizados 02 pregões eletrônicos, 001/2018, com 12 espaços licitados e 010/2018, com 23 espaços licitados, porém nem todos os contratos foram assinados até o final de 2018.

Entre os empreendimentos que fizeram ou ainda fazem parte do rol de cessionários, estão: Cooperativas, Bancos, Reprografias, Lanchonetes/Restaurantes, Livrarias/Papelarias, Antenas de Telefonia Móvel e Sindicatos. Ao final de 2018 a UFPB possuía 32 contratos para cessão de uso firmados, a partir de pregões realizados em 2017 e 2018, sendo 29 no campus I e 03 no campus II.

Os valores arrecadados dos permissionários (aluguel, água e energia) é realizado por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, enviada mensalmente a todos os permissionários cadastrados na Prefeitura Universitária, devendo ser paga até o dia 10 do mês subsequente. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeita o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%. A cada 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de permissão de uso, o aluguel é reajustado de acordo com o IGPM ou por outro índice que venha substitui-lo. No **Gráfico 65** são apresentados os valores arrecadados com cessão de uso dos espaços da UFPB em 2018.



Fonte: PU.

Gráfico 65 – Valores arrecadados com cessão de uso dos espaços na UFPB em 2018.

6.5.5 Mudanças e desmobilizações relevantes.

Não houve registro de desmobilização de imóveis.

6.5.5.1 Principais desafios e ações futuras na área de patrimônio na UFPB.

Os principais desafios e ações para a gestão patrimonial da UFPB são os seguintes:

Reestruturação física da DIPA para o recebimento dos bens patrimoniais.

- O projeto de reestruturação física da DIPA já está em desenvolvimento e a tendência é que nos próximos exercícios a estrutura esteja pronta. Esse projeto acarretará em expressivos ganhos de produtividade.

Padronização do inventário para toda a instituição.

- Realização de inventário em todos os centros e unidades orçamentárias e administrativas.

Adoção da depreciação, amortização e exaustão.

- Após a realização do inventário patrimonial, faz-se necessária a reavaliação dos bens para que, em seguida, sejam executados os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão.

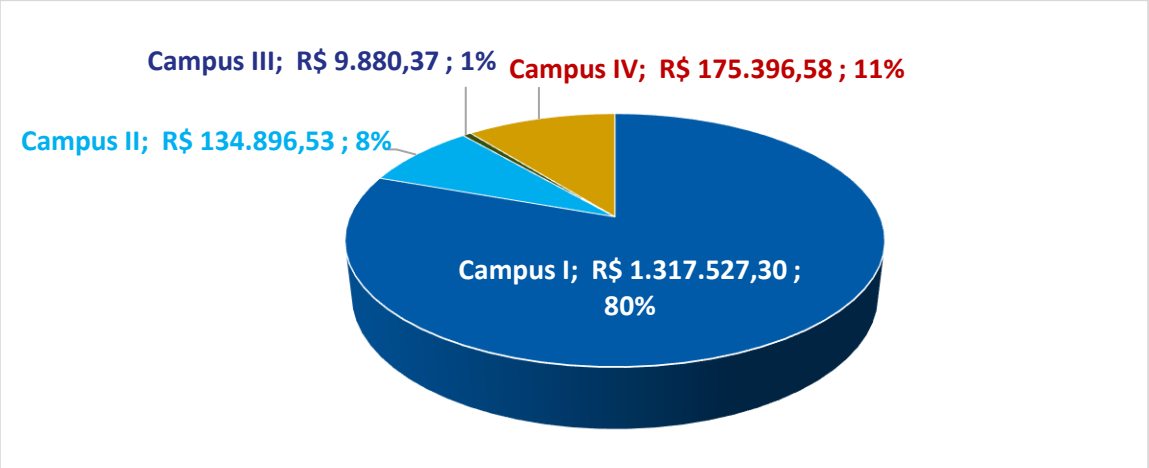
Consolidação das demonstrações contábeis.

- Integrar a gestão patrimonial da UFPB para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

6.5.5.2 Detalhamento das despesas com pagamento de água, coleta de esgoto e energia elétrica em 2018.

6.5.5.2.1 Despesas com o fornecimento de água e coleta de esgoto.

Em 2018, foram gastos um total de **R$ 1.637.700,78** com despesas para o fornecimento de água e coleta de esgoto. O detalhamento dessa despesa, por campi, é mostrado no **Gráfico 66**. Em 2017, essa despesa foi de **R$ 2.401.956,00**.

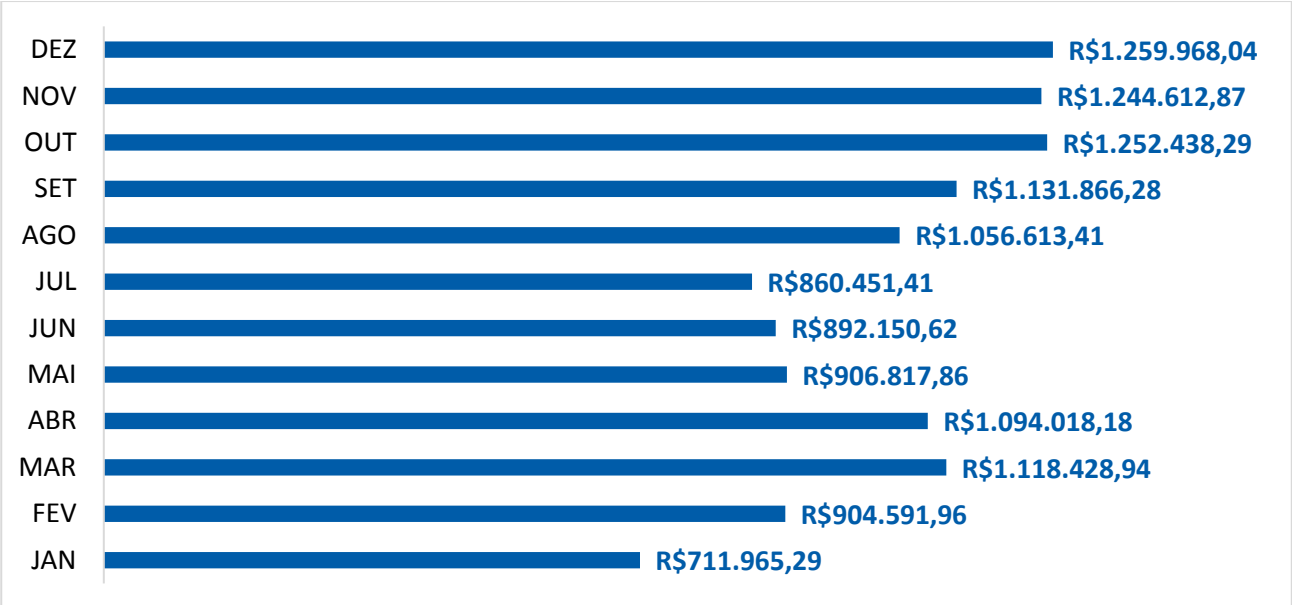


Fonte: PU.

Gráfico 66 – Detalhamento das despesas com o fornecimento de água e coleta de esgoto por campi.

6.5.5.2.2 Despesas com o fornecimento de energia elétrica.

O total gasto com fornecimento de energia elétrica em 2018 foi de **R$ 12.433.923,15**, em todos os campi da UFPB. O detalhamento dos valores pagos mensalmente é mostrado no **Gráfico 67**. No ano anterior o valor total gasto nesse item foi de **R$ 12.518.973,00**.



Fonte: PU.

Gráfico 67 – Detalhamento mensais com o pagamento de energia elétrica.

6.6 Gestão da tecnologia da informação.

Os serviços de tecnologia de informação e comunicação (TIC) da UFPB são geridos pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), órgão auxiliar de direção superior da Reitoria da UFPB, com o objetivo de prover os serviços de TIC que apoiem a instituição no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmico-administrativa e serviços à comunidade, em conformidade com o plano estratégico da instituição, os planos específicos para a área de TIC e as recomendações do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação.

Os principais direcionamentos estratégicos relacionados à STI tratam de:

- Aperfeiçoar o processo licitatório relacionado às aquisições de recursos de TI, por meio da participação integral em certames conjuntos com outras universidades, como o caso da UFRN.
- Ampliar o acesso da comunidade acadêmica aos serviços e equipamentos de TI.
- Disponibilizar uma infraestrutura de TI mais adequada às dimensões da instituição, por meio de ênfase nas tratativas já existentes com a RNP.
- Melhor integração com a área acadêmica da universidade, com a formação de equipe conjunta da Superintendência de Tecnologia da Informação e o Centro de Informação (CI).

6.6.1 Conformidade legal.

As ações relacionadas à aquisição, implantação, uso e controle dos recursos de TI utilizam-se de legislação vigente e, em particular, o Regimento da Superintendência de Tecnologia da Informação aprovado pelo CONSUNI em 12 de dezembro de 2013; o Decreto Federal nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, SLTI/MPOG, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de TI pelos órgãos do SISP do Poder Executivo Federal.

6.6.2 Modelo de Governança de TI.

A governança de TI é implantada pela STI visando os princípios da integração entre negócio e tecnologia da informação. Para isso, são utilizados canais de comunicação entre a administração central e a gestão de tecnologia da informação. Tal comunicação é formalizada pelo Comitê de Governança Digital da UFPB (CGD), instituído pela Portaria nº 302/R/GR/2017, que tem como finalidade tratar de assuntos relativos

à Governança Digital da Instituição, com participação de membros representantes da Reitoria, das Pró-Reitorias, das áreas acadêmicas ligadas à TI, da Superintendência de TI, do Arquivo Geral e da UFPB Virtual.

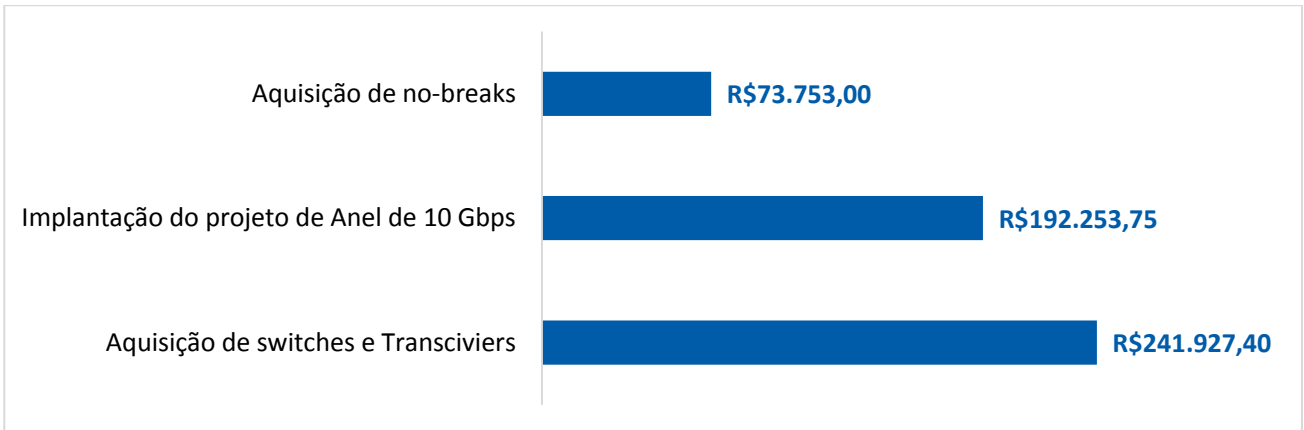
Os objetivos do CGD são:

- Deliberar sobre ações, políticas, diretrizes e investimentos relativos à área de tecnologia da informação (TI), observando-se o alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB ou equivalente, em vigor.
- Deliberar sobre prioridades dos projetos e programas institucionais de TI, por meio do alinhamento estratégico com as áreas administrativas e acadêmicas.
- Estabelecer o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), através de objetivos, metas, ações, indicadores e meios de mensuração, fornecendo mecanismos de monitoramento de desempenho à alta administração.
- Estabelecer o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), através de diretrizes e premissas norteadoras da boa prática da governança digital na UFPB.
- Estabelecer a Política de Segurança da Informação, através de recomendações e controles para a segurança física, lógica, informacional, das pessoas e ambiental, norteadoras da boa prática da governança digital na UFPB.

O CGD realiza reuniões periódicas para deliberar sobre as ações relacionadas à governança de TI na UFPB. Em 2018, o CGD discutiu ações sobre a implantação do Plano de Dados Abertos (PDA), elencando os requisitos necessários à sua implantação, bem como decisões relacionadas a implantação efetiva na UFPB de processos e documentos administrativos eletrônicos.

6.6.3 Montante de recursos aplicados e contratações mais relevantes em TI

Visando ressaltar a importância estratégica da TI para o cumprimento da missão institucional da UFPB estabelecida no PDI 2014-2018, a STI aplicou o montante total de R$ 507.934,15, em 03 (três) grandes projetos, conforme mostrado no **Gráfico 68**. O detalhamento dessas aquisições é mostrado a seguir.



Fonte: STI.

Gráfico 68 – Detalhamento dos investimentos em TI no ano de 2018.

Implantação do projeto de Anel de 10 Gbps.

- Elaboração de projeto executivo do novo backbone da UFPB, constituído de dois anéis de fibra óptica, visando permitir o tráfego a 10 Gbps e eliminar dependência entre centros.
- Contratação de empresa para implantação do projeto do novo backbone de alto desempenho do campus I, operando a uma velocidade de 10 Gbps.
- Contratação de empresa especializada para lançamento de anel de fibra óptica, no campus I, para viabilizar a implantação do novo backbone de alto desempenho, com conexões entre a STI e os pontos de distribuição na velocidade de 10 Gbps, iniciado em dezembro de 2018 e término previsto para fevereiro de 2019.

Trata-se da maior intervenção na rede UFPB dos últimos 20 anos, preparando a Instituição para pelo menos mais 20 anos.

Aquisição de no-breaks.

- Aquisição de 20 no-breaks para instalação nos novos pontos de concentração.

Aquisição de switches e Transciviers.

- Ampliação da rede Wi-Fi da UFPB, viabilizada pela instalação dos switches gerenciáveis. A UfpbSemFios, que é acessada com as mesmas credenciais do SIGAA/SIPAC, passou a contar com 314 (incremento de 151 em 2018) pontos de acesso distribuídos pelos diversos centros e outras unidades. Com o aumento da área de cobertura, a UfpbSemFios atinge a marca de 2.500 usuários conectados simultaneamente.
- Instalação e configuração dos novos switches core (núcleo) da rede UFPB, resultado do processo de importação direta iniciado em 2017. O novo core da rede passou a ser composto de 2 switches (operando em redundância), com portas de 10 Gbps, sendo este o passo inicial para a implantação do novo backbone de alto desempenho.
- Aquisição de 54 novos switches gerenciáveis com portas de 1 e 10 Gbps.

Outras iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI.

- Continuidade da melhoria da rede interna da UFPB, através da instalação de 42 switches gerenciáveis, na camada de acesso, em diversas unidades da Instituição.
- Adesão da UFPB à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), gerenciada pela RNP. A CAFe possibilita que cada usuário da Universidade, utilizando suas credenciais dos SIG´s, acesse, de onde estiver, os serviços de sua própria instituição e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES.
- Certificação e ativação da rede Wi-Fi denominada Eduroam (education roaming). Esta rede, que possui a mesma área de cobertura da UfpbSemFios, permite que usuários de milhares de instituições, nacionais e internacionais, possam ter acesso à Internet usando suas credenciais (usuário e senha) da instituição de origem. Por outro lado, professores, servidores e alunos, da UFPB podem obter acesso em milhares de instituições no mundo, utilizando suas credenciais dos SIG´s.
- Instalação e configuração de dois firewalls next generation, para atuar na proteção da rede da UFPB contra malwares, configurado para suportar o tráfego de dados atual e o crescimento previsto para cinco anos.
- Disponibilização para a comunidade de drive virtual, denominado de UFPBox, em outras palavras, é uma “nuvem local” onde usuários podem armazenar seus dados mais importantes, mantendo-os dentro dos limites da UFPB.
- Instalação e configuração dos novos servidores do datacenter, cada um com 384 GB e dois processadores de 10 núcleos.
- Instalação e configuração de storage para triplicar a capacidade de armazenamento do datacenter, adicionando 100 TB líquidos.
- Manutenção de 230 sites institucionais de acordo com as normas eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e as normas da Identidade Digital do Poder Executivo Federal.
- Obtenção de grupo gerador com capacidade para suprir todo o prédio da STI no caso de falta de alimentação de energia elétrica por parte da concessionária local.
- Análise, projeto, implantação e suporte dos sistemas de informações gerenciais.

Na **Figura 35** são mostrados os sistemas de informações gerenciais que foram implantados em 2018.



Fonte: STI.

Figura 35 – Relação dos projetos, implantação e suporte dos sistemas de informações gerenciais realizadas pela STI em 2018.

6.6.4 Segurança da informação.

A Superintendência de Tecnologia da Informação trabalha em duas frentes no que concerne à segurança da informação, atividades reativas e preventivas.

A atividade reativa consiste na resposta a incidentes de segurança e principalmente no atendimento às notificações da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e às atuações, em violações de segurança reportadas por membros da própria instituição. A atividade proativa tem o intuito de minimizar a ocorrência de novos incidentes, se concentrando na melhoria da ambiente web e no planejamento de medidas que visam minimizar as possibilidades de incidentes.

6.6.5 Principais desafios e ações futuras

Dentro do planejamento da STI, estão contempladas as seguintes ações futuras:

- Implantação da redundância do Data Center;
- Efetiva implantação do novo backbone no Campus I da UFPB;
- Ampliação da capacidade de armazenamento e processamento no Data Center principal e no redundante;
- Melhorias na distribuição da Rede UFPB para o Campus I e demais campi;
- Aumento da velocidade no enlace da RNP nos Campus II, III e IV;
- Efetiva implantação do Processo Eletrônico;
- Implantação do diploma digital, atendendo a Portaria MEC Nº 330, de 05 de Abril de 2018;
- Desenvolvimento de novos sistemas de informação para atender demandas específicas dos usuários.

6.7 Gestão de custos.

A iniciativa de implantar um sistema de custos na Administração Pública Federal é relativamente recente e data de 2010 com o projeto de Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC) que tem como uma das principais funcionalidades a geração de relatórios de custos envolvendo os diferentes sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAFI, SIAPE e SIGPlan). O SIC visa atender a legislação brasileira, no tocante a informação de custos no setor público. No entanto, apesar de ser uma obrigatoriedade legal, um dos maiores desafios referentes a esse tema é o de como obter e tratar todas as informações de custos. Esse sistema enfrenta dificuldades e efetivamente ainda não foi completamente operacionalizado.

A estrutura de funcionamento da UFPB, que envolve cinco campi em diferentes cidades do Estado da Paraíba, exercendo atividades finalísticas de ensino de graduação e de pós-graduação (presencial e a distância), pesquisa, extensão e inovação tecnológica, torna extremamente desafiadora a elaboração de instrumentos apropriados para medição de custos. Essa dificuldade alastra-se para praticamente todas as instituições de ensino superior no Brasil.

A dificuldade de aplicação de um instrumento de medição de custos nas universidades reside na complexidade intrínseca, conceitual e de modelagem da própria definição das variáveis dos custos. Há de se considerar praticamente todas as perspectivas dos custos, quais sejam, a contábil-econômica que envolve os custos monetários diretos e indiretos e de oportunidade; e a perspectiva dos agentes que financiam a universidade que, nesse caso, envolve os custos sociais e privados. Assim, para o caso da UFPB, bem como para praticamente todas as universidades do Brasil, estabelecer os custos é equacionar como os centros de ensino, juntamente com suas subunidades e as unidades de apoio geram os produtos finalísticos, considerando como insumos os discentes, corpo de servidores (docentes e técnicos administrativos), terceirizados e outros recursos materiais. É importante, ainda, destacar a diversidade de produtos e serviços gerados.

Apesar de ainda não se utilizar de uma metodologia para aferir os custos, a UFPB, do ponto de vista de alocação de recursos orçamentários, elabora o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio da Coordenação de Orçamento, mediante informações provenientes de cada uma das unidades gestoras responsáveis pelo gasto do recurso existentes dentro da UFPB, sendo 10 Unidades Gestoras que englobam 16 centros e setores de apoio e da Administração Central. Por sua vez cada uma dessas unidades realiza sua previsão com base na execução histórica e no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Como forma de controle e acompanhamento dos recursos orçamentários da UFPB, utiliza-se da elaboração diária de relatórios de acompanhamento gerados pelo Tesouro Gerencial, encaminhados a todas as unidades nos quais há alocação de recursos, permitindo que os gestores realizem as tomadas de decisão de forma eficiente.

Diante do exposto, é notório que as universidades brasileiras carecem de metodologias para aferição dos custos, permitindo uma eficiente administração, distribuição e execução dos recursos orçamentários. Como principal desafio para UFPB nos próximos anos, destaca-se a necessidade de implantação de um setor que possa sistematizar as variáveis institucionais e contribuir, em conjunto com o SIC e com outras IFES, para efetivação da gestão de custos da UFPB.

6.8 Sustentabilidade ambiental.

A política ambiental da UFPB, aprovada pela Resolução Consuni nº. 17/2018, é coordenada pela Comissão de Gestão Ambiental e trata-se de um conjunto de princípios e diretrizes, que visam implantar ou adaptar ações institucionais que possibilitem promover o desenvolvimento sustentável da UFPB e da sociedade, compativelmente com um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. Os programas de gestão e educação ambiental que norteiam política ambiental da UFPB é mostrada na **Figura 36**.



Fonte: CGI.

Figura 36 - Programas de gestão e educação ambiental da política ambiental da UFPB.

6.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

A aquisição de bens e contratação dos serviços seguem critérios definidos de acordo com as normas legais vigentes:

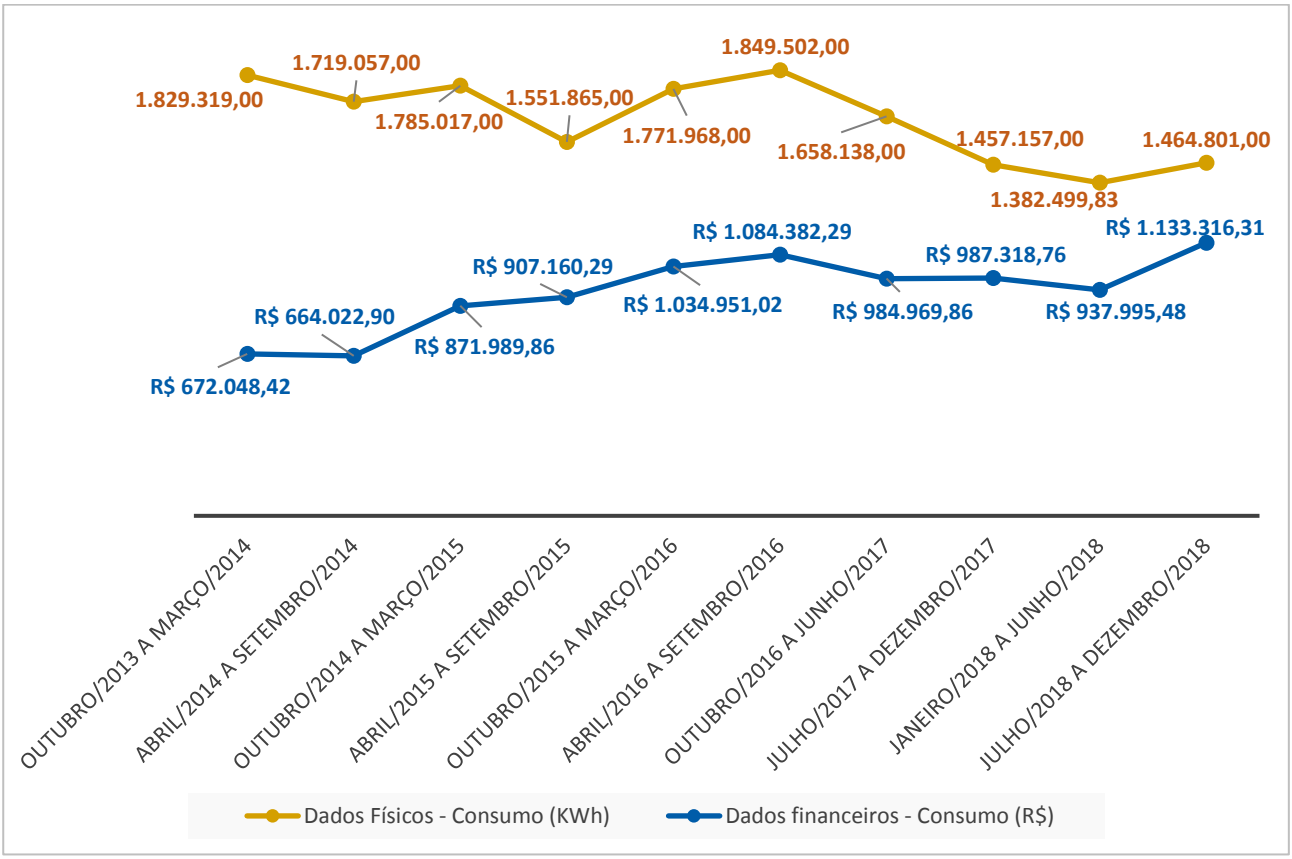
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que "dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional";
- Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012 que "regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP)".

- Portaria SLTI/MPOG nº 02/2010 que dispõe sobre as especificações-padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da administração pública federal e inclui critérios de sustentabilidade em quatro das sete especificações de equipamentos de TI.

6.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) da UFPB prevê o monitoramento do gasto público com energia elétrica, consumo de água e geração de esgoto.

No que concerne à energia elétrica, quantificou-se um consumo mensal médio de 1.382.499,83 KWh no primeiro semestre de 2018, acarretando em um gasto médio mensal no valor de R$ 937.995,48. No segundo semestre, o consumo médio nos 4 campi da Instituição aumentou para 1.464.801,00 KWh, provendo um valor médio de R$ 1.133.316,31. A evolução do consumo de energia elétrica nos campi da UFPB é demonstrada no **Gráfico 69**.



Fonte: CGI.

Gráfico 69 – Evolução do consumo de energia elétrica em valor (R$) e unidade de consumo (KWh) no período de outubro de 2013 a dezembro de 2018.

Como demonstrado, embora tenha havido uma diminuição na quantidade de KWh consumidos no ano de 2018, com relação ao ano anterior, houve um aumento no valor médio cobrado pelos serviços de fornecimento de energia elétrica. Este resultado advém majoritariamente do aumento da tarifa de energia fornecida pela concessionária local.

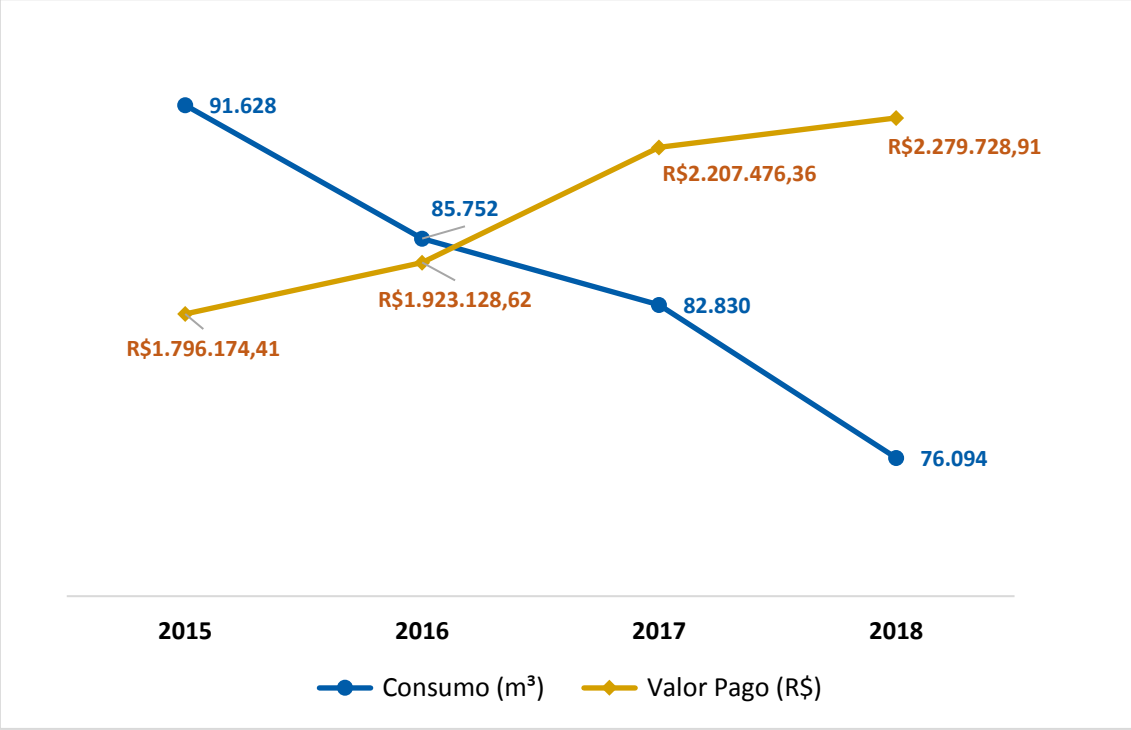
No que diz respeito ao monitoramento do Consumo de Água e Geração de Esgoto, o PGLS objetiva "Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para o consumo de água e geração de esgoto". Desta forma, como procedimento elementar, realiza o monitoramento e quantificação do consumo de água e valor gasto com esse consumo e com a geração de esgoto nos 4 campi da Instituição.

Os resultados obtidos do monitoramento feito entre os anos de 2015 e 2018 são expostos na **Tabela 4**. Analisando os dados, observa-se que o consumo total de água em m³ na UFPB vem diminuindo. Porém, o mesmo não pode ser observado no que se refere ao valor pago que vem aumentando no decorrer dos anos monitorados, conforme mostrado no **Gráfico 70**. Isto pode ser justificado pelo aumento da tarifa de água e esgoto da CAGEPA.

Tabela 4 – Evolução do consumo de água na UFPB.

Período	Consumo (m³)	Valor Consumo (R$)	Valor médio do m³ (R$)	Variação anual do valor do m³	Variação no período do valor do m³
2015	91.628	1.796.174,41	19,60	-	-
2016	85.752	1.923.128,62	22,43	14%	-
2017	82.830	2.207.476,36	26,65	19%	-
2018	76.094	2.279.728,91	29,96	12%	53%

Fonte: CGI.



Fonte: CGI.

Gráfico 70 – Evolução do volume de água consumida e o valor pago no período de 2015-2018.

6.8.3 Redução de Resíduos Poluentes.

Para gerenciar e reduzir os danos causados pela geração de resíduos e garantir sua destinação final adequada a CGA desenvolve ações nas seguintes áreas: Coleta seletiva, resíduos eletroeletrônicos, resíduos da construção, lâmpadas fluorescentes. As principais ações nessas áreas, em 2018, são descritas a seguir:

Coleta Seletiva

- Foram coletados, no campus I, 14.427,6 Kg de materiais recicláveis, equivalendo a uma redução de 49% em relação a 2017;
- Dos totais de materiais coletados em 2018, 6.634 kg (45,98%) foram de papelão; 4683,9 kg (32,46%) foram de Papel Branco; 1141,5 kg (7,91%) foram de Papel Misto; 3 kg (0,02%) foram de alumínio; 302 kg (2,09%) de Plástico PET; 299 kg (2,07%) de Plástico Filme; 14 kg (0, 10%) de cadeiras; 125 kg (0,87%) de Catembas; 1.215 kg (8,42%) de Ferro; e 10 kg (0,07%) de Plástico PVC).

Resíduos eletro-eletrônicos

- Execução do plano de coleta e logística reversa de toners e cartuchos com a coleta de 139 cartuchos e 276 toners;
- Criação do Centro de Recondicionamento de Computadores na Biblioteca Central.

Resíduos da construção e demolição

- Monitoramento dos RCD existentes no Campus I da UFPB, abrangendo transporte e disposição final;
- 228 RCD gerados pelas obras de pequeno porte realizadas pela PU.

Gestão de lâmpadas fluorescentes

- 3.167 lâmpadas coletadas (maio-novembro) no campus I.

Resíduos químicos

- Coleta e tratamento de 53.654,04 Kg de resíduos patogênicos;
- Coleta de 4.856,8 Kg de resíduos químicos não tratados.

6.8.3.1 Principais desafios e ações futuras.

A seguir são elencadas as ações previstas para 2019.

- Descartar de forma correta toners e cartuchos de marcas genéricas, pois não possuem logística reversa; não realizar a compra de toners e cartuchos de marcas que não possuam a logística reversa; ampliar a coleta em todos os campi da UFPB;
- Implantar o plano de gestão de resíduos de construção civil;
- Adquirir filtros Hepa utilizados no papa-lâmpadas para dar continuidade às ações de trituração e descontaminação de lâmpadas;
- Ampliar o número de adesões dos laboratórios da UFPB ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos e de Saúde;
- Revisar e atualizar o Plano de Gestão de Logística Sustentável;
- Construir ou adequar espaços físicos para o armazenamento de resíduos;
- Implantar programas de capacitação dos servidores da UFPB na área de gestão ambiental.

7 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL.

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.

Unidade Gestora: Universidade Federal da Paraíba

Código da UG: 26240



Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) Ativo Imobilizado – a instituição não está aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.9 e 16.10 – que trata sobre Depreciação, Amortização e Reavaliação do Ativo) e o art. 106, §3º da Lei 4.320/64 (Reavaliação do Ativo);

b) Inventário dos bens móveis – a instituição não está aplicando o que estabelece os artigos 94 e 95 da Lei 4.320/64;

c) Restos a Pagar - existem Restos a Pagar anteriores a 2013 que se encontram prescritos conforme o art. 70 do decreto 93.782/86 (alterado pelo decreto 9.428/18) que ainda não foram cancelados pelos setores competentes, bem como restos a pagar de 2012 a 2017 que não tiveram sua execução iniciada até a presente data (art. 68 § 3º inciso I) conforme análise dos registros contábeis.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

João Pessoa – PB, 01 de fevereiro de 2019.

Contador Responsável: Ticiane de Sá Falconi de Carvalho

CRC nº: 07375/O-8 PB

7.1 Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis da UFPB foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas da Universidade Federal da Paraíba.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os seguintes dispositivos: Lei 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar 101/2000; Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, MCASP, Manual SIAFI, NBCASP/NBC - T 16 e demais orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Setorial de Contabilidade do MEC (SPO).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

I – Balanço Orçamentário;

II– Balanço Financeiro;

III – Balanço Patrimonial;

IV – Demonstração das Variações Patrimoniais;

V – Demonstrações do Fluxo de Caixa.

7.1.1 Balanço Orçamentário.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas; as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação; e as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balanço Orçamentário da UFPB de 2018, podemos observar que o total das Receitas Realizadas (R$ 4.000.033,57) foi maior que o total da Receita Prevista (R$ 3.073.090,00), em 30,16%.

Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R$ 1.839.599.030,63), as Despesas Correntes representaram 99,14%, enquanto que as Despesas de Capital (investimentos) representaram 0,86% desse total.

Das Despesas Correntes Empenhadas (R$ 1.823.732.526,49), as despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 88,00%, enquanto que as demais Despesas de Custeio representaram 12,00% desse montante.

7.1.1.1 Restos a Pagar.

Por decisão administrativa foram mantidos os empenhos de Restos a Pagar não Processados de 2010 em diante. Até o final do exercício de 2018, o saldo é de R$ 69.364.740,33 (sendo 44,93% de Custeio e 55,07% de Investimento). Em relação ao ano de inscrição dos RPNP, vide **Tabela 5**.

Tabela 5 - Restos a Pagar não Processados - RPNP por ano de inscrição.

Valores em R$ 1,00

Grupo de Despesa	Ano Emissão NE CCor	Restos a pagar não processados				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
1	2017	1.800,48	-	-	1.800,48	-
	Total	1.800,48	-	-	1.800,48	-
3	**2010**	-	4.034.896,37	-	-	4.034.896,37
	2011	-	1.500.714,24	1.484.740,87	-	15.973,37
	2012	-	1.573.588,16	1.387.754,15	1.822,20	184.011,81
	2013	-	9.197.850,76	8.023.461,74	1.730,96	1.172.658,06
	2014	-	8. 176.269,88	2.808.273,66	98.300,79	5.269.695,43
	2015	-	7.380.593,70	2.413.955,98	192.407,48	4.774.230,24
	2016	-	18.371.981,19	9.725.927,02	1.811.947,63	6.834.106,54
	2017	29.132.723,62	-	2.005.516,10	18.248.304,14	8.878.903,38
	Total	**29.132.723,62**	**50.235.894,30**	**27.849.629,52**	**20.354.513,20**	**31.164.475,20**
4	**2010**	-	4.764.222,26	-	-	4.764.222,26
	2011	-	1.312.395,50	311.799,56	-	1.000.595,94
	2012	-	9.812.630,17	5.337.497,28	32.280,62	4.442.852,27
	2013	-	12.224.693,36	4.168.566,64	26.240,45	8.029.886,27
	2014	-	2.975.435,36	745.786,96	365.011,16	1.864.637,24
	2015	-	12.244.715,05	188.368,02	36.228,81	12.020.118,22
	2016	-	3.562.457,26	137.512,62	976.556,83	2.448.387,81
	2017	16.993.786,58	-	103.477,50	13.260.743,96	3.629.565,12
	Total	**16.993.786,58**	**46.896.548,96**	**10.993.008,58**	**14.697.061,83**	**38.200.265,13**
Total		**46.128.310,68**	**97.132.443,26**	**38.842.638,10**	**35.053.375,51**	**69.364.740,33**

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

Os cancelamentos de RPNP totalizaram o valor de R$ 38.842.638,10 e os motivos que levaram ao cancelamento foram: a Instituição possuir empenhos de 2018 para custear as mesmas despesas inscritas em RPNP; não havia mais interesse da Administração no recebimento em virtude do atraso na entrega e por algumas empresas estarem com impedimentos no SICAF. Em relação ao cancelamento por ano de inscrição dos RPNP, conforme **Tabela 5**.

Tabela 6 - Restos a Pagar não Processados - RPNP por Unidade Gestora.

UG Executora		Restos a pagar não processados				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
153065	Universidade Federal da Paraíba	19.555.859,78	20.764.535,29	4.718.261,24	14.778.369,32	20.823.764,51
153066	Prefeitura Universitária da UFPB	15.315.659,08	59.690.661,32	19.912.844,06	12.177.672,33	42.915.804,01
153067	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPB	-	1.001.455,90	1.001.455,90	-	-
153068	Centro de Ciências Exatas e da Natureza - UFPB	941.067,94	2.879.856,51	2.262.045,07	1.453.954,52	104.924,86
153070	Biblioteca Central da UFPB	2.747.507,76	1.942.330,63	4.456,55	930.256,19	3.755.125,65
153071	Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	-	8.600.633,25	8.519.444,54	-	81.188,71
153073	Centro de Ciências Agrárias - UFPB	2.883.034,73	873.974,62	1.018.021,93	1.622.306,50	1.116.680,92
153074	Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - UFPB	4.685.181,39	1.378.995,74	1.406.108,81	4.090.816,65	567.251,67
Total:		**46.128.310,68**	**97.132.443,26**	**38.842.638,10**	**35.053.375,51**	**69.364.740,33**

Fonte: Tesouro Gerencial – 2018.

No tocante a inscrição e reinscrição de RPNP por Unidade Gestora, a unidade 153066 – Prefeitura Universitária é responsável por 52,36%, seguida pela UG 153065 – Reitoria 28,14%. As demais unidades representam 19,50%.

No tocante à distribuição do saldo em 31/12/2018 de RPNP a pagar por Unidade Gestora, a unidade 153066 – Prefeitura Universitária é responsável por 61,87% do montante dos RPNP, seguida pela UG 153065 – Reitoria 30,02%. As demais unidades representam 8,11%.

Tabela 7 - Restos a Pagar Processados - RPP por Unidade Gestora.

UG Executora		Restos a pagar processados				
		Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
153065	Universidade Federal da Paraíba	394.661,35	26.145,58	-	33.285,61	387.521,32
153066	Prefeitura Universitária da UFPB	2.764.266,98	97.714,47	-	2.769.755,98	92.225,47
153067	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPB	-	-	-	-	-
153068	Centro de Ciências Exatas e da Natureza - UFPB	-	-	-	-	-
153070	Biblioteca Central da UFPB	418.025,42	-	-	418.025,42	-
153071	Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB	27.400,00	533.800,47	27.400,00	-	533.800,47
153073	Centro de Ciências Agrárias - UFPB	96,50	-	-	96,50	-
153074	Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - UFPB	2.235,06	2.379,00	2.766,96	1.847,10	-
Total:		**3.606.685,31**	**660.039,52**	**30.166,96**	**3.223.010,61**	**1.013.547,26**

Fonte: Tesouro Gerencial 2018.

A Unidade Gestora 153071 – HULW é responsável por 52,67% dos RPP a pagar, sendo em sua maioria reinscritos.

7.1.2 Balanço Financeiro.

O balanço financeiro é uma demonstração contábil que evidencia receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários e, ainda, o saldo de caixa do exercício anterior e que será transferido para o exercício seguinte.

Segundo o MCASP, o Balanço Financeiro demonstra:

a) a receita realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

b) os recebimentos e os pagamentos extraordinários;

c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;

d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Analisando o Balanço Financeiro, percebe-se que houve, em relação ao exercício 2017, uma redução de 12,09% nas Receitas Orçamentárias da UFPB. Dos R$ 4.123.267,79 de Receitas Vinculadas, R$ 1.216.746,77 referem-se às receitas arrecadas no exercício de 2018 (receita própria da instituição).

Das Transferências Financeiras Recebidas para o seu custeio (R$ 2.106.490.595,17), R$ 2.046.725.018,74 são resultantes da execução orçamentária e R$ 59.765.576,43 são independentes da execução orçamentária (deste valor R$ 57.194.625,01 foram recebidos para pagamento de Restos a Pagar).

No exercício de 2018, houve um aumento de 298,22% na Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados, comparando com o exercício de 2017, totalizando R$ 194.647.994,38.

Em relação às Despesas Orçamentárias, houve um aumento de 4,34% em relação ao exercício de 2017. As Despesas Ordinárias aumentaram 518,71% e as Despesas Vinculadas reduziram em 74,88%, principalmente com Educação (redução de 99,75%), também comparando com o mesmo período do ano de 2017.

Em relação às Despesas Extraorçamentárias, houve um aumento de 38,30%, em sua maioria, na execução dos restos a pagar em relação ao exercício de 2017, sendo pagos R$ 38.276.386,12 (Restos a Pagar Processados e Não Processados) no exercício de 2018.

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, transferências financeiras recebidas e recebimentos extraorçamentárias menos o somatório das despesas orçamentárias, transferências financeiras concedidas e despesas extraorçamentárias) foi de R$ 133.849.536,29, em que a existência de um resultado financeiro positivo, nesse caso, decorreu do saldo na conta 111122003 – limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento – OFSS, referente à folha de pessoal do mês de dezembro/18. Tal conta teve seu saldo baixado com a geração das ordens bancárias (OB´s) da folha de pagamento de pessoal somente no dia 02/01/2019.

Tabela 8 - Resultado Financeiro.

Valores em R$ 1,00

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Orçamentárias	4.000.033,57	4.550.144,51
Transferências Financeiras Recebidas	2.106.490.595,17	2.028.392.204,29
Recebimentos Extraorçamentários	195.452.981,54	49.234.476,24
(-) Despesas Orçamentárias	(1.839.599.030,63)	(1.763.069.755,67)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(288.833.300,73)	(286.092.305,33)
(-) Despesas Extraorçamentárias	(43.661.742,63)	(31.571.218,94)
Resultado Financeiro	133.849.536,29	1.443.545,10

Fonte: PRA.

7.1.3 Balanço Patrimonial.

O Balanço Patrimonial (BP) é um demonstrativo contábil cuja elaboração é exigida pela Lei 4.320/1964, sendo também objeto de outras normas contábeis nacionais e internacionais, além das NBCASP. Ele evidencia o patrimônio público e é umas das demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público, de modo que apresenta, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade em um determinado momento (situação estática).

Na elaboração do BP, são utilizadas as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público:

- classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido);

- classe 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento), utilizada para compor o Quadro dos Passivos Financeiros;

- classe 8 (Controles Credores), utilizada para mapear o Quadro das Contas de Compensação e o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Algumas considerações sobre o Balanço Patrimonial da Universidade Federal da Paraíba:

1. Ativo Circulante: representa 24,70 % do total do Ativo sendo representado por:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: representa 71,85% do total do Ativo Circulante.

Houve um aumento de 969,70%, em relação ao exercício de 2017, devido à nova rotina de pagamento implantada pelo governo Federal no dia 31/12/2018, gerando saldo na conta 111122003 (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – ordem de pagamento – OFSS), referente à folha de pessoal do mês de dezembro/18. Tal conta teve seu saldo baixado com a geração das ordens bancária (OBs) da folha de pagamento de pessoal somente no dia 02/01/2019.

- Demais Créditos e Valores de Curto Prazo: correspondem a 27,04% do total do Ativo Circulante. O montante de R$ 55.567.423,66 é composto conforme mostrado na **Tabela 9**.

Tabela 9 – Detalhamento dos demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Valores em R$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
13º salário - adiantamento	30.394.125,34	41.282.010,91	-26,37%	54,70%
Adiantamento de Férias	23.781.107,74	29.508.244,64	-19,41%	42,80%
Salários e Ordenados - pagamento antecipado	276.466,43	0,00	-	0,50%
Crédito a Receber por Cessão de pessoal	1.115.724,15	1.115.724,15	0,00%	2,01%
TOTAL	55.567.423,66	71.905.979,70	-22,72%	100,00%

Fonte: PRA.

- **Estoques:** representa 0,73% do total do Ativo Circulante. Houve uma redução de 21,90% em relação ao exercício de 2017.

- **VPDs pagas antecipadamente**: que representam 0,38% do total do Ativo Circulante.

2. Ativo Não Circulante: representa 75,30% do total do Ativo.

- Imobilizado:

O imobilizado, no total de R$ 625.449.290,76, apresentou um aumento de 2,68%, em relação ao exercício de 2017, sendo composto por 41,92% de Bens Móveis e 58,08% de Bens Imóveis.

Os Bens Móveis do Órgão 26240 (UFPB) em 31/12/2018 totalizaram R$ 262.188.897,45 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhamento da **Tabela 10**.

Tabela 10 – Composição dos Bens Móveis.

Valores em R$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	106.841.415,47	97.341.289,88	9,76%	40,75%
Bens de Informática	51.794.814,50	48.317.222,06	7,20%	19,75%
Móveis e Utensílios	53.376.554,35	49.509.861,86	7,81%	20,36%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	26.029.199,61	23.632.604,93	10,14%	9,93%
Veículos	15.587.280,63	15.551.142,43	0,23%	5,95%
Bens Móveis em Andamento	6.275.670,29	7.231.871,44	-13,22%	2,39%
Armamentos	0,03	0,03	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	116.452,95	66.072,95	76,25%	0,04%
Demais Bens Móveis	2.167.509,62	2.187.200,62	-0,90%	0,83%
TOTAL	**262.188.897,45**	**243.837.266,20**	**7,53%**	**100%**

Fonte: SIAFI 2018, SIAFI 2017 e Tesouro Gerencial.

Os Bens Imóveis do Órgão 26240 (UFPB) em 31/12/2018 totalizaram R$ 363.260.393,31 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na **Tabela 11**.

Tabela 11 – Composição dos Bens Imóveis.

Valores em R$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
Bens de Uso Especial	266.164.059,90	266.164.059,90	0,00%	73,27%
Bens Imóveis em Andamento	103.112.932,04	103.073.225,03	0,04%	28,39%
Instalações	319.364,00	319.364,00	0,00%	0,09%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(6.335.962,63)	(4.254.494,95)	48,92%	-1,74%
TOTAL	**363.260.393,31**	**365.302.153,98**	**-0,56%**	**100,00%**

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017, Tesouro Gerencial.

De acordo com a tabela anterior, o item Bens Imóveis em Andamento teve uma variação mínima, de acordo com a análise horizontal, referente ao reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, no valor de R$ 39.707,01 na UG 153066, realizado no 1º trimestre, mantendo, portanto, o mesmo valor no exercício.

O montante dessa conta corresponde a uma significativa parte de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFPB, perfazendo o montante de R$ 103.112.932,04.

O setor de contabilidade solicitou análise e regularização da conta Obras em Andamento à Divisão de Patrimônio, mas ainda há necessidade de registro contábil pelo setor de patrimônio. O saldo para as as obras em andamento, por unidade gestora, são mostradas **Tabela 12**:

Tabela 12 - Obras em andamento por unidade gestora.

Valores em R$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
153065 - Universidade Federal da Paraíba	215.287,36	215.287,36	0,00%	0,21%
153066 - Prefeitura Universitária	102.849.091,18	102.809.384,17	0,04%	99,74%
153073 - Centro de Ciências Agrárias	45.053,50	45.053,50	0,00%	0,04%
153074 - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	3.500,00	3.500,00	0,00%	0,00%
TOTAL	**103.112.932,04**	**103.073.225,03**	**0,04%**	**100,00%**

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Os bens de uso especial, que correspondem à maior parte dos bens imóveis (73,27%), são mostrados na **Tabela 13**.

Tabela 13 – Composição dos Bens de Uso Especial.

Valores em R$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
Fazendas, Parques e Reservas	3.703.717,64	3.703.717,64	0,00%	1,39%
Terrenos, Glebas	1.521.732,64	1.521.732,64	0,00%	0,57%
Imóveis de Uso Educacional	246.245.062,06	246.245.062,06	0,00%	92,52%
Edifícios	611.024,40	611.024,40	0,00%	0,23%
Complexos, Fábricas e Usinas	12.198.150,37	12.198.150,37	0,00%	4,58%
Imóveis Residenciais e Comerciais	1.884.372,79	1.884.372,79	0,00%	0,71%
TOTAL	**266.164.059,90**	**266.164.059,90**	**0,00%**	**100,00%**

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017, Tesouro Gerencial.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a NBCASP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

O órgão 26240, UFPB, através da Pró-Reitoria de Administração (PRA), foi informado, por meio de reuniões e processo (23074.064039/2015-82), sobre a obrigatoriedade da Reavaliação, Depreciação e Amortização a partir de 01 de janeiro de 2010, de acordo com a NBC T 16.9/2008. A instituição já está

realizando o levantamento do patrimônio, conforme os processos 23074.059731/2016-79, 060889/2016-91, 060166/2016-92, dentre outros.

Porém, até o momento, nenhum registro referente à Depreciação/Amortização foi contabilizado pelo Setor de Patrimônio. A contabilidade solicitou os motivos pelos quais a depreciação dos bens não foi realizada, por meio dos processos 23074.041535/2017-29 e 23074.01342/2018-16. Em janeiro de 2018, em resposta às solicitações constantes nesses processos, a impossibilidade de adotar tais procedimentos contábeis se justifica pelo fato da instituição apresentar significativo déficit de servidores especializados para essas atividades. A administração objetiva contratar uma empresa especializada para fazer o inventário, implantar essas atividades e treinar seus servidores.

3. Passivo Circulante.

A conta de maior representatividade do Passivo Circulante é Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo, no valor de R$ 463.411.133,07, que corresponde a 92,44%. Tal conta é composta por Pessoal a Pagar, no valor de R$ 463.288.783,23, Benefícios Previdenciários a Pagar, no valor de R$ 5.933,25 e Encargos Sociais a Pagar, no valor de R$ 116.416,59.

A conta de Pessoal a Pagar é composta por Salários, Remunerações e benefícios, no valor de R$ 122.168.992,52 (saldo baixado em 02/01/2019 quando foram geradas as ordens bancárias da folha de pagamento), e Precatórios de Pessoal, no valor de R$ 341.119.790,71 (lançamento realizado pela UG 090052 – Tribunal Federal Regional da 5ª Região, através da 2018PA000068, referente a reconhecimento de obrigação a pagar de precatórios no exercício de 2019, atendendo a Nota Técnica SPO/CJF nº 002/2018).

Essa Nota Técnica, aplicável à Justiça Federal, tem por objetivo definir procedimentos padronizados para registro da obrigação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV, com reflexos no Patrimônio das entidades devedoras, e está fundamentada nas normas de contabilidade, consubstanciadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, no qual as obrigações das entidades devem ser devidamente refletidas em seu próprio patrimônio.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo representa 0,94% do total do Passivo Circulante. Houve aumento de 15,44%, em relação ao ano anterior, pois passou de R$ 4.082.225,99 em 2017 para R$ 4.712.497,44 em 2018.

A conta Demais Obrigações a Curto Prazo representa 6,62% do total do Passivo Circulante. Desta, 45,63% é referente a Consignações (Retenção Previdenciária, Impostos e Contribuições Diversas devidas ao Tesouro, ISS, Pensão Alimentícia, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções – Entidades Representativas de Classes, Retenções – Sindicatos, Retenções – Cooperativas, Retenções – Planos de Seguros, Retenções – Empréstimos e Financiamentos, Previdência Complementar Servidor Público Federal e Depósitos Retidos de Fornecedores), 0,01% a Depósitos não Judiciais e 54,36% a Outras Obrigações a Curto

Prazo (Diárias a Pagar, Precatórios de Terceiros, Incentivos a Educação, Cultura e Artes, Auxílio Financeiro a Pesquisadores).

O aumento nas contas de consignações se deve às consignações lançadas em folha de pagamento, que tiveram seus saldos baixados em janeiro/2019, quando foram geradas as ordens bancárias, devido à nova rotina de pagamento implantada em 31/12/18.

Houve aumento significativo também na conta Outras Obrigações a Curto Prazo, devido a saldo de R$ 17.074.099,30, na conta Precatórios de Terceiros, referente a reconhecimento de obrigação a pagar de precatórios do exercício de 2019, feito pela UG 090052 – Tribunal Federal Regional da 5ª Região em atendimento à nota técnica SPO/CJF nº 002/2018), já explicado anteriormente.

Em 31/12/2018, a Universidade Federal da Paraíba apresentou um saldo em aberto de R$ 4.712.497,44 relacionado a fornecedores e contas a pagar, sendo totalmente representado por obrigações a curto prazo (Circulante) e, em sua totalidade por Fornecedores Nacionais, conforme **Tabela 14**.

Tabela 14 – Composição de fornecedores com contas a pagar.

Valores em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	ΔV (%)
Circulante	**4.712.497,44**	**4.082.225,99**	**100,00**
Nacionais	4.712.497,44	4.082.225,99	100,00
Estrangeiros	-	-	0,00
Não Circulante			
Nacionais	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-
TOTAL	**4.712.497,44**	**4.082.225,99**	**100,00%**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Na continuação, apresenta-se na **Tabela 15** relacionando as Unidades Gestoras contratantes aos valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 15 - Composição de fornecedores com contas a pagar por unidade gestora contratante.

Valores em R$ 1,00

UNIDADE GESTORA	31/12/2018	ΔV (%)
153066 - Prefeitura Universitária	2.323.277,50	49,30%
153065 - Universidade Federal da Paraíba	1.045.279,52	22,18%
153071 - Hospital Universitário	476.975,14	10,12%
153073 - Centro de Ciências Agrárias	249.490,64	5,29%
153070 - Biblioteca Central	266.891,65	5,66%
153074 - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	322.290,83	6,84%
153068 - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	28.292,16	0,60%
TOTAL	**4.712.497,44**	**100,00%**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

As unidades gestoras 153066 e 153065 são responsáveis por 71,48% do total de Fornecedores e Contas a Pagar. A unidade 153066 é responsável pelos pagamentos dos terceirizados, fornecimento de energia, fornecimento de alimentação ao restaurante universitário dentre outros.

Na **Tabela 16**, relacionam-se os 08 (oito) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2018.

Tabela 16 -Relação dos fornecedores com Contas a Pagar.

Valores em R$ 1,00

FORNECEDORES	31/12/2018	ΔV (%)
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	1.357.155,28	28,80%
DENTAL ALTA MOGIANA - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO	489.000,00	10,38%
E.R. SOLUCOES INFORMATICA LTDA	300.103,12	6,37%
JMT SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA	252.925,94	5,37%
CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	250.063,72	5,31%
DIAGNOCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	232.260,54	4,93%
ELSEVIER EDITORA LTDA	200.000,00	4,24%
PERGON DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	191.091,10	4,05%
DEMAIS	1.439.897,74	30,55%
TOTAL	**4.712.497,44**	**100,00%**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

- Quadro de Compensações: Saldo dos Atos Potenciais Passivos: Obrigações Contratuais a Executar.

Em 31/12/2018, a Universidade Federal da Paraíba - Órgão 26240 - possuía um saldo de R$ 21.688.901,53, relacionado a obrigações contratuais de serviços (88,17%) e bens (11,83%) referentes às parcelas de contratos que foram executados no exercício de 2018 e serão executadas no próximo exercício. Este saldo aumentou significativamente, em relação ao exercício de 2017, devido à maioria das unidades gestoras começarem a registrar seus contratos somente no exercício de 2018. Na **Tabela 17** é apresentado a composição das obrigações contratuais (bens e serviços).

Tabela 17 – Composição das Obrigações Contratuais.

Valores em R$ 1,00

Obrigações Contratuais	31/12/2018	31/12/2017	ΔH (%)	ΔV (%)
Fornecimento de Bens	2.566.340,63	-	-	11,83%
Serviços	19.122.560,90	7.111.067,92	168,91%	88,17%
TOTAL	**21.688.901,53**	**7.111.067,92**	**205,00%**	**100,00%**

Fonte: PRA.

A maior parte das Obrigações Contratuais (84,86%) está registrada na Prefeitura Universitária, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais por unidade gestora contratante.

Valores em R$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2018	ΔV (%)
153066 - Prefeitura Universitária	18.406.018,14	84,86
153070 - Biblioteca Central	2.568.697,43	11,84
153071 - Hospital Universitário	172.940,69	0,80
153073 - Centro de Ciências Agrárias	541.245,27	2,50
TOTAL	**21.688.901,53**	**100,00%**

Fonte: SIAFI, 2018

Na **Tabela 19** apresentada a seguir, estão relacionados os contratados mais significativos da Prefeitura Universitária e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 19 - Obrigações Contratuais, por contratado, da Prefeitura Universitária.

Valores em R$ 1,00

Contratos	31/12/2018	ΔV (%)
JMT 001/2017 UFPB PU	2.078.527,92	11,29%
JMT 002/2017 UFPB PU	2.815.430,14	15,30%
CLAREAR 001/2018 UFPB PU	1.412.101,12	7,67%
ATL ALIMENTOS 002/2018 UFPB PU	2.842.101,41	15,44%
VERDE MAR ALIMENTOS 003/2018 UFPB PU	3.233.537,06	17,57%
INTERFORT 004/2018 UFPB PU	2.275.177,19	12,36%
MARANATA 007/2018 UFPB PU	2.853.772,50	15,50%
SERVEBEM 008/2018 UFPB PU	895.370,80	4,86%
TOTAL	**18.406.018,14**	**100,00%**

Fonte: SIAFI, 2018.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Contrato 001/2017: Serviços de apoio administrativo em diversos cargos para atender Campus I ao IV, vigência até 05/03/2019; Termo Aditivo Nº 003/2018, referente à repactuação do Contrato 001/2017;
- Contrato 002/2017: Serviços de limpeza e conservação do Campus I da UFPB, vigência até 05/03/2019; Termo Aditivo Nº 01 e 04/2018, alteração de valor mensal e renovação do Contrato 002/2017.
- Contrato 001/2018: Serviço de manutenção e conservação nos Campi da UFPB, vigência até 20/05/2019;
- Contrato 002/2018: Contrato de fornecimento de refeições para os Campi II, III e IV, vigência até 03/06/2019;
- Contrato 003/2018: Contrato de fornecimento de refeições para o Campus I, vigência até 18/06/2019;
- Contrato 004/2018: Serviço de vigilância armada em todos os Campi da UFPB, vigência até 05/12/2018;
- Contrato 007/2018: Serviço de portaria para os campi I, II, III e IV da UFPB, vigência até 03/08/2019.

Em relação aos contratados JMT, Clarear, ATL, Verde Mar, Interfort e Maranata, na **Tabela 20** são detalhadas suas principais transações efetuadas pela Prefeitura Universitária:

Tabela 20 – Principais transações dos contratados pela Prefeitura Universitária.

Valores em R$ 1,00

Contratos	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
JMT 001/2017 UFPB PU	Administrativo	5.636.071,92	2.078.527,92	05/03/2019
JMT 002/2017 UFPB PU	Limpeza	10.586.923,20	2.815.430,14	05/03/2019
CLAREAR 001/2018 UFPB PU	Manutenção	4.111.911,00	1.412.101,12	20/05/2019
ATL ALIMENTOS 002/2018 UFPB PU	Refeições	4.896.600,00	2.842.101,41	03/06/2019
VERDE MAR ALIMENTOS 003/2018 UFPB PU	Refeições	4.750.752,00	3.233.537,06	18/06/2019
INTERFORT 004/2018 UFPB PU	Vigilância	4.550.354,40	2.275.177,19	05/12/2018
MARANATA 007/2018 UFPB PU	Portaria	4.228.904,28	2.853.772,50	03/08/2019

Fontes: SIAFI, 2018; Órgão 26240, Unidade Gestora 153066 – Prefeitura Universitária.

4. Patrimônio Líquido.

No grupo do Patrimônio Líquido, houve uma redução de 52,27% no exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017.

Uma das contas a ser ressaltada é a de Ajustes de Exercícios Anteriores, que apresentou, ao final do exercício de 2017, um saldo negativo de (R$ 186.099.920,18), devido a lançamentos automáticos da CCONT de reclassificações dos saldos na conta 237110300 – Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos – para a conta 237110201 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (mês de abertura), baixas de Adiantamentos de Transferências Voluntárias para atender Acórdão 1320/2017-TCU e baixas de créditos a receber decorrente de faltas e irregularidades das comprovações em Tomadas de Contas Especiais.

Em 31/12/2018, essa conta apresentou saldo negativo de (R$ 31.063.817,15), representado em sua maioria pelo ajuste realizado pela UG 153071 – Hospital Universitário, no valor de R$ 28.837.357,11, referente à baixa de adiantamentos de Férias e 13º salário dos anos de 2014 a 2017.

7.1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Para fins de apresentação na Demonstração das Variações Patrimoniais, as variações devem ser segregadas em quantitativas e qualitativas.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes

de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09).

Na DVP do órgão 26240, observou-se nas Variações Patrimoniais Aumentativas, no grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, um aumento de 73,74% no exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017, referente à conta Venda de Mercadorias. Dentro desta conta, observou-se um aumento de 94,28% na conta de Venda de Estoque Produto Animal e Derivados, que passou de valor de R$ 135.068,00, em 2017, para R$ 263.068,00, em 2018.

No grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, houve uma acentuada queda no exercício de 2018, em relação a 2017. Em 2017 o valor foi de R$ 4.926.907,85, enquanto que, em 2018, o valor foi de R$ 100,02. Tal fato é justificado devido a lançamentos de registros de atualizações monetárias em Tomadas de Contas Especiais, referente a Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda, que passaram a ser registrados apenas em contas de controle, pela CCONT, e não mais em contas patrimoniais ou de variações patrimoniais, até que haja decisão definitiva por parte do TCU, com o reconhecimento dos ativos.

Dentro do grupo Transferências e Delegações Recebidas, especificamente na conta Outras Transferências e Delegações Recebidas, o valor apresentado em 2017 foi de R$ 241.498,66. Isso representa um aumento de 285,11% em relação a 2018, cujo valor total foi de R$ 930.024,64. Dentro desta variação, destacam-se que 48,64% dos valores apresentados em 2018, ou seja, R$ 452.385.16, representada pela conta Doações/Transferências Recebidas, foram provenientes de:

- incorporações de bens móveis no Patrimônio por meio de doações da CAPES, para o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores da UFPB, conforme processo 23074.050165/2015-59, no valor de R$ 385.909,24;
- incorporação de bens móveis no patrimônio através de doação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FUNAPE, conforme Termo de Doação n. 02111/2007, no valor de R$ 30.609,00;
- doação de bens móveis do Núcleo Estadual do MS/PB, no valor de R$ 24.965,92;
- doação de bens móveis da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - CNPJ 11.735.586/0001-59, conforme Termo de Responsabilidade 2029/2018, no valor de R$ 10.901,00.

Ainda com relação à conta Outras Transferências e Delegações Recebidas, os 51,36% do valor total de R$ 930.024,64, ou seja R$ 477.639,48, em sua maior parte foi composta por transferências de bens móveis entre as unidades do próprio órgão.

No exercício de 2018, dentro do grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, a conta Ganhos com Incorporação de Ativos apresentou um saldo de R$ 1.876.217,20, referente à transferência de bens móveis entre unidades do próprio órgão. Já no exercício de 2017 o saldo foi de R$ 337.320,00.

Destacamos que houve uma queda de 90,40% no exercício de 2018, em relação a 2017, na conta Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, composta em sua grande maioria pela conta Restituições, que por sua vez continha em sua composição lançamentos referentes a Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda. A queda se deve, em particular, devido ao fato de que, no 2º semestre de 2017, houveram baixas registradas por lançamentos automáticos da CCONT, por motivo de falta/irregularidade de comprovação na Tomada de Contas Especial. As razões deste efeito são semelhantes as explicadas anteriormente para o caso do Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.

Observou-se ainda um aumento de 270,60% no exercício de 2018, em relação a 2017, especificamente na conta Auxílio a Participantes de Curso e Pessoa Física, que fica no grupo das contas de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos. O aumento observado se deve às despesas com auxílios financeiros do PRONATEC e do E-TEC/MEDIOTEC, que foram liberados no final do 2º trimestre de 2017.

Houve um aumento de 503,98% na conta de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, cujos valores eram de R$ 31.086,08, em 2017, e de R$ 187.752,34, em 2018. O aumento se deve ao crescimento das despesas com Juros e Encargos Financeiros, decorrentes de atrasos nos pagamentos de faturas e de despesas com multas por infrações.

Em 2017, o saldo na conta Outras Transferências e Delegações Concedidas era de R$ 1.229.903,09, decorrente de transferências de Estoques da UG 153071 para a UG 155023, com base no Contrato de Gestão nº 45 de 17/12/2013, firmado entre a UFPB e a EBSERH, e processo 23074.0.61121/2016-35, que autoriza a transferência de bens consumíveis. Já em 2018, o saldo foi de R$ 449.854,92, decorrente de transferências de bens da unidade da Biblioteca Central para outros setores do próprio Órgão.

No exercício de 2018, dentro do grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, a conta Desincorporação de Ativos apresentou um saldo de R$ 1.878.601,78, referente à transferência de bens móveis entre unidades do próprio órgão. Já em 2017 o saldo foi de R$ 37.693,71.

7.2 Balanço financeiro.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	**4.000.033,57**	**4.550.144,51**	**Despesas Orçamentárias**	**1.839.599.030,63**	**1.763.069.755,67**
Ordinárias	-	**378.112,50**	**Ordinárias**	**1.455.895.060,01**	**235.309.501,87**
Vinculadas	**4.123.267,79**	**4.603.530,45**	**Vinculadas**	**383.703.970,62**	**1.527.760.253,80**
Educação	889.233,87	1.179.235,14	Educação	4.988.687,48	999.451.974,93
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	99.653.204,68	525.068.779,63
Recursos de Receitas Financeiras		-	Previdência Social (RPPS)	263.205.194,39	-
Alienação de Bens e Direitos		242.580,20	Recursos de Receitas Financeiras	1.845.138,72	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.234.033,92	3.181.715,11	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.959.164,79	3.239.499,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-123.234,22	-431.498,44	Outros Recursos Vinculados a Fundos	7.052.580,56	
Transferências Financeiras Recebidas	**2.106.490.595,17**	**2.028.392.204,29**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**288.833.300,73**	**286.092.305,33**
Resultantes da Execução Orçamentária	2.046.725.018,74	1.982.844.327,41	Resultantes da Execução Orçamentária	265.966.439,81	268.857.454,89
Repasse Recebido	1.780.767.996,63	1.714.114.676,61	Repasse Concedido	9.417,70	27.804,09
Sub-repasse Recebido	265.957.022,11	268.729.650,80	Sub-repasse Concedido	265.957.022,11	268.729.650,80
Independentes da Execução Orçamentária	59.765.576,43	45.547.876,88	Repasse Devolvido		100.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	57.194.625,01	43.639.363,58	Independentes da Execução Orçamentária	22.866.860,92	17.234.850,44
Demais Transferências Recebidas	63.944,25	315.724,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	21.609.818,45	15.361.298,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.507.007,17	1.592.788,55	Demais Transferências Concedidas	63.944,25	315.724,75
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.193.098,22	1.557.827,30
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**195.452.981,54**	**49.234.476,24**	**Despesas Extraorçamentárias**	**43.661.742,63**	**31.571.218,94**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	141.937.688,63	2.751.157,38	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.223.010,61	1.441.207,54
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	52.710.305,75	46.128.310,68	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	35.053.375,51	29.775.003,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	546.619,99	320.507,86	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	543.652,57	321.976,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	258.367,17	34.500,32	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.841.703,94	33.032,16
Passivos Transferidos		34.500,32	Demais Pagamentos	4.841.703,94	33.032,16
Arrecadação de Outra Unidade	258.367,17				
Saldo do Exercício Anterior	**13.803.229,08**	**12.359.683,98**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**147.652.765,37**	**13.803.229,08**
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.803.229,08	12.359.683,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	147.652.765,37	13.803.229,08
TOTAL	**2.319.746.839,36**	**2.094.536.509,02**	TOTAL	**2.319.746.839,36**	**2.094.536.509,02**

7.3 Balanço orçamentário.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**2.856.633,00**	**2.856.633,00**	**4.000.033,57**	**1.143.400,57**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**847.598,00**	**847.598,00**	**927.273,80**	**79.675,80**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	847.598,00	847.598,00	927.273,80	79.675,80
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**170.791,00**	**170.791,00**	**264.968,00**	**94.177,00**
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	**1.838.244,00**	**1.838.244,00**	**1.918.659,92**	**80.415,92**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.838.244,00	1.838.244,00	1.918.659,92	80.415,92
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	**889.131,85**	**889.131,85**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	889.131,85	889.131,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**216.457,00**	**216.457,00**	-	**-216.457,00**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**216.457,00**	**216.457,00**	-	**-216.457,00**
Alienação de Bens Móveis	216.457,00	216.457,00	-	-216.457,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

- Balanço orçamentário – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**3.073.090,00**	**3.073.090,00**	**4.000.033,57**	**926.943,57**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**3.073.090,00**	**3.073.090,00**	**4.000.033,57**	**926.943,57**
DEFICIT			**1.835.598.997,06**	**1.835.598.997,06**
TOTAL	**3.073.090,00**	**3.073.090,00**	**1.839.599.030,63**	**1.836.525.940,63**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**1.793.524.966,00**	**1.879.861.211,00**	**1.823.732.526,49**	**1.783.395.725,65**	**1.642.113.320,58**	**56.128.684,51**
Pessoal e Encargos Sociais	**1.591.419.593,00**	**1.676.362.661,00**	**1.604.877.627,90**	**1.604.873.245,07**	**1.472.828.504,47**	**71.485.033,10**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**202.105.373,00**	**203.498.550,00**	**218.854.898,59**	**178.522.480,58**	**169.284.816,11**	**-15.356.348,59**
DESPESAS DE CAPITAL	**9.570.193,00**	**10.953.736,00**	**15.866.504,14**	**3.492.999,23**	**2.837.715,67**	**-4.912.768,14**
Investimentos	**9.570.193,00**	**10.953.736,00**	**15.866.504,14**	**3.492.999,23**	**2.837.715,67**	**-4.912.768,14**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**1.803.095.159,00**	**1.890.814.947,00**	**1.839.599.030,63**	**1.786.888.724,88**	**1.644.951.036,25**	**51.215.916,37**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

- **Balanço orçamentário – continuação.**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2018
PERIODO	Anual
EMISSAO	31/01/2019
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.803.095.159,00**	**1.890.814.947,00**	**1.839.599.030,63**	**1.786.888.724,88**	**1.644.951.036,25**	**51.215.916,37**
TOTAL	**1.803.095.159,00**	**1.890.814.947,00**	**1.839.599.030,63**	**1.786.888.724,88**	**1.644.951.036,25**	**51.215.916,37**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**50.235.894,30**	**29.134.524,10**	**20.441.492,91**	**20.356.313,68**	**27.849.629,52**	**31.164.475,20**
Pessoal e Encargos Sociais	-	**1.800,48**	**1.800,48**	**1.800,48**	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**50.235.894,30**	**29.132.723,62**	**20.439.692,43**	**20.354.513,20**	**27.849.629,52**	**31.164.475,20**
DESPESAS DE CAPITAL	**46.896.548,96**	**16.993.786,58**	**14.701.819,25**	**14.697.061,83**	**10.993.008,58**	**38.200.265,13**
Investimentos	**46.896.548,96**	**16.993.786,58**	**14.701.819,25**	**14.697.061,83**	**10.993.008,58**	**38.200.265,13**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**97.132.443,26**	**46.128.310,68**	**35.143.312,16**	**35.053.375,51**	**38.842.638,10**	**69.364.740,33**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**610.183,37**	**2.755.573,39**	**2.758.358,69**	**2.766,96**	**604.631,11**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**610.183,37**	**2.755.573,39**	**2.758.358,69**	**2.766,96**	**604.631,11**
DESPESAS DE CAPITAL	**49.856,15**	**851.111,92**	**464.651,92**	**27.400,00**	**408.916,15**
Investimentos	**49.856,15**	**851.111,92**	**464.651,92**	**27.400,00**	**408.916,15**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**660.039,52**	**3.606.685,31**	**3.223.010,61**	**30.166,96**	**1.013.547,26**

7.4 Balanço patrimonial.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	**205.502.951,76**	**87.618.511,75**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**501.332.243,53**	**4.312.316,38**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**147.652.765,37**	**13.803.229,08**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**463.411.133,07**	**2.456,69**
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**55.567.423,66**	**71.905.979,70**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**4.712.497,44**	**4.082.225,99**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**1.959,13**	**1.959,13**
Estoques	**1.491.821,35**	**1.909.302,97**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	**Provisões a Curto Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	**790.941,38**	-	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**33.206.653,89**	**225.674,57**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**626.608.250,52**	**609.689.232,95**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**712.393,43**	**2.056,44**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.056,44	2.056,44	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Estoques	-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	710.336,99		**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	**0,06**	**0,06**	**Provisões a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	0,06	0,06	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,06	0,06	**Resultado Diferido**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**501.332.243,53**	**4.312.316,38**
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Capital**	**4,92**	**4,92**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Demais Reservas**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Resultados Acumulados**	**330.778.953,83**	**692.995.423,40**
Imobilizado	**625.449.290,76**	**609.139.420,18**	Resultado do Exercício	-331.152.652,42	51.919.200,89
Bens Móveis	262.188.897,45	243.837.266,20	Resultados de Exercícios Anteriores	692.995.423,40	827.176.142,69
Bens Móveis	262.188.897,45	243.837.266,20	Ajustes de Exercícios Anteriores	-31.063.817,15	-186.099.920,18
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**330.778.958,75**	**692.995.428,32**
Bens Imóveis	363.260.393,31	365.302.153,98			
Bens Imóveis	369.596.355,94	369.556.648,93			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.335.962,63	-4.254.494,95			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**446.566,27**	**547.756,27**			
Softwares	443.076,82	544.266,82			
Softwares	443.076,82	544.266,82			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

Balanço patrimonial – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**832.111.202,28**	**697.307.744,70**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**832.111.202,28**	**697.307.744,70**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	**147.652.765,37**	**13.803.229,08**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**265.029.908,44**	**147.528.137,82**
ATIVO PERMANENTE	**684.458.436,91**	**683.504.515,62**	**PASSIVO PERMANENTE**	**358.283.489,00**	**831,72**
			SALDO PATRIMONIAL	**208.797.804,84**	**549.778.775,16**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**92.086.338,77**	**83.595.548,63**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**23.252.603,37**	**8.674.769,76**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	92.086.338,77	83.595.548,63	Execução dos Atos Potenciais Passivos	23.252.603,37	8.674.769,76
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	91.307.179,04	82.816.388,90	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.563.701,84	1.563.701,84
Direitos Contratuais a Executar	779.159,73	779.159,73	Obrigações Contratuais a Executar	21.688.901,53	7.111.067,92
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**92.086.338,77**	**83.595.548,63**	**TOTAL**	**23.252.603,37**	**8.674.769,76**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-58.823.007,45**
Recursos Vinculados	**-58.554.135,62**
Educação	-50.701.157,79
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-3.708.391,39
Previdência Social (RPPS)	6.837,66
Recursos de Receitas Financeiras	-1.828.445,98
Alienação de Bens e Direitos	206.500,00
Doações	7.367,28

Balanço patrimonial – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
31/01/2019	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.440.392,89
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-4.977.238,29
TOTAL	**-117.377.143,07**

7.5 Demonstrações de fluxo de caixa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	151.848.965,71	18.331.879,84
INGRESSOS	2.111.295.615,90	2.033.090.856,98
Receitas Derivadas e Originárias	4.000.033,57	4.343.644,51
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	927.273,80	758.794,80
Receita Agropecuária	264.968,00	146.907,50
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.918.659,92	1.814.964,19
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	889.131,85	1.622.978,02
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.107.295.582,33	2.028.747.212,47
Ingressos Extraorçamentários	546.619,99	320.507,86
Passivos Transferidos		34.500,32
Transferências Financeiras Recebidas	2.106.490.595,17	2.028.392.204,29
Arrecadação de Outra Unidade	258.367,17	
DESEMBOLSOS	-1.959.446.650,19	-2.014.758.977,14
Pessoal e Demais Despesas	-1.501.525.632,34	-1.568.027.032,09
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-124.700,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-503.150,00	-401.800,00
Previdência Social	-565.377.276,89	-570.360.755,98
Saúde	-146.023,43	-901.180,20
Trabalho	-	-
Educação	-935.212.386,92	-995.750.632,75
Cultura	-	-86.784,20
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-9.156,00	-31.018,32
Agricultura	-	-

Demonstrações de fluxo de caixa – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
Organização Agrária	-277.639,10	-370.160,64
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-163.702.360,61**	**-160.284.631,54**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-163.573.687,24	-160.141.122,47
Outras Transferências Concedidas	-128.673,37	-143.509,07
Outros Desembolsos das Operações	**-294.218.657,24**	**-286.447.313,51**
Dispêndios Extraorçamentários	-543.652,57	-321.976,02
Transferências Financeiras Concedidas	-288.833.300,73	-286.092.305,33
Demais Pagamentos	-4.841.703,94	-33.032,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-17.999.429,42**	**-16.888.334,74**
INGRESSOS	-	**206.500,00**
Alienação de Bens	-	**206.500,00**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-17.999.429,42**	**-17.094.834,74**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-17.629.701,07**	**-17.070.965,18**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-369.728,35**	**-23.869,56**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

Demonstrações de fluxo de caixa – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**133.849.536,29**	**1.443.545,10**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**13.803.229,08**	**12.359.683,98**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**147.652.765,37**	**13.803.229,08**

7.6 Demonstração das mutações patrimoniais líquido.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	DEZ(Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	4,92	-	-	827.176.142,69	-	-	827.176.147,61
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-186.099.920,18	-	-	-186.099.920,18
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	51.919.200,89	-	-	51.919.200,89
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	4,92	-	-	692.995.423,40	-	-	692.995.428,32

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	4,92	-	-	692.995.423,40	-	-	692.995.428,32
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-31.063.817,15	-	-	-31.063.817,15
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-331.152.652,42	-	-	-331.152.652,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	4,92	-	-	330.778.953,83	-	-	330.778.958,75

7.7 Demonstração das variações patrimoniais.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
31/01/2019	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.114.569.386,67**	**2.059.147.739,27**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**3.111.101,70**	**2.720.559,40**
Venda de Mercadorias	278.120,70	160.075,70
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.832.981,00	2.560.483,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**100,02**	**4.926.907,85**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	100,02	4.926.907,85
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**2.107.420.619,81**	**2.028.633.702,95**
Transferências Intragovernamentais	2.106.490.595,17	2.028.392.204,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	930.024,64	241.498,66
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.878.984,16**	**372.597,27**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.876.217,20	337.320,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.766,96	35.277,27
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**2.158.580,98**	**22.493.971,80**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Demonstração das variações patrimoniais – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	PAGINA
31/01/2019	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.158.580,98	22.493.971,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.445.722.039,09**	**2.007.228.538,38**
Pessoal e Encargos	**1.373.456.420,99**	**1.007.648.954,14**
Remuneração a Pessoal	1.156.068.931,94	795.148.236,06
Encargos Patronais	161.368.227,41	157.423.076,33
Benefícios a Pessoal	54.853.913,80	54.763.193,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.165.347,84	314.448,66
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**616.597.417,34**	**571.945.399,42**
Aposentadorias e Reformas	510.994.266,49	475.315.533,94
Pensões	104.918.307,23	95.955.539,39
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	684.843,62	674.326,09
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**113.661.079,60**	**97.351.263,76**
Uso de Material de Consumo	9.858.244,74	7.207.040,14
Serviços	101.721.367,18	86.940.563,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.081.467,68	3.203.660,48
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**187.752,34**	**31.086,08**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	108.712,81	30.991,66
Variações Monetárias e Cambiais	78.739,53	31,92
Descontos Financeiros Concedidos	300,00	62,50
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**294.248.940,06**	**287.461.717,49**
Transferências Intragovernamentais	293.675.004,67	286.092.305,33
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	114.624,82	139.509,07
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.455,65	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	449.854,92	1.229.903,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**1.878.886,14**	**39.625,68**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	284,36	1.931,97
Desincorporação de Ativos	1.878.601,78	37.693,71

Demonstração das variações patrimoniais – continuação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2018	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
31/01/2019	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2018	2017
Tributárias	**3.097.107,27**	**2.728.647,70**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	225.813,93	235.321,96
Contribuições	2.871.293,34	2.493.325,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**42.594.435,35**	**40.021.844,11**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	42.492.051,62	39.748.184,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	102.383,73	273.660,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-331.152.652,42**	**51.919.200,89**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2018	2017

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	**Código da UG**
Universidade Federal da Paraíba	26240

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) Ativo Imobilizado – a instituição não está aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.9 e 16.10 – que trata sobre Depreciação, Amortização e Reavaliação do Ativo) e o art. 106, §3º da Lei 4.320/64 (Reavaliação do Ativo);

b) Inventário dos bens móveis – a instituição não está aplicando o que estabelece os artigos 94 e 95 da Lei 4.320/64;

c) Restos a Pagar - existem Restos a Pagar anteriores a 2013 que se encontram prescritos conforme o art. 70 do decreto 93.782/86 (alterado pelo decreto 9.428/18) que ainda não foram cancelados pelos setores competentes, bem como restos a pagar de 2012 a 2017 que não tiveram sua execução iniciada até a presente data (art. 68 § 3º inciso I) conforme análise dos registros contábeis;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**João Pessoa – PB**	**Data**	**01/02/2018**
Contador Responsável	**Ticiane de Sá Falconi de Carvalho**	**CRC nº**	**07375/O-8 PB**

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

8.1 Resumo das determinações da materialidade.

Tendo em vista tratar-se do primeiro esforço institucional de construção de um relatório de gestão sob o formato de relato integrado, a Universidade Federal da Paraíba se viu diante do desafio de não apenas readequar o formato de apresentação das informações, como também precisou redefinir o processo de identificação, seleção e coleta dos dados a serem considerados e tratados como relevantes, tendo como elementos norteadores a busca de clareza, conectividade, concisão e materialidade. Assim, ao mesmo tempo em que buscou atender às novas exigências dos órgãos externos de controle, a UFPB também se empenhou em produzir um documento acessível à comunidade universitária interna e externa e capaz de lhe proporcionar informações sobre o desempenho institucional e suas interações com os aprimoramentos buscados na gestão acadêmica e administrativa e com os contextos socioeconômicos externos em âmbitos local, regional e nacional e global.

Neste sentido, para a definição/avaliação da materialidade do relato, a Universidade se debruçou na construção da sua cadeia de valor, de modo a melhor compreender os temas materiais relacionados a sua capacidade de criar valor, considerando o horizonte temporal de seu plano de desenvolvimento institucional e sua inserção local e regional como uma instituição pública de ensino superior. Deste modo, a instituição se concentrou nos fatores que impactam de forma significativa a geração de valor atual e futuro, ou seja, o processo de seleção de informações pautou-se na necessidade de integrar os processos de apoio e suporte aos macroprocessos finalísticos de ensino, pesquisa e extensão. A ideia foi a de evidenciar como o planejamento estratégico buscou articular a estrutura organizacional, a de governança e de controle e gerenciamento de riscos, com vistas a relacionar os resultados da gestão aos objetivos estratégicos institucionais.

Mesmo ciente da complexidade de construção de indicadores integrados de desempenho que considerem não apenas informações financeiras relativas ao exercício anterior, mas que permitam uma avaliação do desenvolvimento institucional e de sua interação com seu ambiente externo, a UFPB se propôs a iniciar esta tentativa de integração considerando sua responsabilidade social e sua capacidade de se reorganizar e gerar valor, sendo este o eixo central do relato integrado. Quanto ao seu formato, buscou-se ampliar as possibilidades de linguagem e de recursos, por meio da reordenação e síntese de informações textuais e numéricas em figuras, fotos, mapas e infográficos.

O processo de construção da materialidade para o presente relato integrado envolveu dificuldades relacionadas à própria natureza da Universidade no que se refere à complexidade das inter-relações entre as atividades realizadas e seus impactos externos, bem como a não familiaridade do corpo técnico às novas

demandas atrelada a um enraizamento do padrão histórico de construção dos relatórios de gestão. Não obstante, a UFPB empenhou esforços de avançar em termos de integração de informações, relacionando seu desempenho institucional ao planejamento estratégico estruturando a materialidade em torno da cadeia do valor. Ainda que com limites, a estruturação formal do documento buscou refletir o esforço institucional de se alinhar ao novo contexto gerencial ao qual se encontra subordinado, mas preservando as suas especificidades como uma instituição que atua diretamente na prestação pública de educação, ainda considerada um direito social constitucional da população.

Na **Figura 37** é mostrada uma síntese do processo de definição/seleção/construção de informações por seção do relato integrado.

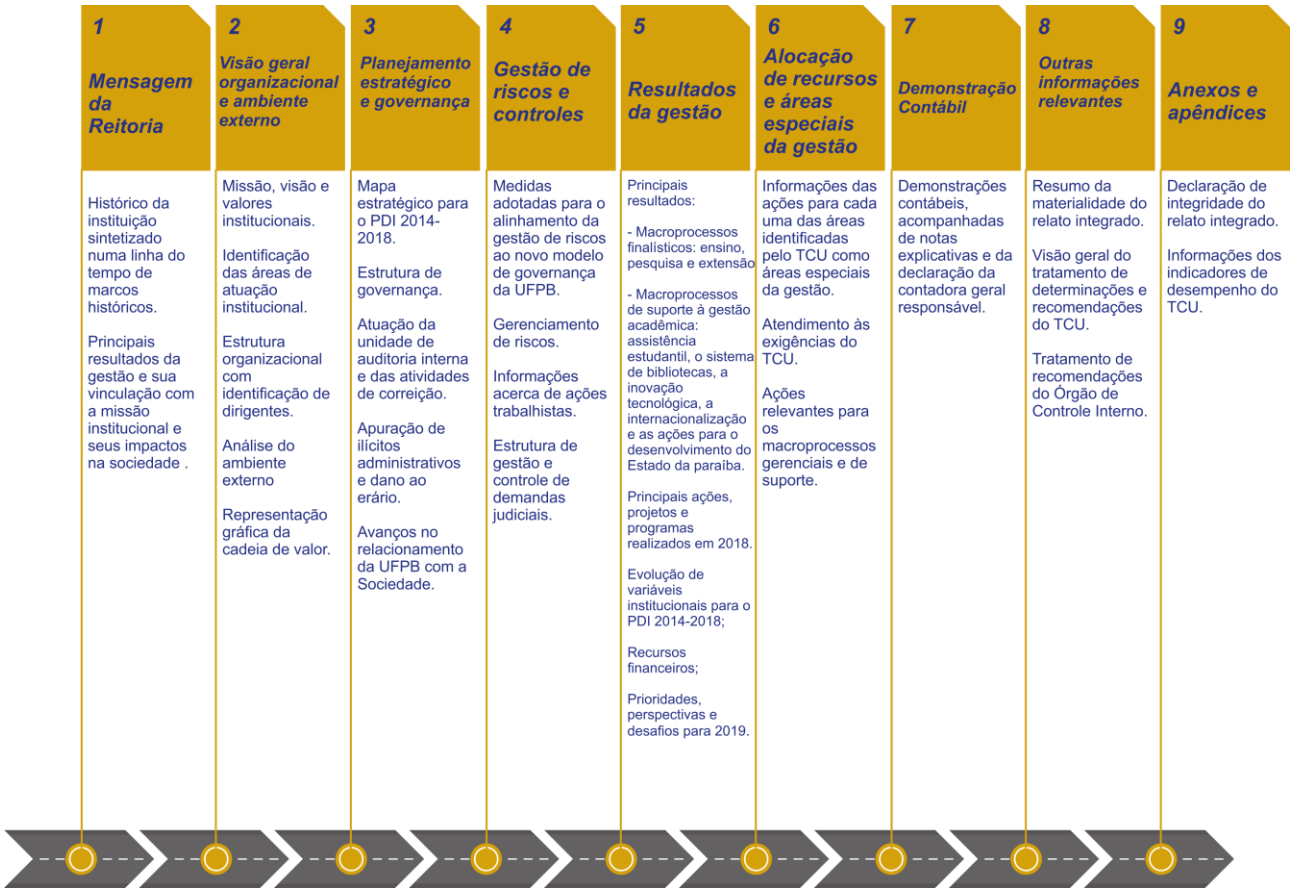


Figura 37 – Síntese do processo de definição/seleção/construção de informações por seção do relato integrado.

8.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

No exercício de 2018, a UFPB recebeu várias determinações/recomendações do TCU, totalizando 35 (trinta e cinco) itens prolatados em 11 (onze) acórdãos. No monitoramento realizado pela Auditoria Interna, 25 foram considerados atendidos e 10 pendentes de atendimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Atendimento das recomendações do TCU.

Nº de ordem	Acórdão	Natureza	Unidade destinatária	Cumprimento da determinação	Itens do Acórdão	
					Atendidos	Pendentes de atendimento
01	8672/2017* 1ª Câmara	Pensão Civil	PROGEP	Atendido	9.3.1 9.3.2 9.3.3	-
02	1992/2018 1ª Câmara	Tomada de Contas Especial	PROGEP	Parcialmente atendido	-	9.5
03	4713/2018 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	Atendido	9.3.1 9.3.2 9.3.3	-
04	4721/2018 1ª Câmara	Pensão Civil	PROGEP	Atendido	9.3.1 9.3.2 9.3.3	-
05	1223/2018 Plenário	Relatório de Auditoria	GABINETE DA REITORIA	Parcialmente atendido	-	9.1 9.2 9.3
06	1274/2018 Plenário	Representação	PU	Não Atendido	-	9.3.1 9.3.2 9.3.3
07	9469/2018 1ª Câmara	Pensão Civil	PROGEP	Atendido	9.4.1 9.4.2 9.4.3 9.4.4	-
08	13724/2018 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	Parcialmente atendido	9.3.1 9.3.3 9.3.4	9.3.2
09	15657/2018 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	Parcialmente atendido	9.2.1 9.2.3 9.2.4 9.2.5	9.2.2
10	15670/2018 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	Parcialmente atendido	9.3.1 9.3.3 9.3.4	9.3.2
11	2908/2018 Plenário	Aposentadoria	PROGEP	Atendido	9.5.1 9.5.2	-

Fonte: AUDIN.
*Apesar de o acórdão ser de 2017, foi recebido apenas em 2018 na instituição.

Para maiores detalhes, o Relatório nº RA 2019001 resultante do monitoramento dos acórdãos do TCU pode ser consultado por meio do endereço eletrônico http://www.ufpb.br/cci/.

Quanto aos acórdãos decorrentes de julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, 5 itens de determinação permanecem pendentes de atendimento, conforme quadro que segue.

Quadro 3 – Pendências em relação ao julgamento de contas anuais de exercícios anteriores.

Acórdão	Natureza	Itens Pendentes
4973/2017 - 1ª Câmara	Prestação de Contas – 2008	9.8.1.1 9.8.1.2 9.8.1.3
8797/2016 - 2ª Câmara	Prestação de Contas – 2011	9.10.2 9.10.3

Fonte: AUDIN.

As justificativas dos gestores seguem nos quadros seguintes:

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PRA			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 015.837/2009-4	4973/2017 - 1ª Câmara	9.8	Prestação de Contas - Exercício 2008
Descrição da determinação/recomendação			
9.8. determinar à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que, se ainda não o fez: 9.8.1. promova as medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores abaixo indicados, instaurando, se preciso for, a devida tomada de contas especial e informando, por ocasião das próximas contas, as ações adotadas: 9.8.1.1. R$ 41.838,56, referentes aos rendimentos obtidos com a aplicação financeira dos recursos dos convênios Siafi 436486, 450708, 479952 e 501192, firmados com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão, apontado no item 3.1.3.1 do Relatório de Gestão 224882 da Controladoria Geral da União; 9.8.1.2. R$ 1.092,12, referentes aos bloqueios judiciais dos recursos dos convênios Siafi 518479, 533306, 534760, 533224, 534382, 534790, 534798 e 537537, apontados no item 2.1.8.4 do Relatório de Gestão 224882 da Controladoria Geral da União; 9.8.1.3. cumpra as recomendações consignadas nos itens 2.1.8.2 e 2.1.8.3 do Relatório de Auditoria de Gestão 224882/2008 da Controladoria Geral da União.			
Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas			
DETERMINAÇÃO ATENDIDA PARCIALMENTE. Através do Despacho datado de 04 de fevereiro de 2019, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 06/19, a Direção da Divisão de Acordos e Convênios prestou as seguintes informações: Subitem 9.8.1.1: 1) O relatório da TCE do convênio 436486 encontra-se na Procuradoria Jurídica; 2) O processo 077230/16-74 (TCE do convênio 501192) foi enviado à PRA em 31/01/2019, com atualização da memória de cálculo; 3) O Processo 077137/16-26 foi enviado à CPPRAD em 14/01/2019; 4) o convênio 450708 encontra-se na mesma situação, sem prestação de contas por parte da convenente. Subitem 9.8.1.2: 1) O Processo 044361/15-28 foi enviado à PRA/Expedição em 15/12/2017; 2) O Processo 044371/15-20 foi enviado à CGU em 30/10/2017; 3) O Processo 044377/15-05 foi enviado à CGU em 17/10/2017; 4) Os convênios 534382, 533224 e 537537 permanecem na mesma situação; 5) O Processo 026477/16-22 foi encaminhado à PRA/Expedição em19/07/2017; 6) O Processo 044387/15-32 foi enviado à PRA/Expedição em 18/07/2017. Subitem 9.8.1.3: 1) Convênio 473280, o Processo 044347/15-91 foi enviado à Procuradoria Jurídica em 31/01/2019; 2) O Convênio 487502 foi enviado à Direção do CCEN em 13/03/2018; 3) Convênio 487719, o Processo 044352/15-01 foi encaminhado à PRA/Expedição em 01/11/2017; 4) Convênio 514495, o Processo 026750/16-19 está na PRA/DAC desde 29/08/2018 (concluído). 5) Convênio 514505, o Processo 066238/14-43 foi arquivado em 16/03/2017 (Secretaria Geral da Reitoria); 6) Convênio 514782, o Processo 069787/14-70 encontra-se na CPPRAD desde 05/03/2018; 7) Os convênios 537560, 534423 e 537521 permanecem na mesma situação. Com relação à Constatação 2.1.8.2 a DAC prestou os seguintes esclarecimentos: Convênio 518479, o Processo 044364/15-28 foi enviado à CGU; 2) Os convênios 533306, 534760, 534790 (processos 026477/16-22 e 044387/15-			

32), 579600, 601523, 601847, 533491, 534801, 537537, 601845 e 601850 não sofreram alteração, permanecendo na mesma situação.

Fonte: AUDIN.

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 046.846/2012-3	8797/2016 - 2ª Câmara	9.10.2	Prestação de Contas - Exercício 2011
Descrição da determinação/recomendação			
9.10.2 caso tenha efetuado o pagamento de toda a dívida reclamada pela FJA, no importe de R$ 1.733.834,52, apontada no item 5.1.6.9 do Relatório CGU 201203300/306, oportunize à fundação o contraditório e a ampla defesa sobre a matéria e, não sendo afastada a irregularidade, adote as providências administrativas necessárias à obtenção do ressarcimento aos cofres da União dos R$ 799.830,21 cobrados a maior, calculados com base em novembro de 2010, instaurando, se preciso, tomada de contas especial, nos termos da legislação, sem o prejuízo de informar ao Tribunal, no mesmo prazo, as providências adotadas.			
Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas			
Através do Ofício nº 187/2018/GAB-SUP-HULW-UFPB/EBSERH, datado de 23/04/2018, a Superintendência do HULW informou que a Fundação José Américo foi notificada, tendo sido oferecido à mesma o contraditório e a ampla defesa, porém, como não houve retorno, foi solicitada à Procuradoria Jurídica da UFPB a possibilidade de realização da cobrança judicial da dívida. Através da Nota n. 00047/2018/DEPJUR/PFUFPB/PGF/AGU, datada de 08/02/2018, a Procuradoria Jurídica prestou os seguintes esclarecimentos: 1) Foi ajuizada ação de improbidade contra os responsáveis pelo dano. 2) O processo no qual se pede o ressarcimento integral do dano tramita na 1ª Vara Federal sob nº 0809193-72.2017.4.05.8200. 3) A Procuradoria Jurídica afirma que instou a Reitoria da UFPB a enviar o processo administrativo nº 23074.25231/2013-91 ao Ministério da Educação para autorização de abertura de processo disciplinar contra os responsáveis, o que já ocorreu. (A Procuradoria Jurídica informou que a competência seria do MEC por envolver o ex dirigente máximo da autarquia).			

Fonte: AUDIN.

Unidade objeto da determinação/recomendação do TCU			
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PRA			
Caracterização da determinação/recomendação do TCU			
Processo	Acórdão	Item	Natureza
TC 046.846/2012-3	8797/2016 - 2ª Câmara	9.10.3	Prestação de Contas - Exercício 2011
Descrição da determinação/recomendação			
9.10.3 cumpra, se ainda não o fez, no prazo improrrogável de 60 dias, a determinação constante do item 9.6.3 do Acórdão 7506/2010-TCU-2ª Câmara.			
Justificativa pelo não cumprimento e medidas adotadas			
DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. Através do Memorando Eletrônico nº 41/2019 - PRA, a Pró-Reitoria Administrativa informou que realizou consulta junto à Procuradoria Jurídica da UFPB, tendo sido informada que ainda não há decisão final da Justiça relacionada à ação de reintegração de posse do imóvel ocupado pela Academia do Comércio Epitácio Pessoa.			

Fonte: AUDIN.

O acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU se dá por meio de um assessor designado para esta função. Após o recebimento dos documentos oriundos do TCU, estes são cadastrados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, onde são formalizados processos e encaminhados aos setores que tenham relação com a determinação/recomendação a cumprir, para adoção de providências dentro dos prazos estabelecidos. Após receber as repostas dos respectivos setores, estas são analisadas e enviadas à Corte de Contas no intuito de se dar ciência das medidas adotadas pela Instituição.

8.3 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.

De um total de 139 (cento e trinta e nove) recomendações existentes no ano de 2018, 19 foram consideradas atendidas e 4 canceladas pelo Órgão de Controle Interno – OCI. Assim, 116 (cento e dezesseis) permanecem sendo monitoradas, das quais 3 se referem ao exercício de referência. Em relação àquelas, 49 (quarenta e nove) receberam manifestação da UFPB e estão aguardando análise da CGU quanto ao atendimento ou não. Dentre as 67 (sessenta e sete) restantes, 25 estão no prazo de atendimento e 42 se encontram expiradas na data de elaboração deste item, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Situação das recomendações emitidas pela CGU.

Recomendações		**Recomendações em monitoramento**		**Recomendações para providências do gestor**	
Atendidas ou canceladas em 2018	Em monitoramento	Em análise pela CGU	Para providências do gestor	No prazo	Prazo expirado
23	116	49	67	25	42

Fonte: Sistema Monitor; consulta extraída em 23/01/2019.

Quanto à forma que a Autarquia dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI, informa-se que todas as etapas – recebimento de recomendações, manifestações, análises, pedido de prorrogações etc. – referentes ao acompanhamento e tratamento das recomendações emitidas por esse órgão estão sendo realizadas por meio do Sistema Monitor, atuando a Unidade de Auditoria Interna como apoio entre o OCI e a Instituição.

9 ANEXOS E APÊNDICES.

Anexo I. Declarações de confiabilidade e conformidade dos dados apresentados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Eu, **João Marcelo Alves Macedo**, CPF nº **030.837.904-73**, SIAPE **2569256**, gestor responsável pela **Prefeitura Universitária**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a confiabilidade das informações relativas à **Gestão de licitações e contratos e de patrimônio e infraestrutura**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
PREFEITO UNIVERSITÁRIO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Aluísio Mário Lins Souto**, CPF nº **058.142.314-32**, SIAPE **1872417**, gestor responsável pela **Pró-Reitoria de Administração**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas **à gestão financeira, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de custos e demonstração contábil**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

ALUÍSIO MÁRIO LINS SOUTO
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Ariane Norma de Menezes de Sá**, CPF nº **468.374.694-87**, SIAPE **338287**, gestora responsável pela **Pró-Reitoria de Graduação**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Macroprocesso Finalístico I – Ensino de Graduação**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

ARIANE NORMA DE MENEZES DE SÁ
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira**, CPF nº **806.247.744-49**, SIAPE **1219591**, gestor responsável pela **Procuradoria Jurídica**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **Gestão e controle de demandas judiciais**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA
PROCURADOR GERAL

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Elizete Ventura do Monte**, CPF nº **754.319.044-34**, SIAPE **1282560**, gestora responsável pela **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **visão organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, relacionamento com a sociedade, gestão de riscos e gestão orçamentária**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

ELIZETE VENTURA DO MONTE
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Ramalho de Albuquerque**, CPF nº **132.851.734-91**, SIAPE **331387**, gestor responsável pela **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **Gestão de Pessoas**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Gildeci Alves de Lira**, CPF nº **048.736.038-97**, SIAPE **1216398**, gestora responsável pela **Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Macroprocesso Finalístico I - Ensino básico, técnico e tecnológico**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

GILDECI ALVES DE LIRA
SUPERINTENDENTE DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Hermes Pessoa Filho**, CPF nº **139.305.324-68**, SIAPE **330263**, gestor responsável pela **Superintendência de Tecnologia da Informação**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **Gestão de tecnologia da informação**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.



HERMES PESSOA FILHO
SUPERINTENDENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Isac Almeida de Medeiros**, CPF nº **396.664.414-20**, SIAPE **1174357**, gestor responsável pela Pró-Reitoria de Pesquisa, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Macroprocesso Finalístico II - Pesquisa**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.



ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **João Wandemberg Gonçalves Maciel**, CPF nº **251.328.654-53**, SIAPE **1716297**, gestor responsável pela **Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **Assistência Estudantil**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

JOÃO WANDEMBERG GONÇALVES MACIEL
PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **José Antônio Rodrigues da Silva**, CPF nº **552.559.498-68**, SIAPE **1071513**, gestor responsável pela **Assessoria para Assuntos Internacionais**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **internacionalização da UFPB**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA
COORDENADOR DA ASSESSORIA PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Luiza Rosa Barbosa de Lima**, CPF nº **511.659.534-04**, SIAPE **1693783**, gestora responsável pela **Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas às **Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

LUIZA ROSA BARBOSA DE LIMA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa**, CPF nº **424.214.974-34**, SIAPE **336611**, gestora responsável pela **Pró-Reitoria de Pós-Graduação**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Macroprocesso Finalístico I – Ensino de Pós-Graduação**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria de Fátima dos Santos Alves**, CPF nº **112.476.904-82**, SIAPE **6332827**, gestora responsável pela **Biblioteca Central**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Sistema de Bibliotecas**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS ALVES
DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Nadjacleia Vilar Almeida**, CPF nº **029.825.824-22**, SIAPE **2528834**, gestora responsável pela **Comissão de Gestão Ambiental**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a confiabilidade das informações relativas à **Sustentabilidade Ambiental**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

NADJACLEIA VILAR ALMEIDA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Orlando de Cavalcanti Villar Filho**, CPF nº **160.613.574-00**, SIAPE **331523,** gestor responsável pela **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Macroprocesso Finalístico III - Extensão**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Orlando de Cavalcanti Villar Filho
Pró-Reitor de Extensão
PRAC/UFPB
Mat. SIAPE: 331523

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Otávio Machado Lopes de Mendonça**, CPF nº **160.462.344-68**, SIAPE **6337975**, gestor responsável pelo **Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas às **Ações para o desenvolvimento do Estado da Paraíba**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

OTÁVIO MACHADO LOPES DE MENDONÇA
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO UFPB DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Petrônio Filgueiras de Athayde Filho**, CPF nº **206.066.804-20**, SIAPE **1227933**, gestor responsável pela **Agência UFPB de Inovação**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **inovação tecnológica**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

PETRÔNIO FILGUEIRAS DE ATHAYDE FILHO
DIRETOR DA AGÊNCIA UFPB DE INOVAÇÃO

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Ram Anand Gajadhar**, CPF nº **769.138.994-91**, SIAPE **1773849**, responsável pela **Auditoria Interna**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas à **Atuação da unidade de auditoria interna** e **Tratamento de determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.

RAM ANAND GAJADHAR
AUDITOR CHEFE

João Pessoa, 22 de março de 2019.

DECLARAÇÃO

Eu, **Sonival Tadeu Cavalcanti Fagundes**, CPF nº **204.788.444-68**, SIAPE **337373**, gestor responsável pela **Ouvidoria**, declaro e atesto, junto aos órgãos de controle interno e externo, a **confiabilidade** das informações relativas ao **Relacionamento com a sociedade**, apresentadas no Relatório de Gestão UFPB 2018, as quais estão em **conformidade** com as orientações estabelecidas na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19/10/2018 e com as demais legislações vigentes.



SONIVAL TADEU CAVALCANTI FAGUNDES
OUVIDOR

João Pessoa, 22 de março de 2019.

Apêndice A. Indicadores de gestão – TCU -2018.

Código		INDICADORES DE GESTÃO TCU	2018
01	9.1.0.1	Total de Alunos efetivamente matriculados na graduação	23.956,50
02	9.1.0.2	Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)	4.370,00
03	9.1.0.3	Total de Alunos efetivamente matriculados na Residência Médica (AR)	171,00
04	9.1.0.4	Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	21.961,43
05	9.1.0.5	Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	35.360,16
06	9.1.0.6	Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	8.740,00
07	9.1.0.7	Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	342,00
08	9.1.1.1	Custo Corrente incluindo 35% das Despesas do Hospital Universitário (HU)	1.095.705.599,02
09	9.1.1.2	Custo Corrente excluindo as despesas do HU	1.034.078.384,36
10	9.1.1.3	Número de alunos em tempo integral	31.043,43
11	9.1.1.3.1	Número de alunos equivalentes	44.442,16
12	9.1.1.4	Número de Professores Equivalentes	2.403,00
13	9.1.1.5	Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	4.669,00
14	9.1.1.6	Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	4.009,00
15	9.1.2.1.0	Custo Corrente / Aluno Equivalente COM HU	24.654,64
16	9.1.2.1.1	Custo Corrente / Aluno Equivalente SEM HU	23.267,96
17	9.1.2.2	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,92
18	9.1.2.3.0	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,65
19	9.1.2.3.1	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,74
20	9.1.2.4.0	Funcionário Equivalente / Professor Equivalente - COM HU	1,94
21	9.1.2.4.1	Funcionário Equivalente / Professor Equivalente - SEM HU	1,67
22	9.1.2.5	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,92
23	9.1.2.6	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,15
24	9.1.2.7	Conceito CAPES	3,98
25	9.1.2.8	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,53
26	9.1.2.9	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) em % com duas casas decimais	42,45